



Os trabalhadores

Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coord.

Ana Cristina Palos

Carlos F. Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colab.

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081
Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos
Autores: Fernando Diogo (coordenação), Ana Cristina Palos,
Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa
Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes,
Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração)
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-76-8

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Índice.....	3
Introdução.....	5
Metodologia	12
1. Dos perfis às quotas	14
2. Procedimentos de construção e aferição do guião	18
3. Seleção e formação das entrevistadoras.....	26
4. O acesso e a recolha de dados	29
5. Aferição da grelha de análise	38
1. Enquadramento familiar na infância.....	48
1.1. Recordações e contextos da infância	48
1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância	53
2. Relação com o sistema educativo	59
2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude	62
2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	66
2.3. Representações sobre escola e futuro.....	70
3. Transição para a vida adulta	76
3.1. Transição escola-trabalho	76
3.2. Retorno à formação: o impacto das políticas ativas de emprego.....	86
3.3. Transições familiares	95
3.3.1. Transição para a conjugalidade.....	99
3.3.2. Transição para a parentalidade.....	106
4. Relação com o mundo do trabalho.....	114
4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego	114
4.2. Identidade e satisfação em relação a trabalho	133
5. Autoperceção do percurso e comparação da vida presente com a passada.....	150
5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento	150
5.2. A perceção evidente (e presente) da insuficiência de rendimentos	154
5.3. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	157
6. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social	166
6.2. Pobreza no trabalho e políticas públicas.....	173
6.3. Trabalhadores pobres e relação com o sistema de segurança social.....	183

7. Redes de apoio não institucional e território	190
7.1. Redes informais de apoio e vizinhança	190
7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	197
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza	209
8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado	209
8.2. Identificação das situações de discriminação/exclusão social	216
8.2. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza	218
9. Perspetivas face ao futuro	226
9.1. Uma vida de trabalho, um futuro de privação?	229
9.2. Entre o apego e o desejo de autonomia, um futuro em aberto?	254
Conclusão	271
Bibliografia	283
Anexos	293
A. Tabela dos perfis	293
B. Distribuição dos perfis por quotas	297
C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)	301
D. Credencial de identificação	315
E. Consentimento informado	316
F. Guião de entrevista	317
G. Grelha de codificação (versão base)	326
H. Critérios de elegibilidade e generosidade do subsídio social de desemprego	351
I. Abono de família de crianças e jovens, Julho 2019	352
J. Simulação do montante do abono de família para situações típicas	352

Introdução

Este livro resulta do projeto *Trajeto e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, tendo sido desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e multi-institucional para a Fundação Francisco Manuel dos Santos¹. Do relatório final de investigação resultaram um resumo alargado para o público em geral, intitulado *Faces da Pobreza em Portugal*, e um livro principal intitulado *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. Neste livro, o leitor encontra informação detalhada sobre o projeto. Complementarmente, extraíram-se quatro livros, fornecendo a base empírica para os perfis encontrados: Reformados; Precários; Desempregados e Trabalhadores.

Cada um destes livros tem uma introdução onde se enquadra o projeto e se refere brevemente os seus principais produtos. Nesta introdução, a primeira parte é comum aos quatro e a segunda recupera a introdução sobre cada perfil específico que se encontra no livro principal, de forma a fundamentar teoricamente os capítulos empíricos. O leitor encontra também um capítulo metodológico comum a estas publicações, no qual se podem melhor compreender as questões em que se basearam os procedimentos de seleção do grupo de entrevistados, bem como o processo de tratamento da informação. Naturalmente, a maior parte do conteúdo de cada um destes livros é dedicada a uma análise aprofundada de um dos perfis acima identificados. Os diversos capítulos foram extraídos do relatório geral do projeto, tendo os autores procedido a uma extensa revisão que incluiu numerosas alterações, considerando as exigências decorrentes da publicação. Por sua vez, a conclusão resulta, novamente, da conclusão do respetivo capítulo no livro principal articulada com a conclusão equivalente do relatório final.

O livro principal é constituído por dois grandes tipos de materiais: nos primeiros capítulos, é feita uma reflexão acerca do conceito de pobreza usado no projeto, seus pontos fortes e limitações, bem como uma revisitação dos principais indicadores de pobreza em Portugal e a exploração dos microdados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do INE. Os quatro capítulos finais dizem respeito aos quatro perfis de pobreza em Portugal. Estes capítulos são constituídos sobretudo pelas conclusões parcelares de cada um dos pontos dos quatro livros ora apresentados, adaptadas e enriquecidas por trechos ilustrativos. É este conjunto articulado de seis livros que apresenta o conjunto dos resultados do projeto.

¹ Esta equipa envolveu 11 investigadores enquadrados em oito universidades distintas, bem como em diversos centros de investigação, tendo competências em Sociologia, Serviço Social, Economia, Estatística, Psicologia e Antropologia.

Passando da organização das publicações para os aspetos mais relevantes da investigação, começamos por referir que o projeto procurou responder à seguinte questão: Quem são e como vivem os pobres e qual a sua situação de pobreza em Portugal?

Este projeto teve como objetivo desenvolver uma análise de cariz qualitativo capaz de complementar os trabalhos com base no ICOR que se têm produzido com alguma regularidade em Portugal, até sob os auspícios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Em concreto, foi nosso objetivo proporcionar aos mais diversos atores (individuais, coletivos e institucionais) novos dados e reflexões que possam contribuir para uma visão mais aprofundada da pobreza no país, complementando as análises qualitativas realizadas ao longo dos anos (das quais destacamos, entre outras: Amaro & Branco, 2010; Castro, *et al.*, 2002a; 2002b e 2010; Capucha, 2005; Diogo, 2007). Este estudo aprofunda os resultados já conhecidos, atualiza-os, sendo, sobretudo, o primeiro a basear-se num desenho de investigação que articula estreitamente a pesquisa qualitativa com uma sólida análise quantitativa, com validade estatística para o conjunto do país.

Deste modo, espera-se que a investigação possa concorrer para uma discussão alargada deste problema em Portugal, bem como para o desenho de políticas públicas de combate à pobreza centradas nas pessoas em situação de pobreza, por contraponto à aplicação exclusiva de políticas generalistas. Estas últimas são centrais para se assegurar a generalização do acesso básico aos direitos sociais mas, ao mesmo tempo, promovem desigualdades, ao darem respostas iguais a problemas diferentes, pelo que têm de ser complementadas com políticas específicas (*targeted policies*).

Assim, no que ao desenho da investigação se refere, optou-se por uma estratégia mista sucessiva. Começou-se, portanto, por analisar os principais indicadores de pobreza em Portugal disponibilizados pelo INE (dados do ICOR). De seguida, mobilizaram-se os microdados do ICOR (2017), usando duas metodologias de análise quantitativa pouco utilizadas para interrogar os dados sobre a pobreza em Portugal: a Análise Probit e a Análise das Correspondências Múltiplas (ACM). As técnicas e os resultados obtidos são apresentados no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Depois de afinados em confronto com os estudos qualitativos anteriormente feitos em Portugal envolvendo perfis de indivíduos em situação de pobreza, estes resultados conduziram aos quatro perfis de pobreza aqui referenciados.

A realização desta fase quantitativa teve três objetivos principais, aqui apresentados pela ordem com que aparecem no livro acima identificado: em primeiro lugar, proporcionar uma visão diacrónica atualizada dos principais indicadores de pobreza em Portugal, contribuindo-se, assim, para caracterizar de forma mais aprofundada a população em causa; em segundo, aplicar ferramentas estatísticas aos microdados do ICOR em ordem a compreender de forma mais aprofundada a pobreza em Portugal,

numa perspetiva extensiva e inovadora; e, em terceiro, definir os perfis de pobreza a mobilizar para a análise qualitativa. Foi o cumprimento deste último objetivo que fundamentou, no essencial, a fase qualitativa do projeto.

Os resultados respeitam a indivíduos com 18 ou mais anos², quer na fase quantitativa, quer na qualitativa. Não obstante, as crianças e os jovens são considerados na fase qualitativa (o alvo deste livro) de duas maneiras: primeiro, quando se interroga a infância dos próprios respondentes e, segundo, quando no decorrer das entrevistas surgem referências aos filhos dos entrevistados.

Seguiu-se um intenso e cuidado processo de operacionalização, muito assente na definição meticulosa das características das pessoas a entrevistar bem como nas estratégias do seu recrutamento. Estas duas questões são particularmente sensíveis, dado que é com muita facilidade que rapidamente um estudo deste género se pode acantonar nos utentes dos serviços de apoio social. Sendo certo que estes constituem parte apreciável das pessoas em situação de pobreza, não esgotam, de todo, a totalidade dos casos. Aliás, as principais fontes de rendimento das famílias, apresentadas no ICOR, permitem perceber isso mesmo, mas a maior facilidade de acesso poderia vir a ditar esse desfecho. Nesse sentido, a estratégia adotada procurou minimizar esses problemas. No capítulo metodológico deste livro, é dada ampla nota desse procedimento, assim como é referenciada a distribuição das entrevistas no território nacional, complementando-se as notas sobre estes assuntos presentes no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

Além disso, o processo de operacionalização teve também como importante objetivo dar conta da diversidade da pobreza em Portugal. Assim, este processo foi desenvolvido de forma a considerar a diversidade interna de cada perfil, o que implicou reduziu a coerência interna dos perfis encontrados. Esta coerência poderia ter sido melhor assegurada se os entrevistados fossem apenas indivíduos com as características centrais de cada perfil. Contudo, a opção realizada permitiu um conhecimento mais aprofundado da diversidade das situações de pobreza realmente existentes e, nesse sentido, acomoda melhor os objetivos do projeto.

Destes procedimentos resultaram 87 entrevistas validadas e ainda quatro exploratórias³. Com estas últimas pretendeu-se, sobretudo, afinar e validar o guião de entrevista e o sistema de categorias de

² De notar que na Declaração Universal dos Direitos das Crianças entende-se por criança todas as pessoas com idade até aos 17 anos. Esta definição tem sido adotada pelas mais variadas instâncias, como a UE ou a OCDE, por exemplo.

³ Os autores agradecem a todos os que se prontificaram a responder, bem como às entidades que nos auxiliaram a chegar a eles, devendo-se ainda lembrar as muitas pessoas sem as quais este processo não se teria realizado. A lista detalhada dos agradecimentos pode ser encontrada no livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Acrescentamos apenas uma menção especial a todas as entrevistadoras que conosco trabalharam.

análise de conteúdo definido *a priori* (como se dá conta neste livro). A análise das entrevistas teve por base o aplicativo MaxQDA e como estrutura um sistema de categorias construído a partir do guião de entrevista, modificado no decorrer dessa mesma análise. As entrevistas ficaram assim distribuídas: Perfil 1, Reformados, 20 entrevistados; Perfil 2, Precários, 21 entrevistados; Perfil 3, Desempregados, 22 entrevistados e, finalmente, Perfil 4, Trabalhadores, 24 entrevistados.

Depois desta introdução, este livro começa por apresentar o capítulo metodológico acima referido. De seguida, são apresentados, em nove pontos, os resultados relativos ao perfil dos trabalhadores. Estes pontos apresentam duas lógicas distintas, mas complementares. Uma primeira refere-se à ordem biográfica, percorrendo a trajetória de vida dos indivíduos, desde a infância até ao momento da entrevista. Neste percurso, é dada particular atenção aos fatores disruptivos na infância, à frequência escolar, à transição para a vida adulta e ao envolvimento com o mundo do trabalho, bem como aos sistemas, formais e informais, de solidariedade (considerando a sua importância para a população em causa), bem como à inserção no território. A segunda lógica refere-se à autoavaliação, à representação de si, numa perspetiva que se pode apelidar de subjetiva e identitária. É aqui dado enfoque ao balanço de vida, à auto-perceção como pobre e às perspetivas de futuro. Refira-se, em complemento, que estas duas lógicas não são estanques. Ao longo da análise verifica-se que se interpenetram, sendo comum encontrar a lógica identitária a permear as afirmações de cariz mais factual, as questões mais subjetivas a serem o motor da ação. Além disso, existe, com alguma regularidade, sobreposição entre os temas tratados em cada capítulo. Se as análises tendem a focar um tema e um momento (como numa fotografia), a vida dos indivíduos é um todo difícil de dividir em temas com fronteiras claras. Por isso, é necessário por vezes retomar um assunto de forma a realizar uma análise mais aprofundada de um dado tema.

Independentemente do perfil onde se situam, todos os entrevistados estavam em situação de pobreza no momento da entrevista (e a grande maioria tem estado nessa situação ao longo de toda a sua vida), pelo que partilham essa característica em comum. De facto, a quase totalidade dos entrevistados pode ser enquadrada naquilo a que se costuma chamar de pobreza tradicional⁴, dado serem pobres desde a infância e/ou oriundos de famílias também elas pobres. Por outro lado, existem algumas características que vão distinguindo os diversos perfis. No perfil dos Reformados, por exemplo, o peso da idade distingue-os (duplamente) dos outros perfis; no dos Precários, a sua inserção em agregados sem baixa intensidade de trabalho e a trajetória de emprego precária (em carrossel) desempenham o mesmo papel; no dos Desempregados, verifica-se uma relação distante com o mundo do trabalho; e,

⁴ Este é o tipo de situação que predomina neste perfil. No entanto, existem alguns casos de melhoria das condições ao longo do trajeto, mas que a precariedade laboral e os três D da pobreza – em particular o desemprego – voltaram a remeter para uma situação de pobreza.

no dos Trabalhadores, pelo contrário, essa relação é particularmente forte. Estes são apenas alguns exemplos, significativos, de características que singularizam os diferentes perfis.

Contudo, o livro ora apresentado centra-se numa terceira questão: a descrição e análise aprofundada dos traços que caracterizam um único dos perfis identificados. Ao longo de todo o livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*, mas em particular na sua conclusão, faz-se um exercício comparativo entre os quatro perfis de pobreza. Nessa obra, apresenta-se uma visão de conjunto, identificando-se quer os aspetos comuns aos entrevistados, quer as singularidades distintivas de cada um dos perfis.

Neste livro é abordado o perfil dos Trabalhadores. Por isso, de seguida apresenta-se o enquadramento teórico desta categoria social na sua relação com a pobreza.

Os trabalhadores pobres⁵ constituem uma categoria de pobreza com clara expressão no nosso país, representando 32,9 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal. No entanto, não se trata de uma dimensão do fenómeno social da pobreza observável apenas em Portugal, estando igualmente presente noutros países da Europa do Sul e da União Europeia, ainda que com contornos e extensões distintas. Tal circunstância tem concitado a atenção quer da comunidade académica, quer das autoridades políticas e organizações independentes envolvidas na luta contra a pobreza, para a procura de uma compreensão mais aprofundada das causalidades desta face do fenómeno da pobreza e levou inclusivamente a União Europeia, em 2003, a incluir no portfolio dos indicadores sociais o indicador *in-work poverty risk* (Ponthieux, 2010).

Não cabendo neste âmbito uma revisão sistemática da literatura que tem vindo a ser produzida neste domínio, importa, no entanto, levar em consideração algumas contribuições relevantes. Um primeiro aspeto que deve ser assinalado prende-se com o facto de a literatura, como Filandri e Struffolino (2019) sublinham, fazer uso de duas definições ou abordagens da pobreza no trabalho, que, sendo analiticamente distintas, estão estreitamente relacionadas em termos empíricos. Por um lado, uma dimensão individual, que associa a pobreza no trabalho aos trabalhadores com salários abaixo de um dado limiar da mediana de rendimento do país. Por outro lado, recorre-se também a uma definição de pobreza no trabalho que remete para as características dos agregados familiares, sendo tidos por trabalhadores pobres os indivíduos a viver em agregados familiares com um rendimento total abaixo de um dado limiar da mediana de rendimento do país, enfatizando deste modo a importância da estrutura do agregado familiar, isto é, o número de crianças dependentes, o número de membros angariadores de rendimento, entre outros indicadores (Filandri & Struffolino, 2019, p. 131).

No presente estudo privilegia-se, por referência à metodologia utilizada no ICOR, uma

⁵ Dimensão designada na literatura como *working-poor* ou *in-work poverty*.

abordagem da pobreza no trabalho associada às características dos agregados familiares, sem que, no entanto, as dimensões individuais que caracterizam os trabalhadores pobres sejam desvalorizadas. Neste plano é relevante para a nossa análise a abordagem de Lohmann e Marx (2008), por sustentar que a noção de pobreza no trabalho não pode ser explicada somente através de uma investigação centrada nos baixos salários e na desigualdade de rendimentos, mas que se deve igualmente dar relevo a diferentes causas, como as políticas públicas de bem-estar social e o papel da família (p. 17). Neste sentido, estes autores destacam a importância das transferências sociais na constituição dos rendimentos das famílias, reportando-se quer a benefícios sociais associados ao trabalho, de que é um exemplo típico o crédito em impostos⁶, quer às prestações sociais em situações de não trabalho, como é o caso do subsídio de desemprego, quer ainda às prestações sociais não contributivas, nomeadamente as prestações familiares (Lohmann & Marx, 2008, p. 19). Em articulação com esta perspetiva analítica, Lohmann (2008, p. 51) identifica um conjunto de fatores associados aos indivíduos e famílias com influência no seu risco de pobreza. Em termos genéricos, esses fatores dividem-se em três subcategorias: os fatores relativos às necessidades, nomeadamente às que são impostas pela estrutura familiar; os fatores relativos aos recursos, que influenciam a participação no mercado de trabalho (como por exemplo, a educação, a experiência profissional e a ocupação); e as restrições ou constrangimentos à participação no mercado de trabalho, como a obrigação da prestação de cuidados a crianças pequenas, a pessoas idosas ou a outras pessoas dependentes no agregado familiar.

Numa investigação mais recente, Halleröd *et al.* (2015) privilegiando uma abordagem dinâmica da pobreza na população trabalhadora, analisam a relação entre as trajetórias laborais típicas e o risco de pobreza entre indivíduos trabalhadores, distinguindo entre diversas trajetórias, de modo a captar a participação dos indivíduos nos diferentes segmentos do mercado de trabalho e a relação entre emprego, desemprego e inatividade nos últimos três anos das suas trajetórias profissionais. A articulação entre as diferentes dimensões referidas constitui uma lente analítica relevante, particularmente na exploração das relações entre risco de pobreza no trabalho, padrão de emprego, estruturas familiares e políticas públicas de proteção social.

Nas secções seguintes, procede-se a uma análise do *corpus* de entrevistas deste perfil segundo as dimensões estruturantes das narrativas recolhidas. São assim analisadas quer as dimensões de natureza mais objetiva que retratam as trajetórias de vida dos entrevistados na infância, na escolaridade, na transição para a vida adulta, no mundo do trabalho, nas redes sociais em que se inscrevem e na relação com a proteção social, quer as perceções subjetivas destes trabalhadores sobre o seu percurso de vida, sobre a relação estabelecida com o sistema de proteção social e com os serviços

⁶ Isto é, o pagamento de uma compensação aos indivíduos em sede de acerto de impostos, caso os seus rendimentos de trabalho fiquem abaixo de um determinado limiar previamente definido.

sociais, bem como as percepções de si enquanto pobres e as suas perspetivas face ao futuro, sem que, no entanto, a consideração das esferas mais objetivas e de cariz mais subjetivo possam ser objeto de uma distinção absoluta, uma vez que acabam por estar presentes em várias das dimensões em análise. O encadeamento das dimensões consideradas na reconstituição das trajetórias dos indivíduos entrevistados conduz quase inevitavelmente a algumas zonas de sobreposição, atendendo nomeadamente aos processos de transição da escola para o trabalho e às relações entre o mundo do trabalho e a proteção social.

Metodologia

Com vista a responder à pergunta de partida (Quem são e como vivem os pobres em Portugal?), foi adotado um desenho de pesquisa misto sequencial (Morse & Niehaus, 2009). Na primeira fase, de natureza quantitativa, foram desenvolvidas três componentes distintas, todas com base nos dados do ICOR, na edição de 2017 (contendo dados referentes ao ano de 2016). Nos próximos parágrafos, apresentamos estas componentes, já referenciadas na Introdução.

Na primeira componente, procedeu-se à análise dos principais indicadores de pobreza e exclusão social para o período de 2003-2016, algo que permitiu fazer uma primeira identificação das principais tendências e das variáveis mais determinantes para explicar o problema da pobreza no país. Este trabalho aprofunda e atualiza outros estudos anteriormente realizados, alguns deles de diversos membros da equipa de investigação.

Na segunda, desenvolveu-se uma análise Probit, que permitiu identificar as distintas probabilidades de pobreza associadas às diferentes categorias de cada variável, a partir de uma categoria de referência por nós escolhida para cada uma delas. Este segundo exercício permitiu, por um lado, compreender e caracterizar melhor a pobreza em Portugal e, por outro, identificar de forma mais fina as variáveis mais pertinentes para a definição de perfis de indivíduos em situação de pobreza.

De seguida, na terceira componente, construíram-se distintos perfis de pobreza em Portugal, a partir da tipicidade e da representatividade das categorias das variáveis em causa (Flick, 2002). Para isso, foi mobilizada a ACM, aplicada aos dados do ICOR (2017).

Como já foi indicado, os resultados da análise intensiva são apresentados, nas suas três componentes, no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

O principal objetivo da fase extensiva do estudo (fase quantitativa) foi proporcionar uma base de consistência estatística à análise intensiva, assegurando a identificação das regularidades sociais e da diversidade que subjaz à pobreza em Portugal. Para o fazer, partiu-se do princípio de que a condição de pobreza impõe algumas características comuns (regularidades sociais) aos indivíduos nessa situação, mas que, ao mesmo tempo, é também possível encontrar distintas formas de se ser pobre. Por outras palavras, partiu-se do princípio de que os pobres não são todos iguais, mau grado a dimensão comum à sua condição, sendo possível definir distintos perfis de pessoas em situação de pobreza.

Um segundo objetivo importante foi o de se produzir conhecimento novo sobre a pobreza no país, quer através da atualização e sistematização de trabalhos anteriores, realizados a partir dos indicadores fornecidos pelo INE, quer através da mobilização de técnicas estatísticas pouco utilizadas

para a análise da pobreza, em Portugal e a nível internacional, Probit e ACM, para interrogar os microdados do ICOR. Nesse sentido, as probabilidades de pobreza por variável e os perfis estatísticos de pobreza são, por si só, resultados inovadores, acrescentando informação pertinente ao que já se sabe sobre a pobreza em Portugal.

Na segunda fase, intensiva, a investigação centrou-se na realização e análise de entrevistas semiestruturadas. O ponto de partida foi a construção de um guião, do qual se dá conta neste capítulo. As entrevistas em causa foram realizadas a partir dos perfis definidos com base na ACM. Contudo, antes disso, os perfis foram afinados através do seu confronto com a literatura existente em Portugal acerca de perfis de pobreza em estudos qualitativos.

A passagem dos perfis às quotas foi um momento de grande investimento de tempo e esforço intelectual, na medida em que se pretendeu dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, incluindo a existente intra-perfil, e evitar as principais armadilhas que a experiência de investigação da equipa permitia antecipar. Desde logo, a possibilidade de os entrevistados serem apenas indivíduos recrutados através de instituições de apoio social, em regra mais fáceis de mobilizar. Além disso, entendeu-se como relevante evitar o acantonamento das entrevistas a um contexto em particular. Tal implicou a sua realização por todo o país, de acordo com uma distribuição muito criteriosa e cuidadosa.

Como referenciado, as questões relativas à fase intensiva deste trabalho, bem como mais detalhes sobre a metodologia adotada, estão explanadas no livro *A pobreza em Portugal Trajetos e quotidianos* (incluindo a questão do afinamento dos perfis com base no confronto com a literatura). Neste capítulo, apresentamos de forma detalhada os critérios e procedimentos adotados na recolha e análise dos dados relativos à componente qualitativa desta pesquisa. Começamos por apresentar os critérios de definição da estrutura do grupo de indivíduos entrevistados.

Antes disso, contudo, uma advertência. Tendo-se realizado um esforço importante para, através deste estudo, se dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, a componente intensiva, de que agora se apresenta um dos perfis encontrados, não é estatisticamente significativa – nem é esse o propósito de um estudo intensivo. Não obstante, através dos resultados apresentados, é possível dar conta de importantes formas de diversidade e de regularidade de se viver a pobreza em Portugal de uma forma aprofundada e em respeito pela trajetória biográfica dos indivíduos.

Um primeiro aspeto a considerar concerne ao procedimento de operacionalização dos perfis de pobreza encontrados⁷. Este procedimento permitiu garantir nas entrevistas a diversidade de situações que a análise quantitativa anteviu e, ao mesmo tempo, superar o problema da potencial sobre-representação dos utentes dos serviços de apoio social.

⁷ Cf. quadro sistemático com toda a informação sobre os perfis e subperfis identificados (quotas) em anexo.

1. Dos perfis às quotas

Em primeiro lugar, dá-se conta das principais especificidades de cada um dos perfis no processo de construção das quotas, possíveis de obter através do confronto com os microdados do ICOR. Cada quota é constituída por casos com características relativamente semelhantes dentro do perfil principal, formando um subperfil mais aprofundado, de modo a dar conta da diversidade interna de cada perfil. Mas também para se assegurar que cada indivíduo que pertence a um dado perfil não é classificável em dois ou mais – princípio da exclusividade mútua. Este princípio nem sempre foi fácil de assegurar, dado que o sistema de quotas divide os indivíduos em função das suas características atuais. Contudo, estas são complexas, havendo lugar para ambiguidades de fronteira, sendo ao mesmo tempo provisórias, dado que a biografia dos indivíduos pode levá-los de um perfil para outro ao longo do tempo. Estas questões foram tidas em consideração quer na definição das quotas de que se dá abaixo conta quer na preparação, realização e análise das entrevistas:

1 – Reformados. Neste perfil, enquanto algumas quotas se diferenciam sobretudo em função da variável sexo (mulher ou homem, nos casos do P1.1 e P1.3), noutras é o facto de a pessoa viver sozinha (P1.2 e P1.5), sendo de destacar neste último caso o maior peso das mulheres; ou o estado civil (solteiro ou divorciado no caso da P1.5) que constitui o elemento diferenciador. Destaque-se ainda que foi definida uma quota segundo um critério etário abrangendo pessoas da faixa etária imediatamente anterior (45-64 anos) àquela que constitui um elemento caracterizador central deste perfil (65 ou mais anos), mas que são inativas – ou reformadas ou a cumprir tarefas domésticas e/ou responsabilidades de assistência. A composição do agregado ajuda a situar esta quota neste perfil: agregados de apenas um adulto ou de dois adultos, em que o segundo adulto terá 65 ou mais anos. Em todos os casos, a principal fonte de rendimento do agregado são as reformas (e pensões);

2 – Precários. Dada a sua maior indefinição, verificaram-se mais dificuldades em estabelecer quotas para este perfil⁸. Todas as quotas foram definidas em primeiro lugar em função da condição perante o trabalho: estudantes (P2.1); pessoas desempregadas (2.2 e 2.4); domésticos⁹ (2.3); empregados (2.5). A primeira quota (P2.1), está associada a um conjunto de características demográficas e do agregado: jovens (18-24 anos), solteiros, a viver a casa dos pais, o que não se verifica em nenhum outro perfil. Importa também assinalar que a principal fonte de rendimento do agregado é o trabalho. No caso das pessoas desempregadas, o elemento distintivo relativamente às quotas

⁸ De facto, considerando o seu lugar no mapa percentual da ACM (cf. o capítulo quatro do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*), é o perfil mais difícil de definir, dado que se encontra a meio caminho entre os perfis 3 e 4.

⁹ Domésticos é a designação adotada pelo INE, a grande maior das pessoas aqui classificadas são, contudo, domésticas.

similares do Perfil 3 é o facto de a principal fonte de rendimento do agregado ser o trabalho e não as transferências sociais. A quota P2.2 engloba pessoas mais jovens, dos 18 aos 44 anos, solteiras, a viver em casa dos pais. A quota P2.4 engloba pessoas que não vivem em casa dos pais, mas antes com o cônjuge ou outro, correspondendo assim a uma faixa etária que abrange pessoas menos jovens – 25 a 64 anos¹⁰. Embora definida em função da condição perante o trabalho, a quota 2.3 acaba por ter uma marca de género, visto que inclui apenas mulheres, dos 25 aos 64 anos, sendo o estado civil uma característica relativamente secundária. Trata-se de mulheres inseridas em agregados cuja principal fonte de rendimento são o trabalho ou as pensões – no primeiro caso, com crianças, no segundo, sem crianças¹¹. Por fim, a quota 2.5 engloba pessoas empregadas, mas que, contrariamente às do Perfil 4, vivem em agregados de apenas um adulto, com ou sem crianças. Sublinhe-se que a análise qualitativa permitiu perceber que a grande maioria dos entrevistados neste perfil tem uma trajetória de emprego onde a precariedade se salienta, sendo esse o fator que acaba por permitir o nome escolhido;

3 – Desempregados. A principal fonte de rendimento dos agregados domésticos privados (ADP) são outras transferências sociais, o que contrasta com os restantes perfis onde trabalho e/ou pensões desempenham esse papel. Portanto, quase todas as quotas definidas para este perfil abrangem pessoas desempregadas inseridas em agregados familiares cuja principal fonte de rendimento é constituída por outras transferências sociais: mulheres com idade entre 45 e 64 anos (P3.1); homens na mesma faixa etária (P3.2); mulheres com idades entre 18 e 44 anos (P3.3) e homens na mesma faixa etária (P3.4). Enquanto nas duas primeiras quotas predominam os agregados sem crianças, nas outras duas, em particular na constituída por mulheres, há um peso importante de agregados com crianças. Assinale-se por fim que a quota 3.5 abrange pessoas inaptas para o trabalho ou numa condição de invalidez permanente, a viver sozinhas ou em agregados de dois adultos sem crianças – trata-se da única quota na globalidade dos perfis onde isso se verifica. Neste caso, a principal fonte de rendimento do agregado são pensões ou outras transferências sociais, constituindo-se como a (relativa) exceção no conjunto do perfil;

4 – Trabalhadores. A principal fonte de rendimento dos agregados destes entrevistados é o trabalho, sendo que todos os entrevistados se encontram a trabalhar. Em relação aos detalhes, a maior parte das quotas deste perfil foram definidas em função das variáveis sexo e idade (P4.1; P4.2; P4.3; P4.4), todas elas referindo-se a pessoas casadas ou em união de facto, em agregados com ou sem crianças¹². As quotas 4.3 e 4.4 englobam pessoas de faixas etárias mais jovens (25-44 anos) inseridas em agregados familiares com crianças. A última quota prevista está definida em função do estado civil,

¹⁰ O outro elemento que distingue esta quota prende-se com o facto de o agregado familiar não incluir crianças.

¹¹ Neste último caso distingue-se de P1.4 pelo facto de o segundo adulto ter menos de 65 anos.

¹² Assinale-se que, de forma distinta do verificado noutros perfis, se verifica um maior peso de homens, expresso no número de entrevistas previstas para P4.2.

distinguindo-se das restantes por englobar pessoas solteiras ou divorciadas, enquadradas em agregados com ou sem crianças. Importa salientar que, tal como se verifica nas restantes quotas destes perfis, também esta se distingue do P2.5 por se referir a agregados com pelo menos dois adultos. Importa também notar que, neste perfil, os casos de adultos a viverem em casa dos pais são residuais, pelo que não foram considerados nas quotas.

Depois de definidas as quotas com as características concretas dos indivíduos (e seus agregados familiares) a entrevistar em cada perfil, foram desenvolvidas algumas estratégias para assegurar a sua distribuição pelo território nacional.

Para o fazermos, partimos do mais recente estudo onde as heterogeneidades do território nacional estão analisadas na perspetiva da pobreza, o Referencial de Coesão Social 2014. Este estudo foi desenvolvido tendo por base um sistema de indicadores que se traduziu em duas tipologias de concelhos, uma de exclusão social (por sua vez com base em cinco dimensões: Trabalho; Rendimentos; Condições de Vida; Grupos Vulneráveis e Capital Inclusivo) e outra designada como territorial (com base em quatro dimensões: Estrutura Etária da População Residente; Estrutura do Povoamento; Perfil das Dinâmicas Económicas e Dinamismo Demográfico)¹³.

O principal resultado desta análise foi a produção de perfis de concelhos para cada uma das tipologias acima mencionadas (dez perfis para o primeiro caso e nove para o segundo). A sua mobilização permitiu encontrar, numa primeira aproximação, os concelhos para a realização das entrevistas, tidos por representativos da diversidade territorial do país. A seleção e a distribuição das entrevistas pelos concelhos tiveram em atenção as tipologias acima referenciadas e os seguintes critérios e observações: um máximo de três concelhos por grande dicotomia; dois concelhos por cada uma das zonas do interior, tendo em conta a sua maior homogeneidade (cf. IESE, 2015) e a identificação de concelhos mais representativos dos perfis-tipo de exclusão social mais representativos. Teve-se ainda em atenção que, em geral, os concelhos urbanos são mais diversos.

Após a definição dos concelhos onde se realizaram as entrevistas, procedeu-se à distribuição dos perfis, procurando atender, tanto quanto possível, às especificidades socioterritoriais de cada concelho (cf. a lista de distribuição de perfis por concelho no anexo C).

Foram equacionados vários indicadores e dimensões elencados nas tipologias definidas no Referencial de Coesão Social (IESE, 2015)¹⁴. Por exemplo, em concelhos onde predominariam perfis de exclusão associados a baixos rendimentos ou a quebra de rendimentos (como é o caso de Lisboa, Porto e Guimarães), procurou-se prever um número significativo de entrevistas (cerca de um terço)

¹³ Este estudo apresenta como importante limitação o facto de ter sido feito apenas para o continente.

¹⁴ Para uma leitura mais compreensiva, ver Quadros 2 e 4 do Referencial (IESE, 2015, p. 35 e 69).

referentes ao Perfil 4 (Trabalhadores). Noutros, onde a inatividade, associada a um peso importante da faixa etária de 65 ou mais anos, é uma dimensão particularmente relevante para perceber os processos de vulnerabilidade e exclusão social nesses territórios, procurou-se equacionar mais entrevistas com pessoas com mais de 65 anos, reformadas, ou seja, enquadradas no Perfil 1.

Noutros concelhos, com população mais jovem – como é o caso de Castelo de Paiva, Mafra e Guimarães – procurou-se prever mais entrevistas envolvendo pessoas em idade ativa. Em concelhos marcados pela fraca intensidade laboral e/ou pelo desemprego (Ex: Castelo de Paiva, Amadora, Porto, Lisboa e, em certa medida, Aljustrel e Guimarães) procurou-se considerar mais entrevistas relativas aos Perfis 2 e 3 (Precários e Desempregados). Assinale-se por fim os concelhos da Amadora, do Porto, de Lisboa e de Aljustrel onde, de acordo com o estudo em que nos baseámos, importa ter em conta a vulnerabilidade associada ao género. Nestes casos, foi prevista a realização de mais entrevistas envolvendo mulheres. Por outro lado, na linha do que foi referido anteriormente, a vulnerabilidade da população imigrante e das minorias étnicas não está refletida nos perfis definidos, embora tenha sido considerada no processo de seleção de pessoas a entrevistar em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, essa dimensão é relevante – por exemplo, Amadora, Porto e Lisboa.

Acresce que a dinâmica de execução das entrevistas implicou que estas se realizassem em concelhos que não estavam inicialmente equacionados. Foi o caso de Ferreira do Alentejo, Caldas da Rainha e Celorico de Basto. Em sentido inverso, não foram feitas entrevistas em Aljustrel, Mafra, Sernancelhe ou Alvito. Os novos concelhos foram escolhidos tendo em conta a tipologia acima apresentada, sendo equivalentes aos retirados da análise.

Um terceiro aspeto tido em conta, ainda no que à seleção dos entrevistados diz respeito, foi o referente ao cálculo do limiar de pobreza, de maneira a assegurar que todos os entrevistados se encontravam nessa situação. Se nos estudos que têm por base as populações assistidas, a questão não se coloca (os indivíduos são pobres) ou é facilmente resolvida (os serviços têm informações pormenorizadas sobre quem é pobre), no caso deste estudo foi necessário prestar especial cuidado a este detalhe, precisamente por aqui se incluírem indivíduos fora do sistema de apoio social.

O limiar de pobreza definido para 2017 era de 5 610 euros por ano, por indivíduo. Em agregados familiares de apenas uma pessoa, foi este o valor considerado. Nos restantes casos, foi calculado o limiar usando a escala modificada da OCDE (usada pelo Eurostat e pelo INE para individualizar os rendimentos familiares), atribuindo-se o peso de 1 ao primeiro adulto; 0,5 aos restantes adultos (aqui entendidos como maiores de 14 anos) e 0,3 às crianças. É exatamente esta a fórmula de cálculo usada no ICOR, pelo que, desta maneira, se investe na coerência entre as duas análises realizadas.

Seguindo esta fórmula de cálculo, e tendo por referência o tipo de agregados prevaletentes no Perfil 1, enquanto num agregado de um adulto o limiar era de 5 610 euros, já num agregado de dois

adultos (1,5) esse valor correspondia a 8 415 euros. Nos restantes casos, o processo de cálculo foi mais complexo, pois os agregados, na maior parte das quotas definidas, podem não incluir crianças, sendo também problemático o facto de as crianças serem subconsideradas para efeitos desta definição estatística de pobreza¹⁵. O limiar de um agregado de duas pessoas, por exemplo, é menor quando a segunda é uma criança (7 293 euros), ficando particularmente reduzido quando inclui duas ou mais crianças. Sublinhe-se que as entrevistas foram realizadas entre Abril e Dezembro de 2019, embora o limiar disponibilizado nessa altura pelo INE fosse o relativo a 2017. Esta diferença de cerca de um ano colocou algumas dificuldades à equipa.

A questão do cálculo dos rendimentos é particularmente crítica no caso do Perfil 4, onde se encontram pessoas que, estando a trabalhar, se encontram ainda assim em situação de pobreza. Repare-se que de 2017 para 2019 o salário mínimo nacional (SMN) subiu de 535 para 600 euros, representando um acréscimo de 780 euros anuais relativamente aos 5 610 euros de valor de base para o cálculo do limiar da pobreza – esta discrepância poderá ser tanto mais relevante quanto maior for o agregado familiar (visto que o peso de cada criança no cálculo do limiar é de apenas 0,3). Por exemplo: casal com um filho e com SMN e 450 euros – rendimento anual de 12 600; o limiar de 2017 para este caso seria de 10 098 euros. Neste caso, acomodou-se este acréscimo salarial nos critérios de seleção dos entrevistados.

2. Procedimentos de construção e aferição do guião

Analisadas as questões relativas ao grupo de pessoas a entrevistar, a dificuldade mais relevante que se desenhou em seguida prendeu-se com o guião. A conceção e construção do guião de entrevista respondem a uma etapa fundamental para a concretização e desenvolvimento da fase intensiva.

Assim, optou-se por se construir um guião de entrevista de inspiração biográfica que, desenvolvendo-se em torno de um conjunto de dimensões agregadoras, permitiu explorar toda a diversidade de formas de viver em pobreza.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas encontra fundamento no facto de estas se constituírem como um recurso metodológico especialmente adequado para indagar, compreender e interpretar trajetos de vida a partir dos discursos subjetivos dos atores sociais. Em

¹⁵ De notar que foi adotada a definição da Convenção dos Direitos das Crianças da ONU (também usada pelo INE e pelo Eurostat) para os perfis e quotas, onde se considera criança qualquer indivíduo até aos 17 anos de idade. Para efeitos de cálculo do limiar, foi tido como referência o critério estabelecido na escala modificada da OCDE, em que crianças são os indivíduos até aos 14 anos.

regra presente nos estudos sociais alicerçados em abordagens de tipo qualitativo, a entrevista ocupa lugar de destaque quando se pretende conhecer a história de vida (Poirier *et al.*, 1995), também designada, talvez com maior pertinência, por narrativa de vida (Bertaux 1997)¹⁶. Tal coloca-se em oposição às abordagens positivistas, fundadas no princípio de que o social só pode ser devidamente conhecido por via da aplicação de instrumentos que permitam capturar informação de tipo quantitativo, pretensamente objetivo, produzida por inquéritos por questionário. No caso concreto deste estudo, como ficou bem evidente pela sua centralidade metodológica, a opção pela entrevista exprime o reconhecimento das suas faculdades para aceder a conhecimento devidamente explicado dos aspetos mais reservados e pessoais da história (ou narrativa) de vida do entrevistado.

Em termos metodológicos, a história de vida conecta com a memória, seja individual, seja coletiva, procurando, na feliz formulação de Poirier *et al.* (1995, p. 9-10) «fazer falar os “povos do silêncio” através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês bambara ou ao pastor *peul*». Ou seja, como sublinhou M. Ribeiro (1995), a entrevista assume uma função decisiva na inquirição das memórias de vida dos atores sociais¹⁷.

Aliás, desde há muito que as pesquisas com um forte pendor etnográfico têm demonstrado, nos mais variados contextos sociais (cf., entre outros, para o contexto português, Silva, 1998; Estanque, 2000; Ribeiro, 2010; Ribeiro *et al.*, 2007 e Clemente, 2011), a relevância da informação obtida para uma compreensão densa de uma dada realidade social e dos atores que a compõem, podendo proporcionar resultados mais densos do que outras técnicas de investigação, como sublinha Zonabend (1989) na sua argumentação em prol das vantagens das metodologias qualitativas.

Mas é, porventura, em Bourdieu (2008 [1999a]), considerando que o nosso estudo é sobre pobreza e exclusão, que encontramos os melhores argumentos em defesa da entrevista como recurso metodológico. Refletindo sobre as questões levantadas pelo relacionamento entre o investigador e o investigado, o sociólogo francês oferece-nos uma estratégia metodológica para a aplicação da

¹⁶ Ainda que podendo ser entendidas como expressão sinónimas classificando situações semelhantes, é interessante convocar à discussão a distinção que Bertaux (1997, p. 6 e 32-34) estabelece entre «história de vida» e «narrativa (*récit*) de vida». No seu entender, a narrativa, aplicada ao discurso que um determinado indivíduo, interpelado por um investigador, produzida num dado contexto de pesquisa, é do ponto de vista metodológico mais rigorosa, pois caracteriza apenas parcelas, sempre subjetivas, do trajeto de vida de quem fala e não a sua história de vida, no sentido mais geral.

¹⁷ Como já foi demoradamente discutido por um de nós (Ribeiro, 2010), a mobilização da memória no processo de investigação é crucial para o conhecimento de um dado fenómeno. Por se ancorar nomeadamente à casa que se habita e ao lugar onde se trabalha, não existe memória sem espaço. A memória é condicionada pelo trajeto de vida do indivíduo, no qual o passado e o presente, o que foi e o que é enquanto dicotomia temporal estão muito evidentes nos discursos produzidos, organizando o processo de recordação (Candau, 1996, p. 39). Este processo é também feito de esquecimento, constituindo-se simultaneamente como oposição e complemento. Como argumenta Augé (1998, p. 7), sem o esquecimento, o indivíduo coloca-se em risco, pois a impossibilidade de esquecer (hipertrofia da memória) provoca danos psicológicos, mormente os decorrentes da recordação dos ressentimentos e dos traumas sofridos.

entrevista em profundidade. Obedecendo a uma comunicação não violenta, na qual o entrevistador se deverá colocar em pensamento no lugar do entrevistado, sem censurar o seu ponto de vista, mas antes esforçando-se por compreendê-lo, mobilizando a empatia estabelecida¹⁸, esta estratégia permitirá aceder a

uma compreensão genérica e genética do que ele [o observado] é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social (Bourdieu, 2008 [1993a], p. 700).

Numa situação ideal de investigação, a aplicação da entrevista deve ser antecedida de um conhecimento detalhado e rigoroso do contexto social onde os atores vivem. Implicando visitas e mesmo estadias prolongadas do investigador, tal permite a sua inserção no meio onde a pessoa entrevistada vive, estabelecendo com esta e com aqueles que lhe são próximos relações de empatia, segundo o modo como ela foi acima definida.

No nosso caso, os estudos anteriores sobre a pobreza, alguns dos quais realizados pelos membros da equipa, a experiência de trabalho com a pobreza dos investigadores envolvidos, as entrevistas exploratórias e a parte quantitativa deste trabalho permitiram fornecer as dimensões contextuais necessárias. Acresce que a forma como o contacto com os entrevistados foi realizado permitiu forjar alguma relação de confiança.

Como qualquer outro recurso metodológico, a aplicação da entrevista, bem como a sua análise, reclama um certo distanciamento crítico, a cumprir-se numa relação tensa com os efeitos decorrentes da empatia que se pretende estabelecer com a pessoa entrevistada. Deste modo, a análise do discurso do entrevistado é defendida da manipulação que este pode fazer dos elementos da sua vida escrutinados durante o ato conversacional (cf. Poirier *et al.*, 1995).

A elaboração do guião foi um processo que ocupou a equipa de investigação durante vários meses, com diálogos cruzados entre os seus membros e diversas reuniões. Após 11 versões e a

¹⁸ Seguindo Martinelli (2000, p. 53 ss.), Ribeiro (2010) argumenta que a empatia é um elemento essencial no estabelecimento de uma relação social significativa entre o investigador e o ator social entrevistado. Como conceito, o termo empatia é originário da Grécia Clássica, onde ter empatia – *empathia* (Em-pá' qoj) – significava deixar-se afetar, comover ou apaixonar, implicando, por isso, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente relacionada com o *páthos* (Pa' qoj) – estado de alma inquieto –, a empatia detinha para os gregos clássicos, tal como para nós, um sentido mais poderoso do que a simpatia. No século XIX, os alemães reintroduziram o conceito no pensamento ocidental: a *empfindung*, traduzida pelos ingleses por *empathy* e que deu origem à palavra francesa *empathie*. Abraçada pelo Romantismo Alemão, a empatia foi por este entendida como um meio para sentir o latejar do coração de um povo, logo algo mais intenso do que simplesmente assumir a sua «pele» (Martinelli, 2000, p. 72-76).

aplicação das entrevistas de aferição, o guião ficou finalmente definido. O tipo de estrutura escolhido foi pensado para permitir uma certa flexibilidade durante a aplicação da entrevista, decisiva quando se pretende captar e compreender aspetos muito particulares da vida dos indivíduos, não raro nem imaginados pelos investigadores, cujas vidas, em boa medida, são bem distintas. Tal abordagem implica, seguindo Bourdieu (2008 [1993b]), procurar ir para além das evidências mais evidentes, vinculando os investigadores a um esforço de identificação e de compreensão da forma como as estruturas económicas, sociais e políticas afetam a vida destes indivíduos.

A definição concreta das dimensões constituintes do guião resultou de uma leitura cruzada que teve em linha de conta:

- i) os resultados da Probit e, sobretudo, da ACM e o tipo de variáveis que se revelaram pertinentes para a definição dos perfis (tal como explicitado anteriormente);
- ii) a literatura existente sobre a pobreza (designadamente a que tem um maior foco qualitativo: Amaro & Branco, 2010; Capucha, 2005; Carmo *et al.*, 2010; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Costa *et al.*, 2008; Diogo, 2007; Diogo, Castro & Perista, 2015);
- iii) a própria experiência e sensibilidade dos investigadores da equipa de investigação com trabalhos anteriores de realização de entrevistas desta natureza;
- iv) o recurso à consulta dos guiões utilizados noutros estudos sobre a pobreza em Portugal (em especial usando: Garcia *et al.*, 2000; Branco, 2001; Castro *et al.*, 2002; Diogo, 2007; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Como resultado deste cruzamento, o guião foi construído em torno de nove dimensões de exploração analítica a que acresce mais uma de caracterização geral do entrevistado, respetivo agregado familiar e progenitores. Tendo em conta a orientação biográfica das entrevistas, as dimensões consideradas foram:

1. Enquadramento familiar na infância;
2. Relação com o sistema educativo;
3. Transições para a vida adulta;
4. Relação com o mundo do trabalho;
5. Auto-perceção do percurso, comparação da vida presente com a passada;
6. Redes de apoio social não institucional e território;
7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social;
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza;
9. Perspetivas face ao futuro;
10. Caracterização da pessoa entrevistada e do seu agregado familiar;

O elemento aglutinador destas áreas temáticas é, pois, a história de vida enquanto instrumento de recolha de informação fundamental, organizada numa lógica cronológica, a partir da qual se procurou detetar eventos estruturadores da situação de pobreza em cada indivíduo entrevistado. Pressupõe-se que a identificação dos eventos estruturadores apoia a orientação da entrevista para um registo mais narrativo, nas suas dimensões biográficas referentes à exploração das diferentes trajetórias, mas também nas suas dimensões subjetivas, que remetem para as questões das perceções e reflexões. Nesta esteira, o guião contemplou espaço para que, em cada entrevista, se pudesse identificar outros domínios e acontecimentos cruciais e críticos que decorram das idiossincrasias da história de vida do próprio entrevistado. Em resultado dessa opção, foi possível captar a importância das temáticas da emigração, da doença e da morte, que tiveram um relevo nas narrativas contrastante com a sua omissão nas perguntas colocadas.

Seguiu-se uma fase de pré-teste, em que o guião foi utilizado na realização de quatro entrevistas (uma por perfil identificado na ACM). Em resultado deste procedimento, foi gerado novo debate em torno do instrumento de recolha e introduziram-se novas alterações (abaixo neste capítulo este aspeto é discutido com mais detalhe).

Nesta fase, foi ainda objeto de intenso debate entre a equipa de investigação a ordem segundo a qual deveriam ser introduzidas cada uma das dimensões temáticas no contexto da entrevista. Num primeiro momento, decidiu-se abandonar a lógica cronológica, que coloca em primeira linha as questões sobre a infância, por remeterem para aspetos potencialmente mais sensíveis e íntimos da vida dos entrevistados cujo desenvolvimento poderia beneficiar caso a dimensão fosse introduzida num momento mais avançado da entrevista, em que alguma distância já tivesse sido quebrada.

As entrevistas de aferição (pré-teste) foram aplicadas no período de 4 a 18 de Fevereiro de 2019 a quatro indivíduos pertencentes aos quatro perfis identificados na análise quantitativa (cf. quadro seguinte). As entrevistas foram gravadas com o recurso à função disponibilizada nos dispositivos móveis (telemóveis), uma opção preferível ao tradicional gravador, considerado mais intrusivo por poder ser visto como um objeto estranho pelos entrevistados. O seu uso foi antecedido de autorização por parte dos entrevistados, garantindo-se também que a gravação seria interrompida sempre que o pretendessem, por exemplo, quando desejassem garantir que um dado aspeto da sua vida não seria objeto de registo gravado, ainda que pudesse ser transmitido oralmente ao investigador¹⁹. Esta opção pela gravação através do telemóvel acabou por se traduzir numa orientação para o trabalho das entrevistadoras.

¹⁹ Este estudo seguiu com rigor os procedimentos condensados nos princípios de consentimento informado.

Quadro 1 – Síntese da aplicação das entrevistas de aferição

Entrevistado	Perfil	Duração	Data, Local e Contexto de Realização	Principais Ilações
1	Homem, trabalhador, pobre, empregado auferindo o SMN, casado, com dois filhos a coabitar (16 e 24), vive numa habitação arrendada em Évora	60 minutos	18/2/2019 Évora, sede da delegação de Évora da <i>European Anti Poverty Network</i> (EAPN)	(i) o entrevistado não é muito conversador, o que não permitiu uma recolha muito rica em termos de narrativa na primeira pessoa, tendo isso suscitado a necessidade de pensar a forma de tratamento de dados; (ii) a entrevista permitiu apurar o essencial da trajetória, possibilitando elaborar um esquema biográfico do entrevistado.
2	Homem, 75 anos, vive numa república sénior	50 minutos	7/2/2019 Lisboa, nas instalações da instituição que o apoia	(i) a entrevista deve explorar com especial cuidado o discurso do entrevistado, procurando ligar, de forma que faça sentido para este, os diversos aspetos da sua vida, como: o trabalho; a reforma; a habitação; a escola; a conjugalidade e a relação com os serviços públicos.
3	Homem, 47 anos, desempregado, vive no centro de Ponta Delgada	95 minutos	4/2/2019 Ponta Delgada, na residência do entrevistado	(i) as entrevistadoras devem estar sempre munidas de credenciais de identificação; (ii) flexibilidade na obtenção formal do consentimento informado; (iii) dúvidas em relação a quem deve fazer o primeiro contacto, se o entrevistador, se um mediador.
4	Homem, 52 anos, vive num bairro social e é inativo, vivendo de uma pequena pensão de invalidez	75 minutos	15/2/2019, Braga, sentados em bancos do jardim do bairro onde o entrevistado reside	(i) a entrevista deve começar sempre por uma secção de caracterização pessoal (idade; profissão; estado civil; habilitações; local de residência...) (ii) sempre que possível, a entrevista não deve ser realizada no primeiro contacto. É conveniente uma conversa preliminar/introdutória em dia anterior, de modo a preparar o entrevistado e estabelecer uma relação mínima de confiança com o entrevistador.

Apesar de se terem realizado nesta fase apenas quatro entrevistas, estas foram consideradas suficientes para a aferição da coerência e pertinência do guião por quatro investigadores diferentes, dois homens e duas mulheres. Ficou claro que a opção metodológica pela entrevista era a mais

acertada para responder aos objetivos e questões a que o estudo procurou responder, sem prejuízo de se ter refletido e extraído as devidas inferências, com impacto na versão final do guião, das ilações compiladas no quadro acima, incluindo para a formação das entrevistadoras.

Destaca-se a importância das apreciações subjetivas dos principais acontecimentos que marcam o trajeto da sua vida e que concorrem para explicar a situação social em que presentemente se encontram. No que respeita aos entrevistadores, a experiência proporcionada pela aferição confirmou a importância da escuta ativa e flexível, permitindo o aparentemente livre fluir do diálogo, sem descartar a introdução de interpelações e pedidos de esclarecimentos às afirmações do entrevistado, de modo a explorar todos os caminhos que pudessem contribuir para relevar momentos decisivos da sua vida, sobretudo quando relacionados com os fracassos e as dificuldades que permitem explicar a sua situação no presente. Esta escuta ativa e flexível deve, no estrito respeito pela proposta de Bourdieu (2008 [1993b]) acima mencionada, colocar-se em pensamento no lugar do entrevistado, escutar sem censurar – estar atento às contradições e afirmações aparentemente menos plausíveis, de modo que da análise da entrevista possa resultar um registo biográfico coerente e rico em detalhes subjetivos, permitindo compreender o modo como a pessoa entrevistada olha para os factos e momentos marcantes da sua vida.

Após a realização do pré-teste, a equipa decidiu regressar à lógica da cronologia, por considerar que seria mais estruturador do pensamento e narrativa dos entrevistados. Foi, todavia, consensual que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica de natureza semiestruturada, o questionamento poderia fluir de acordo com a lógica discursiva do entrevistado, mesmo que em detrimento da ordem prevista para os diferentes blocos temáticos.

Neste sentido, o guião é também suficientemente flexível para ter sido adaptado em função do perfil de cada entrevistado, não se descurando, ao mesmo tempo, os limites que permitiram uma lógica de comparabilidade.

Tendo em conta o tamanho da equipa de investigação e a circunstância de as entrevistas serem realizadas por entrevistadoras contratadas, considerou-se fundamental tornar o guião o mais robusto possível do ponto de vista das indicações para a forma de aplicação e de explicitação das ideias, bem como dos significados que veicula. Assim, para cada uma das dimensões foi escrito um texto introdutório explicativo do seu significado, propósito e pertinência²⁰.

Em suma, com o instrumento de recolha construído, a equipa de investigação esperou conseguir captar e compreender melhor a diversidade de estratégias que os atores mobilizam para lidar com a sua situação de pobreza, bem como a forma como se auto-percecionam.

²⁰ Cf. em anexo, o guião com os respetivos textos, e mais detalhe sobre a sua estrutura infra texto.

Pretendeu-se, também, dado o regime subprotetor que tem caracterizado o Estado-Providência em Portugal (Santos, 1993; Silva, 2001), verificar a plausibilidade do impacto das solidariedades familiares e das redes sociais locais nas estratégias de sobrevivência, algo que se traduziu no destaque dado aos sistemas formais e informais de proteção social. De resto, a própria definição de pobreza aconselhou a dar especial relevo a esta questão dado que, à partida, se pode esperar uma influência importante de redes e sistemas sociais de apoio na vida dos indivíduos.

Por fim, está em causa a identificação dos eventos que espoletaram a situação de pobreza. Considerando que entrevistámos apenas indivíduos pobres, não foi possível encontrar episódios de saída da pobreza.

Em todo o caso, e na linha da literatura disponível (por exemplo, Bréban, 1984; Bourdieu, 1986, 1993; Paugam, 1991, 2014; Gaulejac & Léonetti, 1994; Capucha, 2005; Diogo, 2007; Amaro & Branco, 2010; Castro & Guerra, 2010; Branco, 2015; Caleiras, 2015), esperávamos descobrir nos diferentes perfis alguma diversidade no que diz respeito a formas de viver e enfrentar a situação de pobreza, que não são alheias às trajetórias pessoais. Esta diversidade teve como fundamento diversos fatores como os agora apresentados de uma forma resumida: a relação com o Estado (mais reivindicativa, conformista ou ausente); a relação com o futuro (estratégias claras de investimento no futuro ou pensamento mágico); as redes de solidariedade (familiar e de vizinhança); as estratégias de relação com o trabalho (engajamento, desimplicação) e ainda o impacto do tempo de vida dos indivíduos. Este último fator é especialmente relevante no Perfil 1, dos Reformados, e no 2, dos Precários.

A equipa de investigação monitorizou de perto a aplicação do guião por parte das entrevistadoras de forma a garantir a qualidade das entrevistas. Neste sentido, foram rejeitadas cinco entrevistas por falta de qualidade ou por não cumprirem/excederem as quotas definidas.

Todos os atores que aceitaram colaborar foram devidamente informados sobre as condições da sua participação, tendo-lhes sido garantido o seu anonimato. Em concreto, tendo-se solicitado o seu consentimento pela forma considerada mais adequada à sua compreensão e contexto de inquirição, embora sempre com o documento de consentimento informado produzido pela equipa (em anexo) como guia e pano de fundo. O lugar e o momento da sua realização foram definidos de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Sendo de tipo semi-diretivo (ou semiestruturado), o guião de entrevista utilizado pela equipa foi construído considerando que, entre outros aspetos, a sua aplicação deveria estimular a pessoa entrevistada a realizar um exercício de reflexão sobre as suas experiências de vida, procurando significados para os momentos mais relevantes. Ao mesmo tempo, deveria proporcionar ao investigador um conhecimento etnográfico dos efeitos produzidos nos indivíduos pelas situações de pobreza e exclusão que, longe de serem produzidas pelo acaso, são impostas pelos

constrangimentos estruturais muito persistentes que se fazem sentir não apenas no indivíduo entrevistado, mas (com frequência) na sua família, atravessando gerações.

Importa ainda salientar que a situação de entrevista se realiza, muitas vezes, em cenários sociológicos bastante complexos e coletivos, nos quais se torna difícil garantir que o decurso da entrevista corresponda ao padrão puro do «diálogo a dois» (Diogo e Roque, 2002). Assim sendo, as entrevistas decorreram, em número significativo, total ou parcialmente na copresença de familiares, nomeadamente cônjuge e filho(a), neto(a), em alguns casos até com mais do que uma pessoa. As modalidades dessa copresença foram diversas, indo desde a presença silenciosa e vigilante ao aparecimento momentâneo de alguém, da circulação e brincadeira dos filhos ou netos no local (chegando a interferir com o gravador) até à participação ativa na própria entrevista – que poderá ir do apoio na evocação de acontecimentos e memórias até à situação de interlocutor privilegiado que acaba por responder às questões em lugar do entrevistado.

Enquanto emergência situada na própria dinâmica sociológica de quem está a ser entrevistado, o discurso daí decorrente deve ser visto menos como a expressão de atores individuais e mais como a expressão da comunidade onde vivem o seu dia-a-dia. Entende-se que esta marca heterogénea e coletiva da situação de entrevista não deve servir para que se rejeite a sua validade, mas antes para que se reconheça o seu carácter contextual, bem como a necessidade de serem analisados segundo os critérios de confiabilidade que devem orientar a pesquisa qualitativa (Flick, 2002; Galkel & Bauer, 2004). Neste sentido, é essencial desde logo uma reflexão crítica sobre uma certa ficção do indivíduo como uma entidade isolada das relações sociais da sociedade (Diogo & Roque, 2002; Beaud & Weber, 2007).

3. Seleção e formação das entrevistadoras

Um dos aspetos que contribui decisivamente para a qualidade dos dados recolhidos diz respeito ao trabalho das entrevistadoras, em especial quando se trata de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica, que conferem ao entrevistador uma significativa margem de liberdade, mas que exigem de si experiência e formação para que consiga gerir o contexto situacional de cada entrevista.

Este é um aspeto muitas vezes descurado e que, com facilidade, pode contribuir para uma menor qualidade dos resultados obtidos. Neste sentido, uma das primeiras preocupações da equipa do projeto foi definir um perfil para as entrevistadoras de forma a maximizar a qualidade que a sua ação encerra e a minimizar a possibilidade de se obterem dados menos ricos. Esta preocupação traduziu-se ainda num forte investimento na formação das entrevistadoras. Este ponto do livro

pretende, pois, apresentar as ações desenvolvidas pela equipa do projeto para assegurar a maximização da qualidade das entrevistas.

Em relação ao perfil das entrevistadoras, procurou-se acima de tudo garantir que estas tinham experiência particularmente em três aspetos: em investigação na área das Ciências Sociais; na realização de entrevistas semiestruturadas e/ou histórias de vida, e ainda na análise qualitativa de dados. Complementarmente, foi também definida como dimensão importante a confiança dos membros da equipa no seu desempenho, tendo em atenção o seu conhecimento das competências dos candidatos.

Na confluência destas preocupações, foi definido o seguinte perfil preferencial de entrevistador: doutorandos com experiência em realizar e analisar entrevistas, recomendados pelos membros da equipa. Para o caso da zona de Lisboa, assumiu-se, desde logo, a possibilidade de usar a equipa de entrevistadores já ao serviço do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS). Esta opção era especialmente frutuosa, dado o CESIS ser uma cooperativa de investigação, tendo os seus entrevistadores uma vasta experiência de investigação, em especial na realização de entrevistas semidiretivas e histórias de vida, pelo que a questão da confiança na qualidade do trabalho estava também garantida.

Na prática, não foi possível assegurar o perfil definido para todas as entrevistadoras, pelo que algumas das selecionadas tinham apenas uma pós-graduação ou eram estudantes de mestrado e não de doutoramento. Contudo, todas tiveram a possibilidade de realizar investigação (pelo menos ao nível do mestrado) e de desenvolver entrevistas e análise de conteúdo. Para além disso, todas as entrevistadoras escolhidas foram recomendadas pelos membros da equipa que, em regra, as orientaram ou orientam nas suas formações pós-graduadas, pelo que a confiança na sua capacidade para assegurar as tarefas estava também confirmada, dado existir informação objetiva sobre a qualidade do seu trabalho.

Foram assim recrutadas 15 entrevistadoras (5-10 entrevistas por entrevistador), das quais três eram doutoradas, sete eram mestres (alguns doutorandas) e as cinco restantes eram licenciadas, mas com pós-graduação ou a frequentar mestrado. A sua base de formação abrange diversas áreas disciplinares das Ciências Sociais nomeadamente o Serviço Social, a Sociologia, a Educação Social e a Psicologia da Saúde. De relevar, como último aspeto do processo de seleção, que uma vez que as entrevistas tiveram lugar por todo o país, foram recrutadas entrevistadoras em Lisboa (incluindo Amadora, sede do CESIS), Serpa, Porto, Braga e Ponta Delgada.

O processo de formação teve dois momentos contratualizados com as entrevistadoras, um decorrido em Março de 2019 e outro em Setembro do mesmo ano.

O primeiro destes momentos teve como objetivo principal habilitar as entrevistadoras a realizar as entrevistas, tendo a formação em causa decorrido nas instalações do ISCTE-IUL, com a duração de um dia (9.30-18.00). Em termos práticos, nesta primeira formação destacamos:

- i) a apresentação do projeto, na medida em que foi considerado relevante que as entrevistadoras compreendessem o contexto que condicionou a elaboração das entrevistas e os objetivos para os quais estas iriam ser realizadas;
- ii) a apresentação dos resultados da ACM, em concreto dos perfis que estão na base das quotas;
- iii) a apresentação comentada do guião, pergunta a pergunta, com direito ao esclarecimento de dúvidas;
- iv) Dois momentos de encenação (*role playing*) que ocuparam boa parte do dia. Num primeiro, duas voluntárias realizaram parte da entrevista (como entrevistada e entrevistadora), sob o olhar do conjunto dos formandos e dos formadores. Num segundo, o conjunto das entrevistadoras foi dividido em grupos de três, assumindo o papel de entrevistado, entrevistadora e de observadora. Ambos os momentos tiveram espaços em plenário para a troca de dúvidas e de comentários sobre o guião.

O trabalho de encenação permitiu também fazer uma segunda aferição do guião (para além das entrevistas de teste já mencionadas), tendo sido incorporada uma sugestão das entrevistadoras.

No segundo momento de formação, habilitaram-se as entrevistadoras a construir outro produto que lhes foi pedido: em função de um esquema categorial construído e testado pela equipa, foi pedido às entrevistadoras que organizassem a informação das entrevistas, aplicando-lhe um primeiro tratamento de análise de conteúdo e, complementarmente, foi-lhes pedido que produzissem um esquema biográfico. Este trabalho foi completado e aprofundado pela equipa, tendo em vista a construção das conclusões do estudo, e serviu essencialmente para reduzir a carga de trabalho dos investigadores, considerando que esta atividade teve como resultado, por um lado, uma primeira organização do estuendo manancial de informação obtida e, por outro, a produção de um instrumento cuja frequente consulta permitiu aos investigadores não perder de vista o contexto biográfico na análise de trechos e acontecimentos concretos.

Esta segunda ação de formação realizou-se também no ISCTE-IUL, com a mesma duração da anterior. Na sua primeira parte, durante o período da manhã, as entrevistadoras foram familiarizadas com o MAXQDA, aplicativo usado na análise das entrevistas. A segunda metade do dia de trabalho foi dividida em três partes. Na primeira, apresentou-se às entrevistadoras o sistema de categorias desenvolvido pela equipa; na segunda, trabalharam-se diversas entrevistas usando os conhecimentos adquiridos, inicialmente em grande grupo e, de seguida, em grupos de dois ou três, sempre sob a

supervisão dos formadores (membros da equipa). Finalmente, na terceira parte, apresentou-se e trabalhou-se o esquema biográfico em plenário.

Em sequência do processo de seleção e formação das entrevistadoras, executou-se o processo de supervisão das entrevistas, realizado pela bolsista do projeto com o apoio do coordenador do projeto. Este processo consistiu numa verificação da qualidade das entrevistas, de forma a:

- i) assegurar que todas respeitavam o guião;
- ii) assegurar que continham informação necessária para permitir a análise de conteúdo;
- iii) monitorizar a observância das quotas;
- iv) atender às questões relativas à existência de entrevistados pertencentes a minorias étnicas, como referenciado no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como resultado do trabalho de supervisão, cinco entrevistas foram rejeitadas, quer por falta de qualidade das respostas, quer por não se enquadrarem nas quotas selecionadas (fazendo parte de quotas já esgotadas). Neste último caso, em diversas circunstâncias só após a entrevista foi possível concluir que um indivíduo não pertencia à quota para a qual foi entrevistado, dada a complexidade dos percursos sociais em análise e o rigor e a exigência das quotas.

4. O acesso e a recolha de dados

Quando a componente qualitativa visa recolher informação adicional à componente quantitativa, colocam-se desafios acrescidos em termos da seleção das pessoas a entrevistar. Especialmente, como é o caso desta pesquisa, quando não é possível o acesso aos participantes na componente quantitativa (Morse & Niehaus, 2009). Se, num primeiro momento, abordámos a questão da construção das quotas em que os perfis se desdobraram, de seguida apresentaremos os procedimentos e dificuldades da passagem destas quotas aos indivíduos entrevistados.

Neste caso, e tal como inicialmente previsto, foi pedida a colaboração a um conjunto de entidades que se considerou terem acesso privilegiado a pessoas em situação de pobreza nos diferentes concelhos selecionados. Em geral, os contactos foram feitos em articulação com os membros da equipa de investigação, procurando potenciar o seu conhecimento de cada concelho e de forma a facilitar o acesso institucional às pessoas a entrevistar. O pedido formalizado incluiu uma descrição global do projeto, abordando com maior profundidade o perfil socioeconómico das pessoas a entrevistar, assim como os critérios éticos a observar na investigação, nomeadamente o

consentimento informado e a garantia de confidencialidade e anonimato²¹. Esse pedido formal foi complementado com contactos adicionais (endereço de correio eletrónico e telefone), no sentido de esclarecer mais detalhes sobre as características das pessoas a entrevistar (em particular características sociodemográficas e formula de cálculo do limiar de pobreza) e os procedimentos éticos inerentes a este tipo de pesquisa, já anteriormente explicitados. No entanto, a estratégia de acesso inicialmente desenhada apresentou algumas dificuldades e limitações.

Um importante constrangimento, de natureza institucional, teve a ver com a aplicação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018, obrigando à reorganização dos procedimentos adotados pelas entidades na gestão de dados pessoais. Estas mudanças, ainda novidade em 2019, parecem ter gerado alguma relutância na colaboração com atividades de investigação e uma atitude que sentimos traduzir-se no princípio de que na dúvida, se restringe o acesso e o apoio. Neste sentido, a equipa insistiu no facto de não se pretender o acesso a dados pessoais, mas antes um apoio na identificação e na facilitação do acesso a pessoas em situação de pobreza. Ou seja, a colaboração pedida era no sentido de encontrar pessoas correspondendo a um dos perfis (e quota concreta) de forma a que se lhes pudesse perguntar se estariam disponíveis para participar na investigação, dando uma entrevista na base de um consentimento informado. As entrevistas só avançariam se esse consentimento se concretizasse.

Verificou-se ainda um outro tipo de dificuldade relacionada com o facto de se tratar de entidades a desenvolver programas e projetos que abrangem determinadas faixas de população em situação de pobreza, mas não a generalidade das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. O acesso através deste tipo de entidades foi relativamente eficaz no caso de pessoas pertencentes a agregados que beneficiem do RSI ou de outro tipo de prestações sociais do regime não contributivo, visto que este tipo de medidas exige uma série de requisitos contratuais que envolvem o acompanhamento institucional, tendo os técnicos das diversas entidades um conhecimento relativamente aprofundado dos indivíduos, da sua situação financeira e da composição do seu agregado familiar.

Assim sendo, acabou por estar relativamente facilitado o acesso a potenciais entrevistados relativamente ao Perfil 3 ou que, mesmo não constituindo a principal população-alvo deste tipo de programas, tenham um conjunto de situações associadas que os tornem elegíveis. Por contraponto, os indivíduos em situação de pobreza que não estão enquadrados por este tipo de entidades não são visíveis para este tipo de instituições e/ou estas têm um menor conhecimento sobre as características

²¹ A ideia de anonimato pode ser vista de diferentes formas. O que se encontra aqui em causa é o anonimato externo, isto é, para com os leitores dos relatórios e textos científicos, e não o anonimato total, dado que este incluiria também o anonimato em relação à equipa de investigação, algo que neste tipo de situações é impossível de garantir.

que foram constituindo as nossas quotas. Este tinha sido exatamente um dos problemas de acesso que tínhamos antecipado.

A superação deste desafio foi crucial quer porque as características dos perfis assim o exigiam quer porque permitiu analisar categorias de pessoas em situação de pobreza por regra mais afastados das análises realizadas anteriormente, dado o seu afastamento dos principais motores de recrutamento para estudos (para além de estatísticas) sobre a pobreza: as instituições de apoio social aqui mencionadas.

Por outro lado, importa considerar a forma como as dinâmicas de inclusão se expressam nos diferentes territórios. Esta questão foi particularmente crítica na seleção de potenciais entrevistados em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, são mais notórios processos de exclusão pela marginalização, nos quais «a exclusão social não se limita à pobreza, ao desemprego, mas também à marginalização provocada pela fragilidade dos mecanismos formais ou informais de inclusão social» (IESE, 2015, p. 74). Aljustrel, Amadora, Lisboa e Porto são exemplos de concelhos que correspondem a esta tipologia de coesão social, em que a pobreza está ligada a processos de exclusão institucional sendo, por isso, nestes casos, menos eficaz uma estratégia de recrutamento de base institucional.

Também se registaram algumas dificuldades acrescidas em concelhos mais rurais e do interior, com menos população e recursos sociais, nomeadamente em encontrar mediadores que facilitassem o acesso aos entrevistados, considerando o menor número e variedade das instituições presentes no terreno. No caso de concelhos do Sul Interior Rural, por exemplo, foi pedida a colaboração com um investigador de uma universidade da região, sendo relevante assinalar as dificuldades assinaladas pelo próprio ao efetuar contactos com vários interlocutores. Este processo de seleção deparou-se ainda com mudanças relevantes que tornavam o acesso particularmente difícil. A saber: o enfraquecimento das respostas sociais em alguns locais (associações quase sem atividade e funcionários); o facto de alguns funcionários e/ou dirigentes associativos terem mudado de concelho ou ficado entretanto desempregados.

Por último, importa ainda referir os problemas colocados pelos receios de exposição e de estigmatização provocados pela entrevista, particularmente entre pessoas mais vulneráveis e/ou marginalizadas (Gaisbauer *et al.*, 2019, p. 6) e a vergonha que surge associada a esses receios. Como é sustentado por Walker *et al.* (2013), esta é uma dimensão comum da condição de pobreza, independentemente dos contextos culturais e políticos, e pode, de acordo com a sua argumentação, em linha com a abordagem das competências (*capabilities*) em Sen, ser considerada uma das medidas de pobreza absoluta (Walker, 2019). Por outro lado, especialmente no caso do desemprego e em zonas industriais onde a norma do trabalho é muito vincada e referenciada no modelo do «ganha-pão masculino» (Crompton, 1997), este estigma pode ser particularmente acentuado entre os homens e pode suscitar dificuldades para referenciar os constrangimentos relacionados com a quebra de

rendimentos. Estes aspetos, como também o fenómeno de «pobreza envergonhada» que Castel (1995) assinala como podendo estar presente desde o «Antigo Regime», terão contribuído para dificultar quer o acesso aos potenciais entrevistados quer a recolha de narrativas mais substantivas, requerendo uma particular atenção durante o desenvolvimento do estudo.

Todas estas dificuldades exigiram o aprofundamento da reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam no trabalho de campo (Burgess, 1997) e, em particular, nas pesquisas que combinam métodos quantitativos e qualitativos (Bryman, 2004; Morse & Niehaus, 2009). Reconhecendo que as escolhas metodológicas feitas são inovadoras – a análise a uma escala nacional e a importância de um critério geográfico – a equipa procurou resolver os problemas de acesso elencados e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade dos dados recolhidos.

Em primeiro lugar, foi alargado o leque de entidades envolvidas, incluindo outro tipo de organizações que, embora não vocacionadas para a implementação de programas e projetos que abranjam populações em situação de pobreza, pudessem ter entre os seus associados e/ou utentes pessoas que correspondiam aos perfis identificados. Exemplos deste tipo de organizações foram as associações de pensionistas e as juntas de freguesias, no caso do Perfil 1; as associações de estudantes e os agentes educativos, para a quota 2.1 ou para outras envolvendo pessoas enquadradas em agregados que incluam crianças; ou as organizações sindicais, para o Perfil 4. Como veremos mais adiante, a diversificação de mediadores de acesso teve resultados assinaláveis, em especial no caso das juntas de freguesia, das associações de desenvolvimento social e, em certa medida, das associações de base local e dos agentes educativos. Noutros casos, esse reajustamento da estratégia de acesso não teve resultados relevantes, tendo sido apresentadas as seguintes justificações por parte das entidades contactadas: ausência de informação relativa aos rendimentos dos associados (no caso de associações de reformados); ausência de informação sobre a dimensão dos agregados; dificuldades em encontrar, entre associados, pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza (no caso de sindicatos); vergonha em dar uma entrevista sobre este tema.

Foi também diversificado o tipo de abordagem junto aos entrevistados. Desde que as pessoas autorizassem a cedência de contacto telefónico para esse efeito, passou a ser a equipa (bolseira/entrevistadoras) a explicar de forma mais detalhada os objetivos e procedimentos do estudo. Assim sendo, elaborámos um folheto para apoiar o contacto com potenciais participantes no estudo (e até com as entidades intermediárias).

Foi ainda possível ter como estratégia o pagamento de uma compensação às pessoas entrevistadas. Esta assumiu a forma de um *ticket*, num valor unitário de 20 euros, utilizável nos supermercados em território nacional. Esta medida permitiu reconhecer o esforço e o tempo despendido, sem tornar a realização da entrevista num ato comercial, tendo contribuído para reduzir o nível de recusas em realizar a entrevista. Foi assim possível aumentar a adesão das entidades e, em

especial, dos participantes, que, em vários casos, expressaram a utilidade imediata desse valor na sua gestão financeira diária, como, aliás, seria de esperar.

Por outro lado, foi diversificada a forma de acesso, sendo equacionada uma estratégia de «bola de neve» (Burguess, 1997; Tashakkory & Teddlie, 2003). Ao reconhecer que a seleção de entrevistados segue um padrão social num dado contexto – ou seja, envolve indivíduos e relações sociais entre indivíduos (Burguess, 1997) –, este tipo de metodologia tem sido indicado como sendo particularmente adequado em grupos marginalizados e renitentes em participar em atividades de pesquisa. Neste sentido, foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, ou, por exemplo, a rede de contactos das pessoas entrevistadas, no caso das entrevistas bem-sucedidas. A adoção desta estratégia metodológica obrigou a um reforço dos procedimentos de registo e monitorização dos critérios de seleção de pessoas a entrevistar, considerando-se não apenas as quotas e perfis anteriormente apresentados (com todo o rigor), mas também o contexto relacional ou institucional através do qual é garantido o acesso.

De forma a contornar estas dificuldades de acesso, alargou-se também a base territorial para a realização de entrevistas, passando-se a considerar concelhos com características similares aos inicialmente propostos. Este foi o caso dos concelhos do interior rural (norte e sul) e de um concelho intermédio (estava inicialmente previsto apenas Castelo de Paiva; juntou-se-lhe Celorico de Basto). Num outro caso, no sul litoral, considerando as dificuldades de acesso encontradas, foi selecionado um outro concelho considerado similar do ponto de vista socioterritorial e onde o acesso estaria mais facilitado – Mafra foi substituída por Caldas da Rainha.

Uma parte do afinamento da estratégia passou por aproveitar o contacto com mediadores de acesso para aferir se as quotas definidas estariam adequadas às características socio-territoriais do concelho e avaliar a sua exequibilidade no terreno. Procurámos perceber quais as perceções dos mediadores de acesso sobre as características sociodemográficas associadas à pobreza em determinado concelho e se haveria facilidade de acesso a pessoas correspondendo a esse perfil. Neste sentido, a lista previamente elaborada foi sendo reajustada no decorrer da recolha de dados, a partir da triangulação entre os critérios estabelecidos nesta lista e a informação recolhida junto aos mediadores de acesso e no trabalho no terreno, tendo em mente um equilíbrio entre critérios de representatividade e as possibilidades de acesso a entrevistados. De relevar que este procedimento teve impacto nas entrevistas a realizar nos concelhos mas não na adequação das entrevistas às quotas e perfis, feita com todo o rigor.

Por fim, é de destacar o esforço de permanência no terreno, em particular nos concelhos do interior, onde o leque de entidades que podiam indicar entrevistados é menor. A bolsreira ao serviço deste projeto de investigação realizou duas deslocações ao terreno, onde procurou contactar no local, formal e informalmente, possíveis mediadores de acesso, tendo ainda feito saídas de campo, com vista

à identificação de possíveis entrevistados. A organização das deslocações implicou um cuidadoso processo de preparação que passou pela intensificação do contacto prévio com entidades (por exemplo, câmaras municipais, núcleos distritais da EAPN) e agentes locais da rede de contactos da equipa de investigação (por exemplo, agentes educativos e de desenvolvimento local ou investigadores), de forma a permitir o agendamento de reuniões e a avaliar a viabilidade da realização das entrevistas. Nestas deslocações, a bolsreira contou com a colaboração de entrevistadoras que a acompanharam. Como acima referido, foram realizadas duas deslocações, ao Norte Interior Rural (Setembro) – Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre – e ao Sul Interior Rural (Outubro) – Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Serpa. Os contactos realizados permitiram a realização de 14 entrevistas e a identificação dos mediadores de acesso, facilitando a realização das restantes em pouco tempo.

A diversificação da estratégia de acesso permitiu não só facilitar a realização de entrevistas como também evitar uma distorção da seleção de entrevistados em função do seu enquadramento em programas de alívio da pobreza, alargando a riqueza e qualidade das entrevistas em cada um dos perfis e das quotas previamente definidos. Foi possível, pois, evitar o acantonamento aos utentes dos apoios sociais e assegurar a diversidade interna e territorial dos perfis. No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das entrevistas realizadas segundo o tipo de acesso. Distinguem-se seis tipos de acesso, ordenados segundo o seu peso na globalidade das entrevistas realizadas.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas, por tipo de acesso

Tipo de Acesso	Subtipo	N.º de Entrevistas	
Provisão de Ação Social	SAS Autarquia	17	32
	IPSS	15	
Informal			20
Base Local	Junta de Freguesia	11	14
	Associação Recreativa ou de Moradores	3	
Associação Desenvolvimento Social			14
Associação de Reivindicação de Direitos	Sindicatos	2	5
	Associação pelo Direito à Habitação	3	
Agente educativo		2	2
Total			87

Em baixo, apresentamos dois exemplos de acesso em grande detalhe para, por um lado, identificar as dificuldades concretas que enfrentámos para chegar aos entrevistados e, por outro, relevar o meticoloso trabalho de angariação dos entrevistados, de forma a assegurar o respeito pelas quotas e a diversidade de fontes de acesso (e, em sequência, dos entrevistados).

Entidades de Provisão Social

O tipo de acesso mais utilizado refere-se a entidades com responsabilidades diretas na provisão de serviços de ação social, tais como as câmaras municipais, a partir dos seus serviços de ação social, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Na maior parte dos casos, as pessoas indicadas eram beneficiárias de algum tipo de apoio social – na atualidade ou em algum momento da sua vida. Os apoios sociais incluíam: Complemento Solidário para Idosos (CSI) e cartão de apoio a medicamentos; RSI; subsídio social de desemprego; subsídio de desemprego; pensão de invalidez; apoios na área da habitação; participação em formações e medidas de inserção profissional; acompanhamento de filho com deficiência. Noutros casos, menos frequentes, o laço não estava relacionado com este tipo de medidas. Em três dos casos, tratava-se de um vínculo de base laboral: Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social (ACRAS) e Kairós, Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária. A ACRAS também mediou o acesso com vista à realização de uma entrevista com um frequentador de um centro comunitário (P1.4).

Através desta via, foi possível realizar um total de 32 entrevistas, a maior parte do Perfil 3 (13 entrevistas). As restantes foram relativas aos Perfis 1 e 4 (oito e sete entrevistas, respetivamente). Apenas quatro das entrevistas do Perfil 2 foram facilitadas por este tipo de entidades. No que concerne às dicotomias territoriais, importa salientar que a maior parte das entrevistas em causa se refere ao litoral urbano (15 no norte e 10 no sul).

Na maioria dos casos, o limiar da pobreza foi apurado pelas entidades que, pela sua responsabilidade na gestão de programas de assistência social, têm acesso a este tipo de dados. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades relacionadas com um desajuste relativamente às quotas pedidas, que foram sendo corrigidas pela equipa nos contactos com os entrevistados.

Acesso Informal

Como referido anteriormente foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, bem como a própria rede de contactos das pessoas entrevistadas. Este tipo de acesso permitiu a realização de entrevistas em todos os perfis, sendo, no entanto, de assinalar que apenas duas entrevistas do Perfil 3 foram conseguidas desta forma. Por outro lado, no que diz respeito à sua distribuição, é notória a importância que teve este tipo de acesso para a concretização da recolha de dados no interior rural – sete entrevistas no sul e seis no norte – onde se verificou um maior investimento da equipa no trabalho de terreno na angariação dos entrevistados e onde os mediadores institucionais não abundavam.

Em momentos em que foi possível a realização de algum trabalho de campo para a angariação de entrevistados por parte da bolsreira, a sua presença no terreno permitiu um melhor apuramento das características sociais e territoriais dos concelhos, nomeadamente em termos demográficos, de estrutura de emprego, de especificidades culturais e de mecanismos de exclusão, o que foi tido em conta no trabalho de acesso a potenciais entrevistados.

Em muitos dos casos, os mediadores de acesso são pessoas cujo papel social nas comunidades locais permite conhecer, de forma informal, a situação socioeconómica concreta das famílias e, simultaneamente, serem encarados como interlocutores de legitimação da pesquisa junto a potenciais participantes. Um vereador camarário, sem pasta, que é simultaneamente um comerciante local no sector do vestuário; uma subdiretora do agrupamento de escolas do concelho; uma doméstica indicada como sendo dinamizadora local numa aldeia isolada; um oficial da marinha reformado, com propriedades e alguns negócios de exploração florestal no concelho; um padre reformado, reconhecido dinamizador cultural e social do concelho; uma proprietária de uma mercearia que é membro de um grupo de cante alentejano e tem atividade comercial em várias freguesias do concelho; uma proprietária de um café-restaurante familiar onde a bolsreira lanchou após a realização de uma entrevista. Tudo isto são exemplos de mediadores de acesso cujo critério de relevância assentou no seu papel nas suas comunidades. Um exemplo ilustrativo deste tipo de relevância pode ser encontrado numa entrevista (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos):

Entrevistadora: E como é que se desenrascou na altura? [referindo-se a um momento em que a entrevistada tinha vivido na rua, como sem-abrigo]

Entrevistada: A XXXX [mediadora de acesso] dava-me de comer. E ia ao ginásio fazer a minha higiene. Ao fim de dois dias, a XXXX virou-se para um primo e disse-lhe: «Empresta lá a casa, escusa de a senhora estar a viver no campo da bola». O senhor disse: «Está bem, eu empresto-lhe a casa». No outro dia lá fui, e a XXXX disse-me: «Vais falar com a Dra. XXXX, a ver se ela ajuda nalguma coisa.» Foi quando eu recebo o RSI, 180 euros.

Importa salientar também o potencial da pesquisa de terreno enquanto oportunidade de enriquecimento da caracterização do contexto onde se inserem as pessoas estudadas. Exemplo disso é o da entrevista realizada numa pequena aldeia de Vila Pouca de Aguiar (P4.2). Num concelho deprimido do ponto de vista económico e onde quem pode emigra, foram identificados focos de pobreza associados: encerramento de determinadas atividades económicas ou atividades de utilização intensiva de mão de obra barata (em particular no sector primário, mas também no secundário), e onde as grandes obras públicas permitiram a criação de emprego temporário e inseguro. Um dos casos

indicados nas reuniões e entrevistas exploratórias realizadas foi a construção da Barragem de Parada de Monteiro, que estava na altura em *lay-off* devido a um acidente estrutural que tinha obrigado à paragem da obra²². Assim sendo, tendo conhecimento de que haveria um trabalhador em *lay-off* que viveria nessa aldeia particularmente isolada, bolsreira e entrevistadora decidiram ir fazer contactos no local. Era, de facto, uma aldeia muito isolada, com pouquíssimas pessoas na rua e uma população sobretudo idosa. Só havia um estabelecimento comercial: uma esplanada improvisada num quintal com uma mesa de matraquilhos, onde foi possível encontrar um grupo de oito pessoas a conversar. O proprietário do café veio falar com as investigadoras e, tendo sido apresentado o folheto e os objetivos do estudo, explicou que havia alguém entre as pessoas presentes que poderia corresponder ao perfil pretendido. As entrevistadoras foram apresentadas ao grupo, foi-se conversando sobre a situação da aldeia, os impactos previsíveis das obras, explicou-se os objetivos do estudo e vários dos presentes referiram a sua situação. Um deles estava reformado por invalidez devido a um acidente de trabalho, com direito a indemnização e reforma, não correspondendo a uma situação de pobreza. O que veio a ser o entrevistado (P4.2) era de poucas palavras mas, quando questionado pela bolsreira, assentiu que provavelmente estaria nessa situação e manifestou a sua disponibilidade, sem muitas reservas, para realizar a entrevista. A entrevista realizou-se no interior do café, com a presença da esposa. As anotações da entrevistadora na folha de registo são bem ilustrativas de uma aldeia isolada, social e demograficamente deprimida:

A esposa esteve presente durante a entrevista e fez poucas interrupções ou comentários. A filha do entrevistado é a mais nova moradora da aldeia. Ao encerrar a entrevista, voltámos para o café, onde eu e a XXXX [a bolsreira] conversámos bastante com os frequentadores. A aldeia é uma das mais remotas da região, fica na fronteira com Ribeira da Pena e a estrada para lá chegar é má. Ao fim da entrevista, voltei a sentar-me no café, junto de XXXX, quando conversámos bastante com os frequentadores. O dono do café deu um panorama sobre o isolamento da aldeia, disse que mesmo a barragem, que poderia trazer um pouco de turismo e novos moradores para região, está sendo construída em local acima da aldeia, ou seja, o movimento que trará para a região não afetará a aldeia. Depois, ele e a mulher passaram a discutir quantos moradores lá habitam. Momentos antes, disseram que ninguém nasce, quem lá está morre de velho ou emigra. A esposa dizia que havia 40 moradores, mas o marido, dono do bar, desconfiava, achava ser muita gente. Resolveu então contar nos dedos, nomeando um a um, e chegou a 33. Após concordância com o número de moradores, a esposa lembrou que naquele ano haviam morrido sete.

Por fim, assinala-se a importância que teve a exploração da rede de contactos informais de membros da equipa do projeto. Em Serpa, a entrevistadora recorreu aos seus conhecimentos para chegar a freguesias menos centrais do concelho, tendo usado a sua rede de relações familiares e de amigos para realizar três das entrevistas. Em Ponta Delgada e em Lisboa, a bolsreira de investigação

²² <https://www.publico.pt/2019/06/06/economia/noticia/iberdrola-suspende-trabalhos-barragem-alto-tamega-1875624>

explorou a sua rede de contactos pessoais e de vizinhança, o que permitiu a realização de várias entrevistas (em todos os casos correspondendo às quotas definidas), incluindo a uma mulher que costuma fazer respigagem na sua zona de residência; a uma vizinha indicada por um pescador como sendo uma trabalhadora do sector da pesca (gameleira); a uma conhecida, amiga no *Facebook*, inicialmente contactada por ser educadora social mas que, ao discutirem-se os critérios inerentes ao limiar de pobreza, chegou à conclusão de que os rendimentos do seu agregado eram inferiores, correspondendo ainda para mais a um perfil (desempregada, sem protecção social) de difícil acesso. No Porto, uma entrevistadora retomou um contacto de uma participante num estudo anterior, um inquérito sobre a situação habitacional em bairros do Porto. Todos estes casos são apenas alguns exemplos do trabalho de grande detalhe que foi preciso fazer, sobretudo para se chegar aos perfis mais invisíveis às instituições de apoio social.

5. Aferição da grelha de análise

Os pontos anteriores concentraram-se nas questões de desenho da amostra qualitativa e do guião, da formação das entrevistadoras e do acesso aos entrevistados. Depois de garantidas as entrevistas, a questão seguinte disse respeito aos procedimentos do seu tratamento. Assim, neste ponto é apresentada a grelha de codificação da análise de conteúdo. Esta grelha (cuja primeira versão podemos encontrar em anexo) foi um produto sempre provisório de um trabalho em constante progresso até ao momento de encerramento da análise.

Boa parte do trabalho realizado neste projeto respeita precisamente à progressiva adequação da grelha ao material recolhido, para que pudesse guiar a condensação dos discursos, tornando perceptíveis e inteligíveis as regularidades sociais e apoiando a elaboração das análises que constroem as nossas conclusões.

A partir da transcrição integral das entrevistas pelas equipas de entrevistadoras e o ajuste das diferentes categorias, mobilizou-se a análise de conteúdo como técnica privilegiada de interpretação dos discursos produzidos. A opção por esta técnica de análise dos dados dos discursivos encerra em si diferentes objetivos: descrição; inferência; interpretação e atribuição de sentidos às unidades de análise (Vala, 1999) – no nosso caso, às narrativas biográficas produzidas pelos sujeitos. Enquanto técnica passível de ser mobilizada em diferentes lógicas de investigação, compreende diferentes níveis adaptados aos diferentes objetivos da investigação em curso: descritivo; correlacional e causal (*idem*). No nosso caso, e seguindo Vala, damos particular atenção ao nível descritivo:

O investigador visa a descrição tão exaustiva quanto possível de um acontecimento, de um caso, de uma população, etc... (...) em muitos destes estudos, o investigador não dispõe de hipóteses de partida, reúne dados de forma controlada e sistemática que depois organiza e classifica. (...) [A análise de conteúdo] poderá mostrar, por exemplo, a importância relativa atribuída pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida económica, a vida profissional, a vida religiosa, etc... (Vala, 1999, p. 105).

Para efeitos de análise e organização das narrativas dos sujeitos, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, mobilizando-se posteriormente uma análise de conteúdo a partir de categorias emergentes do guião, às quais os excertos significativos relevantes da narrativa foram alocados. Neste processo de categorização, pretendeu-se garantir que os principais eventos, percepções e dados das narrativas não se perdiam e que eram coerentes com o discurso dos sujeitos. Como em qualquer processo de análise de conteúdo, procurámos que estas categorias fossem exaustivas, explicativas e exclusivas. Por último, a transcrição das entrevistas e o modo como os sujeitos construíram as suas narrativas revelou categorias não antecipadas no guião, tendo-se deixado, à partida, espaço para a sua inclusão. Assim, e depois da formação de um *corpus* de materiais, as categorias podem ser criadas *a posteriori* ou *a priori*, ou constituir uma combinação dos dois métodos (Vala, 1999).

No nosso caso, num primeiro momento, construiu-se uma grelha exaustiva de análise, composta por: objetivos da investigação e respetiva secção de análise; subtemas de análise; questões correspondentes do guião; categorias e subcategorias. A descrição da secção de análise foi acompanhada pelos principais objetivos de investigação, pretendendo dar resposta a questões concretas levantadas pelo estudo. De modo a operacionalizar esta secção e torná-la menos abrangente, a coluna seguinte da grelha organizou os subtemas, para especificar as diferentes camadas dessa secção e operacionalizar o tratamento de cada uma delas na análise dos discursos dos entrevistados. Essa operacionalização aconteceu também na associação das questões do guião às diferentes categorias, precisamente pela especificidade de cada uma dentro da respetiva secção temática.

No entanto, estando conscientes de que o discurso dos sujeitos não é necessariamente linear, observou-se que, ao longo da transcrição, os diferentes subtemas, por vezes, surgiram em momentos distintos do discurso. Finalmente, ainda de modo a proceder às análises finas das biografias dos sujeitos, as categorias organizaram-se em subcategorias, com o intuito de facilitar quer a leitura quer a codificação dos diferentes excertos significativos das biografias dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, no processo de categorização de análise das entrevistas, procurou-se ainda a identificação de um conjunto de categorias transversais particularmente relevantes para a sua compreensão. Seguindo Delory-Momberger (2012), na análise do indivíduo como ser social,

identificam-se categorias individuais ou institucionais e singulares ou coletivas, bem como o sentido da sua intervenção na narrativa, como coadjuvantes, sentido positivo, quando ajudam o ego (são recursos) ou como obstaculizantes, sentido negativo, quando obstaculizam o ego. A relação entre individual e social é vista como singular, percebendo-se de que modo, na sua relação biográfica com o mundo histórico e social, essa experiência é constituída. A **temporalidade**, procura a identificação dos tempos representados no discurso, enquanto tempo de referência (o passado; o presente; o futuro), e aquilo a que se associa este tempo («antigamente é que era bom»; «tive uma infância feliz»; «quando era criança...»).

A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma percepção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

A **biografização da experiência** parte deste reconhecimento da temporalidade, especificando-a nos seus aspetos biográficos ou de «escrita da vida» (idem). Estabelece-se assim uma relação entre agir e pensar articulados num tempo que organiza e constrói as experiências dos sujeitos. Ainda neste processo, importa atender aos lugares ou espaços onde decorre a narrativa do ego, como por exemplo, a casa dos pais, a casa própria, a rua, uma localidade ou a sala de uma associação. Do mesmo modo, e como sustenta ainda a autora,

A atividade biográfica não fica mais restrita apenas ao discurso, às formas orais ou escritas de um verbo realizado. Ela se reporta, em primeiro lugar, a uma atitude mental e comportamental, a uma forma de compreensão e estruturação da experiência e ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia. A utilização dos termos biografia e biográfico para designar não a realidade fatural do vivido, e sim o campo das representações e de construções segundo as quais os seres humanos percebem sua existência, enfatiza até que ponto a compreensão da narrativa da experiência se apresenta como uma escrita, isto é, como modo de apreensão e de interpretação da vivência (...) (Delory-Momberger, 2012, p. 525).

Os acontecimentos estruturantes identificados nas entrevistas podem ser condensados e articulados com o que designamos como os três D da pobreza: Divórcio (ou outra rutura familiar); Doença (do ego ou de um familiar próximo, incluindo a existência de uma deficiência ou de momentos de depressão) e Desemprego (do ego ou de alguém no ADP, as pessoas com quem o ego vive), de forma a melhor compreender as grandes categorias que justificam a situação da pobreza²³.

A partir de uma primeira versão do guião, a equipa afinou as categorias e incluiu as emergentes a partir da análise das entrevistas recolhidas.

²³ A questão dos três D da pobreza está referenciada de uma forma sistematizada e aprofundada na conclusão do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como sustentam Bogdan e Biklen, o processo de categorização e codificação percorre a leitura de dados, destacando-se repetições, palavras e frases completas que evidenciam as formas como os sujeitos pensam sobre determinados acontecimentos. Assim,

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos. Estas palavras ou frases são categorias de codificação (Bogdan & Biklen, 2003, p. 221).

A partir do guião construído, é possível identificar as secções temáticas abaixo apresentadas de forma detalhada, que organizam a informação a partir de dois grandes princípios, já referenciados: uma narrativa da sua vida, procurando a equipa identificar eventuais momentos de rutura que justifiquem a situação de pobreza; e a reflexão sobre a sua situação de pobreza, procurando-se destacar a forma como se lida com esta. Estes dois grandes princípios intercalam-se e misturam-se nas secções concretas em que o guião se divide, dado que, como anteriormente referido, o grande motor que o organiza é a sequência cronológica típica da história de vida. Abaixo apresentamos as grandes categorias do guião e também as principais questões que as motivam, às quais estivemos particularmente atentos dado o seu potencial explicativo das situações de pobreza dos entrevistados. Vejamos, pois, as grandes categorias do guião e o que as motiva:

1. Enquadramento familiar na infância: esta secção pretendeu explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Foi importante perceber que visões constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

Identificam-se os seguintes subtemas: recordações e contextos da infância; eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância.

Este ponto ajudou a perceber em que medida a pobreza é uma herança familiar e, em caso negativo, permitiu começar a compreender se existiu um evento estruturador que justifique a situação de pobreza em que a pessoa entrevistada se encontra.

2. Relação com o sistema educativo: esta secção explora como foi – ou é, no caso de estudantes, – construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade»; se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo,

um lugar de estigmatização e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares; exploram-se ainda as razões dessas imagens da vivência escolar. Finalmente, analisam-se os fatores de permanência ou de recusa da escola; as mudanças com a idade e as razões do abandono.

Identificam-se os seguintes subtemas: percurso escolar durante a infância/juventude; representações sobre a escola e abandono escolar; representações sobre escola e futuro; formação profissional.

A análise da relação de famílias em situação de pobreza com o sistema educativo é particularmente importante, atendendo-se sobretudo à prevalência de números elevados de insucesso escolar e de abandono que condicionam, frequentemente, as escolhas e trajetórias profissionais dos jovens.

A escola enquanto instituição estruturante da vida das crianças e enquanto promessa de mobilidade social é altamente posta em causa na análise deste tipo de biografias. O abandono precoce, seja por retenções, seja por desinteresse (situações previstas na grelha), adequa-se aos discursos dos sujeitos. Não obstante, como veremos na análise empírica, são apontadas outras razões para o abandono.

3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável e adaptada ao perfil em análise): Esta secção pretendeu perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de causa-efeito entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente e permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorou-se também a forma de expressão da inatividade: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Identificam-se os seguintes subtemas: processo de saída da escola; processo de saída de casa dos pais; modelos de conjugalidade; modelos de parentalidade.

As transições para o mercado de trabalho caracterizam-se, frequentemente, por percursos incertos, associados a baixas habilitações e pouca experiência profissional. Assim, podem encontrar-se percursos diversos, em que, após a saída da escola, há ou entradas e saídas do mercado de trabalho ou uma entrada imediata.

4. Evento estruturador: relação com o mundo de trabalho, isto é, a análise da trajetória profissional/laboral. Esta secção pretendeu explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais. Por exemplo, se se sente recompensada e realizada; se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc; A secção pretendeu ainda identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Identificam-se os seguintes subtemas: emprego atual (para os empregados); satisfação com o emprego atual; vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego; percursos no mercado de trabalho; para os reformados, as razões da sua reforma.

A prevalência e relevância das situações de pobreza entre a população empregada demonstram claramente que não é possível estabelecer qualquer relação direta entre trabalho e situações livres de pobreza. Ainda assim, a esfera laboral é evidentemente uma dimensão central a este respeito, sendo ainda crucial, em termos mais latos, para a inclusão social.

As estratégias de acesso ao mercado de trabalho podem ser variadas, tal como previsto na grelha de análise, indo desde conhecimentos pessoais a modos mais formais de procura.

Tratando-se de um evento estruturador, importou também conhecer a diversidade de percursos de entrada e saída do mercado de trabalho, bem como as razões que o motivam. Também estes se assumem como heterogéneos, sendo que o mesmo sujeito poderá ter passado, no seu percurso, por diferentes tipos e relações com o mercado de trabalho, como explicitado na grelha de análise. Se a biografia é um motor de todo o guião, a dimensão biográfica da relação com o mercado de trabalho é o seu cerne.

5. Auto-perceção do percurso (comparação da vida presente com a passada): Esta secção pretendeu explorar a visão geral que os sujeitos têm da sua vida e a avaliação que fazem do seu percurso, os seus pontos de destaque e os momentos críticos.

Identificam-se os seguintes subtemas: perceções sobre adequação de níveis de rendimento; avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento.

Tal como sustenta Paugam (2008) na sua análise das formas elementares de pobreza, há uma relação de interdependência entre a população designada como pobre e o resto da sociedade. Se, até aqui, o foco da entrevista tem estado na narração da história de vida e na identificação dos eventuais momentos de rutura que justificam a atual situação de pobreza, neste ponto está em causa a

reflexividade sobre a pobreza e sobre a sua própria situação de pobreza. Neste sentido, há duas dimensões centrais a evidenciar no discurso, tal como também sustenta Paugam (2008): as representações sociais e as experiências vividas pelos sujeitos. No nosso estudo, interessou procurar uma articulação entre essa visão e o modo como cada sujeito é capaz de representar-se enquanto pobre, analisando os momentos decisivos nesse percurso.

Contudo, como observam Sousa e Matos (2006), a esmagadora maioria dos agregados analisados no seu estudo, à semelhança de uma investigação similar (Hespanha e Matos, 2000), vivem situações de risco social tão complexas que não permitem isolar um evento ou fator de risco. Pelo contrário, assumem a particularidade de combinar uma multiplicidade de problemas sociais. Nesse sentido, tornam-se facilmente dependentes de múltiplas ações de intervenção. Refira-se que estudos realizados sobre famílias multiproblemáticas demonstram que uma das suas desvantagens é a privação económica e cultural, a qual tende a amplificar todos os problemas e a reduzir a capacidade de resposta da família (Alarcão, 2000).

6. Redes de apoio não institucional e território: Esta secção subdivide-se em duas: redes de apoio não institucional, onde se tenta perceber qual a rede de apoio informal que a pessoa entrevistada considera ter e em que medida esta lhe dá a ajuda e segurança que considera necessitar, bem como quais os atores fundamentais que ajudam a sua sobrevivência (mãe/pai, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utilizam na relação com esses atores; e a avaliação dos territórios de habitação, onde se explora a relação entre o território habitacional e a condição de vida. Analisou-se nesta secção a forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de apoio. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

Identificam-se os seguintes subtemas: redes informais de apoio e vizinhança; avaliação subjetiva da habitação e do território de residência.

A família e as redes informais de apoio são identificadas na grelha tendo em vista perceber-se se foram centrais no apoio aos sujeitos em momentos que estes identifiquem como difíceis e em que estas tenham servido como recursos para a sua resolução. Assim, qualquer uma dessas relações pode ser marcada por tipos distintos, mais constantes ou menos, mais positivos ou menos, nos termos acima referenciados: como recursos (sentido positivo) ou como obstaculizantes (sentido negativo).

Este bloco também inclui a questão da perceção da qualidade do lugar onde se mora (associada frequentemente à presença de diferentes serviços, transportes, etc).

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção: Nesta secção, explorou-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

Identificam-se os seguintes subtemas: relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida; relação atual com apoios estatais e de outras instituições; impacto das prestações na fase atual do percurso de vida.

É comum associar-se a lógica de ajuda e de assistência a uma diminuição efetiva de situações de vulnerabilidade social. No entanto, como alertam diferentes autores (por exemplo, Crépin, 2006 e Sousa e Matos, 2006), alguns modelos chegam mesmo a aumentar o risco de desqualificação social. As responsabilidades entre o Estado e os atores convergem no Estado centralizado, onde a população beneficiária é definida por um limiar monetário e uma avaliação de risco de acordo com as necessidades ou *status* (desempregado, por exemplo). Assim, muitas instituições operam de acordo com padrões administrativos que nem sempre respondem às necessidades (Crépin, 2006). Finalmente, como observado no trabalho de Sousa e Matos (2006), a maioria dos agregados em situações de pobreza e/ou vulnerabilidade já estabeleceram contactos com pelo menos uma instituição, serviço ou técnico de ação social, continuando a maior parte a ser apoiadas por uma (ou várias) instituições. As autoras identificaram também agregados que nunca haviam sido apoiados, e outros em que o apoio havia existido, mas que já tinha, entretanto, cessado. Assinalam, ainda, a alta feminização da procura de apoio social. Esta realidade também se verificou nas relações informais de entreajuda mantidas ao nível da sociedade-providência, onde a mulher tende a apresentar um grau de envolvimento muito superior ao dos indivíduos do género masculino (Nunes, 1995, p. 17). O caso de modelos de assistência/ação social particularmente assistencialistas, como argumenta Rodrigues (2010), é particularmente paradoxal por se tratarem não apenas de mecanismos de controlo, mas também de manutenção de um *statu quo* em que não importa tanto a autonomização de quem recorre a este tipo de apoios/serviços. Como afirma o autor:

Se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (...), por outro, para serem bem-sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projetos (de vida) (Rodrigues, 2010, p. 196).

O recurso aos apoios, quer mais pontual quer mais sistemático, representa uma ajuda para fazer face a situações específicas dos agregados. Tal como previsto também na grelha, dependendo das realidades vividas, as experiências com os serviços podem assumir diferentes contornos.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza: Nesta secção, foi explorada a autoperceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber-se como considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. Em particular, interessou perceber como a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

Identificam-se os seguintes subtemas: autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado; identificação de situações de discriminação/exclusão social; identificação de medidas de política social no combate à pobreza.

Tal como sustentam Walker *et al.* (2013), existem indícios de que a vergonha experimentada como consequência da pobreza se dissemina por culturas diferentes (Narayanetal, 2000a e b). Em diferentes países, como, por exemplo, a Inglaterra, a pobreza é em si mesma estigmatizante, sendo as pessoas em situação de pobreza mais propensas a descrever as suas experiências quotidianas como «mundanas, limitadas, constrangidas, cheias de dificuldades» (Castelland &Thompson, 2007). Na Europa e na América do Norte, onde o sucesso social é cada vez mais julgado em termos de ganhos financeiros e de consumo, a pobreza é frequentemente experimentada como falha pessoal (Clasenetal, 1998; Beresfordetal, 1999; Edinetal, 2000). Além disso, a vergonha relacionada com a pobreza é também claramente marcada pela variável género (de resto, à semelhança do apoio social, tal como acima referido) (Tangney & Dearing, 2002; Rodogno, 2012). As mulheres não só estão em maior risco de pobreza como também podem encontrar-se com mais frequência em locais onde estão expostas à vergonha relacionada com a pobreza, seja devido ao orçamento doméstico, à criação de filhos ou à falta de higiene. Da mesma forma, os homens podem achar que a pobreza reduz sua capacidade de atender às normas de masculinidade socialmente construídas (Ruxton, 2002; Walker *et al.*, 2013, p. 217).

A vivência da pobreza e exclusão social assume, pois, diversas formas, desde uma vitimização e adoção de uma postura de vida mais passiva à luta por afirmações crescentes de cidadania (Rodrigues, 2010).

A secção anterior permitiu-nos intuir perspetivas diferenciadas no que se refere às perceções das pessoas entrevistadas de si mesmas como (não) pobres. Tais perspetivas diferenciadas são claramente assumidas quando as pessoas são diretamente confrontadas com a questão.

9. Perspetivas face ao futuro: Nesta secção, pretendeu-se compreender de que modo a pessoa entrevistada se projeta no futuro e que esperança deposita neste.

Identificam-se os seguintes subtemas: projeção de si no futuro; projeção do futuro dos filhos; sonhos e possibilidades de os concretizarem.

A experiência da pobreza enquanto experiência de fragilidade (negociada; assistência diferida; assistência instalada; assistência reivindicada; marginalidade conjugal; marginalidade organizada (Paugam, 2003)) é construída por instituições, através da estratificação social da segmentação, e por pessoas, de acordo com o significado dado à ajuda. A pobreza agrega três conjuntos: a fragilidade; a dependência; a quebra de vínculo social. Assim, os processos de desqualificação social identificam também os modos de repressão no mercado de trabalho e as experiências de assistência (Crépin, 2006, p. 101). Desta forma, face às experiências vividas, as pessoas poderão apresentar dificuldades na organização e projeção do futuro, em particular de um futuro autónomo dos serviços sociais e do apoio que tenham, entretanto, obtido.

No ponto seguinte, abordamos o material empírico que foi possível coletar sobre o perfil dos trabalhadores.

1. Enquadramento familiar na infância

As trajetórias dos trabalhadores entrevistados no decurso da infância, são de modo igualmente caracterizados por alguma heterogeneidade, encontrando-se também pontos em comum com os demais perfis analisados neste estudo, como o abandono precoce da escola, o ingresso enquanto criança no trabalho (em particular no trabalho agrícola em contexto familiar), a gravidez precoce e os ambientes familiares instáveis, registando-se, num caso único neste estudo, o suicídio de um dos progenitores. É também observável uma situação de institucionalização por ausência de rendimentos da progenitora para cuidar dos seus filhos. A emigração é um fenómeno bastante presente neste perfil, influenciando de modos distintos as experiências das crianças.

1.1. Recordações e contextos da infância

As recordações de infância dos nossos entrevistados dividem-se entre recordações positivas e negativas. Neste perfil, um relato de institucionalização na infância revela memórias positivas. Apesar de as experiências de institucionalização serem bastante diversas, as memórias que o entrevistado deste primeiro trecho guarda são positivas, identificando as dificuldades financeiras da mãe, após emigração do pai, como a principal causa da institucionalização.

Entrevistadora: Mas então tem recordações boas do colégio?

Entrevistado: Tenho. Tenho boas recordações. Havia muita disciplina, mas, por exemplo, fazíamos bastantes amizades, que éramos bastantes, por isso tenho bastantes boas recordações.

Entrevistadora: Hum hum.

Entrevistado: Mas ficou tudo para trás. Depois de sair do colégio, uma pessoa segue a sua vida e perde os contactos. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Apesar de ser possível identificar diferentes processos de estigmatização nas crianças institucionalizadas, também se observou em alguns discursos a ideia de que, na instituição, as rotinas e o cuidado são elementos valorizados pelos adolescentes (Faria *et al.*, 2008).

Diversos outros entrevistados referem-se a memórias positivas da sua infância. No trecho seguinte, essas memórias estão associadas à irmã, num contexto de emigração e de separação dos

pais.

Entrevistado: As coisas boas eram o jogar à bola. Entrei na seleção suíça... Estar com os amigos de escola... Tinha a minha irmã... Apesar da separação dos meus pais, ela era o meu pilar. Íamos ao rio, passeávamos sempre. Depois participava na igreja, servia o padre, fazíamos atividades ao sábado, passeávamos, fins-de-semana. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Em outros relatos (P4.1_Serpa, P4.5_Serpa, P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, P4.1_Almada, P4.4_Almada, P4.2_Ponta Delgada#1, P4.2_Caldas da Rainha, P4.3_Celorico de Basto, P4.1_Amadora#1), as memórias positivas estão, também, presentes nas narrativas dos entrevistados.

Entrevistadora: E que recordações negativas guarda desse tempo?

Entrevistada: Nada. Se tenho saudades gostava. Mesmo que fosse pouco, gostava. Às vezes, lembro-me que era bom. A minha mãe ia lavar e nós íamos com ela e brincávamos. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistadora: Então, gostaria inicialmente de falar um bocadinho consigo sobre a sua infância: quais são as principais recordações que tem da sua infância?

Entrevistada: É assim: eu nasci em Cabo Verde, não é? Cresci em Cabo Verde até aos meus 19 anos, pronto. A minha infância foi... Uma criança de uma família pobre, mas humilde. Fui muito feliz em criança, graças a Deus. Somos oito irmãos. A minha mãe criou-nos sozinha, foi separada, não é? Depois, aos 16 anos... Eu estudei até ao 8.º ano, sempre fui uma menina feliz, debaixo da pobreza, mas sempre fui feliz, graças a Deus. Tive uma infância feliz, não tem nada a ver com a infância de agora, não é? Que é só tecnologias. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Entrevistadora: Quais são as suas recordações da infância?

Entrevistada: Eram boas.

Entrevistadora: São boas?

Entrevistada: Muito boas.

Entrevistadora: Considera que teve uma infância boa?

Entrevistada: Sim, sim, sim. Muito boa. Para além de os meus pais não terem grande dinheiro para nos dar, não é? Para a gente andar mais bem vestida e tudo, não, mas de amor que eles nos dessem e tudo, e carinho, sempre tivemos de tudo. Éramos três irmãs. Graças a Deus, nenhuma tem razão de queixa. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Para outros entrevistados (P4.4_Guimarães#2, P4.5_Porto, P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, P4.2_Guimarães, P4.5_Amadora, P4.3_Ponta Delgada#2), as recordações da infância são mais ambivalentes, compostas por memórias positivas e negativas, sobretudo devido às privações a que estiveram sujeitos enquanto crianças.

Entrevistada: Sei lá! Eu fui mãe muito novinha. Tinha 17 anos e fui para a XXXX morar e fiz a minha vida na XXXX.

(...)

Entrevistada: É assim, o meu pai sempre trabalhou, sempre ajudou os filhos, sempre manteve as coisas em casa, nunca nos faltou com nada. Éramos muitos e era ele que nos ajudava muito. Depois, comecei a ter a minha filha. Depois, fiz a minha vida e ele continuava-nos a ajudar com aquilo que podia.

Entrevistadora: Portanto, foi uma infância feliz?

Entrevistada: E ao mesmo tempo triste.

Entrevistadora: Triste porque...?

Entrevistada: Porque faltava o principal para criar os filhos.

Entrevistadora: Eram muitos irmãos?

Entrevistada: Éramos 13.

Entrevistadora: Ainda eram muitos...

Entrevistada: Eram. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistado: Sempre tive uma vida... Os meus pais também eram pobres e tivemos que trabalhar muito cedo. Eu comecei a trabalhar com 13 anos, quando estive com os meus pais. Até aos meus vinte e poucos anos, foi sempre trabalhando. Eles também eles eram pobres.

(...)

Entrevistadora: Tem alguma recordação boa ou má de quando era criança?

Entrevistado: Nem boa nem má. Olha, era uma infância que de infância não tem nada a ver com agora, não é? Sempre a trabalhar. A minha infância sempre foi essa. Nunca tive nada de especial, nunca tive uma bicicleta, nunca tive nada! Agora, o meu filho já tem duas ou três. Agora, eu não, estive sempre a trabalhar para ajudar os meus pais. A minha mãe era doméstica, não fazia mais nada, e o meu pai tinha um emprego que trabalhava nas obras, de trolha, e foi sempre assim. E, depois, eu e os meus irmãos começámos a trabalhar e a ajudar mais um bocadinho na casa. Depois, os mais velhos começaram a casar e saíram de casa. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Numa narrativa em particular, foi possível identificar os avós como principais cuidadores, após o abandono da criança por parte da mãe. Apesar de menos expressiva do que nos outros perfis analisados, a solidariedade intrafamiliar e a presença dos avós está também presente nesta narrativa.

Entrevistada: Sim. Lá é que eu tive a minha infância, lá. Fui criada pelos meus avós paternos. Depois, entretanto, vim para Ferreira. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

No entanto, apesar dessa situação, a entrevistada identificou uma infância feliz, referindo ainda a percepção de que antigamente existia mais pobreza do que agora. Referiu também recordações negativas, em particular associadas à situação de abandono por parte da mãe.

Em diversas narrativas, foi possível identificar famílias numerosas, em que os rendimentos dos agregados, apesar de os pais trabalharem, não eram suficientes para fazer face às necessidades familiares. Para além disso, outras narrativas (P4.3_Ponta Delgada#1, P4.4_Guimarães, P.4.3_Porto) revelaram memórias negativas da infância, particularmente marcadas pela instabilidade familiar, pela violência, pelo alcoolismo e por outros fatores de vulnerabilidade no seio familiar.

Entrevistadora: Eu gostaria que me falasse um pouco das suas recordações de infância no Brasil. Acha que teve uma infância boa ou má?

Entrevistado: A minha infância não foi boa, a minha infância foi má. Primeiro, porque meu pai era alcoólatra e a gente sofria muito. Meu pai bebia constante e chegava do trabalho nervoso e batia na minha mãe, batia em nós, quando não nos espancava, trancava o portão e ninguém saía. Minha infância não foi muito boa, entendeu? Mas eu cresci muito e aprendi muito com isso, sabe? Porque meu pai só passou aquilo que ele recebeu. Meu pai não recebeu amor, então não tem como você passar aquilo que você não recebe, você só pode passar aquilo que você tem, o que você não tem você não pode passar, não é?

Entrevistadora: Certo.

Entrevistado: Então minha infância não foi das melhores, mas aprendi muito com isso. Isso me amadureceu muito antes do tempo. Eu, aos 13 anos, aos 10 anos já comecei a trabalhar. Eu não tive praticamente infância, minha infância foi trabalhar. Da lavoura, fui cuidar de uma granja de galinha muito grande. Eu não conseguia pegar o saco de ração, que era de 60 quilos e eu era pequenino, que eu fazia? Eu cortava ao meio. E assim foi minha vida. Depois, comecei a trabalhar de entregador, depois de entregador, fui trabalhar de *office-boy* [paquete]. Depois, fiz o curso de *office-boy*, fui trabalhar numa empresa, numa empresa que já nem lembro o nome, depois me passaram para o Banco do Brasil, BBC, antigo BBC, fui trabalhar lá dentro. Isso tudo na

infância, eu tinha o quê, 15, 16 anos. Foi no decorrer da minha vida. (P4.4_Guimarães, sexo masculino, 44 anos)

Entrevistador: Gostava que me falasse um pouco das suas recordações de infância.

Entrevistada: Más. Algumas são más, porque o meu pai... nós erámos vítimas de maus-tratos, o meu pai era alcoólico mesmo profundo, até morreu derivado de uma cirrose. Ele batia-nos muito, ele, a nós e à minha mãe. As recordações que eu tenho são mesmo as piores possíveis.

Entrevistador: Então, no geral, considera que a sua infância foi má.

Entrevistada: Sim.

Entrevistador: E recordações positivas?

Entrevistada: Poucas tenho. Sinceramente, poucas tenho. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Apesar das descrições de violência e de uma infância considerada má, foi relevante perceber a tentativa de um dos entrevistados em dar sentido a essas histórias, nomeadamente afirmando que amadureceu mais depressa por ter entrado cedo no mercado de trabalho. Estas tentativas de racionalização, de resto, poderão ser uma das estratégias para, retrospectivamente, dar algum sentido a histórias que marcam a infância de um modo tão negativo.

Tal como havíamos percebido em todos os perfis, a presença do trabalho infantil foi uma marca numa boa parte das entrevistas, sendo, em muitas delas, um dos motivos para o abandono precoce da escola, o que retirou, desse modo, possibilidades futuras reconhecidas pelos próprios.

Entrevistada: Sim, sim. Tive sempre um bom cuidado. Sempre foram umas pessoas muito preocupadas, muito dedicadas para comigo. Porque depois, o meu pai, quando a minha mãe me abandonou e me entregou aos meus avós, entretanto, ele voltou a fazer a vida dele com outra senhora, que a outra senhora também não... Isso aí, depois, já foi uma parte mais complicada. Porque depois houve um tempo que eu deixei de viver com os meus avós e fui viver com ele, mesmo em XXXX, numa casa lá perto, e essa senhora fazia-me maus-tratos. E então, daí depois a minha avó retirou-me novamente do meu pai. Portanto, o meu pai não foi um pai presente. O que eu posso dizer hoje é que a minha avó, que graças a Deus ainda hoje é viva, o meu avô é que já cá não está... Mas aquilo que sou hoje posso-lhes agradecer a eles. A eles, que foram os meus pais verdadeiros. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Entre estas narrativas mais negativas, uma revelou fatores de particular violência, não apenas pela precariedade económica, mas também pela existência de maus-tratos, abandono e violações.

Entrevistadora: Gostaria de que falasse de como era a sua infância em geral. Guarda memórias boas ou menos boas?

Entrevistada: Eu tive uma infância horrível [emociona-se]. Fui abandonada pelos meus pais quando tinha seis anos. Fui para casa de pessoas, fui escravizada... [chora] Fui violada. Minha mãe estava em Cabo Verde. Havia muita situação de pobreza e ela deixou-me nas casas de pessoas aos seis anos. Ela foi para Luanda, foi trabalhar. Meu pai... Sabe que o homem da África tem filho com uma e depois tem filho com outra. O meu pai também tinha a vida dele e deixou-me. Entretanto, a pessoa que a minha mãe confiava e que me deixou, faleceu, que era uma tia. Ela faleceu e eu fiquei com outras pessoas. [Pausa] A partir dos seis anos... Nunca tive boa vida, até aos dias de hoje, não é? (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Na mesma narrativa, foi possível ainda encontrar diferentes trajetórias de emigração, entre Angola e Portugal, tendo obtido o estatuto de refugiada ainda em adolescente.

Como pudemos observar, as recordações de infância deste perfil dividiram-se entre memórias positivas, marcadas por boas lembranças da família, da escola e das brincadeiras com os amigos; outras de caráter mais ambivalente, onde se podem encontrar elementos positivos mas também negativos, em particular associados à instabilidade familiar, a perdas de membros significativos, ou ainda a violência; e outras marcadamente negativas, sobretudo devido à existência de violência familiar, alcoolismo, maus-tratos, de abandono por parte de progenitores quando eram crianças (como sucedeu com duas das entrevistadas) e ainda de um caso de suicídio do pai.

1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância

Como já referimos, ao analisar os eventos potenciadores da pobreza na infância, foi possível encontrarmos circunstâncias familiares que provocaram diretamente as situações de pobreza e outras em que a conjugação de diferentes fatores precipitou ou potenciou essas situações. Em várias das narrativas, foi possível observar que diferentes trajetórias no mercado de trabalho provocaram situações distintas ao nível dos rendimentos de que as famílias dispunham. Num dos casos, a conjugação da emigração do pai com uma doença incapacitante da mãe que cuidava das crianças, precipitou a insuficiência de rendimentos e o processo de institucionalização de dois dos filhos.

Entrevistado: Ficou de baixa médica.

Entrevistadora: O que é que ela fazia?

Entrevistado: Ela era empregada de limpeza também. Trabalhou em restaurantes, trabalhou em fábricas, trabalhou um bocadinho em tudo. Trabalhou assim um bocadinho em várias áreas.

Entrevistadora: E depois ficou de baixa. Não sabe com que idade?

Entrevistado: Por volta dos 50. Incapacidade, não é baixa. Ficou incapacitada.

Entrevistadora: Ah, sim.

Entrevistado: Teve um problema renal.

Entrevistadora: Sim. E depois, o seu pai? Nunca mais se encontraram?

Entrevistado: O meu pai, nunca mais tive contacto. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Também nesta narrativa estão presentes elementos de privação durante a infância.

Entrevistada: Nesse tempo, o que eu me lembro é que gostava que os meus pais nos dessem roupas. Via as amigas com roupas novas, com sapatos novos e a gente queria, mas a gente sabia, ao mesmo tempo, que os nossos pais não tinham para nos dar. Ou tinham para comer, ou para nos dar para vestir. Mas foram-nos criando, um pontapé ali e aqui, mas fomos sobrevivendo... (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Para outros entrevistados, um dos fatores potenciadores da pobreza foi a instabilidade familiar, especificamente a provocada pela violência por parte de um dos progenitores.

Entrevistadora: Lembra-se, nesse período da sua infância, de a sua família contar com algum apoio, ou mesmo de uma instituição social, ou religiosa, comunitária?

Entrevistado: Não, não. Nós não tivemos apoio nenhum. Acho que na época não existia e se existia eu não lembro de instituições assim, não lembro. Mas, que eu saiba, a gente não teve apoio nenhum.

Entrevistadora: Recorda-se de alguma situação grave, que tenha afetado membros da sua família durante a sua infância?

Entrevistado: A recordação que tenho que foi grave foi quando meu pai agrediu meu irmão e meu irmão voltou a agredir meu pai. Isso eu tenho de recordação, eu tenho sempre isso na memória. Não consigo esquecer, eu lembro e não me afeta em nada, mas eu lembro e acabo pensando naquilo e fico pensativo. Eu achei aquilo um bocado... Sei lá, eu achei horrível. (P4.4_Guimarães, sexo masculino, 44 anos)

Entrevistadora: Recordas-te de alguma situação grave que tenha afetado a tua família quando eras miúda? Falaste das brigas com os teus pais, das bebedeiras. Lembras-te de mais alguma situação que tenha afetado...?

Entrevistada: Lembro, lembro da altura que a minha mãe saiu de casa. E então, quando eles trabalhavam em embarcações diferentes, a embarcação onde a minha mãe trabalhava tinha uns armazéns ali na XXXX, na Rua da XXXX, lá em baixo na cidade... [falamos da localização]. Antigamente, eram armazéns da XXXX, há muitos anos atrás. E estes donos da XXXX... Era um dos donos da embarcação que a minha mãe trabalhava e lembro-me que a minha mãe teve uma dessas zaragatas com o meu pai e então ela saiu de casa, ela esteve uns meses a morar nesse armazém. Mas toda a vez que o meu pai ia para o mar, a minha mãe sempre vinha a casa levar. Se fosse preciso, vinha todos os dias, e vinha pentear a gente! Que era eu e a minha irmã XXXX, como éramos as meninas, ela vinha do trabalho dela para nos vir pentear, fazer tranças para ir direitinhas para a escola.

Entrevistadora: Para a escola...

Entrevistada: Mas ela não ficava em casa. Se fosse preciso ficar em casa durante o dia, limpava a casa, fazia-nos comida, mas depois ia lá para o seu trabalho e era lá que ela dormia. E essa situação marcou muito, porque quando o meu pai vinha do mar, eu é que tinha que me desenrascar. Como era a mais velha, tinha que me desenrascar e fazer para os meus irmãos que eram mais pequeninos. E eu praticamente é que era a mulher de casa. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Neste relato, as situações de violência afetaram também fortemente as crianças, uma vez que se verificou a dissolução do agregado familiar quando a mãe decidiu sair de casa com os seus filhos. Tal como havíamos observado nos restantes perfis, também aqui se verificou na maioria dos casos a ausência de apoios formais às famílias em situação de vulnerabilidade. Num dos relatos, apareceu o apoio informal de uma das igrejas frequentadas pela mãe e pelas crianças. Em três entrevistas (P4.3_Ferreira do Alentejo, P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, P4.3_Ponta Delgada#1), os abonos de família constituíram o único apoio às famílias em situação de vulnerabilidade:

Entrevistadora: Desses tempos, lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio?

Entrevistado: Não. A não ser o abono, não recebíamos mais nada. Só isso, mais nada!

Entrevistadora: Nem de nenhuma instituição?

Entrevistado: Não, não, nada, nada. Só o abono e mais nada, até aos 18 anos e mais nada.

Entrevistadora: Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

Entrevistado: Não, não, não. Grave, não.

Entrevistadora: A vida era difícil?

Entrevistado: A vida era difícil. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Uma das narrativas deu conta de apoios de organizações, em Portugal, a migrantes.

Entrevistadora: Recorda-se de a sua família receber apoio de alguma instituição, na altura?

Entrevistada: Não, não. Única vez que teve apoio foi da Associação XXXX, mas já cá em Portugal. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Em alguns relatos, os entrevistados referiram perdas significativas (como é o caso da perda da mãe). De resto, este aspeto mereceu destaque em todos os perfis, não apenas pelas consequências emocionais expectáveis nas crianças, mas também pelos impactos múltiplos que tiveram nas trajetórias das mesmas. No relato abaixo, essa perda precipitou o abandono da escola por parte do entrevistado e o ingresso no mercado de trabalho, para que pudesse obter alguma independência em relação ao pai.

Entrevistado: Sim, uma coisa... Que foi quando morreu a minha falecida mãe.

Entrevistadora: Quando morreu a sua mãe, quantos anos tinha?

Entrevistadora: Tinha 13 anos.

Entrevistadora: 13 anos. Então ficou só com o seu pai?

Entrevistado: Só com o meu pai.

Entrevistadora: E acha que a partir daí ficou mais difícil a vida dentro de casa?

Entrevistado: Sim, porque, pronto... O que ela fazia.... Arrumava a casa, fazia o que comer... O meu pai também ajudava e eu também, mas daí comecei a amadurecer mais, comecei a trabalhar, comecei a ter a minha vidinha. Não ia estar sempre a depender do dinheiro do meu pai.

(...)

Dele, pois. Foi quando eu comecei a trabalhar. Comecei a trabalhar em carpinteiro.

(P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Num desses relatos, a perda foi particularmente violenta, por suicídio do pai, quando a entrevistada tinha dez anos.

Entrevistada: Depois o meu pai matou-se. Depois, pronto.

Entrevistadora: Lamento. Tinha quantos anos quando isso aconteceu?

Entrevistada: É assim.... quando o meu pai faleceu, tinha dez.

Entrevistadora: Dez. Os seus pais eram portugueses?

Entrevistada: Eram angolanos.

Entrevistadora: Ambos angolanos? Ok.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Ok. E, entretanto, quando isso aconteceu, como foi que isso afetou? Portanto, ficou só a sua mãe com vocês os dois?

Entrevistada: Não. Nós somos quatro irmãos.

Entrevistadora: Já eram quatro nessa altura?

Entrevistada: Agora, já... O meu irmão mais novo tinha um mês quando o meu pai faleceu.

Entrevistadora: Ok.

Entrevistada: É assim.... a gente éramos crianças, se calhar não tomámos... não tomámos bem o.... ou não nos caiu, não é? O momento difícil, pronto, que a minha mãe... Para ela, se calhar, talvez seja mais difícil do que para nós propriamente, que éramos crianças, n'é? (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

As questões de saúde estão presentes nestas narrativas, sejam elas referentes a adultos ou a crianças.

Entrevistadora: Disse que passou bastantes dificuldades quando era miúda. Lembra-se de alguma situação grave que tenha afetado alguém da sua família?

Entrevistada: Lembro-me de uma das minhas irmãs ficar muito doente com uma pneumonia. E o meu pai não ter dinheiro nenhum para o táxi, para a levar para o hospital. Nem ter dinheiro para a medicação. Meu avô, trabalhava nas terras, nas estufas, é que emprestou dinheiro ao meu pai, para ir comprar. Porque a gente nem isso tinha. E a minha avó ajudava-me muito, mais o meu avô.

Entrevistadora: Acha que os problemas de saúde das suas irmãs afetaram a sua família?

Entrevistada: Elas não têm culpa, elas são doentes. Mas claro que sempre afeta.

Entrevistadora: Em que medida é que afetou?

Entrevistada: Porque é assim, são miúdas que não são capazes de... Uma delas usa fralda. Não são capazes de, nem de tomar banho sozinhas. Tem que ter sempre alguém perto delas. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Ainda que com menor expressão do que noutros perfis, no Perfil 4 continuam-se a identificar como fatores potenciadores de pobreza os problemas de saúde dos adultos ou das crianças; a instabilidade no mundo do trabalho e a perda de um dos membros significativos do agregado familiar, com consequências negativas para as crianças, bem como a violência doméstica. Nestes casos, como veremos adiante, uma das consequências visíveis traduziu-se no abandono do percurso escolar, para que os entrevistados pudessem auxiliar a família, ingressando no mundo do trabalho. Estes factos são relevantes, sobretudo quando pensamos nas consequências para o futuro dos entrevistados da interrupção da escolarização e de um acesso menos qualificado ao mercado de trabalho.

Em síntese, como temos vindo a observar nos diferentes perfis identificados, a infância constitui um momento de vida fundamental para a compreensão das trajetórias de pobreza dos nossos entrevistados. Como argumenta a EAPN (s/d), as crianças são um grupo particularmente vulnerável à pobreza, sendo preocupante não apenas o número de crianças pobres, mas também as consequências de viver na pobreza. De facto, os baixos rendimentos dos pais têm um impacto negativo a curto prazo, através das condições de vida, assim como a longo prazo, pelas consequências no desenvolvimento integral das crianças. Assim,

os resultados das crianças não são estáticos, são o resultado da interação entre recursos e fatores de risco relativamente à situação pessoal das crianças, da sua família, amigos e situação na escola e restante sociedade. Estes fatores estão em constante mudança e as crianças criam o seu bem-estar de forma ativa, ao mediar estes diferentes fatores. (EAPN, s/d, p.9).

Como pudemos observar, as recordações de infância dos nossos entrevistados dividiram-se entre as positivas, marcadas em particular pelas boas lembranças familiares, da escola e dos amigos e brincadeiras; por outras de carácter mais ambivalente, onde foi possível encontrar elementos positivos mas, também, negativos, em particular associados a instabilidade familiar, a perdas de membros significativos, ou ainda a violência familiar; e outras particularmente negativas, sobretudo pela existência de violência familiar, alcoolismo, maus-tratos, e ainda um suicídio, ou abandono pelas mães quando eram crianças, como sucedeu com duas das entrevistadas. Numa das narrativas, foi possível ainda encontrar diferentes trajetórias de emigração, entre Angola e Portugal, e o estatuto de refugiada ainda em adolescente.

Destes relatos, foi também possível perceber trajetórias de trabalho dos pais que não se revelaram suficientes para as necessidades dos agregados.

A situação perante o mercado de trabalho dos pais é uma determinante chave das condições nas quais as crianças vivem e se desenvolvem. Os rendimentos do trabalho são naturalmente a principal fonte de rendimento e o desemprego representa o principal risco de pobreza nos agregados com filhos. No entanto, é cada vez mais verdade que a persistência de uma prática de salários baixos origina que um grande número de trabalhadores não consiga ter rendimentos adequados, pese embora a sua integração no mercado de trabalho. A capacidade dos pais obterem um rendimento adequado do trabalho depende do nível de rendimentos e de quantos adultos trabalham no agregado familiar. (EAPN, s/d, p.21).

Como observa Alves (2015), a persistência da pobreza é relativamente mais elevada nos indivíduos mais novos e mais velhos, quer em Portugal, quer na zona euro. Como afirma o autor:

Em Portugal, cerca de três quartos dos indivíduos pobres com menos de 18 anos e com mais de 64 anos encontram-se em situação de pobreza persistente. Este facto sugere, como seria expectável, que as transições de saída de uma situação de pobreza são particularmente difíceis nos escalões etários mais baixo e mais elevados, dado que estes são os segmentos da população com menor capacidade de alterar a geração de rendimento monetário em resposta a choques adversos. (Alves, 2015, p.71).

Por outro lado, o mesmo autor, refletindo sobre os percursos de entrada e saída da pobreza, identifica um conjunto de elementos nos agregados familiares que ajudam a compreender esta problemática, e que passamos a sintetizar (Alves, 2015): os designados eventos no mercado de trabalho, isto é, o impacto que o facto de se estar empregado tem na distribuição de rendimento e nas situações de pobreza dos agregados. Apesar de, como observa o autor, «a participação no mercado de trabalho não ser um seguro completo contra a pobreza» (Alves, 2015, p. 75), a taxa de indivíduos que saem de situações de pobreza pelo facto de encontrarem emprego em Portugal é alta.

Nos eventos potenciadores de pobreza deste perfil foi possível identificar problemas de saúde dos adultos ou crianças, a instabilidade no mundo de trabalho e a perda de um dos membros significativos do agregado familiar, com consequências negativas para as crianças. Uma das mais visíveis traduziu-se no abandono do percurso escolar, como veremos adiante, para poderem auxiliar a família implicando, em várias situações, o ingresso no mundo de trabalho. Como sabemos estes factos são relevantes, sobretudo quando pensamos nas consequências que apresentam no futuro, especialmente na interrupção da escolarização e num acesso menos qualificado ao mercado de trabalho.

2. Relação com o sistema educativo

Ao analisar-se a relação dos entrevistados com o sistema educativo, pretendeu-se explorar como foi construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de embate com a sociedade. Explora-se também se a escola foi vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligado às aprendizagens formais), se foi sobretudo

um lugar de estigma e confrontação ou se foi ainda um lugar de convívio com os pares, analisando-se as razões dessas imagens da vivência escolar e também os fatores de permanência ou de recusa da escola. Destacam-se, portanto, três temas centrais:

- i) o percurso escolar durante a infância e juventude;
- ii) as representações sobre a escola e percursos de abandono escolar;
- iii) as representações sobre escola e o futuro;
- iv) a formação profissional.

O Quadro 3 apresenta uma síntese da caracterização deste grupo de entrevistados.

Quadro 3 - Escolaridade e eventos significativos

Entrevista	Escolaridade/frequência da escola	Eventos significativos
P4.1_Almada	Deixa a escola ao terminar o 8.º ano porque, devido à idade, teria de frequentar uma escola privada e a mãe não tinha recursos financeiros (em Cabo Verde); duas reprovações no 5.º e 7.º ano	Vive com o companheiro aos 17 anos; aos 18 anos, tem a primeira filha. Emigra para Portugal, filha fica ao cuidado da avó.
P4.1_Amadora#1	Abandona a escola no 5.º ano.	Ajuda os pais no trabalho agrícola.
P4.1_Amadora#2	Abandona a escola no 4.º ano.	Nasce em São Tomé. Emigração da mãe para Luanda, ficando a cargo de uma tia. Aos 14 anos, vai para Luanda para estar com a mãe. Inicia trabalho aos 14 anos como empregada interna e vem para Portugal com a senhora com quem trabalha.
P4.1_Serpa	Abandona a escola no 5.º ano, após reprovação.	Aos 15 anos, começa trabalho agrícola.
P4.2_Caldas da Rainha	Tem dificuldades na escola regular, sendo transferido para o ensino especial aos 12 anos com a 3.ª classe. Sai aos 19 anos com a 4.ª classe.	Aos 14 anos, ingressa no mundo do trabalho, na câmara municipal, onde acaba por se tornar funcionário.
P4.2_Guimarães	Para de estudar na 4ª classe, devido à necessidade de ajudar financeiramente a família.	Falecimento de dois irmãos, ainda crianças.
P4.2_Ponta Delgada#1	Aos 14 anos, abandona a escola no 8.º ano, após duas reprovações.	Ingressa no mercado de trabalho, aos 15 anos.
P4.2_Ponta Delgada#2		Aos 11 anos, ingressa no mercado de trabalho, com o pai
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1	Aos 18 anos, termina a escola.	Aos 8 anos, vai com a família para França, retornando aos 15 anos.
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2	Aos 13 anos, abandona a escola.	Aos 13 anos, ingressa no mercado de trabalho.

Entrevista	Escolaridade/frequência da escola	Eventos significativos
P4.3_Celorigo de Basto	Aos 12 anos, sai da escola, no 5.º ano. Chumba a 1.ª vez na 3.ª classe.	Aos 12 anos, começa o trabalho agrícola com os pais.
P4.3_Ferreira do Alentejo	Aos 15 anos, abandona a escola, no 9.º ano.	Abandonada pela mãe aos 4 meses, vai viver com os avós paternos. Aos 7 anos, vai viver com o pai, mas, aos 8 anos, a avó retira a criança ao pai por maus-tratos. Aos 16 anos, junta-se com o companheiro. 1.ª gravidez. Vivem em casa dos sogros. Aos 16 anos, começa trabalho agrícola.
P4.3_Ponta Delgada#1	Aos 11 anos, abandona a escola. Aos 16 anos, regressa à escola em ensino noturno.	Em criança, cuida dos irmãos com deficiência. Separação dos pais. Aos 16 anos, ingressa no mercado de trabalho.
P4.3_Ponta Delgada#2	Abandona a escola para poder cuidar dos irmãos (4.ª classe). Regressa à escola pelo centro de emprego (9.º ano).	Cuida dos irmãos mais novos porque os pais têm de trabalhar
Perfil 4.3_Porto	Conclui o 6.º ano e abandona a escola, para ajudar a angariar rendimento para a família.	Aos 14 anos, trabalha com a mãe numa peixaria.
P4.4_Almada	Aos 10/11 anos, reprova no 5.º ano.	Abandona a escola (ao passar para o 9.º ano) para começar a trabalhar. Impossibilidades económicas da família. Aos 19 anos, emigra de Luanda para Portugal.
P.4.4_Guimarães#1	Conclui o 12.º ano com mais de 20 anos.	Aos 10 anos, começa a trabalhar em lavoura/granja. Sai de casa dos pais para morar na rua. Regressa a casa pela mão do avô. Mais tarde emigra do Brasil para Portugal.
P.4.4_Guimarães#2	Aos 10 anos, reprova no 2º ano. Aos 13 anos, abandona a escola para trabalhar como carpinteiro.	Aos 13 anos, falecimento da mãe.
P4.4_Porto	Reprova na 3.ª classe «por mudanças de escola, por toda a situação familiar.» Tem novas reprovações e abandona a escola. Fica com o 7.º ano concluído, aos 17 anos.	Aos 8 anos, é institucionalizado. O pai emigra, a mãe fica sozinha em Portugal e não tem possibilidades económicas para sustentar os filhos.
P.4.4. Serpa	Conclui o 9.º ano. Ingressa no ensino profissional, mas desiste aos 18 anos.	Emigra para a Suíça com os pais e a irmã. Aos 17 anos, regressam a Portugal. Aos 18 anos, trabalha na apanha da azeitona.
P4.5_Amadora	Para de estudar no 11.º ano, para cuidar da avó que estava doente	Aos 16 anos, começa a trabalhar.
P4.5_Caldas da Rainha	Por volta dos 16/17 anos, abandona a escola com o 8.º ano.	Em criança, realiza trabalho agrícola com os pais. Aos 10 anos, suicídio do pai. Aos 18 anos, é mãe.

Entrevista	Escolaridade/frequência da escola	Eventos significativos
P4.5_Porto	Sai da escola, mas sem saber ler e sem concluir a escolaridade mínima obrigatória. Realiza uma formação profissional de empregada de andares. Ingressa no curso EFA B2 Geral. Continua a frequentar o curso de alfabetização, concluindo-o.	Aos 16 anos, fica grávida do 1.º filho.
P4.5_Serpa	Aos 19 anos, conclui o 11.º ano e deixa a escola. Aos 33 anos, retoma a escola para concluir o 12.º ano, à noite, por unidades capitalizáveis.	

Fonte: Entrevistas *Trajeto e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, 2019

2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude

Os percursos escolares dos entrevistados são diversificados, revelando níveis de habilitação relativamente baixos e várias situações de abandono escolar precoce. A escolarização assume um lugar central nos processos de vivência e de saída de situações de pobreza, pelo que é relevante compreender as especificidades e impactos destes processos na trajetória dos indivíduos. Como argumenta A. Diogo (2013), apesar de uma associação mais ou menos linear entre escolarização de massas e ideias de democratização, a condição social de origem dos alunos continua a ser fonte de desigualdades na escola. Aqui, o investimento que as famílias possam fazer nos percursos escolares dos seus filhos depende da condição social, que age de três modos:

(...) a partir (i) do sucesso (através do *habitus* de classe que prepara desigualmente para a socialização escolar); (ii) das escolhas (produto de cálculos entre vantagens, custos e riscos, parcialmente interpretáveis a partir do *habitus* de classe); (iii) dos efeitos gerados pela agregação de alunos com uma determinada condição social no espaço escolar. (p.102).

Neste perfil, composto por trabalhadores pobres, para além de termos identificado níveis de habilitações relativamente baixos, encontramos, em diferentes narrativas, entre outros fatores, reprovações ao longo do percurso e abandonos para ajudar as famílias em situações de carência e necessidade (por exemplo, para cuidar de irmãos novos ou para ajudar no trabalho agrícola), como exploraremos numa primeira abordagem (e retomaremos no capítulo seguinte em relação à transição para a idade adulta).

Entrevistado: Andei na escola, não fui muito bom a estudar.

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Não. Não conseguia estudar. Em termos de concentração, não sei se tinha problemas, mas não conseguia estudar. O meu percurso foi sempre: do que eu aprendia nas aulas não conseguia reter, eu não estudava e depois com a idade dos 15 anos, eu não prossegui muito. A partir daí, não conseguia acompanhar os estudos. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Foi comum encontrarmos percursos em que os entrevistados expressaram dificuldades na escola que não conseguiram superar e que levaram, mais tarde, a uma desistência precoce. A instabilidade familiar, por exemplo, ou um percurso de institucionalização poderão levar a interrupções mais difíceis de recuperar.

Entrevistado: Andei até ao sétimo.

Entrevistadora: E reprovou alguma vez?

Entrevistado: Reprovei por duas vezes, por mudanças de escola. Teve tudo a ver com isso, que eu era bom aluno. Mesmo não estudando, era bom aluno. Pelo menos até à 4.ª classe, eu era bom aluno. Quinto e sexto passei sem repetir. Eu só reprovei na terceira e na quarta porque... Por mudanças de escola, por toda a situação familiar, que foi na mudança em que eu fui para o colégio, com oito anos. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Mas as recordações da escola incluíram também as amizades e os tempos de brincadeira e de construção de culturas próprias de pares, tal como já havíamos referido em perfis anteriores.

Entrevistadora: De que é que gostava mais na escola?

Entrevistado: De brincar [risos].

Entrevistadora: Só de brincar, é? [risos] E dos colegas?

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: Tem boas recordações? Dos colegas, dos intervalos, das brincadeiras?

Entrevistado: Ai, tenho. Nos intervalos, jogar futebol e essas coisas todas. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Algumas narrativas (P4.4_Guimarães#2, P4.5_Porto, P4.1_Serpa, P4.5_Amadora, P4.2_Ponta Delgada#1) relataram desinteresse pela escola desde cedo. Em alguns casos, esse desinteresse associou-se a histórias de pouco sucesso durante o percurso escolar.

Entrevistadora: Agora fale-me um bocadinho do período em que andou na escola. Até que ano é que andou na escola?

Entrevistada: É assim, eu andei na escola, só que a maior parte eu fugia à escola. Eu gostava de andar atrás dos elétricos, de jogar à bola, de ir para o Bessa ver o Boavista a jogar!

Entrevistadora: E não ia à escola?

Entrevistada: Não ia à escola. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: E do que é que gostava menos?

Entrevistada: [Risos] Não tinha cabeça. Gostava era que o tempo passasse e brincar na escola. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistado: Acho que foi... Agora uma pessoa pensa de maneira diferente, mas foi malandrice, é só isso, foi malandrice e a brincadeira.

Entrevistador: E quando andou na escola, do que é que gostava mais e do que é que gostava menos da escola?

Entrevistado: Está-se a referir em matérias?

Entrevistador: Em tudo. Da escola, por exemplo. Do que é que gostava na escola?

Entrevistado: Eu, na altura, eu jogava futebol. Uma pessoa conhecia muita gente, gostava muita da brincadeira para jogar futebol. Em matérias, gostava muito de Ciências e História. (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistada: Porque as notas eram sempre baixas e depois que ainda não estou em condições de passar, porque tem tantas dificuldades... Dificuldade a ler e a Matemática. Até hoje tenho dificuldade. A Matemática não, mas a leitura sim. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 61 anos)

Outras narrativas revelam percursos escolares concluídos no 12.º ano, após diferentes interrupções ou reprovações, como se pode observar no excerto abaixo.

Entrevistadora: Até que ano estudou?

Entrevistado: Olha, pela glória de Deus, ainda consegui fazer o 12.º.

Entrevistadora: O 12.º?

Entrevistado: É. O 2.º grau no Brasil ainda concluí.

Entrevistadora: Então, tinha que idade quando concluiu o 12.º?

Entrevistado: Idade, idade... Olha, eu lembro que era mais de 20 anos. Agora idade correta eu já não lembro. Não lembro a idade correta, mas era mais de 20 anos. (P4.4_Guimarães, sexo masculino, 44 anos)

É interessante verificar que, tal como no último excerto acima, vários entrevistados tiveram percursos divididos entre Portugal e outros países, com interrupções e regressos, o que influenciou também a frequência da escola para alguns deles. Foi então possível encontrar em diferentes narrativas partes do percurso escolar feitas em diferentes países.

Entrevistadora: Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a escola. Até que ano andou na escola?

Entrevistado: Andei na Suíça até ao 9.º ano. Aqui andei até ao 4.º ano. O resto foi tudo feito na Suíça, até aí aos 15 anos.

Entrevistadora: Alguma vez reprovou?

Entrevistado: Não, não, nunca. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Para outros entrevistados, os percursos escolares foram interrompidos para que pudessem trabalhar precocemente e assim ajudar o agregado familiar.

Entrevistadora: Até que ano andou na escola?

Entrevistado: Eu fiz a 4.ª classe. Depois, eu fui para o ciclo, andei lá dois anos. Eu fiz o segundo. O segundo nós dizemos quinto, sexto.

Entrevistadora: Até que idade?

Entrevistado: Eu comecei a trabalhar com 13 anos. Entrei com 7, saí com 11 e saí com 13 anos da escola. Depois, eu comecei a trabalhar. Nunca mais eu fui para a escola. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Outras narrativas revelaram percursos escolares em que as crianças eram boas alunas, sem histórias de reprovações, mas em que se verificou igualmente o ingresso precoce no mundo do trabalho.

Entrevistadora: Podia-me falar um bocadinho da sua relação com a escola?

Entrevistada: Sim. Andei até ao 6.º ano, sétimo incompleto. Sempre tive boas notas. Então a Matemática sempre fui boa, ainda hoje faço contas de cabeça. Sempre foi boa, por acaso.

Entrevistadora: Então, andou até ao 6.º ano?

Entrevistada: Sexto, porque não acabei o sétimo.

Entrevistadora: E que idade é que tinha?

Entrevistada: Sinceramente, comecei a trabalhar com 14 anos, logo, por isso, devia ter 12 /13 aninhos [quando terminou a escola]. Não, nunca reprovei. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Uma das entrevistadas, que terminou o seu percurso no 9.º ano de escolaridade, identificou a telescola como recurso até ao 5.º ano (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos). Há ainda narrativas em que a saída da escola se deu no 11.º ano, mas em que mais tarde se completou o 12.º ano (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos). Uma outra entrevistada saiu da escola para cuidar dos irmãos mais novos (P4.3_Ponta Delgada#1). Um dos percursos escolares foi realizado no ensino especial até à 3.ª classe, tendo o entrevistado terminado o 4.º ano mais tarde (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos). Um relato em particular revelou uma trajetória em que a criança trabalhava já enquanto interna, em casa de uma senhora, em Luanda, enquanto frequentava a escola.

Entrevistada: Fiquei em Cabo Verde dos cinco anos aos 13. Lá só fiz a 2.ª classe. 3.ª e 4.ª classe fiz em Luanda. Já estava a trabalhar interna e a minha patroa deixava-me ir à escola. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

A análise dos percursos escolares dos entrevistados revelou-nos diferentes motivos para que as suas qualificações fossem, em geral, baixas. Por um lado, foi possível identificar narrativas onde o desinteresse das crianças pela escola se foi acumulando, com reprovações e, em alguns casos, com dificuldades de adaptação, quer por motivos relacionados diretamente com a aprendizagem, quer com a relação entre pares. Por outro lado, foi possível encontrar sujeitos que gostavam da escola, que nela tinham sucesso, mas que interromperam esse percurso por necessidade de prestar apoio familiar, cuidando de outros membros do agregado (como por exemplo a avós ou a irmãos mais novos), ou pela vontade de começar a trabalhar para terem o seu próprio dinheiro. Em alguns casos, como relatamos, essa vontade ou necessidade surgiu depois da perda de um dos adultos do agregado familiar, precipitando a necessidade de auxiliar a família. Tal como no perfil dos desempregados, encontramos também aqui a gravidez precoce como elemento precipitador do abandono escolar.

2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar

Os motivos de abandono escolar estão presentes nas diferentes narrativas. Em alguns casos, por exemplo, foi possível perceber um discurso positivo sobre a escola e a relação com os professores, tendo o abandono acontecido independentemente desse gosto. Para alguns, o desinteresse estava associado a diferentes mudanças de escola.

Entrevistadora: Abandonou a escola com 15 anos?

Entrevistado: Não, abandonei com 17. Fui trabalhar com 17. Mas, com 15 anos, eu já não tinha muito interesse, já andava lá desinteressado. Abandonei com 17, fui trabalhar. Mas, no meu percurso escolar, nunca foi muito interessado. Acabei ali no 7.º ano e depois, mais tarde, é que decidi continuar e fazer o 9.º ano. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos).

Em três das narrativas (P.4.3_Ferreira do Alentejo, P4.5_Porto, P4.1_Almada), o abandono escolar associou-se também à gravidez precoce que frequentemente precipita o fim desse percurso, marcado muitas vezes por desinteresse e por reprovações.

Entrevistadora: E por que é que abandonou a escola, depois aos 16 anos? Por que é que isso aconteceu?

Entrevistada: Porque depois eu conheci o pai dos meus filhos. Engravidei da minha filha e tive vergonha de ir para a escola, e nunca mais fui...

Entrevistadora: Portanto, engravidou muito novinha?

Entrevistada: Tinha 17 anos, ainda ia fazê-los. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: E gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Gostava, mas depois era complicado porque, ao fim de pouco tempo, depois eu engravidei. Porque eu tive a minha filha aos 17 anos. (P.4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Noutras entrevistas, o abandono da escola deu-se para iniciar vida conjugal.

Entrevistadora: Que idade é que tinha quando saiu da escola?

Entrevistada: Eu tinha 16. Quase 16. 15, caminhando para os 16. Não terminei o 9.º ano, como lhe disse, depois conheci o meu marido, namorámos um ano e depois fomos viver juntos logo. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Como observámos anteriormente, para alguns entrevistados, as interrupções nos projetos de

emigração implicaram também que os filhos parassem e retomassem o percurso de escolarização, tomando diferentes decisões relativamente ao futuro, como revela o excerto seguinte.

Entrevistadora: Abandonou a escola porquê?

Entrevistado: Porque aqui é o 12.º ano e lá é o 9.º ano. Lá [na Suíça], no 8.º ano, começa logo a ter uma psicóloga. No 9.º ano, a psicóloga trabalha com todos. Lá, se eu quisesse fazer um curso para começar a trabalhar, aí a psicóloga trabalha contigo e faz jogos. Se queres um trabalho, vais para lá estagiar uma semana e se o patrão e a pessoa quiserem, acabas o 9.º ano e depois começam três anos de escola, de trabalho e formação, e depois ficas com um diploma mesmo de profissional. Lá é obrigatório e depois ficas mesmo com um diploma. Eu ainda comecei na área da cozinha, mas depois não acabei, pois os meus pais vieram embora e já não foi possível. Se tivesse continuado, terminaria como cozinheiro. (P4.4_Serpa, género masculino, 28 anos)

Neste excerto, é também interessante perceber as diferenças entre sistemas educativos (neste caso, entre Portugal e Suíça) e as oportunidades que estes poderão oferecer, tanto na conclusão de um dado nível de escolarização como na obtenção de uma qualificação profissional.

Como vimos anteriormente, outros percursos foram interrompidos por situações de privação do agregado familiar, fazendo com que as crianças interrompessem o seu percurso escolar e, em alguns casos, fossem trabalhar cedo (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1; P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2; P.4.3_Porto; P4.4_Guimarães#2; P4.2_Guimarães; P4.1_Almada; P4.4_Almada e P4.1_Amadora#1).

Entrevistadora: Por que é que abandonou a escola?

Entrevistado: Por motivos de dinheiro que os meus pais não tinham. Só comecei a ganhar algum, olha, era para ajudar os meus pais. Na altura, eu e meus irmãos, não fui só eu. O único que foi para o ciclo fui eu, porque, dos meus irmãos, nenhum deles foi. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistadora: E porque deixou a escola?

Entrevistada: Tive que ir trabalhar, aí está. A minha mãe saiu de casa do meu pai e ela, sozinha com três filhos, o meu irmão foi para a tropa, entretanto... Porque eu sou a do meio e tive que ir trabalhar. A minha irmã só tinha oito/dez aninhos e eu fui trabalhar. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Entrevistada: Pronto, estudei, fiz o meu 8.º ano, depois terminei a escola, porque a minha mãe não tinha condições para pagar-me a escola, não é? Porque fiz o 8.º ano já tinha idade avançada, não podia ir para a escola pública, tinha de ir para a particular, então não pude ficar. A minha mãe não tinha condições para pagar e eu desisti da escola. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Numa outra situação ainda, a saída precipitou-se sobretudo pelo suicídio do pai, tendo implicado que a mãe ficasse sozinha com os filhos.

Entrevistada: A gente saiu da escola cedo, começámos a trabalhar, estudar, trabalhar e a estudar, para poder ajudá-la. E pronto, e foi assim. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Num dos relatos, a opção de abandonar a escola foi da mãe, alegando que a criança não tinha capacidade para continuar a estudar, ainda que esta gostasse da escola.

Entrevistadora: Por que é que deixou a escola?

Entrevistada: A minha mãe não quis. Não tinha muita cabeça. Os meus irmãos ainda continuaram, mas eu não. O mais novo é que continuou, os outros não. (P4.1_Serpa, género feminino, 53 anos)

Em duas narrativas em particular, o abandono do percurso escolar deveu-se à necessidade de cuidar da avó ou dos irmãos.

Entrevistadora: Estava a dizer que deixou a escola por força maior. Qual foi a força maior?

Entrevistado: O estado da minha avó foi-se agravando de ano para ano e chegou uma altura que já não conseguíamos estar a fazer outras coisas e cuidar dela. Então pronto, minha avó foi uma pessoa muito importante na minha vida e eu ia-me sentir muito culpado se não a acompanhasse até ao fim. E como já não tinha boas notas, já faltava a algumas aulas, como não estava a ser útil nem para um lado nem para o outro, preferi ficar até ao fim com a minha avó e eu sinto-me grato por isso. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Entrevistadora: Fez até que...

Entrevistada: Até à 4.ª classe só.

Entrevistadora: Até à 4.ª classe. E alguma vez perdeu de ano?

Entrevistada: Perdi por faltas. Faltava muito para tomar conta dos meus irmãos. O meu pai tinha de ir trabalhar. Porque começava a faltar comida em casa, o meu pai tinha de ir trabalhar. E então viu... Tinha já oito/nove anos e já tomava conta dos meus irmãos sozinha em casa. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Como afirmámos anteriormente, muitas das histórias de abandono aconteceram apesar de os entrevistados afirmarem que gostavam da escola e que gostariam de nela ter continuado. No entanto, diferentes eventos familiares e a vontade, em muitos casos, de os entrevistados se tornarem mais independentes das suas famílias acabaram por precipitar essas saídas, tendo neste perfil aparecido de modo mais vincado do que nas restantes histórias de crianças cuidadoras de irmãos e de avós. Em alguns casos, os entrevistados afirmaram terem sempre preferido brincar a estar na escola, o que levou a que saíssem mais cedo e ingressar no mercado de trabalho. No entanto, para outros entrevistados, essa escolha foi forçada por condições familiares que exigiram a sua contribuição, fosse ao nível financeiro fosse ao nível do cuidado dos outros. Estas circunstâncias levaram-nos a pensar na necessidade de refletir de modo aprofundado nesta relação entre políticas sociais de apoio às famílias, mas, também, no reforço das situações de proteção às crianças, garantindo que possam permanecer na escola pelo maior período de tempo possível e garantindo também o seu direito à educação e a possibilidades mais ricas de futuro.

2.3. Representações sobre escola e futuro

As representações sobre a escola e a perceção de um futuro diferente caso tivessem continuado a estudar são diferenciadas nas narrativas dos sujeitos. Apesar disso, a maioria revelou uma associação clara entre escolarização e habilitações, oportunidades de uma vida melhor e mais segura, melhores empregos e mesmo processos de valorização pessoal.

No caso do entrevistado P4.4_Porto, apesar de ter frequentado ensino noturno em adulto e de ter terminado o 9.º ano, a vida trouxe-lhe dificuldades em manter esse percurso.

Entrevistado: Sim e gostava de seguir mais, mas, não. A vida não me permite.

Entrevistadora: Ai é?

Entrevistado: Não experimento sequer, que sei que não vou ter tempo, disponibilidade.

Entrevistadora: Mas tem essa vontade de estudar mais?

Entrevistado: Sim, sim. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Se fosse como lá na Suíça, sim, porque aqui em Portugal não. Aqui andas só à escola, não aprendes nada, só ficas com um diploma. Lá seria obrigado.

Entrevistadora: Acha que a sua vida seria melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistado: Depende do sentido. Eu digo não porque aquilo não era estudo já era trabalho, mas digo sim porque seria um bom profissional. Aqui, tu tiras um curso de pedreiro e não sabes fazer nada, um bom pedreiro não andou à escola. E lá tu és profissional porque lá tu trabalhas. E os cursos aqui são mínimos. Mesmo de informática, é igual. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Neste segundo relato, surgiram novamente as diferenças na organização de sistemas educativos e cursos profissionais entre Portugal e Suíça, sendo o primeiro desvalorizado no discurso por oferecer pouca formação prática bem como aprendizagem de uma profissão em concreto.

Na maioria das narrativas, os entrevistados assumiram que caso tivessem continuado a estudar teriam obtido um emprego mais qualificado e com melhor salário do que aquele que auferem atualmente.

Entrevistadora: Então foi nessa altura que a escola deixou de fazer parte da sua vida. Se isso não tivesse acontecido, acha que tinha possibilidades de continuar a estudar?

Entrevistada: Não! Acho que não! Eu não tinha coisa para aprender...

Entrevistadora: Mas gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Gostava, mas por acaso hoje arrependo-me, porque hoje queria saber certos significados de ler, gostava de ler muito bem, coisa que eu não sei. Eu hoje arrependo-me.

Entrevistadora: E acha que se tivesse mais estudos, a vida poderia ter sido melhor?

Entrevistada: Sim. É assim, talvez podia arranjar outro emprego. Eu gosto daquilo que faço, mas podia ter um emprego melhor para mim, não é?

Entrevistadora: Mais bem pago? Conseguir um trabalho mais qualificado?

Entrevistada: Sim, claro! (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: E gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E porquê?

Entrevistada: Porque gosto. Para ser alguém na vida, entre aspas, que eu faça limpezas não é nada de anormal, mas gostava de ter uma coisa que soubesse que tinha melhores rendimentos.

Entrevistadora: Então, acha que a sua vida seria melhor se continuasse a estudar?

Entrevistada: Sim

Entrevistadora: E por que tem essa opinião?

Entrevistada: Sim, porque tinha outras regalias, tinha talvez um curso. Não digo um curso, mas talvez o 12.º ano ou o 9.º ano. Já era diferente, já era outras coisas. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Num destes relatos, a possibilidade de um futuro melhor associou-se sobretudo a saber ler e escrever.

Entrevistadora: O que acha que teria sido diferente?

Entrevistado: Se aprendesse a ler, seria diferente. Não sei ler. Não leio e é sempre a mesma coisa. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

Para outros entrevistados, a realidade familiar e as dificuldades financeiras impediram que se continuasse a estudar, ainda que estes associem a educação a um futuro melhor, particularmente no que diz respeito a encontrar um emprego melhor.

Entrevistadora: E lembra-se de alguma coisa de que mais gostava na escola?

Entrevistado: Ah, o que eu mais gostava é... Eu gostava de estudar, eu gostava de estudar. Se eu tivesse condições financeiras, eu estaria estudando até hoje, mas eu nunca tive condições financeiras. Sempre... Meus pais ganhavam pouco, nós somos quatro irmãos, duas mulheres e dois homens, então creio que não era fácil, não é? Ainda pagava aluguel, depois que meu pai conseguiu comprar um terreno, mas meu pai era alcoólatra. (P4.4_Guimarães, sexo masculino, 44 anos)

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Acho que, se calhar, se fosse hoje, sim, continuava agora.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque a pessoa, agora, a nível de emprego, quem não tiver um bocadinho de escolaridade não há quase nada, não é? Na altura, a pessoa não pensava, pensava que não...

Entrevistadora: Nunca voltou a estudar depois disso?

Entrevistado: Não, não. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Para outros entrevistados, a escolarização não teria trazido uma vida melhor.

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Não, não tenho cabeça. Fiz o 6.º ano, mas quando fui ao 9.º ano, não consegui. Não é para mim!

Entrevistadora: Acha que a sua vida seria melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Não, não acho. (P.4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Sim. Se não acontecesse aquilo, eu estudava. Sim, sim.

Entrevistadora: Na altura ficou com pena de ter deixado de estudar?

Entrevistada: Não. Meu pai ainda me disse: «Vais te arrepender um dia» e eu até hoje, graças a Deus, nunca me arrependo. Não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada: Não. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

A maioria dos entrevistados refletiu sobre o percurso de escolarização, assumindo que, se pudessem, teriam continuado a estudar e que o seu futuro poderia ter sido melhor, tanto no que diz respeito ao seu emprego, mas também à sua valorização pessoal. Foi também possível encontrar algumas narrativas em que essa associação não foi feita pelos entrevistados, nomeadamente por terem tido diferentes experiências de insucesso na escola e de desinteresse por esse percurso. No entanto, a existência desta associação não implica necessariamente que, mais tarde, os entrevistados tenham optado por ingressar de novo num percurso de formação.

Em síntese, os percursos escolares dos nossos entrevistados revelam heterogeneidade, ainda que na sua maioria tenham resultado em níveis de qualificação relativamente baixos, com consequências ao longo da vida. Como observa a OCDE (2019), embora ainda existam oportunidades de emprego para pessoas com qualificações mais baixas, as suas perspetivas de integração no mercado de trabalho são relativamente desafiadoras. Por norma, as pessoas com níveis de qualificação mais baixos têm rendimentos inferiores e trabalhos mais rotineiros. Segundo Machin (2006), as desvantagens sociais experimentadas no início da vida também têm forte impacto nas oportunidades

de vida adulta (Bynner & Feinstein, 2004, citados por Machin, 2006), o que é negativo quer para os sujeitos, quer para a própria prosperidade nacional, tendo a pesquisa mostrado que a educação é um fator importante para explicar por que motivo essas ausências de competências básicas surgem. Os estudos nos grupos com baixas habilitações mostram que os indivíduos que deixaram o sistema escolar na idade de escolaridade obrigatória não possuem normalmente qualificações educacionais e são oriundos, maioritariamente, de contextos sociais mais pobres e mais desfavorecidos.

A maioria dos nossos entrevistados não atingiu o 12.º ano, mesmo após o ingresso em percursos formativos em idade adulta. Esta análise revela-nos diferentes motivos para que as suas qualificações fossem, em geral, baixas. Por um lado, foi possível identificar narrativas onde o desinteresse das crianças pela escola se foi acumulando, com reprovações e, em alguns casos, com dificuldades de adaptação, quer por motivos relacionados diretamente com a aprendizagem quer com a relação entre pares²⁴. Por outro lado, foi possível encontrar sujeitos que gostavam da escola, que nela tiveram sucesso, mas que interromperam esse percurso por necessidade de prestar apoio familiar, seja ao nível dos cuidados de outros membros (por exemplo, avós ou irmãos mais novos) ou pela vontade de iniciarem trabalho para terem o seu próprio dinheiro. Em alguns casos, como relatamos, essa vontade/necessidade surgiu depois da perda de um dos adultos do agregado familiar, precipitando a necessidade de auxiliar a família. Encontramos também neste perfil a gravidez precoce como elemento precipitador da saída da escola. Retomaremos esta questão no próximo capítulo, embora focados sobretudo na perspetiva da transição para a idade adulta.

Em alguns casos, os entrevistados afirmaram terem sempre preferido brincar a estar na escola, levando a que saíssem mais cedo e ingressassem no mercado de trabalho. No entanto, para outros, essa escolha foi forçada por condições familiares que exigiram a sua ajuda, fosse ao nível financeiro fosse ao nível do cuidado dos outros. Estas circunstâncias levam-nos a pensar na necessidade de refletir de modo aprofundado nesta relação entre políticas sociais de apoio às famílias, mas também, no reforço das situações de proteção às crianças, garantindo que possam permanecer na escola durante o período de tempo necessário à concretização do seu direito à educação. Embora estejamos a falar de infâncias do passado, cremos ser importante ter em conta, considerando a elevada taxa de pobreza existente à data deste estudo, por um lado, a vulnerabilidade acrescida das crianças à pobreza, e, por outro, os desafios colocados pelo insucesso escolar²⁵.

²⁴ A desadequação da escola e dos seus conteúdos aos indivíduos das classes populares é uma questão amplamente abordada em Sociologia da Educação, pelo menos desde os anos '60. Nesse sentido, não podemos deixar de referir que, apesar de a perspetiva dos nossos entrevistados se centrar nas suas dificuldades, isso não nos pode fazer esquecer o importante papel do sistema de ensino na construção das dificuldades escolares das crianças e jovens provenientes dos meios populares.

²⁵ A este propósito, veja-se, por exemplo, os relatórios sobre o estado da educação em Portugal desenvolvidos pela Comissão Nacional de Educação (e consultáveis a partir do respetivo *site*). Em nosso entender, o insucesso

Finalmente, a maioria dos entrevistados reconheceu o papel desempenhado pela educação e pela escolarização na obtenção de um futuro melhor, com um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho, embora esse interesse não se tenha traduzido necessariamente no ingresso em ações formativas e educativas. Para lá de motivos financeiros e das dificuldades em conciliar a vida familiar com a vida laboral, foi também possível identificar um desinteresse em prosseguir esse caminho.

assume-se como um dos três grandes problemas da educação nacional (sendo os outros dois a formação de adultos ativos e o desempenho/resultados escolares).

3. Transição para a vida adulta

Como temos vindo a referir em relação aos outros perfis considerados neste estudo, a transição para a adultez implica independência económica em relação à família de orientação, o que se pode associar à constituição de uma família procriativa. Neste perfil, as temporalidades e amplitude das transições públicas – saída da escola e entrada no mercado de trabalho – e das transições privadas – autonomia residencial, união conjugal e parentalidade – não diferem substancialmente do que observámos no Perfil 3, constituído por entrevistados em situação de desemprego, embora existam especificidades que derivam das estruturas familiares encontradas e do número de membros que as integram, como veremos mais adiante. Portugal é um dos países da União Europeia onde o risco de pobreza dos trabalhadores é superior à média europeia (Peña-Casas, Ghailani, Spasova & Vanhercke, 2019), sendo que os fatores que mais contribuem para esta situação são as baixas qualificações, o tipo de trabalho exercido e as estruturas familiares, pois a existência de famílias complexas, ou seja, de agregados compostos por famílias alargadas ou mesmo por famílias múltiplas com vários núcleos familiares (Delgado & Wall, 2014) constitui um fator de agravamento da vulnerabilidade social dos agregados domésticos, tal como os depoimentos deixaram entender.

3.1. Transição escola-trabalho

Neste perfil os entrevistados transitam para o trabalho, em média, aos 15 anos, depois de terem cumprido uma escolaridade média de seis anos. De forma similar ao que foi verbalizado pelos entrevistados nos outros perfis, também aqui um número significativo assume que o abandono precoce da escolaridade se deveu a fatores extraescolares, designadamente aos que derivam das dificuldades económicas familiares e da necessidade de contribuírem com o seu trabalho para a sobrevivência do grupo doméstico (retomamos neste subcapítulo a questão da saída da escola abordada no capítulo anterior, mas dando um maior destaque às questões do trabalho):

Entrevistadora: O senhor disse que saiu da escola com 13 anos para começar a trabalhar. Gostava que falasse um bocadinho dessa fase da sua vida. Nessa altura, quando começou a trabalhar, começou a trabalhar em quê?

Entrevistado: Olha, na estrada, a fazer paralelos, a calçar, a fazer isso. Olha, foi nessa estrada daqui a XXXX. Na altura, quando começámos, foi aqui nessa estrada, a emparedar. Sim, sim, a meter uns paralelos e o resto.

Entrevistadora: Na altura, a estrada era em terra?

Entrevistado: Sim, sim, era em terra. Agora é em paralelo e tapete.

Entrevistadora: Na altura tinha contrato?

Entrevistado: Era à tarefa, era, era. Trabalhei lá 13 anos para o meu ex-patrão, a meter uns paralelos e o resto, coloquei saneamentos, fazia de tudo um pouco, mas sempre sem contrato, sem desconto. Andei até aos meus 19/20 anos sem descontos. Depois, quando éramos novos, não podíamos ter descontos. Com 13/14 anos, não podíamos ter descontos. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistado: Estava a trabalhar ali, vou dizer onde é que é, na XXXX na XXXX em frente, onde tem a Rua do XXXX, a XXXX do XXXX, a gente estava fazendo aqueles apartamentos ali. 13 anos, já estava trabalhando. Aqueles apartamentos ali... Só tinha aquela lojinha ao lado...

Entrevistadora: A fazer o quê?

Entrevistado: Na construção civil.

Entrevistadora: Era servente, nessa altura?

Entrevistado: Era servente. Trabalhava com o meu pai, depois ia para ali. Saí da escola para ir trabalhar.

Entrevistadora: Com contrato, sem contrato?

Entrevistado: Na altura, não, não tinha contrato. Aquilo era ao dia, na altura. Eu também tinha 13 anos! Trabalhei com o meu pai também com nove/dez anos. Eu trabalhei, também já é diferente, eu estava era a ajudar, não era como estava nesse sítio. (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistadora: E porque parou de estudar?

Entrevistado: Para ajudar em casa.

Entrevistadora: Para trabalhar. E qual foi o seu primeiro trabalho? Foi como carpinteiro?

Entrevistado: Carpinteiro.

Entrevistadora: E como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistado: Foi lá um colega do meu falecido pai. O meu pai pediu a ele e ele meteu-me lá.

Entrevistadora: Então foi uma indicação de um amigo do seu pai?

Entrevistado: Sim, sim. Era quase a 500 metros de casa.

Entrevistadora: Tinha mais ou menos uns 15 anos, era isso? E tinha contrato de trabalho?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: E o que é que fazia?

Entrevistado: Eu trabalhava nas máquinas. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Estes depoimentos exemplificam os motivos invocados por alguns dos entrevistados para interromperem as trajetórias escolares, indo trabalhar enquanto crianças, dado que o seu trabalho remunerado constituía um importante contributo para o orçamento familiar. Estes casos reportam-se a atividades na construção civil e em obras públicas, sendo que outros entrevistados referem trabalhos agrícolas (P4.2_Guimarães e P4.4_Guimarães#1) ou a assunção de uma atividade enquanto empregada doméstica interna, com 13 anos, como é o caso da entrevistada P4.1_Amadora#2.

No entanto, nem só da relação com o trabalho se faz o abandono escolar. Como já vimos, alguns entrevistados não sugerem especificamente que a interrupção da trajetória escolar tenha sido causada por motivos financeiros ou laborais, mas antes por dificuldades escolares que se materializaram em insucessos precoces:

Entrevistadora: Alguma vez reprovou de ano?

Entrevistada: Sim. No 5.º ano já não passei e minha mãe tirou-me.

Entrevistadora: Então fale-me um bocadinho da sua vida quando saiu da escola!

Entrevistada: Então, saí da escola e fui trabalhar, primeiro em casa e depois no campo. Depois, fiz a azeitona. Quando não era em casa, era no campo.

Entrevistadora: A primeira vez que foi para a azeitona tinha 15 anos?

Entrevistada: Sim, foi por essa altura.

Entrevistadora: Como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistada: Então, eu fui trabalhar para os olivais do patrão do meu pai. Eram os mesmos patrões. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistada: Deixei a escola porque disse: «Não estou a aprender, agora como eu vou continuar a escola?» E depois, também, quando já estava com certa idade, tem que pagar a escola lá [Cabo Verde]. A partir de 4.ª classe, já tem, que se quiser ir para outra escola maior tinha que pagar a escola. Depois, como não tem dinheiro para pagar a escola, não resolvi ir para a escola, deixei a escola e ir correr atrás dos animais. Ir trabalhar no campo, com a vaca, dar de comer à vaca, dar água, ir buscar lenha para pôr em casa, ir buscar a água. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 58 anos)

Ambos os depoimentos acentuam as dificuldades escolares, embora a entrevistada P4.1_Amadora#1 refira uma época em que ainda vivia em Cabo Verde, antes de ter emigrado para Portugal. A propósito de outros perfis, temos referido que a relação das crianças e jovens

desfavorecidos com a escola é pautada por algumas dificuldades de integração na cultura escolar, sendo que o discurso destes entrevistados acentua uma dimensão importante dessas dificuldades, também sinalizada por outros entrevistados de outros perfis, que remete para o facto de estas se acentuarem na transição de ciclo, em especial na transição do primeiro para o segundo ciclo. Assim, não será de descurar que estas dificuldades, já latentes no primeiro ciclo, se acentuem não apenas como resultado de uma maior complexidade e abstração das matérias estudadas no segundo ciclo, mas ainda em função dos métodos pedagógicos usados e da diversidade de exigências decorrente da variedade de professores com que os alunos têm de se relacionar, por oposição ao regime de monodocência com que estavam confrontados no primeiro ciclo do ensino básico.

A reflexão sobre esta questão não é recente, nem o problema se manifesta apenas no nosso país. Dubet e Martuccelli (1996) e Fernandez Enguita (2007) defendem, no contexto francês e espanhol respetivamente, que os professores do primeiro ciclo e os dos outros ciclos de escolaridade seguem diferentes «subculturas escolares», consubstancializadas em dinâmicas de profissionalidade e de práticas educativas diferentes.

Abrantes (2009) estudou o problema da transição entre o segundo e o terceiro ciclo do ensino básico e concluiu, por observação empírica em escolas de Lisboa e de Madrid, que tal releva não apenas das práticas pedagógicas usadas (tendência de utilização de métodos mais expositivos no terceiro ciclo) mas, de uma forma ainda mais significativa, do «sistema de expectativas que os professores têm acerca dos seus alunos ou, por outras palavras, o nível de exigência que colocam nas atividades e nas avaliações» (p. 44).

Como referem Benavente, Costa, Machado e Neves (1987) a lógica escolar é eminentemente etnocêntrica e as representações que os professores veiculam dos alunos dos meios populares são tendencialmente estereotipadas e desvalorizadas, baseadas em expectativas muito baixas acerca dos seus desempenhos, profecias que acabam por se realizar, na linha do identificado por Rosenthal e Jacobson (1968).

Encontrámos ainda uma entrevistada que afirma ter interrompido precocemente a sua trajetória escolar por questões relacionadas com a escola, reportando problemas relacionais, consubstanciados numa situação de *bullying* severo:

Entrevistada: Tiravam-me a mochila e metiam dentro do caixote de lixo, tiravam-me os livros e espalhavam pelo chão adiante, batiam-me. Eu cansei de lá andar, eu tinha uma trança, que eu tinha um cabelo grande que me chegava abaixo do rabo e a minha irmã antes de eu ir fazia-me uma trança para eu levar, eles puxavam-me o cabelo, arrastavam-me assim. Esquece... Eu disse aos meus pais: «Vocês não me obriguem a ir para lá que eu não volto mais.»

Entrevistadora: E quando saiu da escola com 12 anos, o que é que foi fazer?

Entrevistada: Fui trabalhar para o campo.

Entrevistadora: Foi trabalhar para o campo com os seus pais?

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: Até que idade?

Entrevistada: Até me casar. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Habitualmente, a literatura sociológica sobre a integração dos jovens na escola enfatiza o investimento destes em práticas de sociabilidade na escola, salientando o lado expressivo e convivial da experiência escolar que, para alguns jovens, constitui uma forma de dotar de sentido a própria escolaridade (Palos, 2003). Ainda que a dimensão violenta da relação entre pares na escola tenha sido mais explorada numa perspetiva psicológica, os sociólogos Derber e Magrass (2016) consideram que o assédio moral individual não é uma questão que derive das características individuais de agressores e de agredidos, mas que decorre de uma violência inscrita nas próprias estruturas sociais e nas formas socialmente legítimas de manifestação do controlo e do poder, sendo que as crianças agressoras assimilam e expressam os valores de uma cultura capitalista eminentemente violenta, competitiva, atravessada por processos de dominação, relacionamentos autoritários, hierarquizados e alienantes. No caso do assédio moral contra crianças de meios sociais desfavorecidos ou pertencentes a minorias étnicas, estamos em presença de comportamento etnocêntricos, da manifestação violenta da superioridade de uma cultura, das suas formas de estar e de se expressar, de consumir, entre outros.

Encontramos ainda um subgrupo de entrevistados para quem as razões do abandono escolar precoce e desqualificado se prendem com as dificuldades escolares experienciadas que de alguma forma também derivam do facto de a criança não se poder concentrar a tempo inteiro nos estudos, por ter de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar, uma questão que tem sido sinalizada, designadamente pelas comissões de proteção de crianças e jovens, em famílias economicamente mais fragilizadas de meios rurais:

Entrevistado: Eu deixei a escola tinha 11 anos.

Entrevistadora: Por que é que deixou a escola?

Entrevistado: Eu deixei a escola, portanto, acabou. E, como outros naquele tempo, eu tinha de trabalhar. Não é como agora. Trabalhávamos novinhos, não é como agora. Tinha dois primos, pelos menos dois, que tiraram o segundo ano, mas não era... Já era obrigatório, mas agora é que já é muito diferente. Muitos iam trabalhar e isso assim.

Entrevistadora: Alguma vez reprovou de ano, naquela altura? Perdeu algum ano?

Entrevistado: Perdi duas vezes.

Entrevistadora: Por que é que acha que isso aconteceu?

Entrevistado: É como eu disse. Aconteceu porque eu tinha de ajudar o meu pai e depois não tinha tempo para estar em casa a fazer as coisas da escola e estudar.

Entrevistadora: Faltava às aulas, ou...?

Entrevistado: Faltar às aulas era difícil. Que eu saiba, não. Aquilo era distração. Faltar às aulas...

Entrevistadora: O XXXX gostava da escola?

Entrevistado: Mais ou menos... (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Para além deste entrevistado, também os entrevistados P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1; P4.2_Ponta Delgada#1; P4.4_Serpa e P4.4_Porto alegam esta duplicidade de razões. A investigação tem demonstrado que as situações de abandono se relacionam com as características socioeconómicas e culturais das comunidades que constituem o quadro de vida das crianças e dos jovens. Ainda que as classes sociais mais desfavorecidas, em especial o campesinato, tenham vindo a quebrar as suas tradicionais atitudes de resistência face à escolaridade obrigatória (Pinto, 1985), a perceção da importância da escolaridade e da obtenção de um diploma na construção de projetos de vida futura não é uniformemente partilhada pelos diferentes grupos familiares, sendo que alguns valorizam uma ética do trabalho e se revelam mais favoráveis a uma rápida inserção dos jovens em atividades económicas. Esta inserção profissional aparece frequentemente justificada como constituindo uma alternativa ao fraco desempenho escolar e assume a forma de participação do jovem em sistemas de entreajuda familiar, não sendo de negligenciar a necessidade deste contributo para a sobrevivência do grupo doméstico. No caso dos Açores, onde se enquadra o entrevistado P4.2_Ponta Delgada#2, Rocha, Tomás e Lima (2000) assinalavam que existiam

menores que têm atividade económica, (...) exercem uma atividade remunerada, (...) como resultado de pertencerem a famílias com níveis de rendimento muito baixos e até de grande dimensão. É de salientar ainda os (...) que afirmam trabalhar como forma de ajudar economicamente a família (p. 92).

Há outros entrevistados que, embora também se reportem a dificuldades escolares, alegam com mais veemência que a saída da escola foi apressada pela necessidade de ajudarem os progenitores a cuidarem de familiares dependentes, designadamente irmãos e avós. Recordemos um excerto significativo:

Entrevistadora: Estava a dizer que deixou a escola por força maior. Qual foi a força maior?

Entrevistada: O estado da minha avó foi-se agravando de ano para ano e chegou uma altura que já não conseguíamos estar a fazer outras coisas e cuidar dela. Então pronto, minha avó foi uma pessoa muito importante na minha vida e eu ia-me sentir muito culpado se não a acompanhasse até ao fim. E como já não tinha boas notas, já faltava a algumas aulas, como não estava a ser útil

nem para um lado nem para o outro, preferi ficar até ao fim com a minha avó e eu sinto-me grato por isso.

Entrevistadora: Gostaria de continuar a estudar?

Entrevistada: Sim, muito. Pelo menos terminar o 12.º é uma missão que tenho. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Entrevistadora: Naquela altura, por que é que tu gostarias de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Se calhar, para fugir um bocado às lidas de casa. Porque fazer lidas de casa com aquela idade é mais... Cansa mais o juízo que estar na escola. Na escola, estás ali uma hora com o professor, acabou vais para outro, acabou vai para outro. Depois, tens as tuas horas para brincar e fazer as tuas coisas que gostas. Mas em casa, não. Em casa, tinha os meus irmãos, tinha que limpar a casa, mal limpa, mas tinha de limpar... Eu aprendi a fazer comidas sozinha, estás a perceber? (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 41 anos)

Enquanto o entrevistado P4.5_Amadora se refere à necessidade de acompanhar a avó, a entrevistada P4.3_Ponta Delgada#2 alega ter deixado a escola para ajudar a cuidar dos irmãos ainda que, na altura, com 15 anos, tivesse gostado de continuar a estudar para não ter de assumir as responsabilidades domésticas que considera ainda mais penosas do que o trabalho escolar. Como já referimos, e detalharemos mais adiante, os agregados familiares neste perfil são muito numerosos e os entrevistados reportam-se frequentemente a famílias de origem igualmente muito numerosas. No entanto, estes depoimentos levantam, à semelhança de outros nos outros perfis, uma questão fundamental que remete para a ausência ou para a inacessibilidade financeira de infraestruturas sociais de apoio à infância e, no caso do entrevistado P4.5_Amadora, aos idosos. Estas entrevistas revelam ainda, no caso da entrevistada P4.3_Ponta Delgada#2, uma socialização primária baseada em valores mais tradicionalistas, direcionados para uma aprendizagem de papéis de género, em que as raparigas são afastadas do universo escolar e educadas para o desempenho exclusivo de funções relacionadas com o cuidado do lar e das crianças, questão ainda muito presente em algumas comunidades açorianas e noutras de pendor rural.

Para outros entrevistados, o divórcio ou a separação dos pais precipitou a necessidade de abandonar a escola, de forma a que ajudassem financeiramente a família (P.4.3_Porto) ou que apoiassem nas tarefas de cuidado aos irmãos mais novos (P4.3_Ponta Delgada#1):

Entrevistadora: E porque deixou a escola?

Entrevistada: Tive que ir trabalhar, aí está. A minha mãe saiu de casa do meu pai e ela, sozinha com três filhos, o meu irmão foi para a tropa, entretanto... Porque eu sou a do meio e tive que ir trabalhar. A minha irmã só tinha 8/10 aninhos e eu fui trabalhar.

Entrevistadora: Fale-me um bocadinho da sua fase depois de sair da escola.

Entrevistada: Foi trabalho. Foi só trabalho.

Entrevistadora: Mas então começou logo a trabalhar?

Entrevistada: Fui logo trabalhar junto com a minha mãe.

Entrevistadora: Tinha algum contrato de trabalho?

Entrevistada: Não, acho que naquela altura não tinha. Porque, é assim, a minha mãe trabalhava numa peixaria e era a «chefa». Falou com o patrão e ia três horinhas de manhã, três horinhas à tarde, para ganhar mais algum para ajudar a minha mãe.

Entrevistadora: E como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistada: Consegui através da minha mãe.

Entrevistadora: E o que é que fazia?

Entrevistada: Fazia um bocadinho de tudo. Aquilo era uma fábrica de peixe congelado. A gente embalava o peixe, cortávamos na serra para fritar, para cozer, preparávamos um preparado de marisco, era assim diversas coisas. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Entrevistada: Separaram-se [os pais] definitivamente quando eu tinha 15 anos. Naquela idade, quando eu saí da escola, foi mais para apoiar o meu pai, para tomar conta das minhas irmãs. Não gostava muito da escola quanto tinha essa idade. Mas depois, quando passei dos 15 para os 16, eu já tinha outro pensamento, eu já queria estudar, já queria estudar mais. Só que, pronto, é a tal coisa, eu não conseguia, era muito cansada. Eu estava sempre muito cansada. Mas queria... Eu deixei no segundo período (...) Elas não têm culpa, elas são doentes. Mas claro que sempre afeta.

Entrevistadora: Em que medida é que afetou?

Entrevistada: Porque é assim, são miúdas que não são capazes de... Uma delas usa na fralda. Não são capazes de, nem de tomar banho sozinhas. Tem que ter sempre alguém perto delas.

Entrevistadora: Exigem muitos cuidados...

Entrevistada: Exigem muito cuidado. E é como lhe disse, o meu pai, para ir trabalhar, tinha de estar alguém. A minha mãe separou-se dele, nem quis saber dos filhos, não quis saber mesmo. Deixou a minha irmã com três meses de idade. Meu [incompreensível] pai. E pegou-se em si, foi-se embora não quis saber. Um homem com dois filhos deficientes, uma delas com três meses... Não tinha como. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino 41 anos)

Enquanto o primeiro depoimento apresenta a situação de uma família monoparental feminina, o segundo refere-se a uma monoparental masculina e também evidencia, à semelhança do que encontramos no perfil que estuda os entrevistados em situação de precariedade laboral (Perfil 2), a responsabilização exclusiva da família no cuidado a crianças com necessidades educativas especiais. De facto, como aí referimos, ainda que a oferta das respostas sociais para as crianças com «deficiência e incapacidade»²⁶ tenha vindo a aumentar no país, percebemos que não acompanha os elevados níveis de procura deste tipo de estruturas em todo o território nacional, como refere a Carta Social de 2018. Acresce que o excerto da entrevistada P4.3_Ponta Delgada#1 se refere a uma situação que ocorreu na primeira metade dos anos '90, nos Açores, onde, apesar de já existir um Centro de Educação Especial desde 1945, só em 1999²⁷ a educação especial se reestruturou e passou, nos casos menos profundos, a ser uma responsabilidade das escolas do ensino regular, mais próximas das populações e mais despertas para atender, mediante apoios técnicos especializados, à integração escolar e social destas crianças, libertando as famílias da exclusividade dos cuidados prestados nesta matéria e facultando apoios especializados em matéria de reeducação.

Outra entrevistada assume que a transição para a conjugalidade e parentalidade aos 17 anos a obrigou a deixar a escola e a transitar mais rapidamente para a esfera do trabalho, neste caso fazendo trabalhos agrícolas:

Entrevistadora: Fale-me do primeiro trabalho que teve.

Entrevistada: O primeiro trabalho que tive foi na apanha do tomate. Já vivia com meu marido.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Já vivia com ele. Andava com a minha avó, ela trabalhava ao campo e ela arranjou-me esse trabalho, na apanha do tomate.

Entrevistadora: Portanto, ainda vivia...

Entrevistada: Não, eu já vivia aqui, em Ferreira, com o meu marido. O meu marido, na altura, andava a trabalhar também. Trabalhava nas obras, o trabalho do meu marido sempre foi obras.

Entrevistadora: A sua filha já tinha nascido?

Entrevistada: Já. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

No perfil composto por pessoas idosas e reformadas, verificámos ser frequente entre as entrevistadas a assunção, até aos anos '60, de responsabilidade conjugais e parentais em idades muito jovens (Perfil 1). No entanto, atualmente, o alongamento da escolaridade obrigatória, o

²⁶ <http://www.cartasocial.pt/>

²⁷ Decreto Regulamentar Regional nº 15/99/A.

reconhecimento dos direitos das crianças e o conhecimento científico acerca das questões fisiológicas e psicossociais associadas a uma maternidade precoce têm criado uma normatividade que perspetiva a gravidez e a parentalidade na adolescência como um problema social que coloca em risco os projetos e trajetórias de vida dos adolescentes e cauciona situações de inserção precoce e desqualificada no mundo do trabalho, gerando frequentemente percursos de vulnerabilidade social.

Encontramos ainda um inquirido que assume ter abandonado a escola não só para integrar, no imediato, o mercado de trabalho, mas ainda para experienciar uma vida que o próprio qualifica de «vadiagem» («Eu acho que era feliz na vadiagem, nada me custava, era tudo fácil. Só trabalhava para aquilo que eu queria e se não trabalhasse, melhor»):

Entrevistadora: E quando é que veio para Portugal?

Entrevistado: Eu tinha 19 anos. Tinha 19 anos.

Entrevistadora: E veio para cá por algum motivo, por exemplo, de relacionamento, de procura de oportunidades?

Entrevistado: Não [risos]. Naquela fase também, a gente não pensa o que é, o que... A gente não tem grande cultura de... Naquela fase, ainda não havia grande cultura de emigração por parte dos angolanos. Era um pouco estranho, era como se tivesse vindo passear: como se fosse um turista que estava aqui à espera do dia de regressar para casa. Sem grandes objetivos, sem grandes conquistas, sem grandes responsabilidades, sem grandes nada, pronto, vá. Aqui... E, também, a minha mãe não nos metia grande pressão de: «Tem que mandar isso, aquilo.» Não, ela só dizia: «Vocês vão para resolver a vossa vida, para que tenham uma vida melhor, não sei quanto.» Mas aquelas palavras soavam a pouco e, quando trabalhava, depois recebia o dinheiro, era uma distração até acabar o dinheiro [riso] e assim sucessivamente. Foram-se passando alguns anos até dar conta que a vida não era aquilo. Ficámos... Foi um pouco difícil, mas já passou. Deu para aprender muita coisa boa e muita coisa má e saber alguns caminhos e andanças e não sei quanto. Conhecer aqui a cultura um pouco, como é que vivem, como é que não vivem e cá estou. (P4.4_Almada, sexo masculino, 44 anos)

Como se percebe por este depoimento, o processo de autonomização residencial do entrevistado decorreu de uma emigração de Angola para Portugal, sendo que isso criou a oportunidade de desenvolver um projeto de vida mais hedonista («Era uma distração até acabar o dinheiro») e experimental («sem grandes objetivos, sem grandes conquistas, sem grandes responsabilidades, sem grandes nada»), que o lançou num processo complexo de exclusão social, sinalizado pela vivência enquanto sem-abrigo durante algum tempo.

Por fim, salienta-se uma entrevistada que assume que o abandono da escola e a inserção no

mercado de trabalho decorreu de uma oportunidade que surgiu no seu contexto de vida:

Entrevistadora: Vamos falar agora um bocadinho da fase em que saiu da escola. Passou-se aos 19 anos, quando terminou o 12.º ano.

Entrevistada: Não, o 11.º ano eu terminei com 19 anos. Eu fiz tudo seguido até ao 11.º ano.

Entrevistadora: Mas depois ainda volta para fazer o 12.º ano?

Entrevistada: O 12.º ano eu faço já os meus filhos eram pequenos.

Entrevistadora: Ah, então quando sai da escola, começou logo a trabalhar?

Entrevistada: Quando saio da escola, eu tinha uns meus amigos que queriam abrir uma XXXX [loja] aqui em XXXX e eu era a rapariga do balcão. Até eu é que dei o nome à XXXX [tipo da loja], XXXX [nome da loja], que era uma coisa que queria ser logo desde os meus seis anos de idade.
(P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Em suma, ainda que a maioria dos entrevistados assuma um abandono escolar precoce da escola devido às necessidades económicas sentidas pelas famílias de orientação, percebemos, nos discursos dos entrevistados, uma pluralidade de motivações onde se incluem a necessidade de ajudar na prestação de cuidados a familiares (crianças e idosos), bem como dificuldades de integração no universo escolar, sentidas quer pelos insucessos escolares precoces e cumulativos, quer por via da violência escolar de que foram vítimas. Encontramos ainda um inquirido para quem a saída da escola conduziu a incursões episódicas no mercado de trabalho para sustentar um projeto de vida de cariz mais hedonista e experimental, ou um período de moratória na assunção de maiores responsabilidades profissionais.

À semelhança do que verificámos nos demais perfis, também aqui as saídas precoces e desqualificadas do sistema educativo exigem que estes entrevistados reingressassem em processos formativos em determinado momento das trajetórias de vida.

3.2. Retorno à formação: o impacto das políticas ativas de emprego

Neste perfil, cerca de metade dos entrevistados assume ter retomado processos de educação e formação enquanto adultos, alguns já com experiências laborais e transições familiares realizadas. Na trajetória profissional, destes inquiridos muitos experienciaram episódios mais ou menos prolongados, e alguns reincidentes, de desemprego. Daí que os depoimentos aqui expressos se aproximem dos analisados para os entrevistados em situação de desemprego (Perfil 3), sendo as trajetórias de formação igualmente muito similares.

Como observámos nos outros perfis, a análise da continuidade dos percursos escolares em regime de formação profissional ou inseridos noutros programas de educação e formação de adultos é bastante importante, sobretudo tendo em conta as baixas habilitações e o abandono escolar precoce da maioria dos entrevistados. De resto, nos últimos anos, nos quadros de financiamento em Portugal tem sido priorizado o investimento no aumento das qualificações da população (cf., por exemplo, quadros de financiamento 2020). Como afirma a OCDE (2019):

Dar a todos uma oportunidade justa de obter uma educação de alta qualidade é uma parte fundamental do contrato social. Para melhorar a mobilidade social e os resultados socioeconómicos, é extremamente importante eliminar as desigualdades nas oportunidades educativas. Uma população altamente qualificada em diversos campos de estudo promove o crescimento inclusivo, ampliando o conjunto de candidatos a empregos altamente qualificados (p. 38).

Num contexto de crescimento exponencial do desemprego e de crescente dificuldade de financiamento das políticas sociais, as políticas passivas de subsidiação do desemprego passaram a ser substituídas, a partir dos anos '90, por propostas que valorizam a reintegração dos desempregados no mercado de trabalho, entendendo-se que o trabalho é um aspeto crucial da integração social e da realização pessoal dos indivíduos. Estas políticas pressupõem que o desemprego resulta de défices de formação, pelo que se procura aumentar a empregabilidade através da inserção em programas de formação. Referimos, ainda a propósito do Perfil 3 (Desempregados), que esta lógica, de matriz neoliberal:

assenta no pressuposto, talvez pouco consentâneo com a realidade contemporânea, de que o desempregado uma vez mais bem preparado, escolar ou profissionalmente, tem lugar no mercado de trabalho. Se, por um lado, o conceito parece responsabilizar em exclusivo o desempregado pela sua própria condição de desemprego, por outro, escamoteia as dinâmicas plurais, complexas e turbulentas do mercado de trabalho (Caleiras, 2011, p. 69).

Não se trata aqui de contestar a importância da formação como condição essencial da construção de formas de cidadania mais esclarecidas, democráticas e plurais, mas de criticar a sobrevalorização do papel instrumental da educação/formação no acesso ao emprego, que pressupõe que o desemprego é um problema de ausência de qualificação suficiente para o exercer e não um fenómeno gerado pela forma como os sistemas económicos e políticos têm conduzido o processo de modernização das economias, em que a questão das qualificações é apenas uma pequena parte.

Alguns entrevistados referem a sua inserção no que nos parece ser o Programa de Formação em Competências Básicas, direcionado para o desenvolvimento de «competências básicas de leitura, escrita, cálculo» necessárias a uma literacia funcional e instrumental para o aprofundamento de outras competências sociais. Este programa direciona-se a cidadãos adultos que não tenham concluído o primeiro ciclo do ensino básico ou evidenciem um défice destas competências básicas:

Entrevistadora: Disse há bocadinho que mais tarde tirou o 6.º ano. Como é que isso foi?

Entrevistado: Isso foi por causa... Porque não havia trabalho e mandaram a gente para a escola.

Entrevistadora: Que idade é que tinha?

Entrevistado: 75 euros por mês que eu ganhava, quatro euros por dia.

Entrevistadora: Mas que idade é que tinha quando...?

Esposa do entrevistado: Isso foi há seis anos, tinhas 43.

Entrevistadora: E como é que surgiu essa oportunidade, como é que foi?

Entrevistado: Porque as pessoas todas estavam a trabalhar, como havia essa crise, mandavam para o fundo de desemprego e o fundo de desemprego mandava para a escola. E outros cansavam-se da escola e como é? Daqui a dias, os nossos filhos é que vão buscar a gente à escola, como a [não se percebe]. Estava previsto para isso, agora é que já está mais calmo. Muita gente não aguentou. Também depende da idade, emigraram... A maior parte do pessoal que eu conheço já emigrou.

Entrevistadora: Quanto tempo é que estudou?

Entrevistado: Eu estive... Foi dois anos, não é? Eu estive quatro meses, depois tornei...

Esposa do entrevistado:... Depois mais quatro meses.

Entrevistado:... E depois mais quatro meses.

Entrevistadora: E era um curso de quê?

Esposa do entrevistado: Era mesmo para...

Entrevistado: Isso era mesmo só para tirar o 6.º ano. Não tinha nada a ver com...

Esposa do entrevistado: Era através da Rede Valorizar, o ABC, que eles chamam. Os cursos ABC.
(P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistadora: E depois voltou a estudar?

Entrevistada: Voltei a estudar. Foi na XXXX.

Entrevistadora: Qualificar para Incluir, numa associação?

Entrevistada: Sim! Quando pus o rendimento mínimo, que eu na altura não sabia o que era o rendimento mínimo, mas depois informaram-me, eu vim pôr o rendimento mínimo e depois lá tirei o curso de ler. Lá é que aprendi o pouco que sei! Foi lá que aprendi!

Entrevistadora: Foi lá que fez o curso de alfabetização?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Ainda chegou a fazer o 6.ºano?

Entrevistada: Cheguei. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

O primeiro depoimento refere a integração na Rede Valorizar, que, como referimos

anteriormente, é um serviço do Governo Regional dos Açores que tem como objetivo

assegurar a todos os cidadãos da RAA [Região Autónoma dos Açores], maiores de 18 anos, o reconhecimento, a validação e a certificação de competências de nível básico, secundário e/ou profissional e o encaminhamento para formação académica e/ou profissional²⁸.

Quando o entrevistado refere que «muita gente não aguentou. Também depende da idade, emigraram» e que «outros cansavam-se da escola e como é? Daqui a dias, os nossos filhos é que vão buscar a gente à escola?» parece-nos estar a veicular algum desconforto pela obrigatoriedade deste retorno à escola e da realização de aprendizagens básicas que parecem infantilizá-lo, na medida em que deveriam ter sido interiorizadas durante a primeira década de vida. No entanto, também denuncia as dificuldades inerentes a estas aprendizagens pelo facto de os participantes não dominarem os códigos escritos, subentendendo-se que são submetidos a uma lógica de formação mais centrada na formação escolar e mais afastada dos ideais de alfabetização propostos por Paulo Freire, para quem a «cartilha» deveria ser substituída por processos de formação centrados na experiência do formando e nos universos vocabulares significativos e instrumentais para a sua vida (Freire, 1987). A entrevistada P4.5_Porto refere-se também a um processo de alfabetização desenvolvido enquanto beneficiária do RSI, que aumentou o seu nível inicial de qualificação.

Outros entrevistados referem-se a processos de dupla certificação, isto é, em que a formação frequentada faculta uma certificação escolar e profissional:

Entrevistadora: Portanto, já estava a trabalhar nessa altura?

Entrevistada: Não, estava desempregada e fiz essa formação porque juntei o útil ao agradável, que era: fazia a formação para tirar o 9.º ano e tinha, na altura, uma bolsa. Recebia uma bolsa. E como estava desempregada...

Entrevistadora: Nessa altura tinha que idade? 20, 21?

Entrevistada: Sim, sim, mais ou menos.

Entrevistadora: Por que é que resolveu fazer a formação? Como é que surgiu essa oportunidade?

Entrevistada: Foi através do Centro de Emprego.

Entrevistadora: Estava inscrita...

Entrevistada: Estava inscrita no Centro de Emprego.

Entrevistadora: E foi formação em quê?

Entrevistada: Foi em jardinagem e espaços verdes.

Entrevistadora: E gostou?

²⁸ <https://edu.azores.gov.pt/seccoes/objetivos-e-orientacoes/>.

Entrevistada: Gostei. (...)

Entrevistadora: Então, vamos começar só pelas formações. Portanto, teve aquela primeira em jardinagem...

Entrevistada: Em jardinagem e espaços verdes. Depois, tive a outra que lhe falei, de Apoio à Comunidade e à Família. Também tinha a minha filha, que agora tem 13 anos. Tinha à volta de 26 anos, 25, mais ou menos. Porque esse do 9.º ano que eu fiz foi só nove meses, foram só nove meses. Depois fiz este, de Apoio à Família e à Comunidade, que foi 18 meses, foi um aninho. Foi daí que eu depois fiz o tal estágio, fiz no XXXX e fiz na XXXX aqui de Ferreira. Trabalhei ali.

Entrevistadora: Era estágio remunerado?

Entrevistada: Não, recebia da formação. Mas o estágio não era pago, porque se já estava a receber da formação, recebia o subsídio de almoço e a bolsa.

Entrevistadora: A terceira formação foi esta ou ainda houve mais alguma?

Entrevistada: Não, ainda houve mais outras. Depois ainda fiz uma de *Marketing*, aqui em Ferreira, mas foram só dois meses.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Depois a outra que fiz... Ah, de cozinha e pastelaria, também foram só dois meses. Foram cursos que, através aqui da XXXX, delas... Foi aqui através do Centro de Emprego que fiz. Depois, fiz um de informática também, também foram dois ou três meses. Aquilo era formações...

Entrevistadora: Como é que vê essas formações?

Entrevistada: Por um lado, foi bom, porque gostei de fazer essas formações, mas por outro, metade delas eu não usufruo delas. Porque tenho um curso de cozinha e pastelaria, não consigo arranjar trabalho na área. Tenho um curso de informática, que apesar de ser uma coisa mais base, eu sei mexer num computador, sei ir à internet, sei fazer pesquisas, mas se calhar trabalhar num escritório com um computador a fazer certas coisas, se calhar, não sei fazer, porque não me foi ensinado isso.

Entrevistadora: Sim, sim. Portanto fez as formações, mas não sentiu que houve consequência prática dessas formações?

Entrevistada: Exatamente. A única que eu vejo que ainda consigo fazer, pronto, é esta do Apoio à Família e à Comunidade, porque estou a trabalhar, neste momento, num lar de idosos, apesar de não estar a trabalhar especificamente nesta área. Mas, por um lado, estou, porque tem dias que faço. Estou com eles, com os idosos, estou a cuidar deles. Pelo menos cinco/seis vezes por mês, eles põem-me a fazer esse... Porque, às vezes, há uma colega que não pode vir, porque está doente, ou está de folga, ou está de férias e então, eu vou lá. Eu sou o tapa-buracos. Eu

digo às minhas colegas que sou o tapa-buracos. [risos] (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Entrevistadora: E disse-me que depois, quando veio para Portugal, voltou a estudar, certo?

Entrevistado: Sim, já aqui na instituição onde nós estávamos. Depois, tirámos o curso do 8.º para o 9.º ano. Eu acho que foi do 6.º para o 9.º. Depois, do 9.º para o 12.º. Tirei o curso de Jardinagem, primeiro. Depois tirei... ai, ai, ai. Foi de Jardinagem e curso de técnico de *designer* gráfico.

Entrevistadora: E quando voltou a estudar cá, disse que foi através da instituição, e depois pediu para voltar a estudar? Como foi?

Entrevistado: Sim. Não, também mais porque também davam bolsas. Eles pagavam as bolsas, não sei quanto, e estudava. Então, nós estávamos ali a estudar: eles nos pagavam para nós estudar, pensando bem. Eles nos pagavam para nós estudar, então era uma boa oportunidade e ainda, com aquele dinheiro, ainda consegui tirar a minha carta de condução, mesmo lá dentro. Fiz lá tudo. Sim, isso é que me deixou mais orgulhoso. Consegui tirar os cursos lá e saí de lá ainda com a carta de condução. E saí com ferramentas mesmo importantíssimas para a minha vida e para o mercado de trabalho.

Entrevistadora: E nessa instituição tinha algum tipo de apoio social ou foi mesmo lá porque queria voltar a estudar?

Entrevistado: Não, nós fomos ali para mudar. O nosso objetivo ali era tratar do documento.

Entrevistadora: E, pelo que eu percebo, nessa altura gostou de ter voltado a estudar?

Entrevistado: Sim, sim, foi muito importante. Gostei muito, alguns desafios: Matemática, Inglês e não sei quantos. É sempre bom ocupar o cérebro.

Entrevistadora: E pensa voltar algum dia ou já não?

Entrevistado: Penso, penso. Penso sempre. Penso sempre voltar a estudar mais, mais um pouco, a ver o que é que dá. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

À semelhança do que já tinha sido referido no Perfil 3 (Desempregados), também aqui os entrevistados (em especial a entrevistada P4.3_Ferreira do Alentejo e o entrevistado P4.4_Almada) assumem acumular formações na esperança de que elas se traduzam em melhores oportunidades profissionais. No entanto, como refere a entrevistada P4.3_Ferreira do Alentejo, as formações não só não lhe permitiram aceder a um emprego nas áreas das competências desenvolvidas, como ainda o emprego que arranjou na sequência das formações frequentadas a obriga a uma polivalência funcional («Eu sou o tapa-buracos») que tornam as suas funções pouco previsíveis, não lhe permitindo exercer atividade na área de competência profissional com que mais se identifica, o que também foi criticado

por entrevistados que integram os outros perfis analisados neste estudo. Como refere Castel (1995), estes processos de inserção profissional consolidam progressivamente uma lógica de «instalação no provisório como regime de existência» (p. 422), o que afeta a construção de um «novo modo de socialização» profissional, cujo carácter problemático advém do facto de a instabilidade profissional não permitir a «construção de uma competência reconhecida» (Rose, 1996, p. 71), como parece ser o caso enunciado pela entrevistada.

O entrevistado P4.4_Almada também dá nota da diversidade de formações frequentadas (no seu caso com implicações no processo de legalização em Portugal, pelo que depreendemos), salientando o lado apazível do acesso ao conhecimento e à aprendizagem que estes cursos permitem.

Outra entrevistada declara igualmente ter frequentado formações de dupla certificação, destacando não o aspeto instrumental da formação, mas antes o lado convival que a formação permite, bem como a expressão da sua criatividade:

Entrevistadora: Mais tarde voltou a estudar? Fale-me lá desse período.

Entrevistada: Não, foi em formação é que fiz o 6.º ano. O 6.º ano foi na XXXX, num curso de Pintura de Azulejo e o 9.º ano era de Agricultura, mas não acabei, não consegui fazer o Português e não acabei.

Entrevistadora: Que idade tinha quando foi fazer esse curso de Pintura de Azulejo?

Entrevistada: Era o meu filho de 15 anos pequeno.

Entrevistadora: E gostou desse período?

Entrevistada: De escola não gostei, gostei foi do convívio. E depois também tínhamos a pintura, essa parte prática gostei. Foi bonito. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Como referimos, ainda a propósito do Perfil 3 (Desempregados), umas das implicações do desemprego e da precarização profissional remete para a fragilização dos laços sociais, empurrando os sujeitos para o que Castel (2000) qualifica como «zona de desafiliação» (p. 525) onde se combinam a ausência de trabalho com o isolamento social, por via da perda de sociabilidades no trabalho. Neste sentido, especialmente nos casos de exclusão mais acentuada, a formação pode ser uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e de reconstituição dos laços. Uma entrevistada ingressou numa formação profissional numa associação local após um período de toxicoddependência (dela e do seu marido) e de um período bastante difícil de vida (envolvendo a situação de sem-abrigo). Após intervenção de diferentes serviços, frequentou então um curso de formação de acompanhamento de crianças, relevando a entrevistada mais a perspetiva ocupacional que a de aquisição de competências profissionais:

Entrevistadora: Mas voltou a estudar ou a fazer alguma formação profissional?

Entrevistada: Eu fiz um curso pelo XXXX de acompanhante de crianças. A XXXX [filha] tem 11 anos, por isso foi há 11 anos atrás.

Entrevistadora: E fala-me um bocadinho desse período.

Entrevistada: Eu fui toxicodependente, eu e o meu marido, durante alguns aninhos, por isso é que eu tenho falta de dentes. E a gente morava em XXXX, que o meu marido é de XXXX, perto de XXXX. E fomos à Câmara. Quando eu soube que estava grávida, fomos à Câmara de XXXX pedir ajuda, que nós vivíamos mesmo na rua. Eles meteram-nos aqui no Porto, arranjaram-nos um quartinho, refeição onde podíamos ir comer e arranjaram-nos esse curso no XXXX. Eu fui de acompanhante de crianças e o meu marido de geriatria. Mas também só foram seis meses. Coisa pouca, principalmente para a gente estar ocupados.

Entrevistadora: Mas concluiu essa formação?

Entrevistada: Sim, sim. Como a gente ainda andava assim baralhados das ideias, para a gente acalmar um bocadinho. Tem que ser. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

O entrevistado P4.4_Porto acentua a ideia da formação como oportunidade de criação de novas sociabilidades:

Entrevistado: Foi em 2004. Tinha 28.

Entrevistadora: E acabou o 9.º ano?

Entrevistado: Acabei o 9.º ano.

Entrevistadora: E como é que correu essa experiência aí a estudar à noite?

Entrevistado: Correu bem.

Entrevistadora: Gostou?

Entrevistado: Gostei. Conheci pessoas novas e já consegui acompanhar melhor os estudos, porque já estava mais focado. Já não era aquela coisa de ser só brincar, já tinha outra maturidade.

Entrevistadora: Muito bem. Então, de maneira geral, não se arrepende? Sente orgulho em ter conseguido concluir o 9.º ano?

Entrevistado: Sim e gostava de seguir mais, mas, hum,... não. A vida não me permite.

Entrevistadora: Ai é?

Entrevistado: Não experimento sequer. Que sei que não vou ter tempo, disponibilidade.

Entrevistadora: Mas tem essa vontade de estudar mais?

Entrevistado: Sim, sim. Já estive num curso de formação na área de Técnica, Eletrónica e Comando na Escola XXXX, mas não terminei porque, por problemas financeiros, não me permitia

continuar a estudar e tive de abandonar. Também não me sentia muito integrado no tipo de curso, o curso não era aquilo que eu procurava.... Estava pelo subsídio de desemprego, mas o subsídio de desemprego estava a terminar e eu não ia aguentar só com a bolsa de estudo. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Além da dimensão social, o depoimento deste entrevistado levanta duas questões já abordadas por outros entrevistados. A primeira remete para o facto de serem compelidos pelos Centros de Emprego a frequentarem cursos que não correspondem às suas aspirações e expectativas («O curso não era aquilo que eu procurava»). A segunda respeita à questão financeira e ao facto de a bolsa de estudo²⁹ auferida não cobrir, especialmente em meios urbanos, as despesas que a frequência de uma formação envolve.

Por fim destaca-se uma entrevistada que regressou à escola secundária para concluir o 12.º ano, enquanto adulta e mãe:

Entrevistadora: Tentou acabar o 12.ºano?

Entrevistadora: Não, o 12.º eu concluí mesmo, com eles pequeninos... casada.

Entrevistadora: De que maneira é que concluiu?

Entrevistadora: Fui à noite. Ia para Serpa, ia duas vezes por semana.

Entrevistadora: Era o ensino recorrente?

Entrevistadora: Sim, acho que sim. Eu ia fazer uns módulos, era por módulos, tinha já muita coisa feita, porque era já só o 12.º ano. Fui fazer Filosofia, Português...

Entrevistadora: Eram os módulos capitalizáveis...

Entrevistadora: Sim, mas eu tinha algumas coisas feitas. Era já só o 12.º ano. Eu fui fazer Filosofia, Português.

Entrevistadora: Que idade tinha?

Entrevistadora: Tinha então uns 29 anos, 30 anos. Tinha os meus filhos pequeninos, eles têm dois anos de diferença. Eu juntei os dois com fralda. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Esta entrevistada refere-se ainda a um projeto, adiado pela maternidade, de ingressar no ensino superior via exames de maiores de 23 anos.

A análise deste tema sugere a complexidade do impacto das medidas de formação nas trajetórias educacionais e laborais dos entrevistados. Apesar da vontade manifestada em continuar a

²⁹ De acordo com o IEFP, a bolsa de estudo é mensal e o valor depende do grau de qualificação do beneficiário. Ao valor da bolsa acresce ainda o subsídio de alimentação e a comparticipação no seguro.

estudar e da associação da escolarização a uma melhor qualidade de vida e à possibilidade de um ingresso mais qualificado no mercado de trabalho, muitos dos entrevistados não ingressaram em programas de educação ou de formação de adultos. No entanto, houve uma parte importante que ingressou neste tipo de ações na sequência de situações de desemprego. O ingresso em processos formativos resulta maioritariamente de políticas de inserção derivadas de situações de desemprego ou de outros instrumentos de política social, nomeadamente de política local. De resto, nas nossas narrativas, diferentes entrevistados iniciaram um percurso formativo do qual desistiram. No entanto, contrariamente ao que verificámos no Perfil 3 (Desempregados), onde a quase generalidade das pessoas se mantém em situação de desemprego, aqui, as formações poderão ter contribuído, pelo menos para alguns, para a obtenção de um emprego, na medida em que todos se encontram inseridos profissionalmente. Entre os entrevistados que afirmam ter ingressado em processos formativos, apenas metade se encontra com vínculo contratual estável, isto é, com contratos laborais com uma duração superior a três anos. No entanto, não é de descurar o facto de, apesar de estarem a trabalhar, continuarem numa situação de pobreza. Os resultados desta análise sugerem a necessidade de aprofundamento e reflexão sobre os impactos e eficácia destes programas nas suas múltiplas dimensões, não apenas no que diz respeito à melhoria das qualificações, mas também no combate à pobreza e às desigualdades.

3.3. Transições familiares

Quando analisamos, em termos globais, as transições familiares neste perfil, salientam-se algumas questões que importa relevar. A primeira prende-se com a diversidade de formas de estruturação das relações afetivas, uma vez que, a par do modelo de família clássica, unida pelo casamento, surgem formas de conjugalidade mais informal. Outra questão remete para a sequencialidade dos principais episódios transicionais, pois, como se pode observar na tabela seguinte, nem todas as trajetórias seguem o modelo linear de autonomia residencial, conjugalidade e parentalidade. Para alguns entrevistados (P4.1_Amadora#1 e P4.5_CRainha), a parentalidade surge precocemente nas suas vidas e precipita a conjugalidade e a autonomia residencial; para outros (P4.1_Serpa e P4.2_CRainha), a autonomia residencial só se realiza depois do nascimento dos filhos e da concretização da união conjugal.

Quadro 4 - Especificidade das transições familiares dos inquiridos no Perfil 4.

Entrevistado	Década de nascimento	Idade autonomia residencial	Idade conjugalidade	Idade parentalidade	Situação atual
P4.1_Almada	70	17 anos	17 anos	18 anos	casada
P4.1_Amadora#1	60	25 anos	25 anos	18 anos	casada
P4.1_Amadora#2	50	19 anos	21 anos	21 anos	casada
P4.1_Serpa	60	25 anos	23 anos	25 anos	união de facto
P4.2_Caldas da Rainha	60	27 anos	25 anos	26 anos	casado
P4.2_Guimarães	60	21 anos	26 anos	27 anos	casado
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1	60	32 anos	32 anos	35 anos	casado
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2	70	24 anos	26 anos	28 anos	casado
P4.2_Ponta Delgada#1	70	19 anos	21 anos	27 anos	divorciado
P4.2_Ponta Delgada#2	70	24 anos	24 anos	28 anos	casado
P4.3_Ferreira do Alentejo	80	16 anos	16 anos	17 anos	união de facto
P4.3_Ponta Delgada#2	70	17 anos	14 anos	14 anos	solteira
P4.3_Porto	80	17 anos	22 anos	23 anos	união de facto
P4.3_Celorico de Basto	80	19 anos	19 anos	24 anos	casada
P4.3_Ponta Delgada#1	80	26 anos	26 anos	27 anos	casada
P4.4_Almada	70	19 anos	39 anos	32 anos	divorciado
P4.4_Guimarães#1	70	26 anos	26 anos	não tem	união de facto
P4.4_Guimarães#2	80	30 anos	30 anos	30 anos	união de facto
P4.4_Serpa	90	23 anos	23 anos	24 anos	união de facto
P4.4_Porto	70	22 anos	19 anos	27 anos	casado
P4.5_Amadora	90	-	-	-	-
P4.5_Serpa	60	25 anos	25 anos	28 anos	divorciada

Entrevistado	Década de nascimento	Idade autonomia residencial	Idade conjugalidade	Idade parentalidade	Situação atual
P4.5_Caldas da Rainha	80	19 anos	19 anos	18 anos	separada
P4.5_Porto	70	16 anos	16 anos	17 anos	separada

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, 2019

Contudo, os dados também evidenciam uma diversidade de formas de coresidência encontradas neste perfil: para além dos agregados domésticos monoparentais, encontramos agregados compostos por um núcleo familiar com filhos (os mais frequentes) e agregados complexos, uns constituídos pelo núcleo familiar e por outras pessoas aparentadas (por exemplo, por sobrinhos, como é o caso do agregado da entrevistada P4.2_CRainha) ou agregados de famílias múltiplas, em que residem no mesmo alojamento duas ou mais famílias simples «com ou sem outras pessoas» (Delgado & Wall, 2014, p. 45). Nestes agregados de famílias múltiplas, encontramos várias configurações:

- i) um casal a viver com outra família monoparental (P4.2_Guimarães);
- ii) um casal a viver com outra família monoparental e com uma pessoa só (P4.2_Ponta Delgada#1);
- iii) um casal a viver com duas famílias monoparentais e com uma pessoa só (P4.4_Almada);
- iv) um casal a viver com outra família simples e com uma família monoparental (P4.5_Amadora).

O quadro seguinte sistematiza estas informações relativas à composição dos agregados familiares a que os entrevistados deste perfil pertencem, demonstrando que estes são tendencialmente muito numerosos, com uma dimensão média de 4,6 pessoas, muito acima da média registada em Portugal nas três últimas décadas, que oscilou entre 3,1 em 1990 e 2,5 em 2018 (PORDATA). A dimensão elevada das famílias ajuda a explicar a situação de pobreza dos entrevistados, dado que os rendimentos do trabalho são necessariamente distribuídos pelos membros do agregado familiar.

Quadro 5 - Composição dos agregados familiares

Entrevistado	Tipo de famílias	N.º de membros do agregado	N.º de crianças dependentes	N.º de jovens dependentes	N.º de outros adultos dependentes
P4.1_Almada	nuclear com filhos	4	2		1
P4.1_Amadora#1	nuclear com filhos	5	-	2	1
P4.1_Amadora#2	nuclear com filhos	4	1	-	-
P4.1_Serpa	nuclear com filhos	6	2	2	
P4.2_Caldas da Rainha	alargada	5	1	2	1
P4.2_Guimarães	complexa	5	1	-	1
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1	nuclear com filhos	5	2	1	1
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2	nuclear com filhos	3	1	-	1
P4.2_Ponta Delgada#1	complexa	10	4	2	1
P4.2_Ponta Delgada#2	nuclear com filhos	4	1	1	-
P4.3_Ferreira do Alentejo	nuclear com filhos	6	3	-	1
P4.3_Ponta Delgada#2	nuclear com filhos	3	1	-	-
P4.3_Porto	nuclear com filhos	3	1	-	-
P4.3_Celorico de Basto	nuclear com filhos	3	1	-	1
P4.3_Ponta Delgada#1	nuclear com filhos	5	3	-	1
P4.4_Almada	complexa	8	2	3	1
P4.4_Guimarães#1	nuclear com filhos	3	1	-	1
P4.4_Guimarães#2	nuclear com filhos	3	1	-	1
P4.4_Serpa	nuclear com filhos	4	2		1
P4.4_Porto	nuclear com filhos	3	1	-	1
P4.5_Amadora	complexa	7		-	1
P4.5_Serpa	monoparental	3		2	-
P4.5_Caldas da Rainha	monoparental	5	2	2	-

Entrevistado	Tipo de famílias	N.º de membros do agregado	N.º de crianças dependentes	N.º de jovens dependentes	N.º de outros adultos dependentes
P4.5_Porto	monoparental	3	1	1	-

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, 2019

Importa salientar também, por um lado, a existência de famílias com descendência numerosa, pois metade destas têm três ou mais filhos, e por outro, a existência de agregados familiares onde existem jovens e outros adultos dependentes³⁰, por vezes, com apenas um provedor familiar, o que as coloca numa situação de particular vulnerabilidade social, tendo em conta a debilidade do sistema de proteção social português que se caracteriza, à semelhança do verificado nos outros países do Sul da Europa (Ferrera, 2000), por um subdesenvolvimento dos benefícios concedidos às famílias, como veremos com mais detalhe no tópico relativo à proteção social.

Os discursos destes entrevistados sobre as transições familiares acentuam as dificuldades financeiras que condicionaram desde o início as suas trajetórias de vida e as conflitualidades que daí decorreram, bem como as estratégias usadas para lidar com algumas adversidades presentes no processo de assunção de responsabilidades conjugais e parentais.

3.3.1. Transição para a conjugalidade

Neste perfil, as mulheres transitam para a conjugalidade, em média, aos 20 anos e os homens aos 26,5 anos. Uma das questões que se salienta quando os entrevistados rememoram este momento remete para as dificuldades financeiras que retardaram a concretização da autonomia residencial.

Alguns referem que as dificuldades financeiras os impediram, no início da vida conjugal, de aceder a uma habitação própria:

Entrevistadora: Quando se juntou com o seu marido, foi viver para a casa da sua sogra?

³⁰ No caso do entrevistado P4.4_Porto, consideramos a existência de um adulto dependente, na medida em que a esposa apenas auferia 55 % do vencimento, por se encontrar em situação de licença por doença. No caso do entrevistado P4.5_Amadora, importa referir que, dos seis adultos que residem no agregado doméstico, apenas um trabalha a tempo inteiro, auferindo o salário mínimo, e cinco trabalham a tempo parcial, sendo que destes apenas três têm contrato. A distinção entre crianças, jovens e adultos é realizada em termos etários, considerando que as primeiras têm até 18 anos, os jovens entre 19 e 34 anos e os adultos mais de 35 anos. Os termos são distintos dos usados pelo INE para calcular o limiar de pobreza nos ADP, mas mais consentâneos com a organização das famílias.

Entrevistada: Sim, fui viver com a sogra e depois para casa dos meus pais e depois arranámos uma casa, mas nessa altura ele bebia muito, muito durante a semana e ao fim-de-semana. Não dava dinheiro para a casa, tudo o que ganhava, gastava. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistadora: E foi aí que saiu de casa, então? Saiu de casa para ter uma família?

Entrevistado: Não. Nunca saí de casa.

Entrevistadora: A sua mulher foi viver consigo em sua casa?

Entrevistado: Foi viver comigo.

Entrevistadora: Com os seus pais?

Entrevistado: Com os meus pais, sim. Depois, mais tarde, reunimos e decidimos comprar uma coisinha aqui nas Caldas. (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Entrevistadora: Então, e depois de se juntar, acha que aos pouquinhos foi conseguindo ganhar a sua autonomia?

Entrevistado: Sim, fim, fui evoluindo na empresa também. De paquete passei para escriturário e subi na hierarquia. Comecei a crescer lá dentro e depois também a minha vida melhorou e eu já estava junto com ela e queríamos a casa e fomos prosseguindo a vida como normal.

Entrevistadora: Vocês foram para uma casa alugada?

Entrevistado: Não, estivemos em casa dos pais, depois saímos de casa. Só depois é que comprámos casa própria. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

A entrevistada P4.1_Serpa casa aos 23 anos e deambula durante dois anos entre a residência dos pais e dos sogros e só aos 25 anos consegue autonomia residencial. Os entrevistados P4.2_Caldas da Rainha e P4.4_Porto têm um percurso similar, pois só passado algum tempo após a concretização da relação conjugal conseguem aceder a habitação própria, ainda que o entrevistado P4.4_Porto realize estas transições mais cedo do que os restantes.

São ainda as precárias condições de existência que obrigam a entrevistada P4.3_Ponta Delgada#1 a suspender o seu processo de autonomização:

Entrevistadora: Chegou a voltar a viver com os seus pais?

Entrevistada: Cheguei a voltar, porque as rendas eram muito... Eu pagava de renda 400 euros, fora luz e água. E depois o meu marido estava parado.

Entrevistada: E... Eu já não sei o que estava dizendo...

Entrevistadora: Está a falar da altura em que teve de voltar a viver com os seus pais.

Entrevistada: Ah sim, e o dinheiro praticamente que eu ganhava era todo para a renda. E a gente começámos a passar dificuldades e então eu disse ao meu pai se podia vir para aqui. Fiquei uns anos lá dentro, no quarto lá dentro, num quarto com as duas crianças.

Entrevistadora: Ah! Para aqui para aquela casa... [a casa da entrevistada fica num anexo da casa a que se refere na entrevista, onde vivem pai, madrasta e irmãos].

Entrevistadora: Quando é que regressou?

Entrevistada: Quando é que eu regressei? Eu estava grávida da XXXX. Ela tem 13 anos, estava grávida de princípio...

Entrevistadora: Mas a XXXX é a mais velha?

Entrevistada: A XXXX é a mais velha.

Entrevistadora: Então esteve muito pouco tempo a viver...

Entrevistada:...fora.

Entrevistadora: Ah, OK.

Entrevistada: Estivemos a viver meses fora. Que, entretanto, o meu marido ficou parado, o meu ordenado era só para a renda, porque pagávamos 400 euros de renda, e tivemos de optar, voltar para casa.

Entrevistadora: Ok.

Entrevistada: E depois estivemos lá dentro na casa do meu pai a morar 12 anos, no quarto lá dentro. Foi então que a gente decidimos, ou íamos para uma casa de renda, a gente não podia estar no quarto com duas crianças, ou então fazer o anexo. Optámos por fazer o anexo [onde moram agora]. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

A entrevistada refere uma questão que já temos debatido a propósito de outros entrevistados noutros perfis e que aponta para a importância das solidariedades familiares no processo de construção da autonomia dos jovens casais e que, neste caso, se sinalizam pelo empréstimo da casa e pela cedência de uma parte do terreno para construção de habitação própria, numa lógica de solidariedade direcionada para a subsistência (Pitrou, 1978) bastante usual nas comunidades açorianas. Contudo, trata-se de uma prática social que pode ser concetualizada, seguindo a argumentação de Vasconcelos (2002), como uma *estratégia de reprodução social* do agregado doméstico, visto que esta permite preservar a rede de parentesco e assegurar a reprodução biológica e social das famílias, ao mesmo tempo que se configura como um processo de reprodução das desvantagens sociais, funcionando assim como um sistema «reprodutor da desigualdade» (p. 511), que isenta o Estado de responsabilidades nesta matéria. Voltaremos a este assunto no capítulo 7.

Um conjunto muito relevante de entrevistados refere a conflitualidade relacional subjacente

à relação conjugal³¹, em larga medida subsidiária das dificuldades financeiras presentes não só no início da transição familiar, mas ao longo de toda a sua trajetória de vida.

Uma das entrevistadas refere dificuldades de adaptação à situação matrimonial decorrentes da existência de uma gravidez não planeada e do aparecimento de um conjunto de despesas relacionadas com a aquisição da habitação própria e com os desajustamentos na gestão do orçamento familiar, em especial por parte do marido:

Entrevistadora: Teve acompanhamento psicológico nessa altura?

Entrevistada: Não, não, não. Depois, prontos, os meus filhos... os meus outros dois filhos nasceram, foi mais complicado. Depois eu, quando eu consegui arranjar... inscrevi-me aqui para a Câmara... inscrevi-me aqui pra Câmara porque eu trabalhava na XXXX, na fábrica das velas.

Entrevistadora: Ok.

Entrevistada: Na fábrica das velas. E depois foi quando me disseram, porque aquilo lá é contratos. Chega a hora de terminar o contrato, acaba, vem para casa. E então disseram-me... Porque eu, pronto, na altura quando eu me casei, o pai dos meus filhos queria uma casa, a gente comprou casa, tínhamos que pagar a casa ao banco, depois ele, como bebia muito, a casa não era paga. Às vezes, as dívidas vinham todos os meses. Eu sem trabalhar não conseguia, pronto.

Entrevistadora: Mas foi difícil a adaptação com o seu marido?

Entrevistada: Um bocado.

Entrevistadora: Na vida?

Entrevistada: Sim. Um bocado. Um bocado porque ele bebia muito, porque eu sentia-me muito sozinha. E foi a parte mais difícil, eu acho que foi essa, pronto. Como eu disse, é assim, não gostava dele. Casei porque estava grávida. Depois, era uma pessoa que gastava muito dinheiro em bebidas, nos amigos, pronto. Depois, era uma pessoa que, quando eu me separei dele, ainda fiquei com algumas dívidas para pagar. E quando eu me separei, quando eu soube que tinha entrado aqui na Câmara, foi como sair o *jackpot*. Fiquei tão contente, tão contente. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

O depoimento demonstra a dificuldade de acesso a bens essenciais à sobrevivência, como uma habitação, decorrente da instabilidade contratual com que a inquirida desempenha as atividades profissionais, evidenciando igualmente como esta situação pode gerar situações de endividamento que dificultam a gestão do quotidiano e produzem instabilidade emocional.

³¹ Outra questão que os dados tornam saliente é a durabilidade das relações conjugais. As relações que não sofreram ruturas apresentam uma durabilidade média de 23 anos.

Outra entrevistada refere a conflitualidade resultante da não aceitação por parte do progenitor da sua escolha amorosa:

Entrevistadora: Quem não aceitava era o seu pai ou o seu avô?

Entrevistada: O meu pai. O meu pai é que não aceitava, mas depois lá acabou por aceitar. Mas como ele não aceitava a minha relação com ele e ainda hoje as coisas não estão muito bem, decidi, decidimos ir viver juntos. Porque o meu marido também não foi criado com a mãe, foi praticamente criado com a avó do lado do pai. E pronto, como gostávamos um do outro e pronto... Sem pensar, coisas da adolescência. Hoje em dia, eu digo à minha filha para não o fazer, porque podia ter gozado muito mais a minha juventude, a minha adolescência.

Entrevistadora: E como é que se sustentava?

Entrevistada: O meu marido já trabalhava, porque o meu marido tinha 19 anos, era mais velho que eu.

Entrevistadora: Sim. Portanto, ele trabalhava e sustentava os dois?

Entrevistada: Sim, sim. Ao princípio, vivi durante seis meses ainda com os meus sogros, lá na casa deles.

Entrevistadora: Seis meses?

Entrevistada: Seis meses ainda. Mas depois alugámos uma casa para nós, quando eu engravidei, e fomos viver sozinhos. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Esta entrevistada refere-se a uma conjugalidade que, à luz dos padrões culturais atuais, é precoce, e a uma parentalidade igualmente precoce, que sofreu forte oposição da família e obrigou o jovem casal a assumir os encargos decorrentes da autonomização residencial e da subsistência da família procriativa.

As dificuldades económicas da família estão na base também da história de vida da entrevistada P4.1_Amadora#2, que, após o casamento e a maternidade, aos 21 anos, e após um processo de emigração de Cabo Verde para Portugal, vê o marido emigrar durante um período de mais de 40 anos, no qual teve de gerir o quotidiano sozinha, num contexto de uma família monoparental, exercendo uma atividade profissional enquanto empregada doméstica:

Entrevistadora: Depois estive muito tempo sem viver com o seu companheiro?

Entrevistada: Muito tempo mesmo. Ele foi embora. Há três anos que estou com ele, durante esses anos estive sozinha.

Entrevistadora: Ele foi trabalhar para fora, foi isso?

Entrevistada: Ele diz que foi trabalhar para fora, mas lá arranjou mulher e filhos. Depois, esqueceu-se de nós.

(...)

Entrevistadora: As dificuldades, eu tenho na mesma. O facto de o meu marido estar aqui não melhorou nada. Durante esse tempo todo, ele esteve ausente. Ele esteve quase 40 anos fora com as outras mulheres, só agora é que veio. Sabe quanto é a reforma do meu marido? 375 euros. E agora fiquei com o velho, entendeu? (...) Ele tinha ido para o estrangeiro e fiquei sozinha cá em Portugal, só eu e minha filha. Já dormi em prédios abandonados, autocarros da Carris, que já estava podre, não né? Sempre com a minha filha. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Este excerto chama uma vez mais a atenção para a problemática da integração dos emigrantes africanos no nosso país e, neste caso particular, dos emigrantes cabo-verdianos, que muitas vezes entravam no país ilegalmente, como, aliás, nos parece ter acontecido com esta entrevistada. Como já referimos a propósito de outros perfis, esta emigração teve um novo surto a partir dos anos '80, tornando-se uma emigração mais feminizada na sequência de processos de reunificação familiar (Góis, 2008). Frequentemente, estes cidadãos viviam em condições muito precárias nos vários bairros residenciais que se iam disseminando pela área metropolitana de Lisboa, designadamente na Amadora, onde a oferta de trabalho era maior. Como referem Barbosa e Ramos (2008), estas áreas residenciais espacialmente segregadas eram frequentemente erigidas em terrenos ilegais, com elevada densidade populacional e construções muito deficitárias no que diz respeito a conforto e infraestruturas básicas, em parte devido aos baixos salários auferidos por esta população³², que tornavam incomportáveis os preços praticados nas zonas mais centrais das áreas urbanas. No entanto, o excerto da entrevista chama também a atenção para o peso institucional do casamento quando a entrevistada refere que o marido se ausentou durante 40 anos, mas que agora tinha regressado, sentindo-se a entrevistada na obrigação de o acolher, ou, como a própria diz: «E agora fiquei com o velho, entendeu?». Parece-nos que, para além do gesto humanitário que esta ação deixa entender, estaremos, eventualmente, na presença de uma perspetiva institucionalista sobre a conjugalidade, que pressupõe a indissolubilidade dos laços matrimoniais, uma questão também muito presente em alguns dos entrevistados do Perfil 1 (Reformados).

A conflitualidade subjacente aos processos de dissolução da conjugalidade é abordada por alguns dos entrevistados, que referem as dificuldades de gestão da relação com os filhos no pós-

³² Habitualmente, os homens eram canalizados para atividades na área da construção civil e obras públicas e as mulheres para trabalhadoras do serviço doméstico.

divórcio e o impacto económico da separação³³, na linha do que é sugerido pela entrevistada P4.5_Serpa:

Entrevistadora: Antes de passarmos a outro assunto, como é que a separação afetou a sua vida?

Entrevistada: A minha separação afeta a minha vida de todas as maneiras e feitios. Para já, é já não ter um membro da família, mas querer inseri-lo e querer educar ainda melhor do que tivesse uma família normal. Os meus filhos nunca deixaram de ter pai, mas eu fui pai e mãe, eu é que eduquei. À mesa é que se dá educação.

Entrevistadora: Ficou com o poder paternal dos dois?

Entrevistada: Sim, o meu marido ainda falou em ficar com um e eu com outro, como tínhamos separação de comum acordo, mas eu consegui explicar-lhe que isso não iria funcionar, que não era bom para ninguém, e o que é facto é que eles são hoje muito amigos. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

A entrevistada refere de forma mais explícita a forma como a separação complexifica a tarefa de educação dos filhos pela concentração das responsabilidades parentais apenas num dos progenitores. Além disso, esta entrevista evidencia também uma prática ainda hoje muito comum na gestão da separação conjugal, que tende a legitimar o papel da mulher nessas funções, subvalorizando aqui o papel masculino, por se considerar que os homens estão «"por natureza" mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas» (Torres, 2002, p. 578).

Relevamos ainda o depoimento da entrevistada P4.3_Ponta Delgada#2, por nos parecer um exemplo paradigmático de uma forma menos tradicional e institucionalista de perspetivar a separação conjugal:

Entrevistadora: Também já falaste na segunda separação. A separação foi uma opção tua, no fundo...

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porque não estavas para aguentar...

Entrevistada: A vida de bebedeiras, igual à minha mãe.

Entrevistadora: E achas que foi uma opção boa, tu teres...? Achas...?

Entrevistada: Oh, claro que sim. Eu tenho visto outras famílias que sofrem não sei quantos anos porque o homem era bêbado. Oh pá, ninguém merece. Hoje em dia, só sofre quem quer. Aliás,

³³ Questão muito presente no discurso dos entrevistados P4.2_Ponta Delgada#1 e P4.5_Porto.

antigamente também era assim, mas as mulheres eram umas tapadinhas, porque tinham que servir o homem, servir a casa, servir tudo. E se fosse preciso, ainda servir o homem, ainda levava porrada. E eu nunca quis essa vida para mim. Eu não quis nem nunca vou querer.

Entrevistadora: Mas quando tu dizes que as mulheres eram tapadinhas, tu achas que elas não saíam da relação porque não queriam? Não podiam?

Entrevistada: Não podiam. Porque...

Entrevistadora: E agora achas muito mais fácil?

Entrevistada: Muito mais fácil. Agora existe muito mais apoio à mulher, eu acho que sim!

Entrevistadora: Agora é muito mais fácil acabar uma relação se as coisas estão...?

Entrevistada: Exatamente. Hoje em dia, sofre a mulher que quer.

Entrevistadora: E tu, na altura, sentiste-te apoiada quando te separaste desse rapaz?

Entrevistada: Eu senti-me apoiada pela minha mãe, mais ninguém. Também não fui a sítio nenhum fazer queixa, tanto que nunca mal me tratou, nunca me bateu. Mas, se calhar, no futuro fazia. Se eu continuasse, no futuro, podia até fazer. Mas quem me apoiou foi a minha mãe.
(P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 41 anos)

Este depoimento salienta bem a alteração de valores culturais relativos à conjugalidade, comparativamente com o que a entrevistada considera serem as representações e as práticas dominantes na sua rede de relacionamentos e o destino provável das mulheres que tem observado nos seus contextos de relação. A qualidade da relação conjugal, o bem-estar e a realização afetiva sobrepõem-se aos deveres assumidos pela institucionalização da relação, tornando-se aqui saliente a importância da escolha individual sobre as normas sociais que organizam e regulam as relações familiares. Por fim, o depoimento dá conta da importância do apoio nessa decisão dos familiares ou das redes de apoio institucional que se sabe estarem disponíveis («Não fui a sítio nenhum fazer queixa.»), evidenciando ainda a forma redutora como ainda hoje se entende a violência conjugal, conotada apenas com violência física («Tanto que nunca mal me tratou, nunca me bateu»).

3.3.2. Transição para a parentalidade

A generalidade³⁴ dos entrevistados neste perfil afirmam ter tido filhos e, como referimos anteriormente, as proles são numerosas, salientando-se uma média de 2,8 filhos por casal. As mulheres iniciam-se na maternidade, em média, aos 20,8 anos e os homens na parentalidade aos 28,4

³⁴ A exceção é o entrevistado P4.5_Amadora (masculino, 20 anos).

anos³⁵. Tendo em conta os dados da PORDATA, a idade de procriação das mulheres incluídas neste perfil³⁶ distancia-se muito da idade média verificada em Portugal nas três últimas décadas, de 27,1 anos em 1990 e de 32,1 em 2018, verificando-se, portanto, uma tendência de crescimento desta média ao longo dos anos.

De forma similar ao que foi verbalizado para a conjugalidade, surgem depoimentos que realçam as dificuldades financeiras sentidas com o aparecimento de uma criança em famílias já muito fragilizadas:

Entrevistada: Entretanto o meu namorado veio, fiquei grávida da minha primeira filha. Aí começou o verdadeiro sofrimento [pausa]. Fui atirada de um lado para o outro. Como eu tinha sofrido muito, eu nunca quis que a minha filha sofresse. Há pouco tempo que os meus filhos estão tendo conhecimento da minha vida. Dormi na rua, tinha um prédio abandonado e eu dormia com ela no colo. Entretanto, o pai da minha filha, este que a minha mãe não gostava, que sabia que iria fazer-me essas coisas... Ele tinha ido para o estrangeiro e fiquei sozinha cá em Portugal, só eu e minha filha. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Já tínhamos destacado este depoimento a propósito da conjugalidade e voltamos a enfatizá-lo justamente pelo impacto que a parentalidade tem na vida desta entrevistada, que nasceu em S. Tomé, emigrou para Cabo Verde e depois para Portugal, onde viveu todas as dificuldades que descreve, que, como referimos anteriormente, não se podem desligar da complexidade das formas de (des)integração social das minorias étnicas em Portugal e do processo de *quetização* a que foram sujeitas.

Também duas outras entrevistadas referem os impactos da maternidade, mas aqui em termos dos projetos de vida, na medida em que, como já referimos, transitam para a parentalidade em idades, à luz dos cânones culturais atuais, muito precoces:

Entrevistada: A minha filha, quando eu saí de casa da minha mãe, a minha filha ficou com ele, até eu estabilizar. Como a minha vida não se estabilizou, o pai da minha filha criou a minha filha.

Entrevistadora: A mais velha?

Entrevistada: A mais velha. Ela foi para ele, já tinha quase quatro anos.

³⁵ Tendo apenas por referência os entrevistados em que a conjugalidade antecede a parentalidade, verificamos que o tempo que medeia entre os dois episódios transicionais é de 2,2 anos.

³⁶ Neste perfil, a idade mínima de procriação é aos 14 anos (P4.3_Ponta Delgada#2) e a idade máxima 28 anos (P4.5_Serpa).

Entrevistadora: Ela ficou em casa da tua mãe e foi para...?

Entrevistada: Para Lisboa.

Entrevistadora: Ah, ok. Ele era de Lisboa?

Entrevistada: Ele não era de lá. Ele já tinha ido para lá. E, então, a miúda foi viver com ele, viveu com ele até aos 12 anos.

Entrevistadora: E agora voltou.

Entrevistada: Depois, ela voltou para mim, mas já está a fazer a sua vida, já é grande.
(P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 41 anos)

Entrevistadora: Portanto, engravidou muito novinha?

Entrevistada: Tinha 17 anos, ainda ia fazê-los.

Entrevistadora: Então foi nessa altura que a escola deixou de fazer parte da sua vida. Se isso não tivesse acontecido, acha que tinha possibilidades de continuar a estudar?

Entrevistada: Não, acho que não. Eu não tinha coisa para aprender...

Entrevistadora: E o seu primeiro filho nasce num momento da sua vida em que ainda era adolescente. Como é que reagiu?

Entrevistada: Era a minha XXXX. Quer dizer, era uma catraia. Era uma catraia a olhar por outra catraia, não é? Mas aprendi a ser mulher muito novinha. Sabia o que estava a fazer, porque as minhas irmãs e a minha mãe estavam sempre ali, a dar-me apoio.

Entrevistadora: Essa relação com essa sua primeira filha é uma relação...

Entrevistada: É assim, foi bonito. Gostei de ser mãe, não é?

Entrevistadora: Sentiu dificuldades?

Entrevistada: É assim, prendeu-me a minha mocidade, não é? Era nova! Prendi-me... Perdi... E juntei-me muito nova, não é? Depois, casei. Foi uma prisão, mas ao mesmo tempo foi bonito.
(P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

A gravidez antes dos 18 anos é um fenómeno ainda com expressividade numérica em Portugal, perspectivado como um problema social pelos impactos que produz na vida dos adolescentes e das famílias e pela natureza das causas que o produzem. A investigação tem confirmado que entre as causas mais comuns que precipitam a gravidez precoce encontram-se: as condições precárias de habitação; os agregados familiares muito numerosos; os baixos níveis de escolaridade; os baixos níveis de interesse e de envolvimento nas atividades escolares; as baixas aspirações escolares e os projetos de vida indefinidos (Canavarro & Pedrosa, 2012) e que essas gravidezes resultam, por exemplo, em elevadas taxas de abandono escolar, no acesso a empregos menos qualificados, em menores índices de satisfação profissional e em elevadas probabilidades de repetição de uma gravidez precoce. A

entrevistada P4.3_Ponta Delgada#2 regista duas gravidezes antes dos 17 anos (a primeira das quais aos 14 anos), sendo que a situação precária em que se encontrava a obrigou a um afastamento da filha durante alguns anos. A entrevistada P4.5_Porto destaca sobretudo o impacto da maternidade na autonomia e liberdade que teve para experienciar a vida como seria suposto nessa etapa da sua vida («Prendeu-me a minha mocidade»), mas salienta também a importância do suporte social facultado pela família («Sabia o que estava a fazer, porque as minhas irmãs e a minha mãe estavam sempre ali, a dar-me apoio») como fator protetor passível de «minorar os efeitos negativos da maternidade adolescente, no que respeita quer ao desenvolvimento da mãe, quer ao desenvolvimento do bebé» (Canavarro & Pedrosa, 2012, p. 55).

A entrevistada P4.5_Caldas da Rainha refere o impacto de uma maternidade também precoce (antes dos 18 anos) nos seus projetos profissionais:

Entrevistada: Depois eu engravidei...

Entrevistadora: Engravidou ainda vivia na casa da sua mãe?

Entrevistada: Na casa da minha mãe, sim. E eu tinha um sonho que gostava de ir à tropa.

Entrevistadora: Hum.

Entrevistada: Gostava de ir à tropa. Só que descobri que estava grávida quando fui à tropa fazer lá aqueles testes físicos e pronto.

Entrevistadora: Ok. Tinha 18 anos nessa altura?

Entrevistada: Sim, 18. Não, ainda não tinha, ainda não tinha.

Entrevistadora: Estava perto dos 18.

Entrevistada: E depois eu descobri que estava grávida e já não... pronto, não pude ir à tropa, n'é? (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Para os entrevistados P4.1_Serpa e P4.4_Almada, o impacto parece ser mais evidente no que diz respeito à interrupção de processos formativos encetados aquando dos períodos de desemprego:

Entrevistadora: Que idade tinha quando foi fazer a formação?

Entrevistada: Não me lembro. Sei que quando fui para o 6.º ano, o meu XXXX tinha três meses e eu queria ir para a formação e não tinha onde deixar o menino. Tive de pedir para ir para a creche e não havia vaga, e eu disse: «Então perco a formação por não ter onde deixar o menino?» Depois, fizeram reuniões e lá o receberam. Depois, quando fui fazer a formação de agricultura, foi o mesmo, tinha o meu filho pequeno e também não havia vaga. Tive de pedir e disseram-me que não, e eu disse: «Então tiro o mais velho que anda cá e fico com os dois em casa.» Ficava em casa, mas depois lá mos receberam. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistado: E, depois, a mãe da minha filha ficou grávida. Aí, outra mudança de planos, porque o dinheiro que me pagavam no estágio não era suficiente para me sustentar e depois a criança, depois a mãe, não sei quantas, essas coisas todas. Tive de mudar de plano, mudar de tática outra vez. Tive de abdicar dos meus sonhos e dos meus computadores e não sei quantas, essas coisas todas, e voltei para as obras outra vez. Mas tentei de tudo, tentei de tudo. Tentei na MEO, na ZON, vendia porta-a-porta, eh pá, tentei de tudo um pouco. Mandei currículos para tudo o que era lugar. Depois eu vi: «Não, eu tenho de retroceder. Tenho de voltar aonde eu sei que vou conseguir». Voltei às obras outra vez. Sim. E aí consegui. Até hoje, estou lá. Até hoje, estou com o mesmo patrão, já uma coisa mais certa, com contrato, com desconto, com tudo. Sim. Nessa parte, eu acho que me dei bem, evolui também. Quando entrei, ganhava menos. Agora ganho um pouco mais. Sim. Houve mudança. (P4.4_ Almada, sexo masculino, 41 anos)

A entrevistada P4.1_Serpa refere a formação que realizou enquanto esteve desempregada na sequência da sazonalidade dos trabalhos agrícolas que realizava e o entrevistado P4.4_ Almada refere as dificuldades que encontrou no acesso a um emprego depois de ter completado enquanto adulto o 12.º ano de escolaridade e um curso de *design* gráfico, área na qual gostaria de aprofundar conhecimentos, embora a necessidade de prover sustento para a família o tenha obrigado a retornar à construção civil, onde se mantinha à data da entrevista. No entanto, o depoimento da entrevistada P4.1_Serpa menciona algo que é recorrente nas entrevistas dos diferentes perfis, que remete para as dificuldades de conciliação do trabalho com a família, resultantes da ausência de infraestruturas de apoio à infância.

A dificuldade de conciliação do trabalho com a família também parece transparecer do discurso da entrevistada P4.3_Ponta Delgada#1, embora as questões estejam aqui mais centradas nas implicações familiares do trabalho por turnos e em *part-time*:

Entrevistada: Limpezas. Trabalhava em limpezas. Trabalhei lá quase quatro anos. Depois, eu sentia-me já muito cansada, porque eu tinha aquela bebé e também trabalhava de dia. Depois, ao cabo de cinco anos, engravidei da XXXX, que é a do meio. Quando engravidei dela, eu trabalhava à noite, mas já noutra serviço, no XXXX, sempre limpezas. Depois, tive de sair de lá, porque ela exigia muito de mim. Depois, eu tinha a outra pequenina ainda. E pronto e foi assim. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Por fim destacam-se concepções de parentalidade como projeto de vida, como um momento que dá sentido à existência e garante a realização pessoal:

Entrevistadora: Como é que foi esse momento na sua vida?

Entrevistada: Foi ótimo.

Entrevistadora: Foi planeado?

Entrevistada: Foi, foi. Eu estive quatro anos depois de casar sem ter. Já nós planeámos tudo o que não queríamos, que íamos estabilizar a vida. Começámos a fazer, a construir a casa e tudo, nada. Aí, depois, então...

Entrevistadora: Só depois de ter a casa construída é que...?

Entrevistada: Já estava em andamento e, depois, então é que a gente resolveu arranjar uma menina.

Entrevistadora: Ok. E sente que essa situação alterou a sua vida?

Entrevistada: Não, não. (P4.3_Celorigo de Basto, sexo feminino 38 anos)

Entrevistadora: Fazendo uma análise entre a sua vida no passado e no presente, como é que vê a sua vida até agora? Quais é que foram os aspetos mais positivos da sua vida até agora?

Entrevistado: Ter filho, principalmente, é que foi uma das coisas mais emocionais que eu já tive. É a melhor experiência que eu passei na minha vida. É... E o casamento também. O ter filho é uma coisa que acontece, que a gente nem sequer sente que vai acontecer assim. É como se a tua vida estivesse a passar para outra pessoa, sair do teu corpo para outro corpo. Agora este corpo deixa ter preocupações, a preocupação agora é ali. É assim que eu senti quando a minha primeira filha nasceu e quando este também nasceu. Foi assim que eu senti. E o casamento também, porque eu pensava que era só assinar um papel e isso não muda nada, mas afinal de contas muda tudo. Muda totalmente tudo. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

O depoimento da entrevistada P4.3_Celorigo de Basto dá conta de um aspeto importante na constituição das novas formas familiares, que remete para a parentalidade como um projeto cuja concretização se planeia. Para isso, concorre o acesso generalizado a métodos de controlo da fecundidade que em muito contribuíram para a afirmação da mulher na esfera pública e não apenas no desempenho de papéis familiares. O depoimento do entrevistado P4.4_Almada coloca a tónica nos aspetos emocionais e afetivos, denunciando uma representação da família enquanto espaço de realização pessoal e projetando uma imagem da parentalidade que não se edifica sobre a autoridade patriarcal mas sobre a ligação emocional, um deslocamento associado a mudanças culturais e sociais mais abrangentes, que, como referimos a propósito do Perfil 2 (Precários), remetem para processos de sentimentalização, privatização e democratização das relações familiares, mais libertos dos constrangimentos normativos e estruturais (Giddens, 1996).

Em síntese, podemos referir que muitos dos entrevistados inseridos neste perfil transitaram precocemente para o mundo do trabalho para desempenharem atividades profissionais variadas, destacando-se aqui as ocupações profissionais nas áreas da construção civil, agricultura, pesca e serviços. As razões invocadas para o abandono escolar (aqui retomando o que foi dito no capítulo anterior) e para a inserção precoce no mercado de trabalho sublinham, à semelhança do que acontece com os outros perfis, a necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar, devido às enormes fragilidades económicas das famílias de origem e à importância que, face à exiguidade dos rendimentos disponíveis, o contributo do trabalho do menor assume para o orçamento doméstico. Alguns, ainda que vivenciando situações de enorme fragilidade económica no contexto familiar, assumem ter abandonado a escola e procurado uma ocupação por sentirem dificuldades de integração na comunidade escolar, quer por via dos insucessos precoces e cumulativos, quer por via de problemas de relacionamento com os pares e da violência escolar de que eram vítimas. Para alguns entrevistados, o afastamento da escola decorreu da necessidade de que assumissem funções de cuidadores informais de familiares, na sequência de separações e divórcios dos progenitores e devido à escassez de infraestruturas de apoio aos cuidados a crianças e idosos nas áreas onde residiam a custos comportáveis para as famílias mais fragilizadas. Há ainda entrevistadas que abandonam a escola e se sentiram compelidas a uma integração profissional, na decorrência de transições precoces para a maternidade e conjugalidade.

O facto de alguns destes inquiridos terem experienciado situações de desemprego justifica que tenham reingressado em processos de formação, percebendo-se aqui, à semelhança do que acontecia no Perfil 3 (Desempregados), o impacto das políticas ativas de emprego nos processos de requalificação. As perspetivas que enunciam acerca destes processos são muito similares às observadas no Perfil 3:

- i) para alguns, o reingresso em processos formativos deriva do analfabetismo funcional que evidenciam, na sequência de um abandono precoce e desqualificado da escola, sem que tivessem antes desenvolvido competências básicas que permitem a funcionalidade social, o que dificultou, na perspetiva dos inquiridos, a inserção na própria formação;
- ii) outros salientam o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre adequadas à sua experiência de vida;
- iii) outros destacam a irrelevância dos cursos frequentados na reconversão profissional e na criação de oportunidades de emprego, apesar das elevadas expectativas criadas aquando da seleção para a frequência da formação;
- iv) outros ainda relevam o lado convívio que a formação permite e a oportunidade de

criação de redes de sociabilidade que obstem ao isolamento social que a situação de desemprego produz.

As transições familiares destes entrevistados originam uma diversidade de formas de estruturação das relações afetivas e de coresidência, salientando-se a existência de agregados familiares muito numerosos, com um elevado número de crianças, jovens e adultos dependentes de um número muito limitado de provedores. A análise a estas entrevistas evidencia ainda que, por vezes, a autonomização residencial é posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, devido às restrições económicas sentidas pelo jovem casal, que o impedem de aceder a uma habitação própria, um problema que as solidariedades familiares permitiram minorar, através da cedência de habitação por parte dos progenitores. Aliás, estas solidariedades familiares (presentes em diferentes momentos das trajetórias dos indivíduos e que se estendem a vários membros da família alargada) permitem perceber a elevada densidade ocupacional das habitações.

As dificuldades financeiras que percorrem a vida destas pessoas afetaram os seus processos de transição para a conjugalidade e para a parentalidade. Alguns enfatizam a conflitualidade relacional presente na relação conjugal, a dificuldade de gestão da educação e da relação com os filhos ou o impacto económico profundo que a interrupção da relação conjugal provocou nos agregados familiares. Em alguns casos, a parentalidade também aprofundou a situação de vulnerabilidade económica, interferiu em projetos de vida e obstaculizou processos formativos. À semelhança do que se observou nos outros perfis, alguns membros da família nuclear abandonaram o mercado de trabalho, ou recorreram ao trabalho a tempo parcial, para se ocuparem de crianças, sendo esta uma ação assumida tanto por homens quanto por mulheres. Assim, esta questão coloca em cena, uma vez mais, as limitações das políticas de conciliação trabalho-família em Portugal, na medida em que a inexistência de infraestruturas de apoio aos cuidados à infância a custos acessíveis para estas famílias obriga a que o cuidador informal se sinta coagido a abandonar o mercado de trabalho ou trajetos de educação e formação.

4. Relação com o mundo do trabalho

A relação com o mundo do trabalho é central neste perfil, como indica a própria designação. Com efeito, todos desenvolvem, de uma forma ou de outra, uma atividade laboral, sendo o trabalho, nos seus agregados familiares, a principal fonte de rendimento. Contudo, a centralidade da sua relação com o mercado de trabalho não impede que se encontrem numa situação de pobreza. De seguida, analisaremos as principais formas de relacionamento com o mundo do trabalho e o modo como essa relação se articula com a situação de pobreza, contribuindo para a produzir e sendo, ao mesmo tempo, uma consequência da pobreza.

4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego

Os entrevistados deste perfil ingressaram no mundo do trabalho, em regra, de forma precoce e sem a escolaridade mínima. Alguns obtiveram um grau mais elevado de escolaridade já em adultos, embora, como vimos nos capítulos anteriores, sem grande impacto na sua inserção profissional (com exceção de um ou outro caso). Como seria de esperar, as profissões que desempenham são desqualificadas. As mulheres, em regra, trabalham nas limpezas e os homens numa maior variedade de profissões, por exemplo, como operários de construção civil, empregados camarários na recolha de lixo ou na agricultura.

De forma a compreendermos melhor a relação dos empregados com o mundo do trabalho, importa destacar as estratégias mobilizadas para acesso ao emprego indicadas ao longo das entrevistas. Seis entrevistados indicaram mais do que uma única estratégia, referentes a distintas experiências laborais.

Estas estratégias são particularmente importantes dado que dependem delas os rendimentos de trabalho bem como a qualidade de emprego em geral, contribuindo para a construção da situação de pobreza. Não obstante, há limites para o seu efeito na obtenção de empregos de qualidade³⁷, dado que quase todos os entrevistados possuem uma escolaridade baixa.

A maioria dos indivíduos refere estratégias relacionais, isto é, que envolvem a mobilização da sua rede de conhecimentos interpessoais, em especial o pai, a mãe ou um outro familiar (irmão, avó,

³⁷ Temos vindo a definir empregos de qualidade como os que: i) têm salários que permitem colocar os agregados acima do limiar de pobreza; ii) são sem termos (não precários); iii) não são penosos e iv) não são perigosos (Diogo, 2007).

cunhada, etc.), bem como amigos e antigos colegas de trabalho. São 20 as menções a esse tipo de estratégia nas entrevistas.

Por contraponto, em oito casos, são mencionadas estratégias individuais, isto é, referentes a contextos em que não existe um conhecimento prévio dos interlocutores com quem se acorda o trabalho, havendo uma diligência do próprio para conseguir apresentar a sua proposta de trabalho. Dentro destas, destacamos três casos que designamos de estratégias institucionais, na medida em que se referem a concursos públicos, em dois casos para ingresso na função pública. Estes são particularmente relevantes porque, por um lado, proporcionam uma trajetória profissional estável, mas, por outro, mostram que mesmo este tipo de trajetória não é suficiente para retirar as pessoas (e as suas famílias) de uma situação de pobreza. A análise da trajetória profissional que mais à frente esboçamos robustece esta conclusão, dado que a maior parte dos entrevistados apresenta trajetórias de emprego estáveis, com contratos sem termo no momento da entrevista.

Nos três casos de estratégias institucionais, estão em causa dois concursos para trabalho em câmaras municipais para as atividades que as entrevistadas ocupavam no momento da entrevista. Em baixo, temos o exemplo de um desses casos:

Entrevistadora: E conseguiu esse emprego como?

Entrevistada: Entrei num concurso.

Entrevistadora: Fez um concurso?

Entrevistada: Um concurso da Câmara. (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

Eis um outro caso de um emprego estável (um contrato sem termo, que constitui a única situação de estabilidade laboral na vida da entrevistada) conseguido por via do RSI:

Entrevistadora: Portanto, foi no âmbito do Rendimento Social de Inserção que encontrou este trabalho?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: É onde se encontra a trabalhar atualmente nas limpezas?

Entrevistada: Sim. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Nos restantes cinco casos de estratégias individuais, a iniciativa do próprio foi o fator mais relevante. No caso abaixo reportado, a entrevistada é inicialmente alertada por uma amiga, mas a internet e, sobretudo, a ida ao local para falar com a responsável foram os fatores decisivos para que conseguisse o emprego. Importa notar que este caso mobiliza a internet (e o currículo impresso pela própria) e envolve uma ligação entre formação e trabalho, sendo ambas situações raras entre os

indivíduos em situação de pobreza nos diversos perfis:

Entrevistadora: Como é que conseguiu?

Entrevistadora: Este trabalho?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistadora: Foi assim, eu andava... Na altura, andava numa formação, que é em Ferreira, a tirar o 12.º ano, num curso de apoio à... peço desculpa. Num curso de XXXX, técnico de XXXX, (...) E faltava mais ou menos seis meses para terminar essa formação. Tive o conhecimento, através de uma amiga minha e através da internet, ter visto uma publicação a precisarem de uma auxiliar de serviços gerais para XXXX, que é o sítio onde eu trabalho. E, entretanto, fui lá ter com a diretora XXXX, falar com ela e ela pediu-me o meu currículo. Eu, como tinha o meu currículo, imprimi o meu currículo e fui lá entregá-lo. Expliquei a minha situação (...) E foi-me sugerido depois, eu ser chamada para uma entrevista. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Como no trecho seguinte, os restantes casos são variantes do anterior, embora implicando um contacto face-a-face, sem a prévia intermediação da internet:

Entrevistadora: Como conseguiu esse trabalho?

Entrevistado: Eh...pronto, a XXXX foi para aí, eu fui para o escritório e pedi trabalho. Eles disseram que me davam trabalho e fui parar lá trabalhar. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

O que está em causa no trecho acima resulta, portanto, da existência de uma oportunidade de trabalho nas redondezas a que o entrevistado se possa dirigir. Nem todos os territórios as possuem, em especial os rurais, e nem sempre estas estão disponíveis, considerando que, como bem sublinham alguns dos nossos entrevistados, há momentos em que é mais fácil ou mais difícil conseguir-se um emprego.

A grande estratégia para se encontrar trabalho envolve a mobilização das redes sociais dos indivíduos e, neste sentido, este perfil não se distingue dos restantes³⁸. Não obstante, uma análise mais aprofundada permite consolidar os nossos conhecimentos sobre a forma concreta como isso é feito, relevando os interlocutores e a relação que os nossos entrevistados estabelecem com estes no

³⁸ O mesmo acontece noutras situações e contextos. Veja-se, a nível internacional, o caso dos jovens (Kramarz & Skans, 2014).

momento da contratação.

Um primeiro ator importante é um dos progenitores. Há, no entanto, diversas questões a ter em conta.

Alguns dos nossos entrevistados vão trabalhar com um dos seus progenitores. Nestes casos, é o progenitor do seu sexo que, pressupomos, desempenha um papel importante na aprendizagem da atividade laboral a que o indivíduo acede. Estamos, pois, perante um processo de transmissão intergeracional da pobreza por via da transmissão de uma atividade laboral desqualificada de pais para filhos (Diogo, 2013). Em alguns casos, está em causa a única atividade laboral que os indivíduos conheceram ao longo da sua trajetória profissional (o que não significa que tenham tido um único patrão). A informalidade do acesso ao mercado de trabalho conjugada com a informalidade da aprendizagem profissional e a escassa escolaridade obtida explicam boa parte da estruturalidade da pobreza (Capucha, 2005; Batista & Perista, 2010) que podemos observar neste perfil.

Neste primeiro excerto, a entrevistada revela ter ido trabalhar no mesmo emprego que a mãe, a pedido desta, o que se verifica em diversos casos, sobretudo no que respeita aos primeiros empregos:

Entrevistadora: Fale-me um bocadinho da sua fase depois de sair da escola.

Entrevistada: Foi trabalho. Foi só trabalho.

Entrevistadora: Mas começou logo então a trabalhar?

Entrevistada: Fui logo trabalhar junto com a minha mãe.

Entrevistadora: Tinha algum contrato de trabalho?

Entrevistada: Não, acho que naquela altura não tinha. Porque, é assim, a minha mãe trabalhava numa peixaria e era a «chefe». Falou com o patrão e ia três horinhas de manhã, três horinhas à tarde, para ganhar mais algum para ajudar a minha mãe.

Entrevistadora: E como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistada: Consegui através da minha mãe. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Uma última possibilidade de intervenção parental é a utilização da rede de relações destes para se conseguir um emprego. No caso abaixo, esse papel instrumental coube à mãe da entrevistada:

Entrevistadora: Como é que conseguiu esse primeiro emprego?

Entrevistado: Foi através de conhecimentos. O empreiteiro era da XXXX, tinha conhecimento de minha mãe e depois eu fui lá trabalhar. (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

São, pois, três as possibilidades de intervenção parental na obtenção de emprego: o

entrevistado pode ir trabalhar para os pais; pode trabalhar apenas com um dos pais; ou pode aceder a uma atividade laboral através do pedido de um dos pais, em particular, como referimos, quando se trata do primeiro emprego. Importa notar que este primeiro emprego representa uma situação fundadora, o que significa que a probabilidade de esta primeira experiência estabelecer um padrão para futuras situações é grande, embora recusemos qualquer tipo de determinismo. Uma situação fundadora implica uma influência desproporcionada na definição das situações futuras, sendo por isso muito importante, apesar de não implicar a determinação do futuro.

Contudo, a mobilização familiar pode envolver outros familiares na busca de emprego. Desde logo, um irmão (num caso), o marido (num caso), uma tia (num caso) a avó (em dois casos) ou a cunhada (em dois casos).

O tipo de relação estabelecida com estes atores não é distinto do estabelecido com os pais. Num caso, a relação laboral foi realizada com o próprio familiar:

Entrevistadora: Então ainda esteve um tempo sem estudar e sem trabalhar?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E qual foi o seu primeiro emprego lá? Fazia o quê?

Entrevistada: Trabalhava numa boutique de roupas da minha cunhada. (...)

Entrevistadora: E foi então pela sua cunhada que arranjou esse emprego?

Entrevistada: Sim, exatamente. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Outros entrevistados foram trabalhar para a mesma entidade patronal dos seus familiares, como foi o caso do entrevistado seguinte, um emigrante brasileiro, que nos descreveu a sua primeira experiência de trabalho no Brasil:

Entrevistadora: Como conseguiu esse primeiro emprego? Explique-me como foi esse primeiro emprego.

Entrevistado: Primeiro, foi assim: meu irmão já trabalhava com esse pessoal. Meu irmão já trabalhava com ele e não tinha contrato também, não. Era só diarista.

Entrevistadora: Era lavoura?

Entrevistado: Era lavoura. E o rapaz tinha esse sírio lá. Era enorme, tinha essas granjas, então meu irmão tomava conta de duas granjas e, além de catar pimenta de vez em quando, tinha um pimentário enorme e frutos, verduras, essas coisas. Aí meu irmão: «Eu vou te colocar lá, para você me ajudar. Aí, você fica tomando conta de uma e eu da outra.» E eu: «Está bom, vamos lá.» Aí, foi assim que eu conheci o senhor lá.

Entrevistadora: Que entrou?

Entrevistado: Foi, foi assim. Meu irmão já trabalhava lá. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Finalmente, no terceiro caso, o papel do familiar é apenas o de intermediário:

Entrevistadora: Mas na altura andava à procura de trabalho e apareceu-lhe essa oportunidade de ficar como trabalhador de limpeza, foi isso?

Entrevistado: Não. Eu andava à procura de trabalho na área. O trabalho de limpeza foi por conhecimento de uma cunhada minha.

Entrevistadora: Sim, disse-lhe que estavam a precisar?

Entrevistado: Que estavam a precisar e colocou-me. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Em nove casos, outro ator importante para a obtenção de um emprego respeita a uma pessoa do círculo de relações próximas, como, por exemplo, um amigo, um conhecido ou simplesmente alguém que se encontra no café.

Entrevistadora: Como é que conseguiu esse primeiro trabalho?

Entrevistada: Eram pequenos períodos. Arranjava mesmo no café falando com as pessoas (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Entrevistadora: E como foi? Nos primeiros trabalhos, por exemplo, ainda era muito novinha. Como conseguiu esses trabalhos? Quem foi que lhe arranjou? Quem é que conhecia quem?

Entrevistada: Eram pessoas conhecidas. Pessoas conhecidas que sabiam, pronto, da minha vida. Sabiam da minha situação [incompreensível], tentavam me ajudar conforme o que podiam. E era assim que eu ia fazendo. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

As formas como os entrevistados deste perfil chegam ao emprego, em particular à primeira atividade laboral, assentam sobretudo nos conhecimentos interpessoais, mobilizando para isso a família mais próxima e, com regularidade, os amigos, vizinhos e conhecidos. Em alguns destes casos, os indivíduos vão mesmo trabalhar para ou com os pais. Esta situação é muito relevante, por evidenciar o poder da reprodução intergeracional da pobreza: os pais, sendo pobres, desenvolvem atividades desqualificadas que transmitem aos seus filhos.

Em algumas situações, as diligências para se encontrar emprego resultam de iniciativas individuais, que passam pela deslocação no território circunvizinho para falar com potenciais empregadores, o que realça a importância da existência de oportunidades de trabalho no local onde

os indivíduos habitam. Em nenhum caso foi referida uma deslocação de grande amplitude, envolvendo realocação para outra cidade ou região. Em três casos, o acesso ao emprego foi conseguido através de concursos públicos, importantes por revelarem, por contraste, um maior nível de institucionalização em relação à informalidade da maioria dos relatos apresentados. Além disso, estas estratégias permitem perceber que mesmo atividades mais estáveis não são condição suficiente para deixar de se estar em situação de pobreza.

Em flagrante contraste com os perfis dos Precários e dos Desempregados, no caso deste perfil, mais de metade dos entrevistados tem uma situação relativamente estável no mercado de trabalho. De facto, 11 dos entrevistados estão há mais de dez anos nas respetivas atividades, tendo, em regra, contratos efetivos. A este grupo, há que juntar um segundo, com quatro casos, constituído por indivíduos que também se declaram efetivos, mas há menos de dez anos.

Nestes casos, é claro que não é a precariedade e a informalidade associadas a uma trajetória de emprego em carrossel que justificam a sua situação de pobreza. Pode-se, aliás, ser pobre e ser efetivo há muitos anos, como é demonstrado pelos dados.

Uma trajetória de emprego em carrossel implica a mudança frequente de emprego (e de atividade), com passagens pelo desemprego, sem que o indivíduo saia do mesmo lugar social (lugar de classe). Isto é, tal como os carrosséis, os indivíduos com este tipo de trajetória de emprego em carrossel movem-se vertiginosamente entre empregos e atividades sem sair do mesmo lugar social. Não se trata de uma situação associada à juventude que, com o passar do tempo, é superada, uma vez que tende a persistir ao longo do tempo, afetando boa parte ou mesmo toda a trajetória profissional dos entrevistados. Todas as vantagens materiais e simbólicas da passagem do tempo consubstanciadas na ideia de carreira (numa organização ou numa profissão) estão ausentes desta forma de viver a trajetória laboral. Neste contexto, estamos, pois, em presença da precariedade no tempo associada ao desemprego e à inexistência dos benefícios que se podem ligar à ideia de progressão (Diogo, 2010).

Também se pode verificar que, para os casos em apreço, não resultando a sua situação de pobreza da instabilidade laboral, ganham relevo outros fatores explicativos, nomeadamente a conjugação entre baixos rendimentos do trabalho (do entrevistado e da sua família) com uma estrutura familiar em que a distribuição do (pequeno) rendimento de trabalho, mesmo que de dois provedores, coloca os indivíduos abaixo do limiar de pobreza (e vimos no capítulo anterior que as famílias tendem a ser relativamente numerosas). Ser trabalhador pobre resulta, portanto, de se ganhar pouco e de esse rendimento ser distribuído pelos membros do agregado familiar. A precariedade e a trajetória de emprego em carrossel, podemos concluir, reduzem rendimentos e dificultam a sobrevivência dos indivíduos, mas não são necessárias para que se produza a situação de pobreza.

Os restantes dez entrevistados estão em situação de precariedade, mas essas situações são bastante distintas. Uma das entrevistadas, por exemplo, é gameleira (P4.3_Ponta Delgada#2), isto é,

trabalha na preparação das redes de pesca, sendo a sua situação ao mesmo tempo estável (por estar na mesma empresa e atividade há já vários anos) e precária, (dado que ganha em função do resultado da lota), não tendo rendimentos de trabalho fixos. A regulação laboral e a organização do trabalho no sector das pescas diferem da norma e potenciam a precariedade e a instabilidade salarial e laboral.

De resto, os nossos entrevistados precários vivem essa situação em todos os sectores de atividade onde se inserem, ou seja, as atividades que desenvolvem têm um papel importante para o desempenho da economia, complementando, com o seu trabalho, as mais variadas atividades económicas.

Nos indivíduos em situação de precariedade, podemos encontrar diferentes intensidades de precariedade. O caso da gameleira pertence ao polo das condições mais precárias, ao qual se pode juntar um pedreiro que trabalha à tarefa (P4.2_Ponta Delgada#2) e o caso de um programa ocupacional que se encontra na faixa intermédia entre emprego e desemprego³⁹ (P4.2_Ponta Delgada#1). No polo oposto, encontramos o caso de uma ajudante de lar (P4.3_Ferreira do Alentejo) com contrato a prazo ou uma auxiliar de ação educativa (P4.5_Serpa) nas mesmas circunstâncias. O Quadro 6 (mais à frente) resume de forma sistemática a situação laboral dos indivíduos com destaque para a questão do vínculo contratual.

Como já referimos, a maioria dos nossos entrevistados neste perfil encontra-se em situação estável no que respeita à sua atividade laboral. No entanto, ao longo da sua trajetória de emprego, é-nos reportada com frequência a existência de momentos de desemprego. Estes momentos serão analisados de seguida. A menção da questão do desemprego (mesmo que para se afirmar que nunca se esteve desempregado) aparece em 16 das 24 entrevistas deste perfil.

Os discursos dos indivíduos sobre o desemprego, suscitados pelas questões que lhes colocámos, desenvolvem-se a partir de duas ideias fundamentais. Por um lado, estão em causa as razões que levaram à situação de desemprego e, por outro, as dificuldades apercebidas em se conseguir um novo emprego.

Vejamos, pois, as razões de desemprego declaradas, presentes em oito entrevistas. Neste primeiro excerto, está em causa a relação com a chefia (mencionada em quatro casos).

Entrevistado: Então, fui para lá. Comecei de entregar, depois, fui para o estoque. Do estoque fui vender e depois fui demitido. Fui demitido não por ser um péssimo funcionário, fui demitido porque eu... Sei lá, não sei se era o gerente que não gostava de mim. Entrou um gerente novo lá e ele quis limpar, quis colocar as pessoas que ele queria. Ele já vinha de outra empresa e era

³⁹ A faixa intermédia, difusa, entre emprego e desemprego é uma questão importante na trajetória de emprego em carrossel, pelo que a exploração deste conceito e sua aplicação aos dados será retomada neste capítulo.

praticamente dono, então ele queria selecionar as pessoas que ele queria trabalhar. E se calhar... Não sei, penso eu, não posso fazer... Penso eu que não se encaixei lá, mas já trabalhava lá há três anos/três anos e meio. Pronto, saí. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Uma segunda razão para o desemprego respeita à falência das empresas onde se encontravam a trabalhar, referida em três entrevistas, dois dos casos relativos a empresas de serviços e o terceiro a uma empresa de construção civil (este último claramente associável à crise económica com início em 2008, que afetou particularmente a construção civil):

Entrevistadora: Em 2010, por que é que ficou desempregado?

Entrevistado: Fiquei desempregado porque não havia serviço, e já não tinha emprego para mais nada [A esposa diz alguma coisa].

Entrevistadora: Na altura, trabalhava...

Entrevistado: Na construção civil...

Entrevistadora: Foi o contrato que acabou?

Entrevistado: Não. O contrato que acabou, na altura, eu já não estava na XXXX, e estava por conta do empreiteiro, porque se não havia trabalho.

Esposa: Houve uma falência (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Em outros dois casos, a situação de desemprego é associada à diversidade de trajetórias de vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, à qualidade dos empregos à sua disposição. No primeiro caso, está em causa a necessidade de se ter uma gravidez segura:

Entrevistadora: Quanto tempo esteve na cerâmica?

Entrevistada: Só lá estive seis meses porque, entretanto, engravidei e não podia lá estar porque aquilo usava-se carvão, pó de carvão, e era muito tóxico e então eu saí. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

No segundo, está em causa a sazonalidade do emprego:

Entrevistadora: Já disseste que tiveste aí uma altura em que ficaste desempregada. Foi quando foste fazer a tal formação?

Entrevistada: Sim

Entrevistadora: Por que motivo é que ficaste desempregada?

Entrevistada: O contrato acabou, porque eu trabalhava no bar da praia, aquele bar que fica mesmo XXXX. Aquilo de Verão era bom. É época alta, quando chegava o Inverno, claro, quem é que vai para a praia no Inverno? E, então, como os patrões... (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Diversos entrevistados explicaram os motivos pelos quais lhes é ou não difícil encontrar emprego. Um primeiro grupo, composto por seis entrevistados, considerou nunca ter tido dificuldade em encontrar emprego. O trecho abaixo é um exemplo típico dessas respostas:

Entrevistadora: Já me explicou que não sentiu dificuldades em arranjar emprego...

Entrevistada: Não, eu não.

Entrevistadora: Em nenhum momento da sua vida?

Entrevistada: Não, não. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Em contrapartida, em apenas três casos foi indicada a existência de dificuldades em se encontrar emprego. O primeiro caso respeita a uma situação de discriminação por causa do aspeto, neste caso, pelos dentes (ausentes uns, estragados outros, devido ao consumo de droga):

Entrevistadora: E acha que tem dificuldades em arranjar trabalho?

Entrevistada: Sinceramente, sim.

Entrevistadora: E quais são os motivos?

Entrevistada: Os dentes. Ainda há muito preconceito. Eu fui a uma entrevista de trabalho na Boavista, para acompanhante de crianças, geriatria, um bocadinho de tudo... Fazer limpezas em casa de pessoas. E quando eu sorri levemente e ela disse: «Não podemos arranjar trabalho» e eu vi logo que havia algum bocadinho de discriminação. Infelizmente, há. Eu mesmo que queira ir a algum dentista, sem contrato não dá. Não tenho recibos, não tenho nada. Agora vou ver se a Dra. XXXX consegue aí qualquer coisita no Hospital de Santo António. Até a minha filha tem vergonha de mim quando vou às reuniões da escola. «Ó mãe, quando fores à escola faz assim: [coloca a mão à frente da boca].» Às vezes, dói um bocadinho. A gente nota, a gente não é burra, a gente nota quando as pessoas ficam assim de pé atrás. Ainda dizem que não há discriminação, mas eu sinto muita. Eu, a todo o lado, eu vou a uma farmácia e as pessoas ficam assim [a olhar de lado]. Nós vamos ao Pingo Doce ou ao supermercado e as pessoas ficam meias [mímica de desconfiança, a olhar de lado]. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

O segundo destes casos respeita às dificuldades de conciliação emprego-família. Recordemos que esta questão tem estado presente em todos os perfis e já a mencionamos anteriormente. Neste caso, a situação referida (nascimento sucessivo de duas filhas) é complexificada pela existência de uma doença, uma depressão:

Entrevistadora: Nessa altura, não trabalhava porquê?

Entrevistada: Assim.... Não trabalhava porque eu não conseguia arranjar trabalho e já tinha uma menina.

Entrevistadora: Ok. Por causa dos filhos.

Entrevistada: E então eu queria arranjar um trabalho, queria ser independente, porque a minha mãe... Foi sempre aquilo que eu vi na minha mãe, que ela era uma pessoa independente, era uma pessoa lutadora, era uma pessoa que, pronto, embora as dificuldades aparecessem, mas ela estava sempre ali. E então depois eu tive o meu filho, depois aí, pronto, foi quando as coisas começaram a piorar... porque depois tive uma depressão, depois, pronto. E andei assim durante um tempo. Depois veio a minha outra filha. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

E o terceiro caso diz respeito ao facto de só se conseguirem «empregos» de curta duração:

Entrevistadora: Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?

Entrevistado: Sim, porque o que arranjo é de pouca duração. Agora estou aqui neste trabalho, vamos ver quanto tempo dura. Se eu quiser trabalhar para o XXXX, temos trabalho, mas nem sempre. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Constatamos, desde logo, que as razões que explicam os períodos de desemprego são claramente distintas das apresentadas nos perfis dos Precários e dos Desempregados. Neste perfil, a idade, por exemplo, não é um motivo relevante (ao contrário do que acontece no perfil dos Precários, designadamente no subgrupo mais velho que ali se encontra, e no perfil dos Desempregados). A penosidade (perfis 1 e 2) ou a doença (Perfil 1) também não são mencionadas.

O único motivo que coincide com os apresentados nos outros perfis é referente à relação com os outros, embora aqui exista um cambiante, dado que é apenas referida a relação de subordinação (chefias ou patrões) e não a de pares (colegas de trabalho), tratando-se de um motivo indicado em quatro entrevistas.

Os principais motivos indicados pelos indivíduos como razão do seu desemprego em diversos momentos da sua vida estão centrados nas dificuldades de relacionamento com as chefias e na falência das empresas onde se enquadravam. Não obstante, a diversidade de trajetórias de vida implica que,

num caso, o motivo evocado seja a necessidade de se desenvolver uma gravidez segura e, no segundo, a sazonalidade da atividade em causa.

Por outro lado, neste perfil, verifica-se que existem diversos indivíduos que declaram não ter dificuldade em encontrar trabalho, havendo apenas três menções a dificuldades, num dos casos referente à discriminação com o aspeto, noutra à dificuldade de se encontrar um emprego durável e no último à conciliação família-trabalho. Neste último caso, aliás, sublinha-se o facto de a falta de recursos dos indivíduos em situação de pobreza não se dever apenas à falta de dinheiro, envolvendo também a escassez de outro tipo de recursos, como, por exemplo, de apoios, institucionais ou familiares, que permitam o trabalho feminino (em algumas situações), tal como já se havia sinalizado no capítulo anterior.

Mais de metade dos entrevistados encontrava-se numa situação laboral estável no momento da entrevista, estando muitos na mesma empresa há mais de dez anos, o que não impede que em sete dos casos onde se verifica atualmente uma maior estabilidade tenham existido períodos de instabilidade, designadamente de trajetória de emprego em carrossel.

No entanto, em dois casos, esta estabilidade formal pode e deve ser desafiada pelo confronto com questões mais contextuais. Isto é, à medida que se aprofunda a situação dos entrevistados, a sua história de vida, vão aparecendo detalhes que desafiam os limites da sua situação de estabilidade no emprego. O primeiro destes casos (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1) envolve uma situação de *lay-off*, isto é, o entrevistado encontra-se formalmente empregado (efetivo há quatro anos), embora na prática não esteja a trabalhar (recordemos que estes dados foram recolhidos antes da pandemia). Estamos, pois, em presença de uma nova variante de zona intermédia entre emprego e desemprego⁴⁰. Por outro lado, o *lay-off* implicou o ingresso deste indivíduo e respetiva família numa situação de pobreza, na medida em que a retribuição por *lay-off* que recebe se baseia no seu salário base, muito abaixo do que efetivamente ganhava (com as horas extraordinárias). O que está aqui em causa é a diferença entre duas realidades, o salário e o ganho. Assim se justifica a sua situação de pobreza e, ao mesmo tempo, se mostra a grande vulnerabilidade dos que estão pouco acima do limiar de pobreza a um acidente de percurso que os faça aí cair. Neste caso, nem foi preciso uma situação de efetivo desemprego.

O segundo caso envolve um jovem (P4.5_Amadora) que se encontra a trabalhar (há pouco tempo) a meio tempo, mesmo que com contrato efetivo, no contexto de uma trajetória de emprego que, apesar de curta em anos, apresenta já cinco empregos semelhantes. Também neste caso existe estabilidade laboral formal, que pode ser colocada em causa pelo histórico recente de empregos

⁴⁰ Em anteriores perfis, vimos que esta zona intermédia se estendia aos biscates, aos programas ocupacionais, às bolsas de formação e aos reformados a exercer atividade laboral. Nestes casos os indivíduos não estão em situação de emprego, embora estejam a trabalhar, por vezes em horário completo, obtendo uma remuneração dessa atividade laboral.

semelhantes. Por outro lado, importa salientar que se trata de uma atividade a tempo parcial.

Assim, em ambos os casos, a solidez dos laços laborais de que gozam é mais aparente do que real.

Nos restantes cinco casos, verifica-se uma mudança na trajetória de emprego dos entrevistados, que começou por ser em carrossel para se estabilizar, após o ingresso num contrato de duração prolongada. Assim, verifica-se que trocar uma trajetória de emprego em carrossel para se ingressar num emprego estável pode não ser condição suficiente para que se deixe de se ser pobre.

Em contraste, em oito casos, o número de empregos e os vínculos envolvidos permitem classificar as trajetórias de emprego destes entrevistados como estáveis. Há até um caso de alguém que nunca teve outro emprego na vida (P4.3_Ponta Delgada#1) e que se encontra no mesmo emprego há vinte e quatro anos.

Este primeiro grupo de casos de estabilidade laboral em situação de pobreza mostra a fragilidade da sua situação. Um percalço, um desemprego, podem facilmente fazer um indivíduo cair em situação de pobreza (se não estiver já nessa situação), como acontece no caso do entrevistado em *lay-off*. Estes dados permitem-nos, portanto, vislumbrar uma categoria social distinta da dos pobres, a dos vulneráveis, isto é, dos indivíduos cujos rendimentos os colocam um pouco acima do limiar de pobreza, mas para quem um acidente de percurso que se traduza no desemprego de um dos membros do agregado familiar (ou numa outra quebra forte de rendimentos, como um *lay-off*) resulta facilmente no ingresso (ou reingresso) na pobreza. Com efeito, uma situação de desemprego pode atirá-los novamente para uma situação de trajetória de emprego em carrossel, como, aliás, vimos no livro sobre o perfil dos desempregados e como veremos de seguida neste.

Em nove das situações relatadas, a vinculação atual é precária. Dentro destes casos, a maioria (sete) refere-se a trajetórias de emprego em carrossel prolongadas e persistentes no tempo. Já para dois casos, o ingresso na precariedade laboral deve-se ao divórcio e ao desemprego, respetivamente. Importa destacar que estamos na presença de dois dos D's da pobreza (P4.2_Ponta Delgada#1 e P4.4_Porto). No primeiro caso, um divórcio levou o entrevistado a desfazer uma sociedade comercial com o pai e o irmão da ex-mulher, o que o deixou desempregado e, no segundo, a falência de uma grande empresa de construção civil, na sequência da crise de 2008, teve o mesmo efeito.

A análise da literatura (Gaulejac & Leonetti, 1994) permite-nos identificar aquilo a que designamos de três D's da pobreza, por contraponto aos três D's do 25 de Abril. Se, por alturas da Revolução, se falava em Descolonizar, Democratizar e Desenvolver, no caso da pobreza pode-se falar das suas causas recorrendo a uma analogia semelhante baseada em grandes ruturas na vida dos indivíduos: Doença (crónica ou prolongada, física ou psicológica), Divórcio (ou outra rutura familiar, como, por exemplo, a morte de um progenitor) e Desemprego (pessoal ou de outro membro do agregado familiar), como motores do ingresso em situação de pobreza. Contudo, neste perfil, embora

estes problemas não estejam ausentes, longe disso, complementam apenas os fatores associados à família de origem dos entrevistados, isto é, os fatores que são o esteio da reprodução intergeracional da pobreza, situados em boa parte na infância, na educação e na relação com o mundo do trabalho. Desta forma, os três D's da pobreza não se aplicam apenas ao ingresso nesta condição social, mas também à sua reprodução ao longo do tempo⁴¹.

Interessa notar que entre os indivíduos em situação de precariedade nem todos consubstanciam a mesma condição. Com efeito, alguns entrevistados, como P4.2_Ponta Delgada#2, vivem numa situação de maior intensidade da precariedade, e outros, como P4.4_Guimarães#1, estão em situações onde existem alguns direitos e deveres proporcionados pela existência de um contrato a prazo. As situações mencionadas mostram bem a pertinência da existência de uma escala da intensidade da precariedade.

Vejamos de seguida como os entrevistados fazem o balanço das suas trajetórias laborais. Uma primeira situação refere-se aos que têm desenvolvido uma trajetória laboral estável, havendo pouco a relatar por parte dos entrevistados:

Entrevistado: Saí e fui trabalhar para XXXX [nome de uma aldeia], para uma fábrica de calçado, Fábrica de Calçado do XXXX. Trabalhei lá 11 anos.

Entrevistadora: 11 anos?

Entrevistado: Aí, já tinha descontos, já tinha tudo.

Entrevistadora: Então quando entrou para lá, já era um emprego com os descontos, com direito a tudo?

Entrevistado: Sim. Depois, fui para a tropa. Fui para Braga.

(...)

Entrevistadora: Daí foi para a tropa e depois?

Entrevistado: Depois vim e pedi aumentos e ele: «Ai, vou falar com o engenheiro, vou falar com o engenheiro.» E nunca se chegaram à frente. Muito bem, não se chegaram à frente. O meu falecido pai soube que [inaudível], dava-me muito bem com ele, que já fez obras. Como ele é trolha, fez obras lá no falecido pai dele e foi falar com ele e ele pronto: «Ele que amanhã apareça aqui.» Mas nem meti carta de despedimento na outra fábrica nem nada. Isto foi uma quinta-feira e na segunda-feira arranquei logo para a outra fábrica. Perdi os direitos da outra fábrica, que eram 11 anos.

(...)

⁴¹ A questão dos três D's da pobreza é retomada de forma aprofundada e sistemática na conclusão do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*, com o qual este livro faz conjunto.

Entrevistadora: Saindo dessa empresa de calçado, o senhor foi para essa empresa onde está hoje?

Entrevistador: Até hoje.

Entrevistadora: E há quanto tempo está nessa?

Entrevistado: Entrei em 2000, estamos em 2019... 19 anos. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Uma segunda tem a ver com a passagem de uma trajetória de emprego em carrossel para uma situação de estabilidade laboral. No caso seguinte releve-se ter sido através do RSI que a entrevistada encontrou essa oportunidade de emprego à qual também está associada uma formação⁴²:

Entrevistadora: Chegou alguma vez a ter o seu trabalho com contrato? Quando é que isso aconteceu?

Entrevistada: Não. Depois, o meu primeiro trabalho que tive foi este, onde comecei e onde estou.

Entrevistadora: O seu primeiro trabalho com contrato foi com que idade?

Entrevistada: Ai! Não sei! Porque eu andei a aprender a ler, depois ainda andei a fazer o curso disto de fazer as camas, continuei e depois fiquei a trabalhar. Foi para aí, sei lá, foi para aí há sete anos/oito anos...

Entrevistadora: Já com trinta e poucos anos?

Entrevistada: Trinta e quatro anos.

Entrevistadora: Portanto, foi no âmbito do Rendimento Social de Inserção que encontrou este trabalho?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E onde se encontra a trabalhar atualmente nas limpezas?

Entrevistada: Sim. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

No trecho seguinte, apresentamos uma situação típica de trajetória de emprego em carrossel no feminino, complicada por um período de toxicodependência, vivido numa condição de sem-abrigo. Importa notar que a entrevistada tinha esperança de melhorar a sua situação, passando a trabalhar quatro horas por dia com contrato de trabalho, em Dezembro de 2019. Entretanto, considerando o

⁴² Provavelmente de empregada de quarto e andares, embora a entrevistada a descreva apenas como um «curso de fazer camas». Esta incapacidade de nomear o curso que tirou é por nós equiparada às dificuldades manifestadas por muitos entrevistados em nomear a sua profissão, que, por sua vez, temos interpretado como sendo um indicador de desqualificação das atividades desempenhadas. Mais abaixo, abordaremos este assunto de forma detalhada.

sector de atividade, é muito provável que a pandemia tenha infligido outro desfecho para a sua esperança de maior estabilidade:

Entrevistadora: Mais ou menos quantos trabalhos teve ao longo da sua vida?

Entrevistada: Sinceramente, tive poucos. Tive esse na peixaria, tive outro em XXXX, era de confeção, mas eu só tirava as linhas da roupa que se acaba de fazer e as limpezas.

Entrevistadora: E lembra-se de ter algum tipo de contrato nesses trabalhos?

Entrevistada: Na peixaria, não, mas em XXXX, na confeção, acho que sim, mas já não me lembro. Tenho descontos na Segurança Social.

Entrevistadora: Esteve então num dado momento desempregada. Por que motivo ficou desempregada?

Entrevistada: Sim, porque o outro trabalho acabou, eles já não precisavam.

Entrevistadora: Quanto tempo é que esteve desempregada?

Entrevistada: Estive um anito/um anito e meio. Ia fazendo umas horinhas aqui e acolá, mas nunca nada com contrato, nem nada certo. Era mesmo umas horitas.

Entrevistadora: E depois como saiu dessa situação de desemprego?

Entrevistada: Quando vim para aqui, para a D.ª XXXX, para esta senhora da república. Agora é que é todos os dias, duas horinhas, mas já é muito bom.

(...)

Entrevistadora: Qual é a sua situação em relação ao trabalho? Já percebi que está empregada.

Entrevistada: Faço uma horinha numa senhora, na Praça XXXX, que tem uma república de estudantes. Vou lá à hora de almoço lavar a loiça, lavar o fogão. São duas horinhas que vou sempre lá.

Entrevistadora: E só tem esse?

Entrevistada: Agora, a senhora queria-me fazer um contrato de quatro horas. Entrar às 9h30 e sair à 13h30, para lavar os quartos de banho, as áreas comuns dos hóspedes. Ela fez-me essa proposta e eu disse que aceitava. Falei com a Dra. XXXX e a ver vamos. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Quadro 6 -Trajetória laboral dos entrevistados do Perfil Trabalhadores

Entrevista	Sexo, idade	Profissão e vínculo atual	Obs.	Trajetória
ESTÁVEIS E LONGOS				
P4.1_Almada	F, 45	Cozinheira, efetiva	Efetiva há 19 anos	Apenas teve 3 empregos na vida, um de 9 meses e outro de 3 anos antes do atual. Trajetória estável.
P4.1_Amadora#1	F, 58	Empregada de limpeza numa firma especializada, efetiva	Efetiva há 18 anos	Teve três empregos e dois contratos, sempre para o mesmo patrão em empresas distintas. Trajetória estável.
P4.1_Amadora#2	F, 61	Empregada de limpeza num ministério e numa editora, efetiva (dois empregos, efetiva nos dois)	Efetiva há 15 anos	Esteve como cuidadora por conta da Segurança Social, sem contrato ou sem descontos, durante 15 anos. Trajetória mista-estável.
P4.1_Serpa	F, 53	Assistente operacional; jardinagem, numa câmara	Efetiva há 10 anos	Antes deste contrato, trabalhava na apanha da azeitona, na agricultura em geral, a dias, empregada de limpeza, e em pinturas de edifícios, jardinagem, sem qualquer contrato. Trajetória mista-estável.
P4.2_Caldas da Rainha	M, 51	Assistente operacional numa câmara; recolha de lixo	No mesmo emprego há 33 anos, começou por contratos a prazo	Trajetória estável.
P4.2_Guimarães	M, 60	Assistente operacional numa câmara	No mesmo emprego há 26 anos	Teve dois ou três trabalhos anteriores, incluindo 12 anos numa empresa. Trajetória estável.
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2	M, 49	Mineiro	No mesmo emprego há 21 anos, sem nunca assinar qualquer contrato escrito	Trajetória estável.
P4.3_Celorico de Basto	F, 38	Costureira numa fábrica confeções	Com contrato há 19 anos	Trabalhou 7 anos com os pais e depois mudou-se para o emprego atual. Trajetória estável.
P4.3_Ponta Delgada#1	F, 40	Ajudante de cozinheira numa IPSS	Há 24 anos no mesmo sítio; efetiva há 21 anos	É o seu único emprego. Primeiro a termo e efetiva há 21 anos. Trajetória estável.
P4.5_Caldas da Rainha	F, 40	Assistente operacional numa câmara municipal (varredora de ruas); 2.º emprego como empregada de limpeza de serviços pessoais e domésticos	No mesmo emprego há 12 anos; só teve 2 contratos na vida, incluindo o atual	Teve um conjunto diversificado de atividades antes de entrar na câmara. Trajetória mista-estável.

Entrevista	Sexo, idade	Profissão e vínculo atual	Obs.	Trajetória
P4.4_Guimarães#2	M, 40	Operário numa fábrica de calçado	Efetivo há 19 anos	Trabalho 11 anos numa fábrica de calçado, despediu-se para ingressar noutra com melhor salário. Trajetória estável.

ESTÁVEIS E CURTOS				
P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1	M, 54	Servente de pedreiro	Com contrato há 4 anos, único na sua vida	Trabalhou na agricultura e na construção civil e foi emigrante em França. O seu contrato de trabalho foi suspenso por <i>lay-off</i> na altura da entrevista. Trajetória mista-instável.
P4.4_Almada	M, 41	Operário de construção civil (pintor, pedreiro)	No mesmo emprego há 9 anos, com contrato efetivo há 5 anos	Ingressou na construção civil em Portugal, nasceu em Angola, teve entre 20 a 40 trabalhos distintos na sua vida, incluindo nos serviços. Trajetória mista-estável.
P4.5_Porto	F, 48	Auxiliar de serviços pessoais e domésticos (limpezas)	Com contrato efetivo há 6 anos, o único da sua vida	Está no único contrato da sua vida. Antes disso, só biscates. Emprego encontrado com a ajuda do RSI. Trajetória mista-estável.
P4.5_Amadora	M, 20	Auxiliar numa grande superfície (meio tempo)	Efetivo há 2 anos	Apesar de ser jovem, já trabalhou em 5 empregos distintos, todos em multinacionais conhecidas por pagarem salários baixos. Está a meio tempo, sendo esta última característica que justifica a classificação. Trajetória mista-instável.
PRECÁRIOS				
P4.2_Ponta Delgada#1	M, 49	Programa ocupacional numa IPSS	6 meses	Foi sócio-gerente de um café, mas o divórcio incompatibilizou-o com os familiares da ex-mulher e desfez a sociedade. Apenas teve três trabalhos na vida, incluindo o atual. Trajetória mista-instável.
P4.2_Ponta Delgada#2	M, 49	Pedreiro	3 meses, precário, à tarefa	Desconhece quantos trabalhos teve, estes foram sobretudo na agricultura e na construção civil. Trajetória instável.
P4.3_Ferreira do Alentejo	F, 34	Ajudante de lar	2 anos, primeiros contratos da vida, a prazo	Muitos trabalhos ao dia e à tarefa na apanha de bolota, na agricultura em geral e nas limpezas. Trajetória instável.
P4.3_Ponta Delgada#2	F, 40	Gameleira	2 anos, sem contrato, vinculação atípica, específica do sector das pescas. Teve contratos no estrangeiro e no sector da restauração. A maior parte	Ao longo da sua vida profissional, foi oscilando entre a pesca e a restauração, com ênfase na primeira (gameleira e cozinheira de bordo). Ganha consoante as capturas, num sector de atividade conhecido pela atipicidade e precariedade dos vínculos. Trajetória instável.

			da sua vida foi na pesca, sem contrato	
P4.3_Porto	F, 39	Empregada de limpeza em serviços domésticos (tempo parcial)	Sem contrato, está há pouco tempo	Não teve muitos empregos na vida, mas passou um período relativamente prolongado como toxicodependente e sem abrigo. O trabalho que tem é de duas horas por dia. Trajetória instável.
P4.4_Guimarães#1	M, 44	Serralheiro civil, trabalha com máquinas	2 anos, está a prazo, tem esperança num contrato sem termo dentro de pouco tempo (antes da pandemia)	Teve um elevado número de empregos precários, quer no Brasil quer em Portugal. A sua situação foi durante algum tempo prejudicada pela sua presença ilegal no país. Trajetória instável.
P4.4_Porto	M, 41	Auxiliar em grande superfície «carrista» (arruma carrinhos de compras)	2 anos, possivelmente a prazo	Esteve 23 anos numa empresa, 3 como estafeta e 23 como escriturário numa grande empresa que faliu. Trajetória mista-instável.
P4.4_Serpa	M, 28	Operário agrícola	Há pouco tempo no emprego.	Raramente teve contratos e quando teve foram de muito curta duração. Tem esperança de vir a assinar brevemente um contrato efetivo (em Dezembro de 2019). Trajetória instável.
P4.5_Serpa	F, 51	Auxiliar de ação educativa	Menos de um ano, contrato a prazo (um ano, até 3 anos)	Teve um sem número de atividades variadas, numa cerâmica, numa escola (noutra vez), num equipamento cultural local, durante 2 anos foi aluna profissional de cursos diversos de formação profissional. Trajetória instável.

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza*, 2019

4.2. Identidade e satisfação em relação a trabalho

Neste perfil, tal como nos anteriores, existem afirmações de natureza mais subjetiva do que as relativas à trajetória profissional dos indivíduos. Estas afirmações ajudam-nos a compreender como vivem os indivíduos em situação de pobreza, como veem a sua relação com o mundo do trabalho, e, dessa forma, permitem-nos compreender melhor a base das decisões que fundamentam a dimensão mais objetiva dessa relação.

Uma primeira questão a ter em conta relaciona-se com a definição de si como trabalhadores (Dubar, 1991, Diogo, 2007).

Em contraste com os outros perfis encontrados (Reformados e Desempregados, mas também, em menor grau, Precários), em regra, encontramos muito menos referências (três casos) a uma situação de doença relacionada com o trabalho. Apesar disso, neste perfil encontramos 19 entrevistas onde se mencionam doenças na vida dos entrevistados, quer dos próprios, quer dos seus cônjuges, quer ainda dos seus pais (quando os entrevistados eram crianças). Apenas sobressai um tipo de doença, o alcoolismo, entre os que são próximos aos entrevistados (marido ou pai, em cinco casos), aos quais se pode juntar uma situação de toxicodependência vivida em nome próprio (mas no passado).

Ainda no que respeita à definição de si como doente, pode-se argumentar que as situações descritas sublinham mais a sua identidade como trabalhadores do que como doentes. É precisamente esse o caso do primeiro trecho apresentado. A entrevistada trabalha, mas fá-lo em esforço, devido à doença que desenvolveu.

Entrevistada: Eu trabalhei 15 anos depois de ter feito essa formação, já nem me lembro. Depois disso, deram-me logo um trabalho e a Segurança Social é que me pagava e terminei há pouco tempo, quando o último doente morreu. E eu disse: «Passo a vida a enterrar os meus velhos, já não vou fazer mais nada.» Mas eu trabalhei com muita alegria e gosto. Tanto é que há tempos ligaram-me para que quando eu quisesse esse trabalho que tinham para mim, mas como eu tive esse problema com os ossos (dermopatia óssea, sou seguida na oncologia), então, para levantar o doente da cama e pôr na cadeira de roda, isso afetou muito. Então, deixei de trabalhar. Estou a trabalhar nas limpezas, trabalho precário, mas é isso que eu tenho. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Portanto, neste perfil, as menções a doença apenas servem para reforçar a identidade para si e para os outros como trabalhador, não justificando uma qualquer situação de reforma antecipada

(mesmo que almejada) ou de desemprego. Estes casos estão associados a um grande esforço, considerando que se percebe pelos relatos que a atividade laboral é feita em situação de penosidade⁴³, dados os problemas de saúde. Este último fator é também de grande relevância, pois, se as doenças relatadas têm um impacto na forma como os indivíduos se veem a si próprios e na forma como se apresentam aos outros, têm também um impacto claro nas suas vidas, desde logo na penosidade com que exercem a sua atividade laboral.

Em nove outras entrevistas, são feitas afirmações que podemos classificar inequivocamente como de definição de si como trabalhador, para si e para os outros. Relembremos que uma entrevista é uma situação de interação social em que um indivíduo procura transmitir o que entende ser a melhor imagem possível de si ao seu interlocutor e a si próprio.

Analisando mais aprofundadamente os excertos relevantes, podemos compreender melhor esta importante dimensão da relação com o mundo do trabalho. No caso de um emigrante brasileiro, está em causa a afirmação de si como trabalhador logo a abrir a entrevista, quando se fala da sua infância passada no Brasil. No entanto, a situação não é distinta de outros dois casos elencados⁴⁴:

Entrevistado: Eu não tive praticamente infância, minha infância foi trabalhar. Da lavoura, fui cuidar de uma granja de galinha muito grande. Eu não conseguia pegar o saco de ração, que era de 60 quilos e eu era pequenino, que eu fazia? Eu cortava ao meio. E assim foi minha vida. Depois, comecei a trabalhar de entregador, depois de entregador, fui trabalhar de *office-boy* [paquete]. Depois, fiz o curso de *office-boy*, fui trabalhar numa empresa, numa empresa que já nem lembro o nome, depois me passaram para o Banco do Brasil, BBC, antigo BBC, fui trabalhar lá dentro.

(...)

Entrevistadora: E agora sobre o seu emprego atual. Trabalha atualmente?

Entrevistado: Trabalho.

Entrevistadora: Em que é que trabalha?

Entrevistado: Eu trabalho na área da maquinaria, torno, fresa, CNC, aquilo que eu te disse.

(P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

⁴³ A penosidade na atividade laboral é por nós definida (Diogo, 2007) como uma das quatro componentes do trabalho de má qualidade, estando associada ao exercício continuado de força física (esforço), à exposição aos elementos (chuva, frio, sol, vento, calor...) e a produtos agressivos para o organismo (como terras, pós e produtos químicos variados), bem como a situações de stresse continuado. Em suma, a penosidade tem a ver com o desconforto continuado (físico ou mental) em situação de trabalho, eventualmente com consequências na degradação persistente do estado de saúde.

⁴⁴ Está também claramente aqui em causa o trabalho infantil, mas essa questão já foi abordada nos capítulos anteriores.

Noutros casos, a definição dos entrevistados enquanto trabalhadores é simples e clara (referindo-se, ao mesmo tempo, um quarto caso de trabalho infantil):

Entrevistadora: Já estava a trabalhar nessa altura?

Entrevistado: Já. Eu sempre trabalhei, sempre trabalhei. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Outros casos implicam narrativas mais sofisticadas e de uma grande riqueza de questões importantes. No trecho abaixo, a entrevistada começa precisamente por referir a condição de trabalhador do seu pai para, de seguida, afirmar essa mesma condição para si própria. Mesmo correndo o risco de perder o RSI, foi trabalhar, tendo de levar os seus filhos consigo para o poder fazer. Neste trecho, misturam-se as questões mais subjetivas que estamos a realçar, de identidade para si em relação ao trabalho, com outras associadas à gestão do RSI, e à conciliação família-trabalho, tendo como pano de fundo uma narrativa que nos força a recordar que o trabalho não é apenas uma questão identitária, de identidade para si e para os outros, mas também um forte constrangimento à necessidade de se sobreviver em situação de pobreza.

Entrevistadora: Tem recordações boas da sua infância?

Entrevistada: É assim, o meu pai sempre trabalhou, sempre ajudou os filhos, sempre manteve as coisas em casa, nunca nos faltou com nada. Éramos muitos e era ele que nos ajudava muito. Depois comecei a ter a minha filha, depois fiz a minha vida e ele continuava-nos a ajudar com aquilo que podia.

(...)

Entrevistadora: Esteve desempregada durante muito tempo da sua vida?

Entrevistada: Estive, estive. Os meus filhos eram pequeninos e tinha que olhar por eles...

Entrevistadora: Era pelo facto de os seus filhos serem pequeninos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Mas nessa altura em que os seus filhos eram pequeninos, nunca tentou encontrar um trabalho?

Entrevistada: É assim, não tentei, porque quando eu pus o rendimento mínimo, eles disseram também que eu não podia trabalhar, que a minha obrigação era ficar com os meus filhos, que tinham que estar à minha beira. Só que muitas vezes para ganhar algum por fora, eles iam comigo limpar apartamentos ou assim. Eles iam comigo. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Já tínhamos visto que, neste perfil, em contraste com os outros, os casos de definição de si como doente sublinham sobretudo o ser trabalhador apesar da penosidade adicional provocada pela doença (crónica e ou limitativa da atividade). A penosidade, o esforço e a abnegação que lhe estão associados são valores que esteiam a ética do trabalho, que aparecem associados à definição de si como trabalhador em diversos relatos, como a da trabalhadora de limpeza e imigrante cabo-verdiana que se apresenta abaixo:

Entrevistada: Pelo menos, para arranjar um emprego melhor, porque o meu emprego é um trabalho cansativo, é um trabalho honesto. Porque estou a viver do meu suor, trabalhar para ganhar o que eu ganho. Mas se eu tenha escola, não estava neste trabalho, não é um trabalho, é um trabalho para sobreviver, não é para viver. É um vencimento tão baixo, que pronto, que se a senhora não tem outro ramo para pegar, tem que conformar, mas não é porque é um vencimento que dá para viver. A pessoa sobrevive porque leva a vida de maneira do vencimento. Se eu tinha escola, hoje não estava neste trabalho.

(...)

Trabalho umas horas, metade da parte de manhã e outra metade da parte da tarde, vai duas vezes trabalhar. Muda de sítio, parte de manhã, trabalha ao pé e parte de tarde trabalha mais longe. Trabalho porque eu preciso. É tudo sacrificado, a senhora tem que sacrificar para fazer. É tudo cansativo, é tudo a correr, a despachar, é tanto trabalho, na pouca hora de serviço. Depois, se a senhora fazer assim devagar, para fazer coisas devagar, a senhora não consegue fazer as coisas como deve ser, a senhora tem que correr, para cima para baixo, fazer tudo à pressa. Pode ficar serviço mais ou menos, senão fosse assim, fica a sujeira nos cantos. À tarde, faço quatro horas e meia e de manhã faço três horas e às vezes quatro horas. Tudo para a mesma empresa. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 58 anos)

O trecho acima levanta também a questão da valorização do trabalho. Está em causa a forma como os indivíduos veem o trabalho, se é algo feito apenas para se sobreviver ou se existe nas atividades desenvolvidas algum tipo de satisfação ou de realização pessoal (valores extrínsecos ou intrínsecos, segundo Vela (2000)). Esta é uma questão que abordaremos com detalhe no próximo tópico deste capítulo.

Uma outra questão associada à definição de si como trabalhador respeita à capacidade de os indivíduos se definirem a partir do nome de uma profissão. Em alguns casos, isso é muito claro:

Entrevistadora: O que é que faz?

Entrevistada: Então, sou assistente operacional de jardinagem (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Noutros, existem amplas dificuldades em fazê-lo. No caso abaixo, a própria diversidade e inconsistência das atividades (em regra, manuais) impedem a identificação de si a partir do nome de uma profissão, dado que simplesmente não existe uma profissão que corresponda ao conjunto das tarefas desempenhadas.

Entrevistadora: E o que é que fazia?

Entrevistada: Fazia um bocadinho de tudo. Aquilo era uma fábrica de peixe congelado. A gente embalava o peixe, cortávamos na serra para fritar, para cozer, preparávamos um preparado de marisco, era assim diversas coisas. Estive para aí três aninhos. (P4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Por outro lado, é sempre possível fazer como o entrevistado abaixo: referir o nome da profissão, confirmar o desconhecimento da mesma por parte do interlocutor e, de seguida, descrever as atividades em que esta consiste. Assinale-se também que esta é a única vez na totalidade das entrevistas em que um indivíduo que trabalha na agricultura se define como agricultor. Contudo, mesmo neste caso, o entrevistado sente imediatamente necessidade de descrever as tarefas que realiza:

Entrevistadora: O senhor estava-me a explicar que, com 14 anos, precisou de sair da escola para ir trabalhar, certo? E foi trabalhar em quê?

Entrevistado: Olhe, primeiro andei a trabalhar a ramadeiro. Você não sabe o que é ramadeiro.

Entrevistadora: Não.

Entrevistado: Fazer ramadas, para uvas, para pôr as cepas das uvas.

Entrevistadora: Com as uvas?

Entrevistado: Sim, fazer bardos, para pôr bardos, para pôr vigas, tudo... (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

No total, a questão aparece em sete entrevistas. Em quatro, verifica-se a definição a partir do nome da profissão e em três registam-se dificuldades em fazê-lo. Estas dificuldades sublinham, por um lado, a desqualificação do que é feito e, por outro, a fraca identificação dos entrevistados com as atividades que realizam.

Assim, em regra, os entrevistados deste perfil mobilizam o trabalho para se definirem de forma distinta dos restantes perfis. Desde logo porque a definição de si é muito centrada em ser-se trabalhador e nas características associadas a essa condição, sendo por sua vez o trabalho uma atividade penosa desenvolvida para se obter um ordenado (questão que exploramos no subcapítulo seguinte). Importa ainda assinalar as dificuldades sentidas, em alguns casos, pelos entrevistados em se definirem em relação ao trabalho a partir do nome de uma profissão. Quando instados a fazê-lo, alguns entrevistados optam por descrever as tarefas que executam. Acresce que, em dois dos casos, a diversidade e a desqualificação das tarefas executadas não as agrupa numa profissão, ou seja, não existe uma profissão que designe as tarefas executadas por estes entrevistados. Desta forma, interpretamos estas dificuldades como um indicador da desqualificação e da desvalorização do trabalho que esses entrevistados realizam, mesmo para os próprios.

Uma das questões centrais para compreender a relação dos indivíduos com o mundo do trabalho respeita ao sentido que estes lhe atribuem. Analisámos já os aspetos identitários, isto é, a forma como se definem em relação ao trabalho. De seguida, veremos o que os indivíduos valorizam no trabalho a partir da satisfação que manifestam (ou não) em relação a ele.

A primeira questão respeita ao que temos vindo a designar como desgosto (ou insatisfação) em relação ao trabalho. Neste aspeto, importa relevar que o número total de manifestações de satisfação e insatisfação é bem menor do que o registado nos restantes perfis deste estudo (Reformados, Precários e Desempregados). Com efeito, registámos 31 casos de manifestação de gosto, por contraponto a 12 casos de manifestação de desgosto. Um valor total (43 casos) bastante superior ao conjunto das entrevistas, considerando que cada entrevistado pode manifestar o seu (des)gosto em relação a várias atividades profissionais. Este conjunto de posicionamentos corresponde a 21 das 24 entrevistas do perfil. No entanto, os 31 casos de manifestação de gosto pelo trabalho contêm alguma ambiguidade em pelo menos em 12 casos (um número substancial), em termos que, como veremos de seguida, expressam conformismo.

Vejamos em primeiro lugar as razões do desgosto pelo trabalho expressas nas entrevistas. A primeira razão referida gira à volta da penosidade, mencionada em quatro entrevistas. Importa notar que, no trecho abaixo, quando a entrevistada é instada a referir o que mais gosta no seu atual trabalho, refere a execução de tarefas que se percebe pela descrição serem penosas (o que constitui uma razão de desgosto pelo trabalho). Contudo, refere imediatamente uma tarefa de que diz gostar.

No caso abaixo, a penosidade aparece a par com o desgosto pela relação com os outros, em particular, pela relação com os chefes, uma questão que exploramos de seguida:

Entrevistadora: Do que é que gosta mais neste trabalho?

Entrevistada: Gosto de tudo. O ano passado era a relva, gostava muito, mas é um trabalho muito custoso, principalmente para as mulheres, andarmos com as máquinas. Depois, tive um problema numa mão e tiraram-me e agora ando na monda. Gosto muito de fazer os cortes e de ver os canteiros limpos.

Entrevistadora: E do que é que gosta menos neste trabalho?

Entrevistada: Menos? Gostava que dessem mais valor à gente, que não dão.

Entrevistadora: Quem é que não dá valor?

Entrevistada: Os chefes. Gostava. A gente fala umas com as outras e eram para dar mais valor à gente. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

A relação com os outros é motivo de desgosto com o trabalho em mais quatro casos, para além do trecho abaixo. Neste, o entrevistado realiza uma análise aprofundada do problema, referindo que o seu desgosto com algumas das atividades que realizou está associado à sua relação com os patrões. Aliás, ao contrário do perfil relativo aos desempregados, onde as relações com os colegas de trabalho também aparecem entre os motivos de desgosto com o trabalho, no caso deste perfil, neste aspeto, apenas foi referida a relação com os patrões.

Entrevistadora: Destes trabalhos todos que tiveste, de qual gostaste mais e de qual gostaste menos?

Entrevistadora: Sempre houve coisas que eu gostasse e que não gostasse desde quando entrei para o mundo do trabalho. Não gostava do desrespeito que as pessoas com mais poder dentro das empresas têm em relação aos empregados. É algo que me chateia, porque eu acho que não é justo. E como sempre fui uma pessoa de não ficar muito calada, sempre tive algumas pequenas discussões dentro dos trabalhos, porque às vezes existia falta de respeito por parte dos gerentes em relação aos empregados, e sempre lutei pela justiça. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Uma outra forma de se expressar o desgosto com o trabalho respeita ao salário. O trecho que escolhemos associa o baixo salário à penosidade («um trabalho pesado») e às poucas folgas:

Entrevistado: É trabalho. Neste momento, já não estou nas limpezas. Mudei em Janeiro para os carristas, que é empurrar carrinhos. É um trabalho pesado. (...)

Entrevistadora: Se pudesse, acha que deveria receber mais pelo trabalho que está a exercer neste momento?

Entrevistado: Eu acho que sim, porque é um trabalho pesado. Neste momento, estou a trabalhar só com uma folga, trabalho seis dias por semana, porque... Mas trabalho numa folga e não sou devidamente recompensado, porque são pagas como dias normais.

Entrevistadora: Ahh.

Entrevistado: Trabalho sábados e domingos, não dá para estar com a família e, mesmo assim, uma pessoa o que traz para casa acho que não é suficiente, não é o valor que devia ser, que devia receber pelo trabalho que faço. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Existe uma última menção ao desgosto pelo trabalho, desta vez associado à necessidade de trabalhar ao ar livre sentida por um único entrevistado, o que podemos associar aos valores intrínsecos em relação ao trabalho:

Entrevistado: Depois fui para a fábrica onde andava o meu falecido pai, aqui em XXXX [nome da freguesia]. Nunca gostei de fábrica.

Entrevistadora: Nunca gostou de fábrica?

Entrevistado: Nunca. Presos só os passarinhos e nem os passarinhos querem estar. E então eu sempre gostei de trabalhar ao ar livre. (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

No entanto, como vimos, a maioria dos entrevistados manifesta gosto pelo trabalho. Em primeiro lugar, destacamos os que o fazem expressando valores intrínsecos em relação ao trabalho. Jorge Vala (2000), baseado no trabalho de Herzberg, aponta para o facto de a valorização do trabalho envolver dois grandes grupos de valores: os associados à ideia de instrumentalidade, isto é, ao trabalho feito para responder a necessidades relativas à sobrevivência material dos indivíduos (valores extrínsecos); e os que associam o trabalho a valores relacionados com «necessidades de interação social, de realização e de desenvolvimento pessoal» (p. 71) (valores intrínsecos). Neste estudo, adaptamos esta tipologia, considerando como valores extrínsecos os relacionados com a instrumentalidade do trabalho, incluindo aqui a interação pessoal para além das questões relativas à sobrevivência dos indivíduos (isto é, ao salário), mas também os fatores referentes à penosidade do trabalho, à sua perigosidade ou à precariedade. Por oposição, é nos valores intrínsecos que se podem encontrar a realização e o desenvolvimento pessoal apresentados pelo autor, para além do sentimento de autonomia e o interesse da atividade.

Neste primeiro trecho, está em causa uma resposta simples e direta, complementando a resposta da mesma entrevista anteriormente apresentada referente ao desgosto pelas atividades em espaços fechados. Neste caso, destaca-se o gosto por questões respeitantes à dimensão material de uma atividade profissional:

Entrevistadora: E do que mais gosta nesse trabalho?

Entrevistado: Os jardins e as flores. O que eu adoro é ver flores. Era o meu trabalhinho...

Entrevistadora: Então do que mais gosta é de trabalhar com os jardins?

Entrevistado: Sempre. Ainda hoje, se puder, é o que eu faço. (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

O segundo excerto apresenta uma visão bastante mais complexa, muito centrada em aspetos concretos que estão no cerne do trabalho desenvolvido:

Entrevistadora: De todos os trabalhos que já teve, de qual é que gostou mais?

Entrevistada: Eh pá, do XXXX [equipamento cultural], mas neste XXXX [equipamento cultural] que é a minha paixão. Os XXXX [equipamentos culturais] têm de ter um papel muito mais importante do que têm, não é só estarem abertos para as visitas. Porque, com o XXXX [equipamento cultural], eu consigo aliar também com a educação, que é outra das minhas paixões. Ir à escola e fazer essa articulação com as crianças, isso é uma coisa maravilhosa. E depois, poder também trabalhar com os mais velhos, aqueles que têm tanto para contar. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Importa notar que os casos de valorização do trabalho a partir de valores intrínsecos, associados ao valor das atividades realmente desenvolvidas e ao seu interesse para os indivíduos, está presente de forma inequívoca em apenas três entrevistas. Neste sentido, este perfil não se distingue muitos dos restantes. De facto, entre os indivíduos em situação de pobreza que entrevistámos, os valores intrínsecos em relação ao trabalho são relativamente raros.

O mesmo não se pode dizer dos valores extrínsecos, isto é, aos valores associados à importância de questões exteriores ao trabalho propriamente dito e que dele resultam, como, por exemplo, o salário.

Vejam, pois, os valores extrínsecos associados ao trabalho pelos entrevistados. Um primeiro caso está associado precisamente à valorização do salário. Gosta-se do trabalho porque este permite

sustentar os filhos (como acontece em cinco casos). Aqui, é valorizado o papel instrumental do trabalho por contraponto à realização pessoal presente na valorização intrínseca.

Escolhemos um trecho particularmente intenso para ilustrar este aspeto, onde se refere a fome que os filhos passaram antes de a inquirida conseguir o emprego atual (numa câmara municipal), complementado por um segundo trabalho de limpeza. A entrevistada teve uma trajetória de emprego em carrossel antes de entrar para os quadros da câmara. Neste caso, é muito claro que o trabalho serve para dar de comer aos filhos e proporcionar-lhes oportunidades que a entrevistada não teve:

Entrevistada: Só que assim, eu trabalho sozinha. Tenho quatro filhos e o ordenado mínimo não chega. Tenho que trabalhar, tenho que... Tenho que ganhar mais alguma coisa para eu conseguir poder dar aos meus filhos aquilo que, pelo menos, que eu nunca tive.

Entrevistadora: Hum.

Entrevistada: E eu quando vim... Antes de estar na Câmara... nos trabalhos que eu, pronto, que eu tinha dantes, meus filhos chegavam a passar fome, porque eu não conseguia, pronto, pelo menos, o mínimo eu garantir a eles. E então quando eu vim para aqui, as pessoas começaram: «Ah, a senhora... não queres fazer isto?» «Olha, não queres fazer aquilo?», «Olha, não queres...». E eu hoje trabalho muito precisamente, pronto, porque tenho filhos e gostava que eles não tivessem... ou que eles tivessem aquilo que eu nunca tive. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Uma segunda questão valorizada de forma associada ao trabalho é a relação com os outros, referida por 11 entrevistados. Portanto, a relação com os outros pode ser tanto uma forma de desgosto como de gosto pelo trabalho. Aliás, num dos casos, o entrevistado apresenta a relação com os outros como fator de desgosto e de gosto (referindo-se a trabalhos distintos). Trata-se, portanto, de uma questão que se pode relevar dado o seu duplo papel (de gosto e desgosto) na relação dos indivíduos com o mundo do trabalho.

Numa primeira instância, essa relação com os outros centra-se nos clientes (em cinco casos). O trecho abaixo explica esse gosto de forma simples:

Entrevistadora: E gostou de trabalhar como escriturário?

Entrevistado: Gostei. Foi interessante.

Entrevistadora: Mas qual foi o trabalho de que gostou mais de fazer?

Entrevistado: Como escriturário, sem dúvida. Nós contactávamos com os fornecedores, emitíamos as faturas. Gostava dessa parte, era interessante. Fazia reclamações... Era isso.
(P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

De uma maneira um pouco mais completa, é claro que a satisfação com o trabalho da entrevistada está centrada nos seus clientes:

Entrevistador: Destes trabalhos, apesar de serem todos na hotelaria, de qual é que gostou mais?

Entrevistado: (...) Gostei de trabalhar no restaurante, quando foi na altura da XXXX, porque conhecíamos muitas pessoas de outro nível também. Íamos sempre aprendendo alguma coisa.
(P4.2_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

A satisfação da relação com os outros no trabalho também está presente no relacionamento com os colegas (cinco casos):

Entrevistadora: E de todos os empregos que teve, qual foi aquele de que gostou mais?

Entrevistada: É onde eu estou agora.

Entrevistadora: É este? E porquê?

Entrevistada: É um ambiente calmo, não é? Não tem lá o patrão assim permanente para estar sempre zum-zum-zum. Eu sou responsável pela minha área e pronto. De vez em quando, há aquele desentendimento com colegas, mas é aquele stresse que depois já passa tudo.
(P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Em dois casos, é até referido o convívio com os colegas fora do tempo de trabalho (em jantares e até em jogos de futebol):

Entrevistadora: Desses empregos que teve, qual foi o de que mais gostou?

Entrevistado: Desses empregos todos?

Entrevistadora: É, de todos.

Entrevistado: Ah, do XXXX, do meu paizão, que eu chamo ele, na serralharia.

Entrevistadora: O da serralharia?

Entrevistado: É, poxa, nem diga nada. Trabalhava de segunda a sexta. No sábado, eu ia jogar. Nós trabalhava de segunda a sexta na serralharia. Na segunda, a gente treinava, na quarta, a

gente treinava, na sexta, a gente ia lá fazer um aquecimento também e, no sábado, ia jogar bola e, no domingo, era o convívio. Um jantar e assim.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Entendeu? Era uma maravilha aquilo. Eu gostava. O pessoal gostava muito de mim, as pessoas que estavam à minha volta, todo o mundo gostava de mim. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Contudo, a maioria das menções ao gosto do trabalho neste perfil respeitam ao conformismo, presente em 12 entrevistas. Isto é, o gosto pelo trabalho deriva de este ser o trabalho que se tem, de não haver alternativa. Trata-se, no mínimo, de um gosto ambíguo. É perfeitamente possível argumentar que a associação do gosto pelo trabalho ao conformismo é uma forma de desgosto. Se procedermos a essa classificação, o desequilíbrio entre gosto e desgosto (mais menções para o primeiro do que para o segundo) atenua-se fortemente. Cremos que, pela sua natureza ambígua, esta é uma questão em aberto.

O primeiro trecho apresentado condensa bem a questão do conformismo. Noutros pontos da entrevista, a entrevistada afirmou não gostar da atividade que desempenha, preferindo fazer outras coisas dentro da instituição onde se encontra a trabalhar. No entanto, quando questionada acerca do que alteraria, se pudesse, indicou que não mudaria nada por «já está habituada», acrescentando ainda que valoriza a relação com os outros (neste caso, com as colegas):

Entrevistadora: Se pudesse mudar alguma coisa no seu trabalho, o que é que mudava?

Entrevistada: Em quê?

Entrevistadora: no trabalho?

Entrevistada: No trabalho, eu não mudava nada. Eu não mudava nada, porque o trabalho na cozinha, onde eu estou, já estou habituada. Já estou habituada. Eu até sinto falta delas, das minhas colegas. Sinto falta delas. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

O caso seguinte, já referido noutro capítulo, é particularmente interessante por definir claramente que aquilo de que se gosta no trabalho é apenas o facto de ser um trabalho. De resto, o que aparece associado a esta afirmação de gosto é a penosidade (o entrevistado repete quatro vezes que se trata de um «trabalho pesado») e uma relação insatisfatória com os outros (o entrevistado menciona que mudaria os colegas):

Entrevistadora: Mas de maneira geral, está a gostar deste trabalho?

Entrevistado: É trabalho [risos].

Entrevistadora: O que é que isso quer dizer?

Entrevistado: É trabalho. Neste momento, já não estou nas limpezas, mudei em Janeiro para os carristas, que é empurrar carrinhos. É um trabalho pesado.

Entrevistadora: Mas é quê? Nos armazéns?

Entrevistado: Os carrinhos no supermercado. Repor tudo na loja.

Entrevistadora: Sei.

Entrevistado: É um trabalho pesado.

Entrevistadora: Mas está a gostar mais deste ou do da limpeza?

Entrevistado: Deste.

Entrevistadora: Pronto, mas o senhor XXXX está satisfeito com o seu trabalho?

Entrevistado: Sim, estou satisfeito, hum... Estou. Sou conhecido, ninguém fala mal do meu trabalho. De resto... Satisfeito é muito limitado, claro. É um trabalho de puxar carros, é pesado...

Entrevistadora: A nível de esforço físico?

Entrevistado: É uma coisa pesada. E não tem muito reconhecimento, não é? Não é preciso ter uma formação especial para o fazer, não é?

Entrevistadora: Se pudesse mudar, mudava alguma coisa lá no trabalho?

Entrevistado: Mudava, hum... só mesmo as pessoas.

Entrevistadora: As pessoas?

Entrevistado: As pessoas.

Entrevistadora: Mas quê? Colegas?

Entrevistado: Colegas. Sim, sim. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Os dois últimos excertos que escolhemos condensam antologicamente, pela sua brevidade, a importância da conformidade com o que se faz como cerne do gosto pelo trabalho:

Entrevistadora: Do que é que mais gosta no trabalho que faz?

Entrevistada: É onde eu estou... (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: Qual foi o emprego de que mais gostou até hoje?

Entrevistado: Eu gostei de fazer tudo, tenho gostado de tudo.

Entrevistadora: Mas o emprego de que mais gostou é o que tem agora?

Entrevistado: Também gosto, mas também gostei dos outros (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Finalmente, importa indicar a existência de sete menções adicionais ao gosto pelo trabalho que não são classificáveis em nenhuma das categorias acima referidas. Aliás, na sua maioria, são simples manifestações de gosto que não são qualificadas com algo que permita a sua classificação, como se percebe no trecho seguinte:

Entrevistada: Eu gostei de fazer esse trabalho [apanha de tomate].

Entrevistadora: Gostou?

Entrevistada: Gostei. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

A emigração não é um assunto abordado no guião de entrevista. Não obstante, a sua menção é recorrente em todos os perfis, sendo uma questão relevante para uma parte importante dos entrevistados. Neste perfil avulta também a imigração. Se em todos os perfis podemos encontrar um ou outro imigrante, é neste que se encontram em maior número (um total de sete casos, quase todos da grande Lisboa, em 24 entrevistas, aos quais podemos juntar três casos de indivíduos portugueses filhos de pais imigrantes africanos).

De resto, a relação com a emigração faz-se em nome próprio (alguns foram emigrantes em pequenos com os pais, um nasceu em França e outra emigrou temporariamente), mas também em nome de outros (dois maridos foram emigrantes temporários para a angariação de recursos, outro viu o pai emigrar, ele próprio foi emigrante e tem os seus melhores amigos emigrados, verificando-se esta última situação ainda num outro caso).

Podemos assim concluir que estes processos de emigração e imigração são momentos importantes na tentativa de se fugir à pobreza. No entanto, no caso dos nossos entrevistados, essa tentativa não resultou e, para o caso dos emigrantes, o regresso foi concomitante com a pobreza.

Em síntese, neste capítulo analisamos a relação com o mundo do trabalho num contexto em que esta é central na definição do perfil, como a sua própria designação indica. Todos os entrevistados desenvolvem uma atividade laboral e todos se integram em agregados familiares onde o trabalho é a principal fonte de rendimento familiar.

Em regra, ingressaram no mercado laboral de forma precoce e com uma baixa escolaridade, não se distinguindo, neste aspeto, dos entrevistados dos restantes perfis (Reformados, Precários e Desempregados). As suas estratégias de acesso ao emprego, em especial ao primeiro emprego, tiveram por base a mobilização de redes de relacionamento, ficando claro o importante papel que os familiares desempenharam nessa instância. Existem alguns casos de iniciativa própria que sublinham a escassez de recursos dos indivíduos nessa busca, dado que se limitam às possibilidades existentes

na vizinhança. Está aqui em causa um efeito de contexto, dado que se o território circunvizinho não apresentar ofertas de emprego, as possibilidades dos entrevistados ficam substancialmente limitadas, sendo isso mais provável em meio rural. Contudo, existem três casos de concurso público, dois referentes ao Estado e um ao privado, o que, pela sua raridade, sublinha a grande informalidade das contratações para quase todos (sem esquecer que os principais atores envolvidos neste processo de busca de trabalho são familiares).

É em relação aos vínculos laborais que este perfil se distingue fortemente dos restantes. Mais de metade dos entrevistados encontrava-se em situação de contrato sem termo no momento da entrevista. Este primeiro facto, por si só, é muito relevante para se compreender que a situação de pobreza não deriva exclusivamente de uma trajetória de emprego em carrossel onde a precariedade, a informalidade, o desemprego e as atividades intermédias entre emprego e desemprego campeiam. Encontramos, pois, uma parte das razões da pobreza nos baixos salários dos próprios e dos seus cônjuges (quando é caso disso) e nas estruturas familiares.

Alguns dos entrevistados em apreço passaram de uma situação de trajetória de emprego em carrossel para uma situação de estabilidade laboral, sem que com isso deixassem de ser pobres. Dois casos são também relevantes por, apesar de se encontrarem formalmente em situação de estabilidade laboral, as suas situações concretas desafiam essa perceção. Ou seja, é possível estar juridicamente em contrato sem termo e, ao mesmo tempo, encontrar-se, na prática, em situação de precariedade.

Outros ainda passaram de uma situação de estabilidade laboral e de não pobreza para uma situação de trajetória de emprego em carrossel, onde se releva a precariedade e os baixos rendimentos do trabalho. Estes casos, conjugados com outros encontrados nos restantes perfis, permitem um vislumbre para um público não abrangido neste estudo: os vulneráveis. Isto é, os indivíduos que não são pobres, mas aos quais basta um acidente de percurso (relembremos os três D's da pobreza: Divórcio, Desemprego e Doença) para os atirar, e às suas famílias, para essa situação. Trata-se de uma categoria social e científica que aqui se sublinha e que urge analisar.

No entanto, uma parte significativa dos entrevistados deste perfil está em trajetória de emprego em carrossel, verificando-se aqui as características deste conceito: precariedade; baixos salários; desemprego; zona intermédia entre emprego e desemprego e multiplicação do tipo de atividades desenvolvidas, mantendo-se constante a sua desqualificação. De resto, em relação às atividades exercidas no momento da entrevista, uma comparação entre os entrevistados em situação precária permite perceber que nem toda a precariedade é igual, sendo possível vislumbrar distintas intensidades de precariedade, passíveis de configurar uma escala de intensidade de precariedade.

Se é verdade que todos os entrevistados estavam a trabalhar aquando da realização da

entrevista, muitos passaram por períodos de desemprego. A análise das suas declarações sobre estes períodos permite concluir que, nos nove casos em que se fala de possíveis dificuldades em se encontrar trabalho, seis indicam não terem tido qualquer dificuldade. Esta constatação, embora referente a um número reduzido de entrevistas, contrasta com o registado nos perfis anteriores, o que não é surpreendente, dado que estes entrevistados têm emprego, enquanto apenas alguns dos constantes no Perfil 2 (Precários) se encontram em situação semelhante (no Perfil 3 estão os Desempregados e no 1 os Reformados).

Para além de questões mais objetivas relacionadas com a vinculação, a trajetória e o desemprego, encontramos nas entrevistas questões mais subjetivas, associadas à identidade social dos indivíduos, isto é, à identidade que pretendem construir para si e para os outros (o que Dubar (2001) designou de transação identitária).

Neste perfil, em contraste com os anteriores, os indivíduos quase não se definem em relação ao trabalho como doentes e, quando o fazem, pretendem apenas sublinhar o esforço de trabalhar em penosidade (situação provocada pela doença) e não justificar uma relação mais lassa com o mundo do trabalho. É também neste perfil que encontramos mais casos de entrevistados que conseguem definir-se a partir do nome de uma profissão, se bem que continuem a verificar-se situações em que isso é manifestamente difícil para os entrevistados, que preferem definir-se a partir da descrição das atividades realizadas. Em dois casos, estas atividades não configuram uma profissão, dada a sua desqualificação. Interpretamos esta dificuldade precisamente como um indicador da desqualificação social das atividades que desenvolvem, algo que dificulta a sua identificação como trabalhadores (o que acontece, recordemos, apenas num número reduzido de casos).

Os valores que os indivíduos associam ao trabalho configuram uma determinada identidade social como trabalhador, baseada em valores extrínsecos, ligados ao trabalho conformado, em esforço, penoso. Gosta-se do trabalho porque é o que se tem, porque tem de se gostar, porque dele resulta um rendimento que permite a sobrevivência familiar. Só em três casos se identificam discursos que associam o trabalho a valores intrínsecos, isto é, à valorização de si, à realização pessoal através do trabalho. Salientamos a ideia presente em boa parte das entrevistas de que o trabalho é algo que serve para se ganhar um salário, para se sustentar os filhos.

Finalmente, como acontece nos restantes perfis, a emigração assume relevo nos discursos dos indivíduos. Em alguns casos, estão em causa experiências de emigração própria, noutros, de familiares muito próximos ou ainda de amigos. A emigração é um escape à pobreza que resultou para uns, que se mantêm emigrados, mas não para os nossos entrevistados. É também de relevar a imigração. Neste perfil podemos encontrar o maior número de imigrantes e seus descendentes diretos. Nestes casos, a pobreza também não foi superada pelo processo migratório. Sobre a emigração pouco mais

podemos dizer, dado que a informação não resulta de uma questão sobre a temática, mas de menções espontâneas dos entrevistados.

5. Autoperceção do percurso e comparação da vida presente com a passada

5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento

Na grande maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer hesitação em considerar que os rendimentos de que dispunham não eram suficientes para as suas necessidades. No seu discurso, a privação fica sobretudo implícita, sendo mencionadas estratégias de gestão dos rendimentos disponíveis que entram em conta com essa dimensão.

Entrevistado: Nunca é suficiente! Nunca é suficiente, a verdade é essa. Isto é assim, nós temos que nos habituar às necessidades conforme aquilo que temos e temos que gerir. Já se sabe que a gente gostava de muita coisa, mas não pode ser. (...) Quando se percebe, tem-se uma conta grande e depois falta para outras coisas. (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

Com orçamentos geridos permanentemente no fio da navalha, é óbvio que qualquer despesa extraordinária, ainda que para bens essenciais, pode representar um desequilíbrio difícil ou mesmo impossível de corrigir. Tal como referem Halpern-Meekin *et al.*:

algumas pessoas conseguem demonstrar uma disciplina financeira assinalável (...) apenas para se depararem com uma descida imprevista de rendimento ou uma despesa inesperada que corrói os seus fundos. (Halpern-Meekin *et al.*, 2015, p. 150).

Entrevistada: Nunca! Eu, este mês, fui ao mercado comprar alguma roupa para mim, 30 euros gastos a mais, que me ficaram a fazer tanta falta! Eu estava a dizer isso mesmo à minha amiga. É impressionante como é que 30 euros me ficaram a fazer falta desta maneira! Tanto que já tive de os pedir à minha mãe. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

A este respeito, relembre-se que, de acordo com dados divulgados pelo Eurostat relativos a 2018, duas em cada três pessoas em situação de pobreza manifestaram a sua incapacidade em fazer face a despesas inesperadas, registando-se a mesma situação em cerca de duas em cada sete pessoas que se encontrem fora de uma situação de pobreza. Realce-se ainda que este valor representa uma ligeira descida face ao pico registado durante os anos de crise económica e financeira (70,9 % em 2013 e 2015), mas também uma subida assinalável face ao registado em 2007, antes da situação de crise

se ter declarado: 43,1 %.

O relato desta entrevistada em Serpa evidencia também a importância da ajuda por parte de outrem para se evitar que as situações se tornem (mais) insustentáveis. É também neste sentido que aponta o relato de um entrevistado em Vila Pouca de Aguiar, que destacava o apoio do irmão, salientando igualmente a importância do abono do filho, no valor de cerca de 30 euros.

Entrevistado: Se não fosse a ajuda do meu irmão que tem ajudado em algumas coisas, conforme ele pode... Senão não dá! Agora, tenho o empréstimo da casa, tenho que pagar a luz e água e tudo. (...) Faço umas manobras muito grandes! Depois, o meu irmão ajuda-me e o abono do garoto também ajuda e é assim. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Também uma entrevistada em Almada realçou a importância dos abonos dos filhos (um dos quais inclui bonificação por deficiência), ao que se acrescenta um subsídio por assistência de terceira pessoa.

Entrevistada: Não, não [é suficiente], não é, não, senhor. O que me vai ajudando é os abonos, não é? É pouco, mas já é uma ajuda para os meninos. E agora estou a receber um subsídio que é de terceira pessoa, por cuidar da criança, que é 100 euros. E pronto, vamo-nos ajudando. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

É interessante notar como, no discurso da entrevistada, os montantes recebidos com a bonificação por dependência e o subsídio por assistência de terceira pessoa (em conjunto com o abono de família) foram mencionados como complemento importante do rendimento do agregado. Deve ser notado, porém, que estes acabavam por funcionar de alguma forma como substitutos do rendimento perdido por parte do companheiro (pai da criança), que se desempregou para ficar a cuidar do filho. Assim, não só o rendimento do agregado diminuiu como a despesa aumentou, associada à situação de deficiência. Como colocado pela entrevistada, esse «foi o momento mais difícil, porque depois o dinheiro começou a ser menos, começou a faltar, as coisas começaram a apertar.»

Algumas das pessoas entrevistadas realçaram ainda que a situação só era minimizada pela realização de biscates, um conceito agregador de «modalidades múltiplas de luta pela vida» (Machado Pais, 2003):

Entrevistado: Gerir com mil euros... não se pode esticar muito. Não se pode esticar a corda. Porque não chega para o mês todo. (...) Tenho que arranjar outros serviços. Faço umas roças. Ando aí a roçar uns matos, uns pinhais e isso. (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Nalguns casos, os biscates tinham de ser complementados com o apoio prestado por outrem, fosse este um apoio pessoal ou institucional.

Entrevistado: Não, o que a gente ganha nunca é suficiente, não é? Mas há sempre aqueles biscates que a gente faz por fora e não sei quantos e que dá sempre um pouco mais de dinheiro. Isso é que nos cobre. E também as assistentes sociais aqui, que nos ajudam... Isso é que nos dá força para continuar, porque senão também não tinha como ter tanta gente em casa, não é? Ou tinha eu de me desdobrar, de trabalhar dia e noite, nem sequer tinha férias nunca. (...) E o que a gente ganha não dá para quase nada. Mas as assistentes sociais ajudam, incentivam, dão abertura, buscam solução, ajudam com comida... Sim. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Noutros casos ainda, um maior equilíbrio apenas era conseguido devido ao autoabastecimento, como acontece no caso relatado por uma entrevistada em Ferreira do Alentejo de um biscate feito pelo marido em prol do agregado.

Entrevistada: Não passo fome, claro. Nem eu nem as minhas filhas. E andam calçadas e vestidas. Eu vou fazendo a minha vida, pagando as minhas despesas e não devo nada a ninguém. Isso posso ter a minha consciência tranquila, porque tenho os meus pagamentos todos em dia. (...) Ele [o marido] cria animais para matar, para casa. Borregos, frangos, galinhas.... Tem ovos e tem uma hortazinha com coisas básicas. Nós, hoje em dia, comemos espinafres, coisas assim, que se possa trazer para cá. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Os entrevistados recorrem ainda a receitas extraordinárias (Halpern-Meeke *et al.*, 2015), entendidas pelos indivíduos como asseguradas, como, por exemplo, aos subsídios de férias e de Natal, como acontece no caso de um entrevistado em Guimarães.

Entrevistado: Não é [suficiente]. Mas a gente tem que fazer milagre, tem que esticar. Uma coisinha aqui, uma coisinha ali... Tem que esticar, tem que fazer milagre, não há hipótese! Tem que se poupar daqui, poupar dali. O que ajuda é quando vem o subsídio [de férias e de Natal], aí a gente fica mais desafogado. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Do discurso do último entrevistado referido, bem como do de outros, ressalta a estratégia de fazer o dinheiro esticar tanto quanto possível (Daly & Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015). A expressão «esticar», a par de outras como a alusão às «manobras muito grandes» feita por um entrevistado em Vila Pouca de Aguiar ou mesmo a expressão «não como bife todos os dias», utilizada por uma entrevistada no Porto, permitirá, de alguma forma, que os entrevistados sintam que detêm algum controlo da situação (Finch & Elam, 1995; Dominy & Kempson, 2006), ao contrário do que acontece com expressões mais consentâneas com a desesperança. Noutros casos, a estratégia para fazer face à insuficiência de recursos passa pela gestão (possível) de dívida contraída, que Tach e Greene (2014) designaram de «roubar a Pedro para pagar a Paulo», tomando emprestada uma expressão inglesa. Tal como as autoras referem, as estratégias de gestão da dívida por parte de agregados pobres:

são influenciadas por um desejo de promoção de uma identidade social auto-suficiente e financeiramente responsável. As famílias, quando confrontadas com dificuldades económicas denotam relutância em pedir auxílio porque isso mina a sua identidade. (...) As famílias tipicamente optam pelo malabarismo na gestão das suas dívidas em privado mais do que virarem-se para redes sociais de apoio (Tach & Greene, 2014, p. 1).

Entrevistada: Não [é suficiente]. Mas eu dou graças a Deus porque já há alguns anos que o que me ajuda muito é o cartão XXXX [nome de um hipermercado]. Estou a dever 150 euros cá XXXX [nome da entidade onde decorreu a entrevista] e isso me dói muito, mas não consigo pagar. (...) Eu tenho o cartão XXXX [nome de um hipermercado] que me vai ajudando com as minhas necessidades. Vou pagando aos poucos todos os meses e é com isso que me safo. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Um número reduzido de pessoas mencionou a instabilidade de rendimento como um elemento explicativo importante. No caso de uma entrevistada em Ponta Delgada, quer ela, quer o marido trabalhavam para a mesma embarcação de pesca, ela como gameleira, ele como pescador, o que, para além de significar incerteza e instabilidade de rendimento, também significava que, como ela própria explicava, «quando não ganha um, não ganha nenhum.»

Entrevistada: Claro que não [é suficiente]! (...) Eu não tenho um ordenado fixo e ele [o marido] também não tem um ordenado fixo. (...) Quando não ganha um, não ganha nenhum. (...) A gente ganha consoante a pesca. Se der para ganhar, ganha-se. Mas depois temos aquele intervalo até a gente preparar o barco, tornar a sair para pescar e tornar a vir, para a gente tornar a ganhar.

Entretanto, já se gastou o que se tinha em casa. (...) Quando eu acabo de pagar a renda, até o barco ir pescar e vir, já está quase no dia da outra renda. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Importa ainda assinalar a forma como um outro entrevistado, também em Ponta Delgada, colocou a questão, para quem um padrão de consumo acima do seu parecia representar já um consumo de luxo:

Entrevistado: A gente ganha um ordenado que dá para as necessidades básicas, mas não dá assim para estar a viajar nem para estar a fazer coisas de luxo. Não dá... Temos que gerir bem o ordenado, porque pode aparecer uma doença, ir à farmácia... É à justa, a gente tem de se aguentar mesmo para quando se recebe o ordenado. Um dia ou dois depois, é complicado já! (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

5.2. A perceção evidente (e presente) da insuficiência de rendimentos

Na maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que sentiram de forma mais evidente que os seus rendimentos não eram suficientes.

Num conjunto alargado de casos, foram relatadas situações de privação. Deve ser notada, a este respeito, a menção que, amiúde, foi feita aos filhos e filhas e à forma como essa privação afetou as crianças do agregado.

Entrevistada: Sim, já passei muita fome. A minha filha, que tem agora 11 anos, chegou a abrir o frigorífico e dizer: «Ó mãe, o frigorífico não tem luz.», «Pois não, filha, está desligado porque não temos nada para lá pôr.» (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

De notar, a este nível, o caso extremo (e violento) relatado por uma entrevistada na tentativa de evitar a privação alimentar dos seus filhos.

Entrevistada: Eu até já roubei para dar aos meus filhos a comer. Dói. Dói. Na casa da patroa... Não tinha nada o que dar para os meus filhos do que comer. E ela não merecia, porque era boa patroa. Isso dói-me até hoje... Abri a arca dela e trouxe um frango... [Pausa longa] Cheguei a prostituir-me para dar aos meus filhos [chora]. Não era bem esse o termo, mas para mim era

prostituição... Os meus filhos queriam bolacha e eu não tinha como pagar... Eu fui ter com alguém, pensando que era uma pessoa da família lá do pai dos meus filhos, eu queria que ele me emprestasse um dinheiro que depois eu lhe dava. Ele disse que me dava dinheiro, mas só se eu me deitasse com ele... [Pausa longa] Tive que fazer aquilo para dar aos meus filhos o que comer... Até hoje isso me revolta, tenho um ódio que você não imagina! Já passei por muito... Já até pedi... Os meus filhos nunca souberam [chora] Eu nunca deixei que os meus filhos soubessem de nada. [dada a especial delicadeza da resposta, retirámos qualquer identificação desta entrevista mesmo estando assegurado o anonimato com o sistema de identificação adotado, realizada a uma mulher enquadrada no perfil dos trabalhadores]

De alguns dos discursos fica evidente que, apesar dos esforços do progenitor, os filhos foram tomando consciência das dificuldades vividas, como relata uma entrevistada em Celorico de Basto.

Entrevistadora: E acha que a sua filha tem essa perceção?

Entrevistada: Tem, tem. Ela não esqueceu e mesmo agora muitas vezes está sempre a perguntar se o pai vai recuperar, se vamos ter dinheiro, se o pai vai ficar reformado, se não vai. Porque ela, mesmo assim, ainda agora pede muitas coisas que eu não consigo dar. Ela vê os outros meninos a terem. Como ela anda a pedir-me uns fones... «Anda lá uma menina e sei que tem uns fones assim e não sei o quê e que também quero isso.» E eu digo: «Filha, eu não te posso dar, porque a mãe não tem dinheiro.», «Mas a mãe já recebeu!», «Mas o dinheiro que a mãe já recebeu não chega, filha!» (...) É tudo ali, contadinho. É fazer contas. Nas compras, leva-se o telemóvel e é fazer contas. Isso custa isto, isso custa aquilo, só tenho este dinheiro, só posso pegar isto. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

São, também estes, de forma ainda mais evidente, os casos de um entrevistado em Serpa e de uma entrevistada nas Caldas da Rainha, que acabaram por fazer um retrato da transmissão da pobreza ao longo de pelo menos três gerações.

Entrevistado: Quando era criança, desde cedo percebi que vivíamos com dificuldades. É como os meus filhos, eles vão-se aperceber das dificuldades! (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Entrevistada: Eu acho que quando nós estamos habituados... porque a minha infância também mais ou menos foi assim, porque eu via a minha mãe assim, não é? E quando nós somos habituados nessas coisas, eu acho que a gente consegue enfrentar a dificuldade... Ou

conseguimos olhar para a dificuldade de uma maneira diferente. (...) Os meus filhos chegavam a passar fome porque eu não conseguia, pronto, pelo menos garantir-lhes o mínimo. É assim, daquilo que eu vivi... Os meus filhos também já viveram algum bocadinho disso. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Merece, ainda, destaque o discurso de uma entrevistada em Serpa que colocou o dedo na ferida ao afirmar que a sua situação de pobreza, estando a trabalhar, não a envergonhava a si, mas antes ao país.

Entrevistada: Lembro-me todos os dias, todos os meses. É raro o mês em que eu não tenha de recorrer à reforma dos meus pais. Isto é vergonhoso! É uma vergonha para o país! Eu não tenho de ter vergonha porque eu trabalho todos os dias. Mas envergonho-me, é humilhante. Comer fora, ir ao restaurante? Eu tenho amigos que vivem bem e às vezes vou com eles, mas eu não pago, são os meus amigos. De resto, eu nunca iria a um restaurante! (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Parece importante, neste ponto, evidenciar dois casos concretos. Não se trata aqui de identificar elementos desencadeadores da pobreza em sentido restrito, na medida em que, em ambos os casos, a situação de vulnerabilidade ao longo da vida parece evidente, mas antes identificar momentos que representaram o desequilíbrio das situações e a intensificação da pobreza de forma mais notória.

Um primeiro caso diz respeito a um entrevistado em Vila Pouca de Aguiar, de 54 anos. No trabalho que desempenhava, até quatro meses antes da entrevista, este entrevistado afirmou receber cerca de mil euros mensais. No entanto, esse valor era composto por um salário base equivalente à retribuição mínima mensal garantida (600 euros mensais, em 2019) a que acrescia o pagamento de horas extraordinárias. A paragem da obra de construção em que se encontrava envolvido levou a que a sua empresa entrasse em regime de *lay-off*, ficando a receber apenas dois terços do seu salário base, ou seja, cerca de 400 euros mensais, o que conduziu a alterações importantes na vida deste agregado⁴⁵.

Entrevistado: Tenho de aguentar até eles, XXXX [entidade empregadora], me chamarem (...) Sinto bastante [diferença] porque, primeiro, ainda sobrava algum [dinheiro] e agora não sobra

⁴⁵ Realce-se que esta situação em concreto se refere a 2019, pré-pandemia Covid-19. No entanto, com o advento da situação pandémica, parece muito provável que este tipo de situação tenha aumentado significativamente.

nada! Não sobra! É esticar ou... É esticar! (...) Sai tudo [o dinheiro]. Então, aperta-se mais o cinto! Então, não mandam apertar o cinto? Tem que se apertar! (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

Ficam aqui, pois, patentes uma vez mais as implicações de algo que continua a caracterizar parte do mercado de trabalho nacional: as diferenças entre valores de remuneração base e o ganho médio mensal.

Um segundo caso refere-se a um entrevistado nas Caldas da Rainha, que, em 2006, com 38 anos, passou a ser o cuidador de três sobrinhos (uma rapariga, na altura com sete anos, e dois rapazes gémeos, na altura com nove anos, um dos quais com paralisa cerebral) na sequência do abandono destes por parte da mãe, cunhada do entrevistado.

Entrevistado: Num sábado de manhã, toca o telefone, a tocar que a irmã da minha esposa tinha abandonado os pequenitos! E nós fomos buscá-los e de repente eu, que tinha três filhos, passei a ficar com seis! (...) [Antes], chegava perfeitamente. (...) Porque o nosso rendimento dava para os três [filhos], n'é? Vieram mais três [os sobrinhos], fiquei com seis! Estive ali um bocado a patinar muito! (...) Muitas dificuldades passei! (...) Eu, para mim...a minha ideia era: pode faltar para mim, para os miúdos não falta! (...) Nunca passaram fome, nunca passaram necessidades! Mas eu, às vezes, andava sem um euro ou cinquenta cêntimos para beber um café ou o que fosse. Eu, às vezes, andava sem nada, mas para eles tinha que haver. E sempre houve! (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Estes momentos relatados de perceção da insuficiência dos rendimentos fundem-se, em ambos os casos, com a recordação dos momentos mais difíceis experienciados ao longo da vida, uma temática que será abordada de forma mais aprofundada no próximo tópico.

5.3. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento

Para além da situação relatada pelo entrevistado em Caldas da Rainha acima mencionado, a instabilidade ou rutura familiar foi também referida por outras pessoas, incluindo uma entrevistada no Porto que recordou momentos difíceis ocorridos ao longo da vida, que, na sua opinião, foram representando degraus acrescidos de dificuldade.

Entrevistada: A vida ficou pior para mim [quando se juntou com o ex-marido], porque eu, quando estava com os meus pais, eu tinha ali tudo, não é? Eu, quando me juntei com o meu marido, ainda me lembro de o meu pai me dizer, ir comigo à ponte e me dizer: «Anda comigo para casa!» Mas eu disse que não queria ir porque eu achava que estava a fazer a coisa certa. Só que depois, com o tempo, vi que fiz a coisa errada, não é? Porque é assim, a gente para se juntar ou casar, temos que ter um trabalho...

Entrevistadora: Ou seja, piorou ainda mais do que estava?

Entrevistada: Piorou... Continuei a pedir ajuda aos meus pais.

Entrevistadora: E depois teve os filhos e a coisa complicou-se mais?

Entrevistada: Com os filhos ainda ficou pior.

Entrevistadora: E ainda conseguiu ficar pior a sua vida com a separação? O facto de ter filhos e as separações...

Entrevistada: Claro! Eu fiquei mais sozinha.

Entrevistadora: Portanto, desde que saiu da casa dos pais até agora...

Entrevistada: É assim, quando eu me separei do meu falecido, ficou pior, não é? Fiquei com cinco filhos nos braços, os pais dele também não me ajudavam, os únicos que me ajudavam era a minha mãe. E, do pouco que ela tinha, nunca nos faltou com nada, nem a mim nem aos meus filhos. E depois, com o tempo, depois arranjei o pai da minha filha e ele foi-me ajudando e foi assim que eu fui criando os meus filhos todos. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Deve também realçar-se o discurso de um entrevistado no Porto que salientou as dificuldades sentidas no processo de autonomização em relação ao agregado parental e que enfatizou particularmente a âncora que encontrou na estabilidade do emprego, essencial para que esse processo de autonomização tivesse sucesso⁴⁶.

Entrevistado: Foi quando saí de casa. Quando saí de casa, tive de me desenrascar sozinho, andei por aí. O que valeu foi a estabilidade em termos de emprego, que foi o que me segurou, foi a minha âncora, porque senão eu podia-me ter perdido. É mais isso, porque eu mantive-me sempre no mesmo emprego desde os 17 anos. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

⁴⁶ Recorde-se, a este respeito, por exemplo, a situação relatada por uma entrevistada no Porto, do Perfil 2 (Precários), com 26 anos. À decisão de deixar a escola após terminar o 12.º ano, de forma a ter o seu próprio rendimento, sucederam-se várias tentativas de autonomização sempre goradas por situações de desemprego e pela necessidade de regressar a casa dos pais. Esta entrevistada manifestava de forma evidente a consciência de estar face a um ciclo vicioso comprometedor da exequibilidade (simultânea) dos seus desejos de não-privação e de autonomização (cf. *A Pobreza em Portugal, Trajetos e Quotidianos: Os Precários*).

A coexistência ou concomitância de diferentes aspetos fica patente no discurso de outras pessoas entrevistadas, como no caso de uma entrevistada em Almada, para quem o nascimento de um filho com deficiência significou um acréscimo de despesas e, a partir de determinado momento, a necessidade de o marido deixar de trabalhar para poder prestar assistência.

Entrevistada: Em 2004, tive um menino com problemas. É uma criança que depende de nós (eu e o pai) e, aos cinco anos de idade, ele saiu da creche, foi para a escola pública. Então, tinha que ter alguém para o ir buscar à escola e ir levar. E o meu marido optou por ficar com ele e eu ir trabalhar. Como eu sou mais nova e ele tem 61 anos... E era mais fácil, porque eu já era efetiva, seguir o meu trabalho e ele acompanhar essa criança. A partir daí é que a nossa vida começou a voltar para trás, digamos assim, porque é só o meu ordenado, não é? (...) E pronto, a nossa vida começou a ter assim... em vez de ir à frente começámos a... pronto. Mas de resto olha: é viver um dia de cada vez. É o que eu posso dizer: viver um dia de cada vez. (...)

Entrevistadora: E, nessa altura em que o seu marido ficou desempregado, então, a sua vida mudou?

Entrevistada: Pois claro! Ele ficou desempregado, mudou! Mudou porque, lá está, é uma pessoa a trabalhar por quatro. É isso. (...) Porque na altura era dois ordenados, antes do XXXX [nome do filho], era dois ordenados. E, depois do XXXX [nome do filho], começou a ser só um ordenado.

Entrevistadora: E com mais despesas.

Entrevistada: Com mais despesas, exatamente. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Também as situações relatadas por entrevistadas em Celorico de Basto e em Ponta Delgada são reveladoras da importância disruptiva do surgimento de problemas de saúde e das implicações que tiveram na situação face ao emprego. Em ambos os casos, foram os maridos das entrevistadas a confrontarem-se, de forma mais direta, com a situação, em contexto de emigração⁴⁷ (no Luxemburgo e na Bélgica), ainda muito cedo na vida. No primeiro caso, um acidente de trabalho aos 30 anos de idade, que o deixou em situação de dependência face a uma terceira pessoa:

Entrevistado: Ui! Quando o meu marido teve o acidente [oito anos antes da entrevista]. Nem é bom pensar (...) Foi muito difícil. Os primeiros anos não, que a gente ainda tinha dinheiro de lado, porque ele ganhava bem. Ele tinha meses de tirar quase cinco mil euros. (...) A gente tinha

⁴⁷ Relembre-se, aliás, a preponderância das migrações neste perfil, com 14 pessoas a referirem experiências migratórias próprias ou de elementos do seu agregado presente ou de origem.

dinheiro, não é? A gente tinha dinheiro de lado. No entanto, houve e foi dando, foi dando, até que foi esgotando e depois foi uma situação terrível, n' é? A filha a chegar, as contas para pagar, o dinheiro não chegava para nada. (...) É que nem ele nem eu queríamos pedir, porque tínhamos vergonha, não é? A gente estar tão bem na vida e de repente ter uma situação dessas, é muito difícil. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

No segundo caso, um enfarte aos 37 anos de idade levou o marido da entrevistada a solicitar a reforma por invalidez:

Entrevistada: O momento em que o meu marido teve o enfarte. Ele não teve aqui, ele teve na Bélgica. Foi um susto terrível! (...) Foi muito difícil, quando teve o enfarte. Quando ele me liga e diz: «Estou no hospital, tive um enfarte», eu ia morrendo! Cheguei a pensar no pior. (...)

Entrevistadora: E acha que a sua vida mudou muito depois disso?

Entrevistada: Mudou.

Entrevistadora: Em que sentido?

Entrevistada: Porque ele, lá fora, estava a ganhar bem, não nos faltava nada. E nunca me lembro de pedir livros emprestados para a minha filha, nunca. Sempre comprámos os livros, materiais, tudo. A XXXX [nome da filha] dizia: «óh mãe, eu preciso de umas calças» e a gente ia lá comprar. E se acabámos a casa mais rápido, foi com o dinheiro dele, que ele ganhava. Se não fosse, a gente nem sequer estava aqui.

Entrevistadora: Portanto, começaram a passar mais dificuldades.

Entrevistada: Começámos a passar mais dificuldades. Um ordenado só não dá para cinco pessoas! (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Para além destes casos, outras pessoas entrevistadas associaram os momentos mais difíceis a doenças.

Entrevistado: Agora, quando eu fiquei doente, quando estive no hospital, eu sei lá, foi um momento mesmo... Quando o médico me disse: «Você tem tuberculose.» E aí eu pensei: «O que é que eu vou fazer agora?» A minha mulher tem o garoto, tem as despesas da casa e o que é que eu vou fazer? Aí também foi um momento complicado! (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Importa ainda realçar um caso extremo relatado por um entrevistado em Almada, que passou

por uma experiência enquanto sem-abrigo.

Entrevistado: Tivemos de chegar ao ponto de ir dormir na rua e em casas abandonadas, tomar banho nos balneários, dormir no jardim. Antes de encontrar o primeiro albergue. Foi num dia que estava a chover muito, muito, muito, muito. (...) Foi um dos dias mais difíceis na minha vida. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Perante as dificuldades experienciadas pelas pessoas entrevistadas, acaba por não ser surpreendente que algumas, ainda que poucas, tenham afirmado não vislumbrar qualquer aspeto positivo na sua vida.

Entrevistado: Positivos há poucos ou nenhum! Está tudo mesmo muito mal! O momento foi sempre duro, o trabalho foi sempre duro. Eu comecei de pequeno até agora e o trabalho foi sempre duro. Não tem nunca como dizer se foi bom. Foi ruim. Foi tudo ruim! (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Apesar de tudo, a grande maioria das pessoas entrevistadas associou os aspetos mais positivos da sua vida à componente familiar. Num número reduzido de casos, as pessoas referiram o relacionamento afetivo em que se encontravam. Foram, no entanto, os filhos e filhas que ocuparam o lugar de maior destaque, originando por vezes discursos repletos de emoção.

Entrevistada: Os meus filhos, sem sombra de dúvida. Oh, credo, meus ricos filhos! Por exemplo, o XXXX [nome do filho, que esteve ao colo da mãe durante toda a entrevista] não foi uma gravidez planeada, aconteceu! Que eu não queria mais. Mas, agora, quando nasceu, meu rico filho! Eu já nem consigo imaginar a minha vida sem ele! (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

A dimensão do trabalho foi também referida, mas apenas por algumas pessoas, havendo ainda quem referisse uma experiência migratória, por ter trazido responsabilidade e autonomia. Foi ainda mencionada a luta travada e vencida contra a dependência de estupefacientes e, de uma forma mais geral, a satisfação por se ter conseguido ir lutando e «levando a vida», como foi referido, por exemplo, por um entrevistado em Guimarães.

Entrevistado: Vitória, vitórias... No dia-a-dia, o lutar no meu dia-a-dia e ter as coisas que são precisas para o dia-a-dia. De resto, é viver a vida consoante ela vem, pela frente, mais nada. (...) Sempre e será sempre enquanto eu tiver vida. Sempre a andar! (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

Importa ainda realçar que algumas pessoas referiram como aspetos positivos sobretudo o facto de terem saúde.

Entrevistado: Eu acho que só da gente estar vivo com saúde já é um lado positivo, n'ê? Ter alegria e acordar vivo. Quantas pessoas não queriam, não é? (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Na maioria dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram que a sua vida, no momento da entrevista, era melhor do que no passado. O trabalho foi referido, por algumas, como sendo o elemento preponderante.

Entrevistado: Ela já esteve pior enquanto estive desempregado. Criei algumas dívidas a nível de habitação, mas depois tive gente que me ajudou e depois arranjei o emprego na limpeza e sempre deu para me segurar. Deu para começar a recompor. Deu para recompor as coisas. (...) Neste momento, sinto que me estou a recompor. Na altura em que estive desempregado, aí foi o pior. E agora é aguentar-me neste trabalho. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Outras apontaram como razão para essa melhoria um maior equilíbrio entre rendimento e despesas. No caso já acima referido de um entrevistado do Perfil 4.2, nas Caldas da Rainha, tal passou pelo facto de, entretanto, dois dos três filhos e um dos três sobrinhos terem deixado o agregado, ainda que, como o próprio referiu: «Do que eu passei, hoje estou melhor. Estou! Mas não posso esticar! Se eu esticar a corda parte!» No caso de uma entrevistada do Perfil 4.3, em Ponta Delgada, com 40 anos, esse maior equilíbrio advinha do facto de a filha mais nova ter, entretanto, deixado de ser bebé, deixando de ser necessário comprar produtos específicos como fraldas ou leite. Uma terceira situação foi relatada por uma entrevistada nas Caldas da Rainha, que analisou não apenas a sua vida adulta, mas também a sua infância.

Entrevistada: Tem vindo a melhorar. Sim, sim! Hoje graças a Deus consigo pagar uma casa sozinha. Consigo abrir a carteira e, se o meu filho quiser comer um gelado ou ir no comboio, eu

consigo, mal ou bem, consigo. Eu acho que sim. Com pouco e pouco, tenho conseguido trabalho. (...) Por exemplo, sei que hoje, quando eles [filhos] chegam a casa, eles têm o pão, têm o leite, temos fiambre, temos os iogurtes que eles gostam, têm um quarto só para eles. Eu tinha que dividir um quarto com quatro irmãos. Tive alguns dias assim um bocadinho... que não conseguiria, queria desaparecer, queria fugir, queria, pronto. (...) Mas depois há sempre um amigo ou uma amiga que diz: «Olha, tu consegues, tu vais coiso.» E eu tenho que conseguir. E lembro muito, nesse aspeto, da minha mãe. Porque ela, com a gente os quatro, sempre conseguiu. E eu, às vezes, digo para mim mesma: «se a minha mãe conseguiu, eu também vou conseguir!» (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Os restantes entrevistados mencionaram um leque relativamente alargado de motivos (apenas uma ou duas pessoas referiram cada motivo), que incluíram a componente familiar, a habitação e a saúde, mas também melhorias percecionadas ao nível da forma de estar, como foi o caso de um entrevistado em Almada.

Entrevistado: Nunca estive melhor do que está hoje. Hoje é o ponto mais alto da minha vida. Não digo em termos monetários, em termos de... não. Eu digo só em termos de saúde, de pensamento, na forma de ser, de estar e de pensar. É o ponto mais alto! (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Algumas pessoas referiram um percurso mais marcado por altos e baixos. Foi essa a opinião veiculada por uma entrevistada em Serpa que, em simultâneo, e ainda que inadvertidamente, refletiu sobre a sua situação enquanto trabalhadora pobre. Residindo numa habitação emprestada por uma amiga, tinha a consciência de que a sua situação habitacional, embora vantajosa no curto prazo, se revestia de grande precariedade, podendo ainda representar, em caso de alguma alteração no médio/longo prazo, um claro elemento de risco acrescido face à vulnerabilidade.

Entrevistada: Teve altos e baixos e já estive melhor do que agora. Quando me separei – e eu estou há 17 anos sozinha – eu conseguia pagar uma casa e agora não consigo. Felizmente, a minha amiga tem uma vida boa e eu não tenho tempo [limite] para estar aqui. Não existe contrato, não existe nada. Mas as coisas acontecem, ela pode precisar de vender a casa (...) e ela tem dois filhos. Os filhos, um dia, podem querer a casa. E eu, para onde é que vou? (...) Tenho trabalhado tanto e eu não consigo sequer ter um teto, portanto, pior do que isto... Isto é trabalhar para aquecer! Não tem outro nome! (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Um número reduzido de pessoas considerou que a sua vida ficou na mesma ou piorou. Na gênese desta última opinião, radica a comparação estabelecida entre a vida no momento da entrevista e momentos de vida de não autonomização. Porém, mesmo nestes casos, pareceu sobrevir uma tomada de consciência de que tal melhoria era, de alguma forma ilusória e apenas explicada exatamente por essa ausência de autonomização.

Entrevistado: Quando eu era solteiro, sei lá! Ganhava, não tinha despesas nenhuma, ajudava os pais, comprei o carro, tirei a carta. Outra vida, n'ê? (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Em síntese, constatámos que, na grande maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer hesitação em considerar que os rendimentos de que dispunham não eram suficientes para as suas necessidades. No seu discurso, a privação fica implícita e perpassam estratégias de gestão dos rendimentos disponíveis que entram em conta com essa dimensão. Para além disso, os relatos de algumas pessoas evidenciaram a importância da ajuda por parte de outrem no evitar que as situações se tornem (mais) insustentáveis. Noutros casos, um maior equilíbrio apenas era conseguido devido ao autoabastecimento ou à realização de biscates.

Na maioria dos casos, também, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que sentiram, de forma mais evidente, que os seus rendimentos não eram suficientes.

Num conjunto alargado de casos foram relatadas situações em que foi experienciada privação sendo, amiúde, feita menção à forma como essa privação afetou as crianças do agregado e ficando igualmente evidente que, em muitos casos, apesar dos esforços do progenitor, os filhos foram tomando consciência das dificuldades vividas. Aliás, os discursos de algumas pessoas acabaram mesmo por ser ilustrativos da transmissão da pobreza ao longo das gerações.

Os momentos mais difíceis na vida identificados pelos respondentes disseram sobretudo respeito à doença, que muitas vezes se associou ou desencadeou outras vulnerabilidades. O desemprego, a instabilidade ou a rutura familiar, e mesmo a vivência numa situação de sem-abrigo, foram outros momentos assinalados. Já os aspetos mais positivos da vida foram associados sobretudo à componente familiar e nomeadamente aos filhos.

Apesar de todas as dificuldades evidenciadas, a maioria das pessoas entrevistadas afirmou que a sua vida, no momento da entrevista, era melhor do que no passado. O trabalho foi referido por algumas como elemento preponderante. Outras apontaram um maior equilíbrio entre rendimento e

despesas. Outras ainda mencionaram aspetos relacionados com a componente familiar, com a habitação, com a saúde e com melhorias percebidas ao nível da forma de estar.

6. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

No estudo citado de Halleröd *et al.* (2015), desenvolvido a partir da base de dados EU-SILC, os autores argumentam que a evidência empírica revela, à semelhança de estudos anteriores, que a relação entre baixos salários e pobreza no trabalho é fraca, enquanto a relação entre falta de emprego e pobreza no trabalho é forte. Assim, o estudo sustenta que se devem concentrar as atenções no desemprego, no emprego precário de curto prazo e no padrão de proteção, duração e condicionalidade dos regimes de proteção social, com destaque para as prestações sociais no desemprego (p. 484), sem prejuízo, no entanto, da necessária contextualização desta perspetiva analítica, tendo em conta as especificidades do caso português.

Seguindo esta ótica na análise dos dados recolhidos no nosso estudo, verifica-se a existência de dois subgrupos com dimensões e características distintas e contrastantes. Na grande maioria dos trabalhadores pobres entrevistados neste perfil, tanto a sua situação no emprego como particularmente a sua trajetória laboral se caracterizam por uma relação de trabalho estável e um vínculo de longa duração (Trabalhadores Pobres com Trajetórias Laborais Estáveis – TLE). No entanto, um outro subgrupo de trabalhadores em situação de pobreza, claramente com menor expressão, apresenta trajetórias caracterizadas pela instabilidade e rotação entre empregos precários, desemprego e programas ocupacionais ou inatividade (Trabalhadores Pobres com Trajetórias Laborais Instáveis – TLI), na linha do que Diogo e Freitas (2014) designam de trajetórias de emprego em carrossel (cf. Quadro 7). Este nítido contraste entre trajetórias laborais, sendo relevante numa análise dinâmica da pobreza no trabalho, nomeadamente no caso dos TLI, não se revela suficiente para dar conta da multidimensionalidade dos fatores que produzem e reproduzem a condição de pobreza entre os trabalhadores. Assim, no que se refere ao subgrupo maioritário dos TLE, os fatores determinantes da pobreza no plano individual parecem residir no efeito conjugado dos fatores institucionais de regulação dos salários, como o salário mínimo, e das baixas qualificações escolares associadas ao tipo de empregos socialmente desvalorizados que exercem. No entanto, os fatores determinantes da sua condição de pobreza residem igualmente nas estruturas familiares em que se integram, nas quais a existência de crianças, de filhos adultos ou de outros membros adultos desempregados ou inativos (por regra, sem proteção social no desemprego) dão lugar, na quase totalidade dos casos, a taxas de intensidade laboral iguais ou inferiores a 50 % dos ativos, tornando os rendimentos do trabalho baseados num único ganhador insuficientes para retirar estas famílias do limiar da pobreza.

No que respeita ao subgrupo dos TLI, aos fatores determinantes da pobreza no plano individual já assinalados para os trabalhadores com trajetórias laborais mais estáveis acrescem, para

além do impacto da alternância entre emprego e desemprego a possibilidade dessa alternância ser feita com programas ocupacionais ou com a inatividade. Está em causa, portanto, o trabalho temporário e a variabilidade do salário auferido por via da natureza sazonal ou não regular em atividades na agricultura e pescas, observando-se, em linhas gerais, características idênticas relativamente à influência das estruturas familiares no que diz respeito ao equilíbrio entre necessidades, recursos e restrições.

Note-se que, por comparação com o indicador europeu de *peças vivendo em agregados familiares com uma muito baixa intensidade laboral*⁴⁸, as taxas de intensidade laboral observadas foram, em regra, elevadas, embora este indicador social integrado no índice multidimensional da pobreza não se revele adequado para captar o fenómeno da pobreza no trabalho, nomeadamente em contextos caracterizados por baixos salários.

⁴⁸ O indicador *peças que vivem em agregados com uma intensidade laboral muito baixa* é definido como o número de pessoas que vivem num agregado em que os membros em idade ativa trabalharam menos de 20 % do seu potencial total durante os 12 meses anteriores. A intensidade laboral de um agregado é o rácio entre o número total de meses que todos os membros do agregado em idade ativa trabalharam durante o ano de referência do rendimento e o número total de meses que teoricamente os mesmos membros do agregado poderiam ter trabalhado no mesmo período. Entende-se por pessoa em idade ativa alguém com uma idade compreendida entre os 18 e os 59 anos, com exclusão dos estudantes do grupo etário entre os 18 e os 24 anos. Os agregados compostos apenas por crianças, por estudantes com menos de 25 anos e/ou por pessoas com 60 anos ou mais são completamente excluídos do cálculo do indicador (cf. Eurostat).

Quadro 7 - Emprego e Estrutura Familiar

Entrevistado(a)	Género	Estabilidade emprego	Atividade laboral atual	Carreira contributiva	Estrutura familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade laboral, adultos agregado familiar	Adultos desempregados, inativos ou situações equivalentes	Rendimentos trabalho	Proteção social	
1	P4.1_Serpa	Feminino, 53	10 anos	Assistente operacional na adm. local	Regular no emprego atual Curta duração	Nuclear c/filhos	6	2	2	IL 50 % 2 adultos trabalhadores	2 adultos NENE	Duplo ganhador	Abonos de família (2)
2	P4.1_Almada	Feminino, 45	19 anos	Cozinheira	Regular	Nuclear c/filhos	4	1 1 deficiente	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto desempregado /cuidador	Único ganhador	Subsídio de assistência a terceira pessoa Abono de família (2/ 1 c/bonificação deficiência) Subsídio de renda de casa
3	P4.1_Amadora#1	Feminino, 58	19 anos	Empregada de serviços P&D	Regular	Nuclear c/filhos	5	s/crianças	3	IL 66,6 % 2 adultos trabalhadores 1 adulto trabalhador estudante	1 adulto pensionista 1 adulto estudante	Duplo ganhador	Pensão de invalidez Abono de família
4	P4.1_Amadora#2	Feminino, 61	27 anos	Empregada de serviços P&D	Regular no emprego atual	Nuclear c/filhos)	4	1	1	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulta pensionista 1 adulto c/deficiência	Único ganhador	Pensão de velhice Pensão de invalidez Abono de família
5	P4.2_Caldas da Rainha	Masculino, 51	33 anos	Assistente operacional na adm. local	Regular	Nuclear c/filhos	5	1	2	IL 33,3 % 1 adulto trabalhador	1 adulta doméstica /cuidadora 1 adulto deficiente profundo 1 adulto estudante	Único ganhador	Subsídio de assistência a terceira pessoa Prestação Social p/Inclusão Abono de família
6	P4.2_Guimarães	Masculino, 60	26 anos	Assistente operacional na adm. local	Regular	Alargada	5	1	2	IL 50 % 2 adultos trabalhadores	2 adultos desempregado (s/proteção no desemprego)	Duplo ganhador	Abono de família
7	P4.2_Vila Pouca Aguiar#1	Masculino, 54	4 anos	Servente de construção civil	15 anos de seguro social voluntário	Nuclear c/filhos	5	2	1	IL 33,3 % 1 adulto trabalhador	1 adulta doméstica 1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego)	Único ganhador	Abonos de família (2)
8	P4.2_Vila Pouca Aguiar#2	Masculino, 48	21 anos	Mineiro	Regular	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 0 %	1 adulta doméstica 1 adulto com incapacidade p/trabalho por doença profissional	Único ganhador	Subsídio de doença Abono de família
9	P4.3_Celorico de Basto	Feminino, 38	20 anos	Costureira em fábrica de confecções	Regular	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulta trabalhadora	1 adulto desempregado (acidente de trabalho incapacitante)	Único ganhador	Subsídio de doença marido Abono de família
10	P4.3_Ponta Delgada#1	Feminino, 40	16 anos	Ajudante de cozinha	Regular	Nuclear c/filhos	5	3	n.a.	IL 50 % 1 adulta trabalhadora	1 adulto desempregado (incapacidade p/trabalho) (s/proteção no desemprego)	Único ganhador	Abonos de família (3)
11	P4.4_Almada	Masculino, 41	9 anos	Operário da construção civil	Regular no emprego atual Curta duração	Alargada	8	2	1	IL 33,3 % 2 adultos trabalhadores	3 adultos inativos 1 adulto em formação profissional	Duplo ganhador	Bolsa formação Abono de família (2)
12	P4.4_Guimarães#1	Masculino, 44	8 anos	Serralheiro civil	Regular no emprego atual Curta duração	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego)	Único ganhador	Abono família

Entrevistado(a)		Género	Estabilidade emprego	Atividade laboral atual	Carreira contributiva	Estrutura familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade laboral, adultos agregado familiar	Adultos desempregados, inativos ou situações equivalentes	Rendimentos trabalho	Proteção social
13	P4.4_Guimarães#2	Masculino, 40	23 anos	Operário em fábrica de calçado	Regular	Nuclear c/filhos	3	3	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego)	Único ganhador	Abono família
14	P4.5_Caldas da Rainha	Feminino, 40	12 anos	Assistente operacional na adm. local 2.º emprego em serviços P&D	Regular no emprego atual Curta duração	Monoparental feminina	5	3	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto estudante	Único ganhador	Pensão de alimentos filhas (2) Abono de família (3)
15	P4.5_Porto	Feminino, 48	6 anos	Auxiliar de serviços P&D	Regular no emprego atual Curta duração	Monoparental feminina	3	1	1	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego)	Único ganhador	Abono de família
16	P4.2_Ponta Delgada#1	Masculino, 49	2017 programa ocupacional	Ex-empresário da restauração	Regular na atividade anterior	Alargada	10	4	2	IL 50 % 3 adultos trabalhadores	2 adultos desempregados 1 pensionista	Triplo ganhador	Subsídio de desemprego Pensão de sobrevivência Abonos de família (4)
17	P4.2_Ponta Delgada#2	Masculino, 49	3 meses	Pedreiro	Irregular	Nuclear c/filhos	4	1	1	IL 75 % 1 adulta trabalhadora 1 adulto trabalhador durante 6 meses	1 adulto estudante 1 adulto desempregado 6 meses (s/proteção no desemprego)	Duplo ganhador parcial	Abonos de família (2) Bolsa de estudo ensino superior
18	P4.3_Ferreira Alentejo	Feminino, 34	2 anos	Ajudante de lar	Inicial com emprego atual	Nuclear c/filhos	6	4	n.a.	IL 50 % 1 adulta trabalhadora	1 adulto desempregado (c/proteção no desemprego)	Único ganhador	Subsídio de desemprego Abonos de família (4)
19	P4.3_Ponta Delgada#2	Feminino, 40	2 anos	Gameleira	Informação imprecisa	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 2 adultos trabalhadores com rendimento variável		Duplo ganhador variável	Abono de família
20	P4.3_Porto	Feminino, 39	Ano da entrevista	Empregada de Serviços P&D a tempo parcial	Irregular	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 100 % 2 adultos trabalhadores		Duplo ganhador variável	RSI Abono de família
21	P4.4_Serpa	Masculino, 28	Ano da entrevista	Trabalhador rural	Irregular	Nuclear c/filhos	4	2	n.a.	IL 50 %	1 adulto desempregado (s/proteção desemprego)	Único ganhador Variável	Abono de família
22	P4.4_Porto	Masculino, 41	2 anos	Auxiliar em grande superfície	Regular	Nuclear c/filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto com incapacidade temporária p/trabalho	Único ganhador	Subsídio de doença (55 % salário)
23	P4.5_Amadora	Masculino, 20	2 anos	Auxiliar em grande superfície a tempo parcial	Inicial	Alargada	7	s/ crianças	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador 4 adultos trabalhadores em tempo parcial 1 adulto estudante trabalhador	1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego)	Triplo ganhador	S/prestações de Segurança Social
24	P4.5_Serpa	Feminino, 51	Ano da entrevista	Auxiliar de ação educativa	Regular	Monoparental feminina	3	s/ crianças	2	IL 50 % 1 adulto trabalhador	1 adulto desempregado (s/proteção no desemprego) 1 adulto em formação profissional	Único ganhador	Bolsa formação

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal, 2019*

Legenda: Cor Azul -TLE, isto é, com um vínculo laboral na empresa superior ou igual a 3 anos. Cor Roxa -TLI, isto é, com um vínculo laboral na empresa inferior a 3 anos

A análise dos resultados apurados permite-nos compreender com maior profundidade o modo como o equilíbrio entre necessidades, recursos e restrições na família determina a situação de pobreza no trabalho.

As famílias de pertença dos entrevistados apresentam uma dimensão superior ou muito superior à dimensão média dos agregados domésticos em Portugal, que era, em 2018, de 2,5 indivíduos (Pordata, 2020), e uma maioria de famílias numerosas (com três ou mais filhos), se tivermos em consideração quer o número de crianças, quer o de filhos maiores, estudantes ou ativos que as integram, como vimos anteriormente. Filhos com deficiência e crianças pequenas requerem em algumas situações cuidados familiares específicos e o exercício do papel de cuidadores principais informais por parte de membros da família, acompanhados de desemprego voluntário ou inatividade, quer por impossibilidade de conciliação do trabalho com este papel familiar, quer por uma decisão de natureza económica baseada no custo/benefício face a outras alternativas de cuidados ou face à limitação da oferta de serviços de apoio à família nos contextos territoriais em que estas famílias vivem.

Se, por definição, a pobreza no trabalho afeta pessoas com uma vida laboral ativa, os designados trabalhadores pobres, o desemprego afeta de modo muito significativo os membros das suas famílias, quer os membros do casal, no caso das famílias nucleares, quer os filhos adultos, que nas famílias dos entrevistados são em grande número ativos desempregados, em alguns casos estudantes ou, em situações pontuais, nem estudantes, nem ativos.

Com uma única exceção, os membros destas famílias que se encontram desempregados não são beneficiários do subsídio de desemprego, o que revela que as TLE que se observam para a maioria dos seus pais (ou para outros familiares no caso das famílias alargadas, estas em número residual) coexistem com trajetórias laborais instáveis intrafamiliares, que condicionam o acesso à proteção social no desemprego e reforçam a importância das oportunidades de emprego como meio de ampliar o número dos membros angariadores de rendimento dos agregados familiares. Na linha do que é sugerido por Halleröd *et al.* (2015, p. 485), uma forma mais produtiva e precisa de proceder ao exame da relação entre emprego e pobreza consiste em trazer a situação do emprego no seio do agregado familiar para primeiro plano, considerando o que se poderá designar de *desemprego familiar*. Neste âmbito, observa-se uma incidência maior de desemprego entre as mulheres do que entre os homens no seio das famílias dos trabalhadores pobres entrevistados, o que, sendo consistente com uma mais baixa participação das mulheres no mercado de trabalho associada à pobreza nos países da Europa do Sul (Halleröd *et al.*, 2015; Lohmann & Marx, 2008), não só não é observável com idêntico padrão em Portugal em geral (Filandri & Struffolino, 2019), como ainda a dimensão de género,

no que respeita aos familiares desempregados, não se afigura relevante no conjunto dos agregados familiares dos trabalhadores pobres entrevistados. Importa ainda sublinhar que o número de mulheres domésticas é residual no conjunto das famílias abrangidas pelo estudo.

A estes mecanismos familiares geradores de pobreza acrescentam ainda situações de membros reformados ou incapacitados para o trabalho quer temporariamente, quer, porventura, de modo mais definitivo, em situações de acidentes e doenças profissionais graves, de que é exemplo a situação deste entrevistado de Vila Pouca de Aguiar.

Entrevistadora: Há quanto tempo está de baixa? E porquê?

Entrevistado: Desde Janeiro. Por causa da doença que eu peguei, é a tuberculose. Não sei, não sei... Já um colega lá teve, trabalhou comigo, teve e hoje já não trabalha lá. Já dois que tiveram no trabalho, foi um para aí há uns 11 anos e outro foi recente, há uns dois anos, eu não sei se foi derivado a eles ou se foi de mim, não sei. Comecei com uma tosse desde há um ano, comecei a emagrecer, emagrecer... Setembro, Outubro... Depois, em Novembro, aleijei-me lá no trabalho, um estiramento no ligamento, caí de joelhos e depois andei um mês e tal de baixa no seguro. Estive a fazer fisioterapia (...) Depois, em Dezembro, eu já não fui, também estava de baixa. Fui ao hospital e disseram que era tuberculose e fiquei lá. (...) (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 48 anos)

Também os acidentes de trabalho graves podem servir de geradores de pobreza, como aconteceu no caso do acidente que incapacitou o marido da entrevistada P4.3_Celorigo de Basto, cujo conflito jurídico que o opunha ao patrão para efeitos de indemnização não tinha ainda, à data da entrevista, sido dirimido, limitando de forma grave e prolongada o rendimento da família, que passou a contar com apenas um angariador.

Os resultados que temos vindo a analisar apontam para a relevância de uma abordagem da pobreza no trabalho associada às características dos agregados familiares, sublinhando que em países como Portugal, com um modelo de estado de bem-estar com uma forte componente familiarista (Esping-Andersen, 1990; Ferrera, 1996; Guerrero, 1997; Pereirinha, 1997; Silva, 2002) e, portanto, de forte interdependência geracional, em que os jovens experimentam dificuldade no acesso ao mercado de trabalho e não têm acesso a apoios do Estado Social que lhes proporcionem uma via de autonomização familiar, importa sobretudo ter em linha de conta, como sustentam Lohmann e Marx (2008, p. 21) uma posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar. No entanto, ao contrário do que estes autores assinalam em relação às economias avançadas, nas quais a existência de múltiplos ganhadores

pode ter um efeito redutor da pobreza e compensador de uma maior dispersão salarial, na realidade portuguesa, como o presente estudo revela, a existência de um duplo ou múltiplo angariador de rendimento não é condição suficiente para a superação da pobreza, dependendo esta da dimensão do agregado e das suas necessidades, mas também dos níveis salariais auferidos, do regime de trabalho a tempo integral, parcial ou sazonal em que se encontram e dos mecanismos fiscais e de proteção social. Como Perista (2019) assinala num relatório sobre Portugal,

a pobreza no trabalho tem as suas raízes numa malha de fatores, dos quais os mais significativos são o nível geralmente baixo de salários e o elevado grau de segmentação do mercado de trabalho – combinados com a falta de medidas que lhe deem uma resposta específica (p. 4).

A comparação do valor do SMN com a linha de pobreza permite-nos verificar, para valores de 2017, que o salário mínimo se situa num limiar superior em 23 pontos percentuais à linha de pobreza para um indivíduo em idade ativa sem filhos a cargo, um diferencial que aumenta para 65 pontos percentuais no caso de um casal, o que permite confirmar a relevância que um duplo angariador pode ter para a formação do rendimento familiar, tendo como remuneração de referência o salário mínimo que contribui assim para a minimização da probabilidade de pobreza do agregado e dos seus membros (cf. Quadro 8).

Quadro 8 - Salário mínimo mensal e linha de pobreza para indivíduos em idade ativa sem filhos a residir consigo (2017)

	Indivíduo só		Casal	
	Valor	Em % LP	Valor	Em % LP
Salário mínimo, líquido de contribuições para a Segurança Social	578 €	123 %	1157 €	165 %
Linha de pobreza - 60 % da mediana do rendimento líquido por adulto equivalente	468 €		702 €	

Fontes: Cálculos dos autores com base em INE/ICOR, 2018, e PORDATA, 2020.

No entanto, importa ter em linha de conta que o ICOR se baseia na escala de equivalência da OCDE modificada, que atribui ao primeiro adulto um peso de 1, aos demais adultos um peso de 0,5 e a cada criança do agregado familiar um peso de 0,3. Como se observa de forma generalizada no Quadro 9 e de modo particular no que se refere às crianças, estes ponderadores «subestimam e distorcem a identificação da população em situação de pobreza, se a entendermos como uma situação em que as pessoas não têm rendimento suficiente para obter um padrão de vida digno» (Pereirinha *et al.*, 2017).

Quadro 9 - Escalas de equivalência associados a orçamentos de referência 2017 e escalas OCDE

		1.º adulto	2.º adulto	3.º adulto	1.ª criança	2.ª criança
Indivíduos em idade ativa	indivíduo só	1				
	casal	1	0,66			
Agregados domésticos com filhos	monoparental com 1 filho menor de idade (12 anos)	1			0,75	
	casal com 1 filho menor de idade (12 anos)	1	0,66		0,63	0,61
	casal com 1 filho menor de idade (2 anos)	1	0,66		0,70	
	casal com 1 filho menor de idade (2 anos, excluindo creche)	1	0,66		0,53	
	casal com 2 filhos menores de idade (12 e 2 anos)	1	0,66		0,63	0,61
	casal com 2 filhos menores de idade (12 e 2 anos, excluindo creche)	1	0,66		0,63	0,46
	casal com 1 filho maior de idade	1	0,66	0,65		
EE OCDE		1	0,7	0,7	0,5	0,5
EE OCDE modificada / ICOR		1	0,5	0,5	0,3	0,3

Fontes: Orçamentos de referência Rendimento Adequado em Portugal (RAP), 2017; OCDE.

Os valores da linha de pobreza em Portugal situam-se num limiar entre 50 a 60% dos orçamentos de referência de um rendimento adequado apurados pelo RAP para 2017 (cf. Quadro 10).

Quadro 10 - Rendimento adequado e linha de pobreza para indivíduos em idade ativa sem filhos a residir consigo (2017)

	Indivíduo só		Casal	
	Valor	Em % RAP	Valor	Em % RAP
Rendimento adequado em Portugal	783 €		1299 €	
Linha de pobreza - 60 % da mediana do rendimento líquido por adulto equivalente	468 €	60 %	702 €	54 %

Fontes: Cálculos dos autores com base em: RAP, 2017; ICOR 2018.

6.2. Pobreza no trabalho e políticas públicas

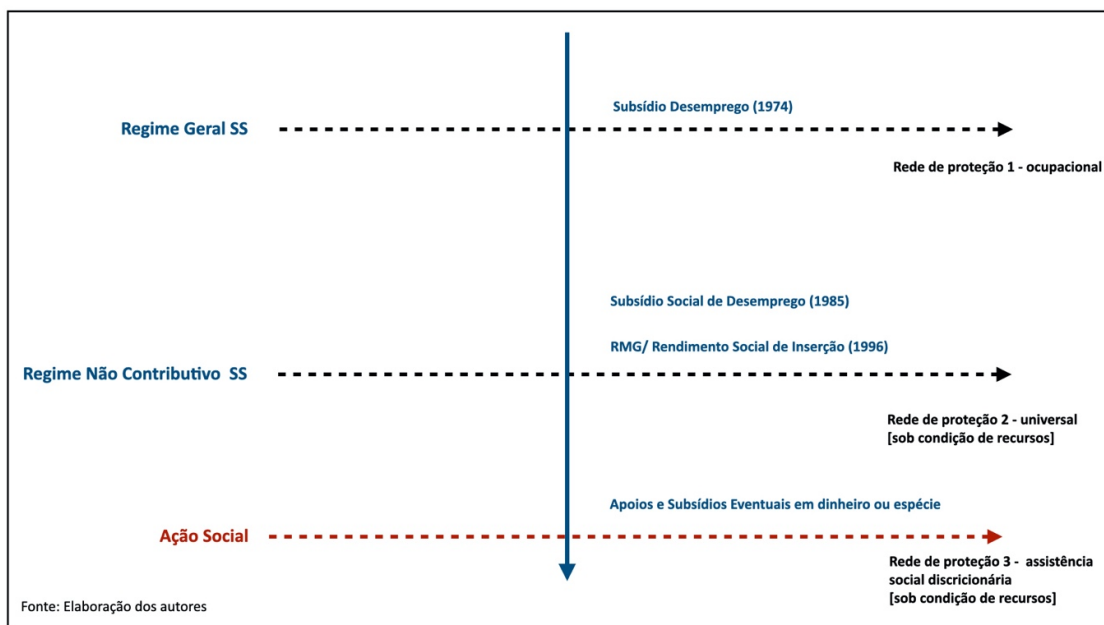
Como referido, a importância das transferências sociais na constituição dos rendimentos das famílias é sublinhada por diferentes autores.

No que respeita a benefícios sociais associados ao trabalho, adotados com o propósito de redução da pobreza entre os trabalhadores e de incentivo ao trabalho para os trabalhadores com baixos salários, a investigação revela que as prestações sociais associadas ao trabalho têm um efeito de redução da pobreza, embora este efeito dependa do desenho específico da medida de política pública e da sua adequação ao contexto específico e seja, em regra, mais eficaz por

referência a um limiar de rendimento do agregado familiar (Vandelannoote & Verbist, 2017, p. 15). Em Portugal, como Perista (2019, p. 4) assinala, apesar das intenções anunciadas pelo Governo para a legislatura 2015-2019, ainda não foram criados este tipo de benefícios no trabalho, podendo no entanto ocorrer impactos positivos na redução da taxa de risco de pobreza entre os trabalhadores pelo aumento faseado do salário mínimo que tem vindo a ser adotado e pelo aumento do abono de família para as crianças dos 12 aos 36 meses. Relativamente às prestações sociais em situações de não trabalho, a proteção social no desemprego assume uma particular relevância. Em Portugal, a proteção social no desemprego é assegurada através de uma primeira rede de proteção de natureza ocupacional baseada no seguro social e de uma segunda rede de proteção de natureza universal baseada no princípio de cidadania e sujeita a condição de recursos. Estas redes de proteção, que configuram níveis diferentes de qualidade do direito à proteção social proporcionadas aos indivíduos em situação de desemprego, são complementadas por uma rede última, não conferente de direito, de assistência social clássica, de carácter discricionário (cf. Figura 1).

No presente estudo, o nível de proteção proporcionado pelas redes de proteção ocupacional e universal na compensação da perda ou ausência dos rendimentos do trabalho por motivo de desemprego é muito pouco significativa, quase ausente, entre trabalhadores pobres entrevistados e seus familiares (P.4.1_Amadora#1, P4.4_Porto, família P4.3_Ferreira do Alentejo).

Figura 1 - Redes de proteção social pública no desemprego



Como já assinalámos, a incidência do desemprego entre os familiares (filhos maiores ou cônjuges) dos entrevistados com TLE é muito significativa, assim como entre os trabalhadores pobres com TLI, sem que, no entanto, se registe a sua cobertura quer pelo subsídio de desemprego, quer pelo subsídio social de desemprego. Admitindo que no caso dos filhos adultos existe uma parcela significativa de jovens sem experiência de trabalho, e, portanto, excluídos à partida desta proteção, a não cobertura dos demais é explicável pelos critérios de elegibilidade observados no acesso a estes direitos sociais.

No caso do subsídio de desemprego, o prazo de garantia exigido para aceder a esta prestação social é de 360 dias de descontos nos 24 meses imediatamente anteriores à data em que o trabalhador ficou desempregado. No que se refere ao subsídio social de desemprego, cuja criação visou ampliar a cobertura dos trabalhadores com trajetórias menos estáveis e que podem experimentar dificuldade em retornar rapidamente ao mercado de trabalho, o prazo de garantia é menos exigente (180 dias de trabalho com contribuições nos últimos 12 meses), mas mantém-se inalterado desde os anos 90. Quanto aos valores de referência e duração, regista-se uma ligeira melhoria no nível de proteção (cf. Anexo H), mas, como argumentam Silva e Pereira (2012) numa análise das políticas de proteção no desemprego em Portugal,

o sistema continua muito longe de se reconfigurar de modo a acompanhar as transformações rápidas do mercado de trabalho português — quer do ponto de vista do aumento do stock e do fluxo de desempregados, quer considerando a crescente precariedade e predomínio de relações contratuais atípicas (p. 142).

Assim, na ausência de proteção proporcionada pelas medidas específicas de política social face ao risco de desemprego por parte da rede ocupacional e da rede universalista, seria de supor o recurso ao RSI enquanto última rede de proteção. A análise dos resultados empíricos do presente estudo permite-nos verificar que tal só ocorreu com carácter excecional, o que será explicável quer pelo facto de esta rede última de proteção social de cidadania se revelar sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 134), quer pelas alterações profundas introduzidas em 2010 e 2012 nas regras de elegibilidade, no valor de referência e noutras normas de funcionamento deste programa. As características apontadas e as alterações introduzidas limitaram de forma muito acentuada o acesso dos trabalhadores pobres a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos e a sua eficácia na redução da intensidade da pobreza, como o Quadro 11 demonstra.

Quadro 11 - RSI - Alteração da condição de recursos e linha de pobreza (casal com dois filhos dependentes)

	N.º Adultos equivalentes	Limiar do RSI (euros/mês)	Alteração (%)	RSI / Linha de pobreza
RSI até à alteração de 2010	3	569		64 %
RSI após alteração de 2010	2,7	512	-10 %	58 %
RSI após alteração de 2012	2,1	398	-30 %	45 %
RSI após alteração de 2013	2,1	374	-34 %	42 %
RSI após alteração de 2016	2,7	488	-17 %	40 %
RSI 2017	2,7	496	-15 %	39 %
RSI 2018	2,7	504	-13 %	37 %
RSI 2019	2,7	512	-11 %	..

Fonte: Rodrigues *et al.* (2016, Quadro 43) e cálculos próprios com base em ICOR 2017 e 2018

Em 2016, foi reposta a escala de equivalência OCDE que havia sido adotada com a alteração de 2010, registando-se por esta via uma melhoria do limiar de referência. No entanto, como se pode observar, a sua relação com a linha de pobreza não registou qualquer alteração, uma vez que não teve lugar a atualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), que se manteve congelado entre 2009 e 2017. Deste modo, apesar da reintrodução de ponderadores mais favoráveis, a possibilidade de o RSI funcionar como uma rede de proteção última para os trabalhadores pobres ou para os seus familiares em situação de desemprego é limitada, verificando-se uma depreciação do valor do RSI face à linha de pobreza devido ao aumento do rendimento mediano, como podemos igualmente comprovar pelos depoimentos de alguns dos entrevistados que beneficiaram ou pretenderam beneficiar desta prestação social.

No caso da entrevistada P4.3_Ferreira do Alentejo, que beneficiou do RSI durante um período de maior dificuldade na vida familiar devido ao aumento de despesas com o nascimento de uma filha e à incapacidade para o trabalho do marido por acidente de viação, podemos observar quer o baixo valor da prestação diferencial a que teve direito, quer a impossibilidade de beneficiar deste apoio em outros momentos da sua vida devido ao agravamento da condição de recursos que passou a incluir os bens imobiliários dos potenciais beneficiários, ainda que, como acontece no caso vertente, se trate de uma habitação familiar adquirida com hipoteca bancária.

Entrevistada: Eu não sou uma pessoa de gastar dinheiro mal gasto. (...) Mas na altura era difícil porque tinha uma filha com um ano. Tinha que usar fraldas, toalhitas, tinha que ter leite, tinha que lhe dar de comer e pedi à Segurança Social que me ajudasse, pedi o

Rendimento Social de Inserção. Na altura, foram-me dados 30 euros, que era uma fortuna, na altura. (...)

Entrevistadora: E depois disso, voltou a pedir?

Entrevistada: Pedi várias vezes e nunca tive apoio.

Entrevistadora: Por que razão é que nunca teve direito?

Entrevistada: A razão que me é dita é porque tenho uma casa, um bem.

Entrevistadora: E isso não permite ter acesso?

Entrevistada: Não, desde que tenha um bem em seu nome. Se fosse de renda, se calhar tinha, mas como é minha, própria minha, estou a pagar ao banco, mas é minha. E como o meu marido também tem um terrenozito para ajudar na casa, na parte da alimentação...
(P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

A situação do entrevistado P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, ilustra uma outra importante limitação na proteção proporcionada pelo RSI. Trata-se do critério de referência do rendimento familiar, que é aferido face aos rendimentos do agregado nos 12 meses anteriores à data de apresentação do requerimento de atribuição, levando ao indeferimento da atribuição deste direito social, o que se apresenta como um aspeto crítico face a uma situação de quebra acentuada de rendimento, ou a eventos que afetem a vida dos cidadãos.

Entrevistado: Ela foi lá para meter o Rendimento Social de Inserção e elas disseram que não, que não, que o ordenado era à base do outro ano e que não podiam. Afinal, disseram que iam chamá-la logo para trabalhar, olha... [impercetível]. Disseram para não fazer isso. Foi em Janeiro e Fevereiro, nunca mais tratámos de mais nada. Quando fiquei de baixa, começámos a tratar logo desses papéis. Eles disseram para não fazer isso e deixámos.

Entrevistadora: E o que acha disso?

Entrevistado: Eu acho que está mal, não é? Porque, nos primeiros três/quatro meses, ela tinha que olhar à minha medicação. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 48 anos)

No caso da entrevistada P4.3_Ponta Delgada#1, a sua experiência revela as limitações assinaladas do RSI enquanto rede última de proteção em períodos e situações de dificuldade por parte dos trabalhadores pobres e suas famílias. Tratando-se de um agregado familiar de dois adultos e três crianças, com um dos conjugues desempregado por incapacidade para o trabalho por motivo de doença grave e sem proteção no desemprego, o rendimento de referência

apurado em 2019 para esta composição familiar (606,91 euros) inviabilizou a atribuição da prestação social face ao salário do cônjuge trabalhador, excluindo as prestações familiares não consideradas para efeito de apuramento do rendimento em sede de RSI.

Entrevistadora: Alguma vez recorreu a apoios sociais?

Entrevistada: Meu marido recorreu ao apoio do rendimento mínimo.

Entrevistadora: Quando?

Entrevistada: Não tem muito tempo, tem? [pergunta ao marido]. Há coisa de um mês.

Entrevistadora: E eles não...?

Entrevistada: Não, mandaram uma carta a dizer que não tinha direito.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque eu tenho um ordenado, porque eu trabalho.

Entrevistadora: Os seus filhos têm abono de família e ação escolar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E tem mais algum apoio social de outra instituição?

Entrevistada: Não, nem bancos alimentares nem nada disso. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

No entanto, as limitações assinaladas não obstam a que, em algumas situações e períodos, o RSI possa mitigar situações de pobreza extrema que afetam a vida pessoal e familiar de alguns trabalhadores pobres, pois, como se assinalou, esta prestação social foi desenhada como medida de

combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas *necessidades mínimas* e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social (Lei 45/2005).

No caso da entrevistada P4.5_Porto, o RSI foi valorizado por permitir um apoio no cuidado aos filhos pequenos.

Entrevistada: Eu separei-me e, depois, quando eu descobri que havia o rendimento mínimo foi quando eu fui às Doze Casas, à Segurança Social. Como é que se chama lá em cima?

Entrevistadora: Foi importante ter recebido o Rendimento Social de Inserção nessa fase da sua vida? Foi uma ajuda?

Entrevistada: Sim, sim! Porque ajudou-me, porque nem que eu quisesse trabalhar, eu não podia por causa dos meus filhos e parece que não, mas aquela ajuda que elas me estavam a dar... já me estavam a dar muito apoio para me dar aquilo que eu queria dar aos meus filhos. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Articulando-se com a proteção social em situação de não trabalho, o subsídio de doença assume igualmente importância enquanto mecanismo de substituição ou de compensação da perda de rendimento. No conjunto dos entrevistados e seus familiares, a perda de rendimentos por motivo de doença, apesar de não se registar num número significativo de situações (P4.2_Guimarães; P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2; P4.3_Celorico de Basto e P4.4_Porto), não deixa de ter expressão e impacto. Por um lado, o prazo de garantia exigido para beneficiar do subsídio de doença (seis meses de descontos para a Segurança Social, seguidos ou intercalados) pode apresentar-se potencialmente crítico para alguns trabalhadores com TLI com uma elevada rotação entre emprego, desemprego e trabalhos informais. Por outro lado, o montante do subsídio, que varia entre os 55 % da remuneração de referência para baixas até 30 dias e os 75 % para períodos de doença superiores a um ano, constitui uma redução significativa face à limitação dos rendimentos familiares que caracterizam as famílias dos trabalhadores em situação de pobreza, como se observa, por exemplo no caso da entrevistada P4.3_Celorico de Basto.

Entrevistada: Fui operada à vesícula. (...) Também estive de baixa.

Entrevistadora: E quanto tempo esteve de baixa?

Entrevistada: Eu estive um mês. Eles cortaram-me logo. Eu fui chamada a Braga, cortaram-me logo e mandaram-me ir trabalhar. E eu cheia de dores, que eu depois tive que trazer à minha médica de família para me mandar fazer um exame para ver o que é que se estava a passar e eu estava toda ferida por dentro e ainda cheia de infecção e eles me cortaram logo a baixa, me mandaram logo ir trabalhar. Isso não justifica. (...)

Entrevistadora: E sentiu alguma diferença no orçamento quando ficou com a baixa do salário?

Entrevistada: Sim. Porque dá muito menos. A baixa não dá o valor que dá a trabalhar. Muito menos. Acho que é 60 %.

Entrevistadora: Teve impacto no orçamento?

Entrevistada: Muito. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Do mesmo modo, o regime de proteção social dos trabalhadores afetados por doenças profissionais e o regime de reparação de acidentes de trabalho apresentam-se como um vetor importante no âmbito das políticas públicas, verificando-se, no conjunto dos entrevistados, a existência de algumas situações com um impacto muito significativo na vida destes trabalhadores e das suas famílias, que podem estar na base da desestruturação das suas condições de vida e do seu empobrecimento, como se verifica nos casos já referenciados (P4.3_Celorigo de Basto, P4.2_Vila Pouca Aguiar#2). Trata-se de domínios geralmente associados, mas com enquadramentos e regimes de proteção dos trabalhadores distintos. As doenças profissionais integram-se no regime geral de segurança social e, portanto, de responsabilidade pública, o que leva a que uma das dificuldades no acesso a este subsídio se prenda com o reconhecimento da doença que afeta o trabalhador como doença profissional ou como tendo sido provocada pelas condições de trabalho. Na situação do entrevistado P4.2_Vila Pouca Aguiar#2, mineiro, a tuberculose que lhe diagnosticaram, embora constante da lista oficial de doenças profissionais, não foi reconhecida à data da entrevista como uma doença profissional, tendo-lhe sido atribuída uma baixa por doença.

No que respeita ao regime de acidentes de trabalho, a responsabilidade recai nos empregadores, dando lugar a frequentes situações de desproteção por negligência ou irresponsabilidade patronal ou a litígios entre trabalhadores e entidades patronais e/ou companhias de seguros para obter a devida reparação. No caso do marido da entrevistada P4.3_Celorigo de Basto, existe um litígio não resolvido há oito anos.

Face à exclusão da proteção social pelas redes de proteção ocupacional e de cidadania em situações de não trabalho, resta aos entrevistados ou aos restantes membros da sua família, no que respeita às políticas públicas, o recurso a apoios assistenciais, traduzidos em apoios pontuais, monetários ou em espécie, incertos e temporários, dependentes da avaliação da situação de necessidade e condição de recursos pelos serviços de segurança social ou por outros serviços públicos, sujeita a uma decisão discricionária e não juridicamente reclamável.

Entre os trabalhadores pobres e suas famílias, foi diversa a experiência de apoio assistencial recebido. Nalguns casos, esse apoio cumpriu uma função de suporte importante em situações de crise, como evidenciam os depoimentos dos entrevistados P4.1_Amadora#2 e P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1.

Entrevistada: E também a Segurança Social, porque uma vez estava com uma anemia muito alta e o próprio médico entrou em contacto com a Segurança Social para ver a minha situação cá em casa e eles deram durante dois anos apoio. A Cruz Vermelha dava-

me alimentação e a Segurança Social veio cá à casa e acompanhou o processo de perto, porque começou aí o meu caminho para o cancro. Era [inaudível] a fome que eu passava. E depois, o que eu não entendi, o apoio que a Segurança Social dava-me, não era a Segurança Social era a Câmara de Amadora, mandava o cheque todos os meses para minha casa. A assistente social da Amadora disse-me que quem passava a dar ajuda era a Câmara. Perguntaram sempre se eu tinha rendimento mínimo e eu nunca tive rendimento mínimo, mas, pronto, tive os apoios. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Entrevistadora: Em algum momento da sua vida o senhor recorreu a algum tipo serviço de apoio da Segurança Social?

Entrevistado: Sim, estive com a assistência social um bocado de tempo. Quanto tempo? [pergunta à esposa]

Esposa: Para aí, dois ou três anos.

Entrevistado: Com a assistência social que trazia o que comer. (...) Trazia-nos a comida e davam um dinheiro para a gente...

Esposa: Eram 300 e tal euros, por aí. (...)

Entrevistadora: Mas então só agora que o senhor foi trabalhar para a barragem é que deixou de receber essa ajuda? Até então recebia?

Entrevistado: Foi, foi. Recebia.

Entrevistadora: E o senhor pensa em recorrer novamente a este serviço?

Entrevistado: Enquanto eu estiver declarado, não. Não posso, nem eles aceitam. Porque passando o salário mínimo, já não tem direito. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

Experiência diferente é relatada pela entrevistada P4.3_Ponta Delgada#2, uma trabalhadora do sector das pescas com um rendimento variável, que, tendo recorrido à Segurança Social aquando da privação do rendimento do cônjuge por reclusão, não logrou obter apoio assistencial num contexto de vida igualmente marcado pela privação.

Entrevistada: Sim, foi nesta altura. Quando o meu companheiro atual esteve na cadeia, eu fui pedir apoio mesmo, às assistentes lá na cadeia, porque eles lá têm as suas assistentes sociais. E então a assistente social lá da cadeia disse-lhe a ele para me dizer a mim para eu pedir apoio aqui na Segurança Social. O que é que eu fiz? Eu fui, fui pedir

apoio. Não me deram apoio contributivo, não me deram dinheiro para nada, mas disseram que depois iam enviar os papéis para as Caritas, e as Caritas então iam-me dar.

Entrevistadora: O cabaz?

Entrevistado: Sim, tipo um cabaz, o Banco Alimentar. E chegaram-me a dar, deram-me uma vez, mas tudo fora do prazo. [pausa] A maioria das coisas estão todas fora do prazo, mas eu aproveitei. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Na perspetiva de análise adotada, importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, que tem como objetivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. Como se pode observar no Quadro 11, a grande maioria dos trabalhadores em situação de pobreza com filhos beneficia desta prestação social, atribuída em função do escalão de rendimento familiar e do número e idade dos filhos. Da sua eficácia na resposta às necessidades acrescidas das famílias com filhos menores depende a possibilidade de se constituir ou não como um fator de mitigação da pobreza no seio das famílias e da pobreza infantil em particular. Nesta linha de análise, a adequação dos valores de referência utilizados é uma dimensão muito relevante de análise.

Como já foi assinalado para o caso do RSI no período de crise económica e social entre 2010 e 2014, esta prestação social foi objeto de alterações significativas que se traduziram quer na eliminação de escalões de rendimento, quer na redução dos valores da prestação (cf. Rodrigues *et al.*, 2016, p. 136; Wall *et al.*, 2015, pp. 76-81). Como Wall *et al.* (2015) sublinham,

o abono de família que já tinha perdido o seu carácter universal em 2003 sofreu um novo corte significativo em 2010, ao perder dois escalões de rendimento (4.º e 5.º), de onde resultou a exclusão de cerca de meio milhão de crianças e jovens desta prestação (...). Assim, apenas as crianças e os jovens inseridos em famílias muito carenciadas permaneceram elegíveis. (p.76).

Em 2016, foram atualizados os montantes do abono de família e aumentado para 35 % o benefício adicional para crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais, sem serem introduzidas alterações quanto aos escalões existentes.

O 4.º escalão foi reposto em 2017, tendo-se registado desde essa data uma atualização anual dos montantes do abono de família. Os valores desta prestação familiar, em vigor desde Julho de 2019, são os apresentados no Anexo I. Com base nestes montantes, é possível aferir o valor desta prestação social para algumas das situações típicas dos agregados familiares dos trabalhadores pobres abrangidos pelo presente estudo, apurando-se, para agregados familiares com uma a três crianças e um único ou duplo ganhador, montantes por criança que variam entre

os 49,95 euros (para o 1.º escalão) e os 41,23 euros (para o 2.º escalão) (Anexo J), um valor que se afigura muito limitado se tivermos em conta orçamentos de referência que nos permitem aferir o peso das despesas com uma criança no orçamento familiar. De facto, de acordo com os resultados do estudo RAP (2017), os valores de referência para um casal em idade ativa sem filhos e para um casal com as mesmas características com um filho com 12 anos de idade, excluindo despesas com habitação, creches e infantários, são respetivamente 1299 euros e 1796 euros (Pereirinha *et al.*, 2017, p. 15). Esta diferença de valores está muito distante dos 28 euros de abono de família a que esta família-tipo teria direito a auferir, sendo reveladora da baixa eficácia desta prestação social no combate à pobreza e à pobreza na infância. Esta circunstância explica a valoração positiva feita pelos entrevistados de prestações sociais como o abono de família, pois, apesar do seu reduzido valor, ajudam em algumas despesas familiares num contexto de rendimentos limitados e de privação: “é pouco, mas é melhor que nada!”.

Entrevistadora: Em que medida os abonos e a ação social escolar das suas filhas são importantes nesta fase?

Entrevistada: O abono não é muito dinheiro, 37 euros, não é? Mas é melhor que nada, sempre ajuda. 37 da XXXX, 37 da XXXX e 37 do XXXX sempre ajuda. É melhor do que nada. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Entrevistadora: Em que medida é que essas prestações, por exemplo, os abonos de família, são importantes nesta fase da sua vida?

Entrevistada: Ajuda, ajuda. Não é grandes dinheiros, mas ajuda. (...) O abono dela são 27 euros. Eu já consigo pegar no abono dela e comprar as senhas para ela almoçar na escola. Em vez de estar a levar comida de casa, ela já tem a sua senha, já tem a sua refeição completa, com fruta, a sopa, o prato principal, tem a sua água ou qualquer coisa para beber.

Entrevistadora: Pelo menos sabe que ela fica bem almoçada e é menos uma preocupação.

Entrevistada: Sim, sim. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

6.3. Trabalhadores pobres e relação com o sistema de segurança social

Quando analisamos as trajetórias dos trabalhadores em situação de pobreza entrevistados, verificamos que a maior parte apresenta carreiras contributivas regulares para o sistema de segurança social, ainda que em alguns casos a sua maturação pudesse ser maior se

não tivesse sido prejudicada quer por períodos iniciais de integração no mercado de trabalho caracterizados pela precariedade ou informalidade, quer por irregularidades no cumprimento das obrigações patronais em termos de inscrição e pagamento das contribuições sociais. O carácter regular das carreiras contributivas verifica-se não só entre os trabalhadores com TLE, mas igualmente em alguns que, embora tendo itinerários de elevada rotação entre emprego e desemprego ou de destabilização das suas trajetórias laborais, puderam manter, no essencial, a sua relação com o sistema previdencial. Esta circunstância assume particular relevância pois não só proporciona proteção social nos possíveis períodos de desemprego, como contribuiu para a constituição do direito a pensões de reforma estatutárias aquando do abandono do mercado de trabalho. No entanto, esta característica não é um traço intrínseco dos trabalhadores em situação de pobreza abrangidos pelo presente estudo pois uma parte ainda significativa dos entrevistados com TLI tem carreiras contributivas curtas ou irregulares, o que não só limita a proteção social no decurso da vida ativa, como pode comprometer uma pensão estatutária mais valorizada aquando da saída do mercado de trabalho.

Outra dimensão relevante na situação dos trabalhadores em situação de pobreza e das suas famílias respeita à sua experiência de relação com os serviços sociais, aqui tomados em sentido genérico, incluindo os serviços de segurança social desconcentrados, os serviços de ação social municipal, as instituições privadas de solidariedade social e ainda os serviços de emprego e formação profissional.

A quase totalidade dos trabalhadores em situações de pobreza entrevistados não recorreu, durante a infância e juventude, (pelo menos que se recordem) aos serviços sociais no seio das suas famílias, como vimos no primeiro capítulo, observando-se, no entanto, na fase adulta (e, em geral, após o início de vida em família) situações em que os agregados familiares experimentaram dificuldades face a alterações no equilíbrio entre os recursos angariados e as necessidades e constrangimentos. Regista-se então o recurso aos serviços de segurança social em situações de desemprego, de doença, de incapacidade para o trabalho (do próprio ou do cônjuge), de alargamento da família por nascimento de filhos ou de acolhimento de familiares.

A perceção dos entrevistados da sua relação com os serviços sociais é naturalmente influenciada pela avaliação que fazem quer do apoio material prestado à sua situação, quer da qualidade do acompanhamento dado aos trabalhadores e suas famílias. Expressam-se maioritariamente apreciações críticas, algumas das quais já referidas a propósito da análise do acesso ao RSI e do recurso a apoios assistenciais (P4.1_Almada; P4.2_Ponta Delgada#2; P4.2_Celorico de Basto; P4.3_Ferreira do Alentejo; P4.3_Ponta Delgada#1; P4.3_Ponta Delgada#2; P4.4_Porto e P4.5_Serpa). No entanto, registam-se avaliações positivas que dão

testemunho do apoio quer de serviços públicos, quer de estruturas comunitárias (P4.1_Amadora; P4.3_Porto; P4.4_Almada; P4.4_Serpa e P4.5_Porto).

Algumas das perceções mais críticas, ainda não referidas, refletem aspetos muito relevantes quando se equaciona a relação entre os serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente a questão do respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados. Alguns entrevistados expressam um juízo muito crítico quanto à relação inscrita em certas formas de apoio social e à sua gestão, de que é exemplo a apreciação da entrevistada P4.1_Almada face ao acompanhamento social e apoio alimentar prestado à família na situação de desemprego do marido.

Entrevistada: Olhe, eu vou ser sincera: o meu marido tinha uma ajuda aqui. Estava a ser acompanhado por uma técnica que não fazia nada pelo meu marido. Nós somos quatro, não é? Então, davam a ele um apoio, um apoio alimentar. O apoio era o quê? (...) Quando ele chegava com aquilo eu dizia assim: «Ó XXXX [nome do marido], isso é uma grande humilhação, tu te pões na fila lá em baixo, com tanta gente, para ir buscar uma latinha de salsicha, uma latinha de atum, um saco de esparguete», quando era isso. Era uma lata de salsicha, uma de atum, um saco de esparguete, um saco de arroz, um pacote de leite. Às vezes, era só cenoura, massa e coiso... Eh pá, era uma coisa que não... que é assim, se calhar, era o que tinham, era o que davam e a gente... mas... É muito bonito falar em termos de apoios sociais, mas eu acho que esse apoio social não chega a todos. E, se chegar, é uma gota de água no oceano. (...) É humilhação. Está a ver o que é estar na fila para ir buscar um pedido de apoio para a família, para quando chegares a casa, tu entregas o saco... Agora, pronto, entregas o saco, eles te devolvem o saco, assinas o papel, nem sabes, só assinas o papel em branco não diz o que vais levar, assinas, quando chegas a casa tu levas o saco e é isso que eu venho buscar para dar à minha...(...)

Entrevistadora: Então, em termos gerais, qual é o seu grau de satisfação?

Entrevistada: Na altura atrás, agora eu tenho de esperar para ver como é que funciona agora, mas na altura em que eu estava a receber aqueles apoios que eles davam, aqui para mim é medíocre, pronto. Sou sincera: medíocre, era medíocre. Chamar uma pessoa para ir levantar apoios que é dado para ajudar as pessoas carenciadas, uma pessoa quando vai ver o que é, para mim, é medíocre. Nem num país de terceiro mundo eles fazem isso. Nem em Cabo Verde, que é mais pobre que Portugal, fazem isso. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

A situação descrita, não sendo generalizável, não deixa de sublinhar a necessidade de uma análise crítica sobre o recurso crescente por parte de pessoas em situação de pobreza e privação material a formas de apoio social com base na distribuição de bens alimentares e outros bens essenciais em detrimento do reconhecimento do direito a modalidades de assistência social que preservem a dignidade e autonomia dos assistidos.

Num plano contrastante, outra entrevista expressa uma apreciação muito positiva do apoio recebido dos serviços sociais, sublinhando a importância do compromisso dos serviços no que diz respeito ao acompanhamento social e à procura de soluções em situações de dificuldade enfrentadas pelos cidadãos em situação de pobreza.

Entrevistadora: Qual é o seu grau de satisfação com os serviços? E com a forma como tem sido atendido e com o acompanhamento que tem?

Entrevistado: Ali, não, são espetaculares, são impecáveis. Muito, muito, muito atenciosa mesmo.

Entrevistadora: Ouvem, dão apoio, procuram soluções?

Entrevistado: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: E existe algum episódio para si que tenha sido marcante na relação com os serviços de apoio social pela positiva ou pela negativa?

Entrevistado: Não. Pela positiva, que eles estão sempre presentes, sempre que a gente precisa, eles dão sempre um *feedback*, dão sempre um *feedback*. Isso é que é o mais importante. Isso é que é o mais importante, às vezes nem sequer é a resolução do problema, porque o problema... se não tiver aquele, vamos ter outro, portanto quando a gente tem um *feedback* constantemente é que a gente sabe que não está sozinho. O mais triste nesta história é quando a gente se sente sozinho. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Em síntese, de acordo com os dados recolhidos no nosso estudo, verifica-se a existência de dois subgrupos com dimensões e características distintas e contrastantes. Na grande maioria dos trabalhadores pobres entrevistados, a situação no emprego e particularmente a sua trajetória laboral caracterizam-se por uma relação de trabalho estável e por um vínculo de longa duração (TLE). Um outro subgrupo, com menor expressão, apresenta trajetórias caracterizadas pela instabilidade e rotação entre empregos precários, desemprego e programas ocupacionais ou inatividade (TLI) na linha do que Diogo e Freitas (2014) designam de Trajetórias de Emprego em Carrocel.

A consideração das trajetórias laborais, sendo relevante numa análise dinâmica da pobreza no trabalho, não se revela suficiente para dar conta da multidimensionalidade dos fatores que produzem e reproduzem a condição de pobreza entre os trabalhadores. Ainda assim, os fatores determinantes da pobreza no plano individual parecem residir no efeito conjugado dos fatores institucionais de regulação dos salários, como o salário mínimo, e das baixas qualificações escolares associadas ao tipo de empregos socialmente desvalorizados que exercem. Contudo, residem igualmente nas estruturas familiares em que se integram, nas quais, a existência de crianças, de filhos adultos ou outros membros adultos desempregados ou inativos, por regra sem proteção social no desemprego, tornando os rendimentos do trabalho baseados num único ganhador insuficientes para retirar estas famílias do limiar da pobreza. No que respeita ao subgrupo das TLI crescem, para além do impacto da alternância emprego/desemprego ou programas ocupacionais ou inatividade na condição pobreza e privação, o trabalho temporário e a variabilidade do salário auferido por via da natureza sazonal ou não regular em atividades na agricultura e pescas.

O estudo revela que os membros desempregados nestas famílias não são beneficiários do subsídio de desemprego, o que revela que as TLE que se observam para a maioria dos seus pais, ou outros familiares no caso das famílias alargadas, estas em número residual, coexistem com trajetórias laborais instáveis intrafamiliares, que condicionam o acesso à proteção social no desemprego, e reforçam a importância das oportunidades de emprego como meio de ampliar o número dos membros angariadores de rendimento dos agregados familiares, sublinhando a relevância da situação do emprego no seio do agregado familiar, considerando o que se poderá designar de desemprego familiar. A posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar assume assim uma particular relevância. No entanto, como o presente estudo revela, a existência de um duplo ou múltiplo angariador de rendimento não é condição suficiente para a superação da pobreza, dependendo esta quer da dimensão do agregado e das suas necessidades, mas igualmente dos níveis salariais auferidos, do regime de trabalho a tempo integral, parcial ou sazonal, e dos mecanismos fiscais e de proteção social.

Nos entrevistados abrangidos pelo presente estudo o nível de proteção proporcionado pelas redes de proteção ocupacional e universal na compensação da perda ou ausência dos rendimentos do trabalho por motivo de desemprego é muito pouco significativa, quase ausente, entre trabalhadores pobres entrevistados e seus familiares, explicável quer pela existência de uma parcela significativa de jovens sem experiência de trabalho, e, portanto, excluídos desta proteção, quer pelos critérios de elegibilidade observados no acesso a estes direitos sociais, revelando que as políticas de proteção no desemprego em Portugal não vão acompanhando a

crescente precariedade e o aumento das relações de trabalho atípicas.

Constata-se igualmente que o RSI, enquanto última rede de proteção na ausência de proteção no desemprego por parte da rede ocupacional, não está adequado a exercer este papel protetor, revelando-se sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza, limitando de forma muito acentuada o acesso dos trabalhadores pobres e suas famílias a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos.

Do mesmo modo, o regime de proteção social dos trabalhadores afetados por doenças profissionais e o regime de reparação de acidentes de trabalho apresentam-se como um vetor importante no âmbito das políticas públicas, verificando-se situações com impacto muito significativo na vida destes trabalhadores e das suas famílias, podendo estar na base da desestruturação das condições de vida e empobrecimento. No que se refere às doenças profissionais uma das dificuldades prende-se com o reconhecimento da doença que afeta o trabalhador, como doença profissional, ou como tendo sido provocada pelas condições de trabalho. No que respeita ao regime de acidentes de trabalho, a responsabilidade recai nos empregadores, dando lugar a situações de desproteção por negligência ou irresponsabilidade patronal ou a litígios entre os trabalhadores e as entidades patronais e/ou companhias de seguros para obter a devida reparação em processos em regra de longa duração.

Entre os trabalhadores pobres e suas famílias, é diversa a experiência quanto ao apoio assistencial recebido. Nalguns casos, esse apoio cumpriu uma função de apoio importante em situações de crise, como evidenciam os depoimentos dos entrevistados.

Na perspetiva de análise adotada, importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, que tem como objetivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. A grande maioria dos trabalhadores em situação de pobreza com filhos beneficia desta prestação social, a qual é atribuída em função do escalão de rendimento familiar e do número e idade dos filhos, dependendo da sua eficácia na resposta às necessidades acrescidas das famílias com filhos menores, constituir-se ou não como um fator de mitigação da pobreza no seio das famílias e da pobreza infantil em particular.

Outra dimensão relevante na situação dos trabalhadores em situação de pobreza e suas famílias respeita à sua experiência de relação com os serviços sociais, aqui tomados em sentido genérico, incluindo os serviços de segurança social desconcentrados, os serviços de ação social municipal e de instituições privadas de solidariedade social, e ainda os serviços de emprego e formação profissional.

A perceção dos entrevistados quanto à relação com os serviços sociais é, naturalmente,

influenciada pela avaliação que fazem quer do apoio material prestado à sua situação, quer da qualidade do acompanhamento e suporte experimentado pelos trabalhadores e suas famílias. Maioritariamente são expressas apreciações críticas, mas registam-se igualmente avaliações positivas dando testemunho do apoio quer de serviços públicos, quer de estruturas comunitárias. Algumas das perceções mais críticas, refletem aspetos muito relevantes quando se equaciona a relação entre serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente a questão do respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados.

7. Redes de apoio não institucional e território

7.1. Redes informais de apoio e vizinhança

O perfil dos trabalhadores é aparentemente mais paradoxal e, sobretudo, inquietante. De facto, como explicar que entre os pobres existam trabalhadores? Pessoas que trabalham, muitas vezes de modo intenso e com horários prolongados, acumulando até vários trabalhos em simultâneo, mas que, mesmo assim, não escapam às teias da pobreza. Esta situação é também grave pelas repercussões que tem no trajeto de vida dos indivíduos. Como foi assinalado para os reformados, estes são pobres porque foram toda a vida trabalhadores pobres. *Mutatis mutandis*, os trabalhadores pobres serão, no Outono da vida, os reformados pobres, deixando claro que qualquer ação consequente de combate à pobreza exige uma outra relação salarial ancorada na valorização dos salários e numa repartição da riqueza produzida menos desfavorável aos trabalhadores⁴⁹.

Para inquirir a situação dos trabalhadores na sua relação com as redes de apoio não institucional e com o território é necessário interpelar o trabalho: o que é, como se realiza e o que significa na sociedade contemporânea. Fenómeno social complexo, com múltiplas faces, nele estão sempre presentes seres humanos que, acionando o cérebro e corpo, produzem riqueza, vivendo num dado território e eventualmente trabalhando noutro. Rompendo também no domínio do salário com o padrão fordista, dominante nos chamados «trinta anos gloriosos do capitalismo», em que o acesso ao trabalho nos países do norte global significou o afastamento da pobreza, desde há algumas décadas, coincidentemente com a viragem neoliberal, ser trabalhador não implica não ser pobre⁵⁰. Tal suscita inúmeras interpelações sobre a sociedade em que vivemos, convocando ao debate questões conexas, como os modelos de desenvolvimento e de democracia que pretendemos ter, mantendo-se bastante atuais, como sublinha Silva (2017), os argumentos bem conhecidos de Sen (1999) em torno do desenvolvimento como liberdade, sendo o termo entendido num sentido amplo, envolvendo alimentação, trabalho, educação e cultura ou, já num sentido weberiano (Weber, 1993 [1922]), o poder de disposição de recursos.

⁴⁹ Colocar o argumento nestes termos implica a convocação das desigualdades sociais. Não cabendo aqui empreender essa discussão, Ribeiro (2018, p. 107) observa que as desigualdades reemergiram nos últimos anos como questão sociopolítica e teórica, incluindo em Portugal. Para isso, foi imenso o contributo de Piketty (2013), pelo que «o livro de Piketty não é apenas muito bom, é oportuno» (Dowbor, 2014, p. 15).

⁵⁰ No caso específico de Portugal, relembre-se, ser trabalhador nunca significou automaticamente não ser pobre.

Não se trata aqui de discutir o carácter alienante do trabalho e a sua extensão contaminante a todos os domínios da vida pessoal, cada vez mais arritmica, como observou Castells (1998), (muito por força da disseminação das novas tecnologias que, não libertando, enraízam a compulsão pelo trabalho), mas sim responder à magna questão que permite esclarecer as causas fundas da existência de um texto sobre as ajudas informais a que os trabalhadores pobres recorrem: o que explica a existência de trabalhadores pobres em países desenvolvidos com Estados-providência relativamente robustos⁵¹?

Não sendo aqui possível responder cabalmente a esta questão, importa, em jeito de enquadramento do que a seguir se pode ler, sublinhar os principais determinantes e dinâmicas sociais a que estamos hoje submetidos. Seguindo de muito perto os argumentos de Ribeiro (2017), vivemos num tempo de intensificação do trabalho, tornado possível em qualquer lugar pelas inovações técnicas, nomeadamente devido à miniaturização, portabilidade e conectividade dos artefactos eletrónicos, como o computador portátil (cf. Standing 2011, pp. 210ss). Estas não só afetam o trabalho, como também concorrem para a aceleração dos ritmos de vida (Wajcman, 2014) que nem as pandemias podem travar, não obstante os apelos de alguns ao abrandamento, sem qualquer consequência concreta⁵². Daqui decorre que vivemos num «mundo sobreaquecido» (*overheated world*) (Eriksen, 2015 e 2016), produzido em boa medida pela mudança técnica, onde até o sono está em perigo, ao constituir-se como um tempo não produtivo, de não trabalho e não consumo, logo economicamente inútil (Crary, 2013). Por outro lado, somos contemporâneos de um processo acelerado de desmantelamento e reestruturação do trabalho a nível mundial que afeta com especial intensidade também os países centrais, dando mesmo origem a um novo conceito, o da «economia do biscate»⁵³. Rompendo com o ocorrido nos gloriosos trinta anos (1945-1975), há muito que estamos confrontados com um desemprego persistente, ressurgindo até uma narrativa política promotora da caridade

⁵¹ No prefácio à edição portuguesa do livro de Esping-Andersen, M. C. Silva (2008) considera não ser possível afirmar que o Estado-providência compatibiliza capital e trabalho, por um lado, e capitalismo e democracia, por outro. Porém, tal não permite negar que os países onde esta configuração sociopolítica mais se desenvolveu tenham sido capazes de providenciar serviços públicos universais que, ao promoverem um bem-estar social significativo, contribuíram para a inclusão social das camadas mais desprovidas de recursos.

⁵² Talvez o melhor exemplo recente seja a campanha do Turismo de Portugal, mal a pandemia atingiu o país, que sugeria que «chegou o tempo de parar».

⁵³ Recorrendo à conhecida revista *The Economist* (www.economist.com/leaders/2018/10/06/how-governments-should-deal-with-the-rise-of-the-gig-economy), a *gig economy* é caracterizada por trabalhos de curta duração assegurados através de plataformas digitais *online*. Prosseguindo com esta revista-farol da economia e finança, um outro artigo lembra que o arcebispo da Cantuária vê nela «a reencarnação de um mal antigo» (*the reincarnation of an ancient evil*).

enquanto forma fundamental de gestão da solidariedade social⁵⁴.

Também neste perfil a entreatjada de base informal está presente na vida de muitos entrevistados, não sendo particularmente diferente do que ocorre nos outros perfis. Por exemplo, pode combinar ajuda com base na amizade com a ajuda fundada no parentesco. No caso abaixo mencionado trata-se de ajuda monetária que implica a devolução do recebido num prazo curto, quase sempre depois de o próximo salário ser recebido.

Entrevistadora: E em termos de amigos fora da vizinhança, conta com o apoio de amigos?

Entrevistada: Olha, amigos, eu tenho os colegas de trabalho, nem... Eu só tenho um senhor em Almada que é um senhor velhote, é moçambicano, mas é filho de português e vive em Almada. E às vezes quando eu estou aflita, eu vou a ele recorrer, para pedir alguma coisa emprestada e depois eu vou devolver. Ou uns 20 euros ou 30 e depois eu dou. Mas não tenho problema de... É o único, é ele.

Entrevistadora: Então, tem uma pessoa amiga que...

Entrevistada: Sim, quando eu estou aflita recorro a ele. Às vezes, preciso comprar algum medicamento porque às vezes os meus filhos estão doentes e eu não tenho dinheiro, eu prefiro pedir a ele do que ir pedir noutro lado. É um senhor de 70 e tal anos, muito meu amigo.

Entrevistadora: Então, recorre a esse senhor quando precisa para um valor...

Entrevistada: Sim, simbólico, que quando eu receber, eu vou lá devolver.

Entrevistadora: Tem alguém, de fora de sua casa (para além do marido), a que recorra se precisar de ajuda?

Entrevistada: A minha filha mais velha.

Entrevistadora: A sua filha mais velha? E à sua filha recorre para que tipo de ajuda?

Entrevistada: Eu peço a ela, às vezes, preciso de alguma coisa também. Às vezes, por exemplo: o gás acaba, não é? Não tenho dinheiro e ligo. Então: «Filha, o gás acabou, não tenho dinheiro.» Ela lá transfere-me trinta euros. E eu pago depois.

Entrevistadora: Então, são dois...

Entrevistada: A minha filha e o amigo, é verdade.

Entrevistadora: E o apoio é o mesmo? E para questões económicas, quando é necessário?

⁵⁴ Bréville (2014) apresenta uma excelente síntese da evolução histórica da caridade e dos seus efeitos políticos na minagem do Estado-providência nos países ocidentais nos últimos trinta anos.

Entrevistada: É. Eu não sou uma pessoa... se eu não tenho uma calça, eu visto a velha que eu tenho. Quando puder, eu compro outra. Não sou muito chegada à vaidade. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

É pertinente sublinhar que o papel dos vizinhos é manifestamente secundário quando comparado com o desempenhado pelos familiares ou pelos amigos. Aliás, para uma parte dos entrevistados, essa ajuda deve ser evitada por entenderem que tal revela as suas carências, constituindo um motivo de conversa que concorre para a desqualificação social e, logo, para a perda da face, no sentido goffmaniano, de quem pede ajuda:

Entrevistadora: O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos?

Entrevistado: Depende o que se refere por ajudar. A minha família, sim, pode ajudar. O meu pai sobretudo porque a minha mãe está desempregada. Hoje em dia, ninguém vai pedir ajuda aos vizinhos. O meio é pequeno, tudo aqui é pequeno, menos a língua! Nós não dependemos dos vizinhos nem dos amigos. Vou ao peixe e ofereço, mas a mim ninguém me oferece. Mas dou-me bem com toda a gente. Já tive de ir ao hospital com o meu pai e levo sempre as minhas crianças.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema a quem recorre?

Entrevistado: Se desse, pagava a uma ama para ficar com as crianças, mas não posso. Quando preciso, recorro ao meu pai. E quando estou aflito e me faltam dois ou três dias para receber, vou ali à mercearia e eles aviam-me alguma coisa que faça falta, depois vou logo pagar. E por isso, nestes casos, não vou pedir ao meu pai. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Trata-se, como é bem evidente, de uma das expressões não desejadas da sociedade-providência. Mesmo quando a ajuda ocorre, não deixa de ser percebida como um gesto de caridade e não como expressão de um direito social a que o indivíduo tem acesso legítimo, como acontece com as prestações concedidas no âmbito do Estado-providência. Por outras palavras, pedir implica o reconhecimento de uma situação de privação que desqualifica quem o solicita, colocando-o na condição de assistido e fazendo dele um pobre, segundo o entendimento de Simmel [1998 (1907)]. Neste sentido, como também vimos nos outros perfis, entre pedir e dar, a escolha, caso fosse possível, seria sempre dar. A sociedade-providência tem também os seus

limites, parecendo funcionar sobretudo a um nível relativamente restrito do campo das pequenas ajudas, sejam elas monetárias ou em géneros. Para alguns dos nossos entrevistados, a ajuda monetária é imprescindível para sobreviver, levando até a considerações extremas sobre o futuro enquanto horizonte de privações agudas. É o caso de uma mulher com 51 anos.

Entrevistadora: Quando necessita de algum apoio ou tem algum problema, a quem é que recorre?

Entrevistada: Aos meus pais. Todos os meses recorro a eles, à reforma deles. Eu, aos 51 anos, e até já pensei se não seria melhor ir à frente deles porque, se eles vão primeiro que eu, o que é que eu faço? (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

O suporte familiar está também presente entre os entrevistados mais novos, sobretudo com filhos, cujos rendimentos são insuficientes para suportar a despesa com os cuidados com as crianças em infantários ou amas. Assim, os pais funcionam não só como uma alavanca financeira, a que se recorre quando o dinheiro falta, mas também como apoio para cuidar das crianças. Amiúde, os nossos entrevistados, mesmo os mais novos, revelam um sentido apurado de dignidade, compreendendo implicitamente que pedir significa perder a face, fragilizando a sua já débil posição social, expondo-os ao escrutínio e até censura dos outros. Não sendo possível, por vezes dão prioridade ao recurso aos amigos em detrimento da família, mostrando, uma vez mais, os limites da solidariedade familiar.

Entrevistadora: Quando necessitas de ajuda a quem recorres?

Entrevistado: Geralmente a ninguém, sempre fui uma pessoa fechada e ainda continuo a ser. Também porque tenho aquele orgulho de querer sempre resolver as coisas sozinho, mas quando não consigo, à família quase nunca recorro, recorro a amigos que sejam mais próximos ou pessoas mais velhas que sempre foram inspiração para mim ou que acho que me podem ajudar, como o Centro de Estudos que tem ao lado de casa, que foi aonde eu cresci e foi um forte apoio na minha vida. Mas normalmente não sou de desabafar e pedir ajuda. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Como veremos no excerto seguinte, nas situações mais graves, a ajuda informal acaba por ser substituída pelas contribuições públicas, nomeadamente fornecidas pelas autarquias. Ressalta, uma vez mais, o impacto que a quebra de rendimentos, no caso abaixo resultante de um acidente de trabalho, tem na vida presente e sobretudo no futuro de quem tem uma

situação económica estável e com boas perspetivas. Para além de produzir privação material, a pobreza afeta de modo evidente a dignidade pessoal, gerando uma desqualificação social que é, muitas vezes, difícil de reverter.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais difíceis na sua vida?

Entrevistada: Ui! Quando o meu marido teve o acidente. Nem é bom pensar.

Entrevistadora: Há oito anos atrás?

Entrevistada: Sim. Foi muito difícil. Os primeiros anos não, que a gente ainda tinha dinheiro de lado, porque ele ganhava bem. Ele tinha meses de tirar quase cinco mil euros. Ele andava lá fora no estrangeiro, foi lá que ele teve o acidente, só que o patrão era de cá.

Entrevistadora: Qual era a profissão dele?

Entrevistada: Trolha.

Entrevistadora: Trolha. Ele estava emigrado onde?

Entrevistada: Estava na Espanha.

Entrevistadora: Espanha?

Entrevistada: E depois esteve em Luxemburgo.

Entrevistadora: Certo...

Entrevistada: E, então, é assim, a gente tinha dinheiro, não é? A gente tinha dinheiro de lado. No entanto, houve e foi dando, foi dando até que foi esgotando e depois foi uma situação terrível, né? A filha a chegar, as contas para pagar. O dinheiro não chegava para nada. Até que ele se desesperou. Eu não gosto de pedir nada a ninguém, porque eu não sou daquela gente de pedir, nunca fui. E então ele resolveu ir, foi à câmara amiga pedir. E foi aí que... É esse o apoio que nos estão a dar. Mas, até aí, foi muito difícil mesmo. É que nem ele nem eu queríamos pedir, porque tínhamos vergonha, não é? A gente estar tão bem na vida e de repente ter uma situação dessas, é muito difícil. E, então, ele foi pedir e lá começou, tivemos que nos animar, não é? Não havia outra solução.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que estão a receber esse apoio da Câmara?

Entrevistada: Dois ou três anos. Porque até aí não foi... Ainda estivemos com dívidas, começou a pedir à irmã e a irmã ajudava, emprestava o dinheiro. Até que, depois, resolveu ir ali, que já não dava mais para estar sempre a pedir. E então tudo se começou a resolver.

Entrevistadora: Tinham vergonha de pedir ajuda?

Entrevistada: Exatamente (P4.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Encerrando a análise do modo como as pessoas que trabalham em situação de pobreza mobilizam as suas redes de apoio informal, resta destacar a recorrência de situações de isolamento social, que mostram a fragilidade dos laços, sejam eles de parentesco, de amizade ou de vizinhança, resumindo-se, não raramente, a uma ou duas pessoas, como acontece no caso abaixo.

Entrevistadora: Tem alguma família próxima a quem recorra quando precisa de alguma coisa?

Entrevistado: Tenho a família da parte da minha esposa, mas do meu lado não tenho ninguém.

Entrevistadora: Mesmo do lado do seu pai não tem ninguém?

Entrevistado: Oh, tenho uns tios, mas não tenho contacto.

Entrevistadora: E tem amigos?

Entrevistado: Neste momento, não. Hum, afastei-me de toda a gente. Não tenho.

Entrevistadora: Nem vizinhos?

Entrevistado: Não, nem vizinhos.

Entrevistadora: Então quando precisam de algum suporte, alguma ajuda, é à família da sua mulher que recorrem?

Entrevistado: É. À família dela.

Entrevistadora: E depois também tem a sua filha. É uma pessoa importante, não é?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Mas então não tem nenhuma família mais próxima de si...?

Entrevistado: Não. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Quadro 12 - Formas de apoio dominantes e principais atores

Relação Social				
		Familiar	Vizinhança	Amizade
Tipo de apoio	Dinheiro	P4.1_Serpa – mãe P4.1_Almada – filha P4.2_Ponta Delgada#1 P4.3_Celorico de Basto – cunhada P4.5_Serpa – pais	P4.2Caldas da Rainha P4.2_Guimarães	P4.1_Almada P4.4_Guimarães#1
	Alimentos		P4.2_Caldas da Rainha – professores do filho P4.4._Serpa	P4.4_Guimarães#1

	Vestuário			
	Saúde (idas ao médico, compra de medicamentos)			
	Outro tipo de apoio (ou não identificado)	<p>P4.1_Amadora#1 – não especificado</p> <p>P4.3_Ponta Delgada#1 – pai, não especificado.</p> <p>P4.3_Ponta Delgada#2 – família, não especificado</p> <p>P4.4_Guimarães#2 – irmão, não especificado.</p> <p>P4.4_Porto – família da esposa</p> <p>P4.4_Serpa – pai</p>	<p>P4.3_Porto – não especificado</p>	<p>P4.1_Serpa – não especificado.</p> <p>P4.2_Ponta Delgada#2 – não especificado</p> <p>P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1 – trabalhos agrícolas</p> <p>P4.4_Almada – não especificado</p> <p>P4.4_Guimarães#2 – não especificado</p> <p>P4.5_Amadora – não especificado</p> <p>P4.5_Caldas da Rainha – não especificado</p>

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, 2019

Fazendo a síntese dos atores envolvidos nas formas de apoio (Quadro 12), neste perfil encontrámos uma certa diversidade, à semelhança dos restantes perfis, tendo sido possível identificar familiares, amigos e vizinhos. A principal forma de ajuda é monetária, assegurada principalmente por familiares, embora também os vizinhos e os amigos sejam mencionados por alguns dos entrevistados. Importa sublinhar as ajudas alimentares e outras não identificadas, asseguradas por vizinhos e amigos. Ao contrário do que se verificou com os reformados que entrevistámos, não se encontram ajudas no domínio da saúde, o que se deverá certamente em parte à menor idade dos entrevistados deste perfil.

7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência

Ser pobre implica, principalmente nas grandes cidades, viver em lugares periféricos, sujos e perigosos, enfrentando riscos físicos e medos que ficam cravados na memória de quem os sofre. De certo modo, convocando ao texto o título de um livro de Wacquant (2001) sobre violência urbana nos Estados Unidos da América e em França, os pobres são «os condenados da

cidade». Homens e mulheres pobres que, sem poderem escolher lugares diferentes para residir por força dos constrangimentos impostos pelos escassos rendimentos, convivem com a escassez de transporte e de policiamento e com a violência, nomeadamente nas suas deslocações laborais a horas em que parte significativa da cidade, sobretudo a mais afluyente, ainda está a dormir:

Entrevistadora: Na sua opinião, o que faz falta no sítio onde mora? O que mudaria?

Entrevistada: Eu civilizava essa gente toda para fazer limpeza na rua, para não deitar o lixo na rua, para pôr os lixos dentro do caixote do lixo. Essas coisas, para não estragar as coisas que estão bem feitas, que a Câmara faz. Por exemplo, a Câmara pôs árvores e tudo e eles estragam tudo, pelo amor de Deus.

Entrevistadora: Em termos de transporte e segurança?

Entrevistadora: Precisávamos de mais polícias. Se calhar, se tivesse mais polícia, estava melhor. Autocarro, nós só temos o 54. Estou a falar da Carris, claro, que da Vimeca temos mais. Mas nós aqui precisávamos mais da Carris e mais cedo. O 54, por exemplo, começa quase às sete horas. No meu caso, tenho que sair de casa às cinco e um quarto, não me adianta nada.

Entrevistadora: Como faz?

Entrevistadora: Eu vou a pé daqui do bairro ao Bairro da XXXX, lá em cima, para pegar o autocarro às cinco e meia, tenho que sair de casa às cinco e um quarto, porque eu entro às seis da manhã. Já fui ameaçada várias vezes de assalto, está a perceber? Vinham com a cabeça tapada e com a navalha. O outro de trás gritou assim: «Não mexe com ela, porque ela é a mãe do XXXX.» Salvou-me de uma navalhada, porque é um bairro onde vêm grupos de outro bairro roubar aqui e os daqui vão para lá. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Até quando existe uma apreciação positiva em relação a alguns aspetos do lugar onde se vive, como a existência de transportes públicos, comércio e outros serviços necessários a um quotidiano confortável, os problemas decorrentes da violência, do roubo e do tráfico de droga acabam por sobrepor-se. Mesmo em cidades de média dimensão, como Ponta Delgada (Açores), os entrevistados confrontaram-nos com estas regularidades sociais que tornam a vida dos mais pobres ainda mais difícil, acumulando-se com as privações materiais e dando pleno sentido ao conceito de *sindemia de pragas* (cf. Parker, R. & Camargo, K. 2000).

Entrevistador: O que pensa do lugar onde vive?

Entrevistado: Bem, eu sou daqueles assim... o que me interessa é da porta para dentro desde que tenha todo o conforto necessário. Esta zona aqui, onde a gente vive é uma zona complicada.

Entrevistador: Em que sentido? O que tem de negativo nesta zona?

Entrevistado: Esta zona, por acaso, agora está um pouco mais sossegada, mas era uma zona com muito tráfico de droga e roubos. Agora parece que está um pouco mais sossegada, que esta zona de há uns anos para cá ficou terrível por isso. Mas, de resto, ...

Entrevistador: E aspetos positivos, coisas boas?

Entrevistado: O único aspeto positivo nesta zona é essa frente aqui, é o mar. (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

A estes problemas com o lugar em que se reside acrescem os muito mediatizados conflitos interétnicos com a comunidade cigana, como acontece, por exemplo, num bairro de habitação social no Porto. Relevando a existência de vivências deslaçadas, a entrevistada cujo excerto é abaixo transcrito expõe dificuldades de convivência que acabam por ser (mal) resolvidas através da aplicação do método de «cada um na sua casa».

Entrevistadora: Antes de começarmos a entrevista, tinha-me dito que vive no bairro.

Entrevistada: O sítio onde eu moro é um sítio sossegado porque é o último bloco, para os lados da entrada do bairro da polícia.

Entrevistadora: É no XXXX, mas num bloco mais sossegado?

Entrevistada: É numa zona mais sossegada, é sossegadinho. A única coisa agora é que foram morar para lá alguns ciganos e está um bairro mesmo porco, sujo, mas não tenho muito a dizer.

Entrevistadora: Tem problemas com a vizinhança?

Entrevistada: Não, não!

Entrevistadora: Mas há problemas no bairro?

Entrevistada: Ah! Isso é como em todo o lado! Se for ver, em todo o lado há barulho. Em todo o lado há problemas. Costuma-se dizer: «cada qual mete-se na sua casa».

Entrevistadora: Quais são os aspetos positivos do lugar onde vive? É um bairro que tem bons acessos a tudo? Não sei se tem algum aspeto positivo de que goste mais ali no bairro?

Entrevistada: Eu ali no bairro o que é que eu gosto? Estou ali mais porque também está lá a minha filha XXXX, porque eu quero ver se faço transferência para a XXXX.

Entrevistadora: Quer ir para a XXXX, para a zona onde nasceu?

Entrevistada: Quero ir para onde eu vivia, só que enquanto não derem à minha filha, eu não quero sair dali, porque eu faço falta à minha filha.

Entrevistadora: Um dos aspetos positivos é estar próximo da sua filha?

Entrevistada: Da minha filha...

Entrevistadora: E dos aspetos negativos?

Entrevistada: É assim, gosto de estar lá, porque eu dou-me bem com eles. Eu digo: «Bom dia, boa tarde», não dou aquela confiança a ninguém.

Entrevistadora: Mas dos aspetos negativos falou-me do facto de ser um bairro muito ocupado por ciganos, de haver problemas?

Entrevistada: É assim, não é o caso de ser ciganos, porque na nossa raça também há gente limpa e gente porca. Não é o caso de ser cigano, porque, se for a ver, a gente da nossa raça, olha para elas e é a mesma coisa. É um ambiente... Não sei explicar.

Entrevistadora: Nos blocos mais abaixo do seu. Portanto, vive no bloco...

Entrevistada: Onde eu moro é sossegadinho.

Entrevistadora: Mas, nos blocos mais abaixo, as coisas já estão mais degradadas, mais sujas...

Entrevistada: Porque é... é mais confusão!

Entrevistadora: As pessoas não limpam os espaços cá fora?

Entrevistada: Pois não! Há sempre barulho! Um supor: se uma da nossa raça, se tiver alguma coisa na porta, elas já complicam. Se forem elas a pôr, já não há problema. Quer dizer, eles querem ser donos. Neste caso, eles são os donos.

Entrevistadora: Eles quem?

Entrevistada: Os ciganos. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Em contraste com a cidade, no interior, nas pequenas vilas e aldeias, os problemas são outros. Apesar do apego à terra, do gosto em se viver no lugar onde se nasceu (assumido por um entrevistado como um destino de vida que não tem de ser discutido, mas sim interiorizado, quase como uma dádiva que não se pode recusar), emergem aspetos negativos como o isolamento e o declínio demográfico. A estes, juntam-se a reorganização administrativa autárquica que fez desaparecer muitas freguesias⁵⁵.

⁵⁵ Cf. Lei n.º 19/2013, 28 de Janeiro de 2013 (Diário da República, 1.º Suplemento, Série I).

Entrevistadora: O que pensa da aldeia em que vive?

Entrevistado: Da aldeia... Eu nasci aqui, a minha aldeia é aqui. Eu nasci cá, fui cá criado. Ela não [olha para esposa], ela é de XXXX. Mas eu fui daqui, fui criado aqui.

Entrevistadora: Não tem comparação, não é? [risos]. Mas há alguma coisa de que gosta especialmente daqui?

Entrevistado: Gosto daqui, gosto. Ela queria sair daqui para fora e eu não quero.

Entrevistadora: Porque não?

Entrevistado: Porque não. Fui aqui criado, tenho aqui meus pais, tenho aqui tudo.

Entrevistadora: Há alguma coisa de que o senhor sente falta aqui na aldeia, que poderia melhorar?

Entrevistado: A aldeia podia melhorar, podia. Primeiro aqui era freguesia e agora é aldeia. Não presta. Primeiro era freguesia aqui.

Entrevistadora: Era maior então?

Entrevistado: Aqui era maior porque havia mais pessoal e agora não há ninguém. Morreu tudo. Agora está pequeno, pequeno.

Entrevistadora: Quando é que a aldeia começou a esvaziar?

Entrevistado: Ah, começou a esvaziar quando começou os velhotes a ir embora, irem, irem, até que foi.

Entrevistadora: E os mais jovens não foram ficando?

Entrevistado: Ah, não, as mulheres agora fecharam as pernas. Não querem ter filhos, pronto. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

O despovoamento é, em alguns casos, lido como uma expressão do desinteresse e incapacidade do poder político em proporcionar as condições materiais necessárias ao desenvolvimento económico e à criação de emprego.

Entrevistadora: O que pensa do lugar onde vive? Que aspetos positivos e negativos encontra?

Entrevistada: É a nossa terra. É sempre o lugar, como se fosse o nosso ninho. A nossa terra é a nossa casa e tem muitos aspetos positivos, onde passei a minha vida toda. Não me considero uma pessoa fechada. Se tivesse de ir morar para outro lado, iria.

Entrevistadora: O que é que faz falta aqui em XXXX?

Entrevistada: Faz falta tudo. As infraestruturas são essenciais e sem isso não há meios de suporte. Como é que vamos ter emprego, se não se investe no Baixo Alentejo? Essencialmente, fazem falta postos de trabalho. Somos solidários, nos ajudamos quando é preciso. Eu considero esta região, como diz a cantiga: «Alentejo esquecido». Continua atual.

Entrevistadora: O que é que mudaria aqui em XXXX?

Entrevistada: Se eu tivesse muito dinheiro, montava fábricas aqui em XXXX. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Em jeito de confirmação etnográfica, algo de semelhante é dito por um outro entrevistado do concelho de Serpa, tornando evidente o impacto económico e social das dinâmicas demográficas que caracterizam o interior português. A falta de oportunidades de trabalho e a precariedade e intermitência dos que existem, a par da carência de serviços públicos, empurram os mais jovens para seguirem todos os que já partiram para outros lugares.

Entrevistadora: O que pensa do lugar onde vive?

Entrevistado: Gosto de XXXX, mas não gosto de cá viver. É só a minha mulher começar a trabalhar e mudo-me daqui. Quero tirar a carta de condução. Um sítio onde possa começar de novo.

Entrevistadora: Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos?

Entrevistado: Os mais positivos são as lojas, que são um apoio. As pessoas conhecerem-se umas às outras. Os negativos são a falta de trabalho, não há transportes, trabalhos duradouros... Aqui tudo falta, a creche... Falta movimento, falta uma escola de condução. Se houvesse mais pessoas, tudo seria diferente. Aqui não há vida e se não há vida, não há trabalho. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Já em relação à habitação, repetem-se as conhecidas carências de espaço, as deficientes condições de conforto e a degradação produzidas pelas infiltrações de água e pela recorrente humidade, bem como pelos problemas de isolamento, incluindo acústico, especialmente notório em edifícios de apartamentos, dando origem a conflitos entre vizinhos, que degradam a convivência entre eles.

Entrevistadora: Em relação à sua casa, como é que avalia a casa onde vive?

Entrevistado: A casa é pequena, mas cabemos lá bem. É pequeninha, mas cabemos lá bem. Tem a cozinha, tem três quartos, e tem duas casas-de-banho. Chega bem.

Entrevistadora: E é uma boa casa? Tem alguma coisa que mudaria?

Entrevistado: Ah, a casa é pequeninha, mas pronto. Agora gostava de ganhar um dinheiro para a pintar.

Entrevistadora: O senhor iria pintá-la?

Entrevistado: Pintava um bocadito, que ela está toda preta. Está debaixo de terra e aí a humidade entra e fica toda preta, tem-se que pintar. Mas agora tem que ser aos poucos, não se pode tudo de repente. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistadora: Em relação à sua casa, tem alguma coisa com que sente dificuldades?

Entrevistado: Ah, o isolamento é fraco. Se ouve muito.

Entrevistadora: O isolamento acústico?

Entrevistado: É muito fraco, muito fraco. Tanto é que eu tenho uma vizinha aí em baixo, no primeiro andar... Essa mulher, essa mulher é difícil. Ela tem uma criança que tem necessidades especiais, n'é? Então, não sei se ela é nervosa de natureza ou se ela é má. Então, a qualquer ruído, às vezes nem somos nós que fazemos, ela chama a polícia. Já ocorreu esse facto várias vezes. Inclusive, ela mandou uma carta para o IHRU⁵⁶, a dizer que nós, mentiu, falou que nós erámos arruaceiros, que atrapalhava a vizinhança toda. Aí. o pessoal aqui recorreu, fizeram uma carta e todo mundo assinou, só não assinou ela. Todo mundo do prédio assinou a nosso favor, que ela estava mentindo. Imagine, aí quem tá mal nessa história, somos nós ou é ela? Por isso é que...poxa, o isolamento seria... (P4.4_Guimarães, sexo masculino, 40 anos)

Não raramente, os próprios moradores põem mãos à obra e resolvem, ainda que precariamente, os problemas que enfrentam nas suas casas. A falta de recursos não permite muitos gastos, pelo que se procura fazer o melhor possível com pouco dinheiro, mesmo que tal opção implique intervenções continuadas no tempo.

Entrevistadora: E em relação à sua casa, sente algumas dificuldades em relação à casa?

Entrevistado: Não, a dificuldade que eu tinha era lá em cima no telhado, mas já... Porque aquilo, quando chovia, a água ficava lá estagnada e não tinha por onde sair. Eu tive de

⁵⁶ O entrevistado refere-se ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, uma entidade pública do Estado português.

fazer aí umas inclinações, umas rampazinhas, com cimento e areia, e depois isolar aquilo. Fiz o ano passado, já passámos o Inverno melhor. Agora esse ano também tenho de fazer outra vez. Tenho de comprar só isolamento para isolar aquilo outra vez e passarmos.... Vivermos melhorzinho... (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Esta ideia de se fazer com muito pouco está presente até na própria construção da habitação. Através de esforços imensos, de poupança e de trabalho, que por vezes preenchem, na verdade, a vida inteira, lá se consegue construir a própria casa, colocando-se assim em prática o princípio do *safety-first*, segundo o sentido dado por Scott (1976). Neste caso já não aplicado aos camponeses e à posse e uso da terra (de que dependia a obtenção de um rendimento que permitisse suprir as necessidades materiais e as obrigações sociais e simbólicas de cada família), mas sim à segurança proporcionada pela propriedade de uma casa, colocando assim a família ao abrigo da insegurança e das despesas decorrentes do aluguer. No presente, esta insegurança habitacional é especialmente sentida pelas camadas mais desprovidas de recursos, cujo direito humano e constitucional à habitação foi colocado em causa pela Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto, retificada pela Declaração de Retificação nº 59-A/2012, de 12 de Outubro⁵⁷.

Entrevistadora: Conte-me um bocado como foi em relação a esta casa. Como é que fizeram? Quem é que construiu?

Entrevistada: Foi o meu marido que construiu tudo sozinho. Tudo!

Entrevistadora: Quando é que ele começou a construir?

Entrevistada: É assim, mudámos no Natal do ano passado. Faz no Natal agora um ano que a gente está aqui. Levamos mais ou menos uns dez anos.

Entrevistadora: A construir?

Entrevistada: A construir. O ano passado estávamos em 2018, foi em '98.

Entrevistadora: Foi quando ele começou a construir isto?

Entrevistada: Não. '98 não, 2008. Foi sozinho. E muitas vezes ele vinha do serviço cansado e vinha, assentava o bloco, e metia. Sempre sozinho.

Entrevistadora: Quanto dinheiro é que ele deve ter gasto?

⁵⁷ Assumindo uma abordagem liberalizadora no domínio dos arrendamentos, esta lei facilitou os despejos habitacionais e de lojistas, ao mesmo tempo que instituiu como regra o arrendamento de curta duração por um ano. Como referem Ribeiro, Mora e Sousa (2020), num estudo recente para o caso do centro histórico de Guimarães, esta lei coloca objetivamente em causa o direito à habitação e mesmo à cidade para diversas camadas populares, gerando insegurança e incrementando o peso das despesas com o alojamento na economia doméstica.

Entrevistada: Durante dez anos, eu não via subsídios de férias. Os subsídios de férias eram para as portas e aquilo que der para aqui. Ele recebia também o seu ordenado. Eu dizia: «Vamos tirar 100 ou 200 euros.» Que o material é muito caro. Muito caro.

Entrevistadora: E não receberam nenhum apoio para...?

Entrevistada: Não, nada. Uma vez, ele jogou no Euromilhões. Ele ganhou mil setecentos e tal euros, tudo para a casa. Comprou as telhas, comprou as vigas, comprou a tijoleira da cozinha e a tijoleira do chão. Não, eu penso que se fosse outra pessoa, pegava e dizia: «Vamos gastar, vamos assim.» Não, tudo para a casa. Sempre que a gente arranjava um dinheirinho, tudo para a casa.

Entrevistadora: Sentem que valeu a pena?

Entrevistada: Sim, estamos muito bem. Não pagamos renda, a gente ajuda a pagar luz e água, mas só o facto de a gente não pagar renda já é muito bom, muito bom. As rendas estão caríssimas.

Entrevistadora: E é sempre uma garantia, não é?

Entrevistada: Uma garantia! (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Mesmo quando a casa está ainda hipotecada, exigindo a amortização do empréstimo à entidade financeira que concedeu o crédito, as pessoas fazem os seus cálculos, admitindo que, apesar do esforço financeiro dele decorrente, a situação é favorável face ao arrendamento.

Entrevistadora: E em relação à vossa casa, acha que a casa tem condições?

Entrevistado: Tem condições, sim. Apesar de ser um T1, não é o ideal para quem tem uma criança, mas dá para desenrascar. Eu já vivi em circunstâncias bem piores, já vivi em duas divisões com três irmãos: a minha mãe e três irmãos. Dá para desenrascar. Penso mais tarde mudar de situação, mas, neste momento, acho que não.

Entrevistadora: A casa já está paga?

Entrevistado: Ainda não. Vamos pagando.

Entrevistadora: Também é mais uma despesa todos os meses...

Entrevistado: São 250 euros todos os meses. As rendas neste momento estão altas, 250 euros ainda dá para aguentar.

Entrevistadora: Sim, se estivessem numa casa alugada a renda era mais cara.

Entrevistado: Pois. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

De modo recorrente, como aliás se constata nos outros perfis, sobressai um forte

conformismo com a situação em que se vive, justificada pela própria história familiar. No caso da habitação, as condições não são as desejadas, mas, uma vez que no passado era muito pior, há que aceitar com o contentamento possível as condições de vida no presente, incluindo as relacionadas com a casa em que se habita. Nascidos pobres e vivendo em más condições de alojamento, a vida segue, mantendo estas pessoas agarradas a vidas de privação e convocando-as a todo o tempo para fazerem escolhas.

Entrevistadora: E gosta da sua casa em termos de espaço?

Entrevistada: Gosto, gosto. Quem já cresceu, digamos assim... Na casa da minha mãe, era um quartinho, não é? Depois, tinha a cozinha, tinha dois quartos, a cozinha... Três quatinhos. Era pequenininha, éramos muitos. Portanto, como é que eu posso dizer? Eu sou uma pessoa que cresceu na pobreza, mas pobre humilde, não é? Então isso a mim não me afeta. A mim não me afeta. Eu vim da pobreza e a mim a pobreza não me afeta, está a perceber? Se eu não tiver um bife para comer, eu como uma sardinha. Está a entender? A mim não me afeta. (P4.1_ Almada, sexo feminino, 45 anos)

Como acontece com as ajudas informais que, por serem muitas vezes insuficientes, obrigam à intervenção das instituições públicas, também no domínio da habitação o Estado se assume como o derradeiro recurso para garantir a muitas famílias o acesso (e o direito) a uma habitação decente.

Entrevistadora: Quanto à sua casa, quais são as dificuldades que sente?

Entrevistado: Aqui, uma assistente social... Minha casa é muito pobrezinha, n'é? Não tinha condições. Não tinha uma casa-de-banho como deve de ser. E eu estou aqui em conjunto... com a ajuda... que melhoraram as instalações da minha casa. Mal tinha uma casa-de-banho. Agora tenho duas. Tenho um quarto para cada pessoa. Na altura, não tinha.

Entrevistadora: E foi a Junta de Freguesia que a deu?

Entrevistado: Não. Foi a ação social.

Entrevistadora: Foi a ação social que lhe apoiou essas obras?

Entrevistado: Com empresas. Uma ofereceu uma coisa, uma empresa deu cimento, outra empresa deu mão-de-obra, outra empresa deu janelas, outra empresa deu móveis da cozinha, outra deu... Foi assim.

Entrevistadora: E hoje tem tudo que precisa?

Entrevistado: Está. Está tudo o que eu preciso. (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Procedendo a uma síntese dos aspetos positivos e negativos do lugar e das condições de habitação (Quadro 13), destacam-se as apreciações negativas. Entre estas, emergem a violência, o tráfico de drogas, a insegurança, a falta de policiamento, a degradação dos espaços públicos e a escassez de atividade económica no interior do país, em zonas mais rurais. Em contraponto, encontrámos referências positivas à disponibilidade de serviços públicos, de transportes coletivos e do comércio, seja comércio de bairro, seja de grandes superfícies. Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados (infiltração de água e humidade e deficiências no isolamento térmico e acústico), o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo no Norte, enquanto a insuficiência de espaço da habitação é sentida sobretudo nas cidades.

Quadro 13 - Lugar e condições de habitação segundo os entrevistados trabalhadores

	Negativo	Positivo
Lugar	Violência Tráfico de droga Insegurança Conflitos interétnicos (sobretudo com as minorias ciganas) Falta de policiamento Sujidade Degradação dos espaços públicos Falta de atividade económica no interior rural	Serviços públicos Transportes coletivos Comércio de proximidade Grandes superfícies comerciais nas cidades
Condições de habitação	Infiltração de água e humidade Isolamento térmico e acústico Aquecimento no Inverno Dimensão da habitação Custo da habitação arrendada	Ligação emocional Satisfação remediada («Está tudo o que eu preciso»)

Fonte: Entrevistas *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, 2019

Em síntese, também entre os pobres que trabalham existem muitos pontos de contacto com a situação dos indivíduos dos perfis anteriores. No que respeita às redes de apoio não institucional e ao território, são numerosas as regularidades encontradas. Na verdade, não poderia ser diferente. A pobreza que os caracteriza, constringendo as suas vidas e o seu futuro, é também responsável por os juntar. Estes pobres, independentemente da condição perante o trabalho e da posição que ocupam no percurso pessoal, partilham a vida nos mesmos bairros pobres das cidades, são vizinhos nas aldeias e vilas do interior do país. Uns mais, outros menos,

desenvolvem laços sociais entre vizinhos, sem deixarem de manter, também em grau variável, as relações com base no parentesco e na amizade. Como vimos, para este perfil e para todos os outros, são estes laços que acabam por valer nos momentos inesperados e sobretudo no quotidiano marcado pela privação, sob a forma de ajudas de tipo diverso, de pequenos favores que muitas vezes permitem minimizar situações de aflição sem os livrar da pobreza e mesmo da estigmatização que sobre eles esta projetada. Também no que diz respeito ao lugar e às condições de habitação, e em linha com o que ocorre nos outros perfis, constatam-se também algumas regularidades. Em comum, temos situações de privação, de pobreza, más condições habitacionais e muitas críticas em relação ao lugar em que se reside. Sem surpresa, apesar de serem entrevistados mais novos, com trabalho e com uma ainda larga expectativa de vida, está também presente nos seus discursos um certo consentimento resignado em relação à sua situação.

8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza

8.1. Auto percepção da situação pessoal de pobreza e do agregado

Poucos pessoas de entre os entrevistados consideraram não estar, no momento da entrevista, em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo numa comparação com situações piores do que a sua naquele momento, fossem estas do seu próprio passado (nomeadamente por comparação com situações de desemprego) ou de outras pessoas (referindo quem passa fome ou se encontra em situação de sem-abrigo), sendo notória a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010).

Entrevistada: Não. Pobreza para mim é não ter onde comer, não ter onde morar. A pobreza é aquilo que a gente vê na televisão, aquilo sim é pobreza! Eu não me considero pobre. Eu também não sei o que me considero, mas pobre não. Pobre é quem não tem para comer, mesmo. E querer ter para dar aos filhos e não ter. Eu, graças a Deus, tenho o meu trabalho, tenho uma boa família, que me apoia, que me ajuda. Tenho um teto, apesar das dificuldades. Pago a minha renda, mas tenho um teto, tenho onde abrigar os meus. Isto não é ser pobre. Eu acho que não é ser pobre. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Merece estabelecer-se aqui, ainda que de forma necessariamente breve, a distinção entre os conceitos de pobreza e de miséria, socorrendo-nos da reflexão de Singer, quando refere que a

pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida «normal». Miséria seria uma pobreza tão extrema que suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência (Singer, 2010, p. 1).

No entanto, importa sublinhar que raciocínios similares foram expressos por algumas das pessoas que relativizaram a sua situação, hesitando em classificar a sua situação como sendo de pobreza.

Entrevistado: Por um lado, sim, por outro não. Por um lado, eu me sinto sim, sinto-me, porque só eu a ganhar um ordenado mínimo e algumas horas se eu fizer, quando tem,

por um lado eu sinto. E por outro, não. Por outro, eu agradeço a Deus pela vida que eu tenho. (...) Não é das piores, tem gente pior. Quem não tem um teto para morar, tem gente que não tem comida, não tem trabalho, não tem meio de sobrevivência. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Também em alguns destes casos foi possível perceber que a hesitação se prendia com a comparação com situações próprias, do passado, marcadas por maiores dificuldades.

Entrevistado: Acho que agora consigo fazer quase tudo. Claro que sempre apertado porque também não recebo muito, mas não me considero... seria injusto considerar, em relação às outras pessoas, como já estive há alguns anos... Portanto, hoje não me considero uma pessoa... Claro que me considero pobre, não sou rico, mas já não sinto falta de nada, por exemplo. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Outras pessoas adotaram um discurso com algumas semelhanças, hesitando também em caracterizar-se como pobres. No entanto, estes entrevistados pareceram mais capazes de fazer a distinção relativamente à miséria, assumindo que, embora as necessidades básicas pudessem estar garantidas, a privação a que tinham de se sujeitar configuraria uma situação de pobreza, ainda que não extrema.

Entrevistada: Claro que não vivo aquela vida como a gente gostaria de viver, não é? Mas fico satisfeita com o pouco que eu ganho. O pouco que eu ganho, sei que vai dando para a minha vida. Não dá é para a gente esticar-se, não é? Claro que, se a minha filha me pedir umas sapatilhas de 150 euros, é óbvio que não lhas posso dar, não é? Claro que temos que ir à feira dar-lhe umas sapatilhas. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Sob este ponto de vista, destaque-se o discurso de uma entrevistada em Serpa que coloca a tónica na questão da autonomização. Tal como referido anteriormente (cf. capítulo 5), esta entrevistada afirmava ser raro o mês em que não tinha de complementar o seu rendimento com a reforma dos seus pais, afirmando ainda que, uma vez que estava a trabalhar, a sua situação de pobreza não a envergonhava a si, mas antes ao país.

Entrevistada: Enquanto eu tiver os meus pais, não posso considerar que viva em situação de pobreza, mas, por outro lado, sim. Pessoa que vive com medo que os pais se vão, o que é que é feito? Mas tenho essa preocupação... (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Fica, assim, refletida de forma evidente a associação feita por Sen entre pobreza e a noção de (falta de) liberdade. O conceito de liberdade é aprofundado pelo autor, só tendo sentido prático quando essa liberdade existe associada às condições efetivas do seu exercício (Sen, 1999; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Mesmo no caso de pessoas entrevistadas que não hesitaram em classificar-se como estando em situação de pobreza foi possível detetar discursos de relativização como acontece, por exemplo, com um entrevistado nas Caldas da Rainha.

Entrevistado: Do momento que eu já passei, estou melhor.

Entrevistadora: Mas ainda é pobre?

Entrevistado: Há o rico, há o médio e há o pobre. Ainda não cheguei a estabilizar no médio.

Entrevistadora: Ok. Então ainda é pobre, mas é uma pobreza melhor do que a que já teve?

Entrevistado: É. (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Vários respondentes ilustraram as suas palavras com a dimensão de privação que sentiam estar presente na sua vida quotidiana.

Entrevistado: Considero que vivo numa situação de pobreza porque o ordenado não dá. Se vem uma fatura da luz mais elevada e se acaba o gás, pronto, está tudo estragado! Ou se os filhos precisam de medicamentos porque se constiparam já é um grande problema! Se for tudo no mesmo mês, não dá! (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Importa ainda realçar a situação relatada por um entrevistado em Almada, que afirmou sem hesitações a sua dependência de apoio social.

Entrevistado: Sem aqueles 50 % da Segurança Social?⁵⁸ Somos [pobres]! Com aqueles 50 %, dá para levar o barco. Agora, sem aqueles 50 %, a gente não consegue, nem pensar.

⁵⁸ Esta foi uma forma figurada que o entrevistado encontrou para designar o apoio social recebido, não correspondendo a qualquer exercício quantificado que tenha sido efetuado.

Nem de longe! (...) Com os 50, ainda temos muita dificuldade porque são muitas coisas para se resolver, principalmente quando se tem muitas crianças, envolve muitas crianças e pessoas com problemas psiquiátricos. Isso nem com os 50 % a gente se consegue safar... Com os 50 %, já nos sentimos mais confortáveis, mas na mesma somos pobres. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Para uma parte das pessoas entrevistadas, a situação de pobreza terá caracterizado grande parte da sua vida, de tal forma que, como referiu uma entrevistada em Serpa, já não se estranha.

Entrevistadora: Sempre teve essas dificuldades?

Entrevistada: Sempre, por isso já não estranho. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Entrevistado: Eu sempre estive. Tenho muitos problemas e sempre estive numa situação de pobreza. Já nascemos pobres e assim continuamos até sempre. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo masculino, 49 anos)

Algumas pessoas realçaram que, apesar desse facto, a situação vivida na infância era pior.

Entrevistado: Quando era miúdo, já se sabe, a gente não teve fartura como tem agora, nunca na vida! A gente tem fartura, mesmo em alimentação. As coisas são mais fáceis que antigamente. (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Noutros casos, foi salientado o facto de, ainda que num panorama de dificuldade, se tenham sucedido momentos mais e menos difíceis, comumente designado por altos e baixos.

Sempre foi assim, sempre tive uma vida de altos e baixos. Sempre tive uma altura boa, que conseguia juntar dinheiro, e depois uma altura que não conseguia... Sempre foi assim, altos e baixos, altos e baixos. Mas já estive pior! Já estive pior na altura que tive o meu marido desempregado, aquela situação foi bem pior! Porque não tinha a ajuda dele e hoje, graças a Deus, já tenho a ajuda dele. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Noutros casos, apesar do reconhecimento de uma situação estruturalmente difícil, foram apontadas conjunturas mais favoráveis, que permitiram algum alívio.

Entrevistada: Não, não, nem sempre foi assim. Já tivemos momentos que passámos mais dificuldades, outros que não. Por exemplo, quando o meu marido foi trabalhar para fora, a gente não passava necessidade nenhuma. Passámos antes de ele ir para fora, chegámos a passar momentos difíceis (quando fiquei grávida da minha filha) e tudo, mas depois melhorou. Melhorou bastante. Agora estamos outra vez nessa situação assim. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

A resignação com a situação é o sentimento dominante que atravessa o discurso das pessoas entrevistadas (AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL, s.d.; Lötter, 2011). Aliás, as reflexões acerca das suas situações por parte de um entrevistado em Vila Pouca de Aguiar e de uma entrevistada em Celorico de Basto, abaixo transcritas, são bem exemplificativas da argumentação de Lötter quando refere que

atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a aceitar a sua situação como inevitável e resistir à mobilização para protestar e para mudar as suas condições de vida, tornando-se cidadãos sem poder (Lötter, 2011, p. 116).

Entrevistado: O que se há de fazer? Não se pode fazer nada. Não nos vamos matar, temos que aguentar (...) então... Então, tem que ser, tem que se aguentar, tem que se aguentar a bucha. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

Entrevistada: Temos que enfrentar, não é? Não dá de outra maneira. Eu, às vezes, bem fico triste, mas não quero ficar triste na frente do meu marido, porque eu não o posso botar abaixo também. Tenho que o subir sempre para cima. E então, olha, muitas vezes chorava por detrás dele, cá fora. Ia ao campo chorar e não sei quê, e depois voltava para casa. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Contudo, regista-se também a menção que algumas pessoas (ainda que poucas) fizeram a uma dimensão pró-ativa. Em alguns casos, tal seria concretizado através do trabalho:

Entrevistado: Temos de olhar sempre em frente, não se pode olhar para trás. E é assim, e é... pronto, se queremos ter alguma coisa, temos de trabalhar, e é assim. Se aparece uma oportunidade para fazer mais umas horazinhas, estou lá, e penso eu que foi pela

minha maneira de pensar e trabalhar que fizeram o contrato comigo. (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

Noutros casos, essa proatividade concretizar-se-ia através da escolaridade:

Entrevistado: Já aprendi a viver com o que eu tenho. Aprendi a desenvolver-me com o que eu tenho, o que eu tenho é isso. Mas ainda penso muita coisa! Penso em futuramente licenciar-me. (...) Ainda penso em licenciar-me, fazer um curso de engenharia, sei lá, entendeu? Abrir mais o meu conhecimento, entendeu? Abrir mais...eu ainda penso nessas coisas. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Registam-se ainda situações em que os respondentes evidenciaram alguma vergonha, optando por não dar totalmente a entender as dificuldades experienciadas. Foi esse o caso de um jovem entrevistado na Amadora que falava em discrição e sigilo.

Entrevistado: Gosto de tentar resolver as coisas com discrição. Sei que são situações difíceis e que não sou só eu que passo. Então, também sei que ao falar disso posso estar a colocar outras situações em aberto que às vezes não são tão simpáticas. Posso pedir ajuda, mas sempre em sigilo, digamos assim. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Foi também o caso de um entrevistado nas Caldas da Rainha, já acima referido, que, apesar do apoio social recebido ao longo dos anos, afirmava tentar «não dar nas vistas».

Entrevistado: Sou uma pessoa muito orgulhosa. Não quero dar nas vistas. Porque os próprios vizinhos dizem que nós fomos buscar os miúdos [os sobrinhos] para ir atrás do dinheiro! (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Tal como Walker realçou,

habitualmente, as pessoas em situação de pobreza sentem-se envergonhadas de terem falhado em viver de acordo com as expectativas da sociedade, as quais, pelos menos na sua maior parte, internalizaram também como sendo as suas (Walker, 2014, p. 65).

Saliente-se a este respeito que a literatura em torno da abordagem das capacidades realça que viver em situação de pobreza sem vergonha representa uma capacidade importante (Sen, 1983; Alkire, 2002), sobretudo na medida em que, apesar de os recursos materiais

necessários para evitar o sentimento de vergonha dependerem do contexto cultural e do desenvolvimento socioeconómico (Sen, 1983), o sentimento de vergonha associado à pobreza e os seus impactos revestem-se de um carácter universal (Chase & Bantebya-Kyomuhendo, 2015; Gaisbauer *et al.* (eds.), 2016). Assim, como notam os autores,

é possível que a vergonha associada à pobreza se esteja crescentemente a intensificar à medida que as culturas, em redor do globo, se tornam mais individualistas e o consumismo conspícuo se torna a expressão dominante de status social (Chase & Bantebya-Kyomuhendo, 2015, p. x).

A capacidade de viver em pobreza sem vergonha foi aparentemente posta em prática por um entrevistado em Almada que afirmava não ter vergonha de pedir para não passar fome.

Entrevistado: Eu não, eu não tenho problema, porque se eu não pedir ajuda, eu morro de fome e morrer de fome é a coisa mais feia que há no mundo. Acho eu! E, pelo que eu saiba, pela experiência que eu tenho aqui de vida, nunca eu vi ninguém a morrer de fome em Portugal. De vergonha, sim, agora, de fome, não. As pessoas não pedem porque têm vergonha de ser pobres ou de serem consideradas pobres pelo vizinho ou pelo tio ou pelo... Por isso é que as pessoas não pedem. Por isso é que as pessoas não chegam até a esse ponto, mas passam fome. Isso eu aprendi na rua, que muitas das vezes as pessoas que andam bem vestidas e não sei quanto, com o nariz empinado a pensar que são alguém... estão todas cheias de fome! É só aparência! E eu não posso viver de aparência. Não posso viver de aparência! (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

No discurso deste entrevistado parece ecoar, de alguma forma, a reflexão empreendida por Rodrigues *et al.*, quando afirmam que

a inserção social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de acção social, estabelecendo-se uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida auto-estima. As populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por um «sistema», são antes actores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação (Rodrigues *et al.*, 1999, p. 79).

8.2 Identificação das situações de discriminação/exclusão social

Um conjunto não despidendo de pessoas identificou situações de discriminação e exclusão social associadas à sua condição socioeconómica⁵⁹. Nuns casos, o sentimento de discriminação relatado associa-se a uma dimensão de aparência física, como nos casos de uma entrevistada no Porto.

Entrevistada: Sim, muito. É o olhar das pessoas. A gente nota quando está a falar com uma pessoa (...). Às vezes, uma pessoa entra num sítio e nota que as pessoas são assim... Ou é porque a gente vai mais mal vestida, ou porque não temos roupa de marca, ou seja, pelo que for, às vezes (...) As pessoas ficam com um pé atrás e aí vê-se logo a discriminação. E a gente sente e dói tanto! Não é a pessoa dizer-nos, é a ação delas, o reagir delas. Dói tanto às vezes ouvir: «Ai aquela não tem dentes, aquela não sei o quê...» (...) Eu vou aos correios levantar o rendimento mínimo e as pessoas ficam logo a olhar de lado. A gente nota, a gente sente. Não precisam de falar, a gente nota que a pessoa fica assim com um ar... A gente vai a um Pingo Doce e vai mais mal vestida ou, como moro perto do XXXX, vou com a roupa que ando em casa e o polícia fica logo a ver aonde a gente vai ou para onde a gente não vai. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Foi essa também a situação relatada por um entrevistado em Almada, com passado de sem-abrigo.

Entrevistado: Sim, quando eu andava na vadiagem, senti várias vezes. Mas também isso não é derivado às pessoas me excluírem. Não, eu próprio é que me excluía! Era derivado à situação a que eu cheguei e ao que eu fazia. Isso é que levou as pessoas a excluírem-me. Mas eu acho que, se calhar, se estivesse no lugar delas, se calhar também fazia a mesma coisa. Ou não... Mas provavelmente sim, porque estaria à volta de pessoas que excluem, que julgam sem saber, sem saber dos porquês, principalmente. Mas hoje, hoje já não. Mas fui excluído várias vezes, muitas vezes. (...) De várias situações: de trabalho, do estar num sítio, diversas coisas. E, aliás, a gente vai-se refugiando só em sítios que a gente é aceite. E normalmente são sítios o mais degradados possível, onde a gente se

⁵⁹ No texto, abordam-se apenas as situações relacionadas com a situação de pobreza. Algumas pessoas referiram-se a outros tipos de discriminação, principalmente de natureza racial.

sente mais seguro, para não ter que incomodar, para não ter de ser excluído, para não ter que ser... arranjar confusão e essas coisas assim. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

O relato deste último entrevistado revela-se importante também pelo facto de se referir ao sentimento de autoexclusão. Como assinalado por Rodrigues *et al.*,

o excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão. (...) Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou acentuam a sua exclusão (1999, p. 65).

Aliás, o relato em análise parece ilustrar em discurso direto a reflexão empreendida por António Teixeira Fernandes, praticamente um quarto de século antes, quando assinalava que

o processo multiforme de exclusão social arrasta para fora ou para a periferia da sociedade (...) os que não participam dos valores e das representações sociais dominantes. (...). Aqueles que se sentem rejeitados pela sociedade da abundância, atirados para espaços tidos como ghettos e privados de recursos materiais, tendem a excluir-se a si mesmos. A marginalização opera-se mediante procedimentos de hetero e de auto-exclusão, gerando a primeira o movimento da segunda. As pessoas excluem-se do meio social envolvente quando sentem ou pressentem que os seus valores não são partilhados pelos outros (Fernandes, 1995, p. 16).

Deve, ainda, ser realçado o discurso de um entrevistado na Amadora, que acabou por naturalizar (tal como fez o entrevistado em Almada acima mencionado) a discriminação de que foi alvo, hesitando até em classificá-la desta forma e designando-a como «perfeitamente normal» e aceitável.

Entrevistado: Discriminado ou excluído não, são palavras muito fortes, mas já cheguei a ser olhado assim com superioridade. Já fui alvo de algumas bocas. (...) Há sempre aqueles olhares das pessoas que têm mais posses e tudo o mais, mas isso é perfeitamente normal. Não é positivo, mas aceita-se. Eles têm roupas melhores, vestem-se melhor, têm outras possibilidades e então olham para nós, às vezes, de baixo acima! (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

Noutros casos, a discriminação surgiu associada ao facto de os indivíduos serem alvo de apoio social, como no caso relatado por um entrevistado nas Caldas da Rainha, ou mesmo por serem alvo de determinado tipo de apoio social em vez de outro, como narrado por um entrevistado em Almada.

Entrevistado: Há aquelas bocas dos colegas. Dizem que eu só sou pessoa através dos subsídios. «Ah, tu és hoje o que és através dos subsídios.» (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Entrevistada: Discriminação, sim senhora! Porque acho que quem recebe Banco Alimentar é uma coisa e quem recebe segurança social ou não sei de onde, é outra coisa. Pois... (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Noutros casos ainda, as pessoas entrevistadas relataram experiências de discriminação ou de exclusão em consequência de pedidos de apoio que efetuaram, quer por parte dos serviços, como no caso de uma entrevistada em Ponta Delgada, quer por parte de pessoas, como relatado por um entrevistado em Guimarães.

Entrevistada: Eu sinto-me discriminada em relação à assistente social por não quererem ajudar. Acho que eles não estão mesmo aí, não querem saber! Porque a gente, quando trabalha, a gente desconta para a gente, um dia mais tarde também, se precisar de apoios. E a gente não tem esses apoios. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Entrevistado: Porque pedi e mandaram-me dar uma volta para outro lado. Pedi ajuda e a quem eu mais pensava que daria essa ajuda. Fui, mas fui empurrado para o lado e então eu, pronto. Essas pessoas para mim já não têm mais valor. (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

8.2. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza

Apesar das dificuldades experienciadas, um número reduzido de pessoas entrevistadas afirmou não querer mudar nada na sua vida. Quanto às restantes, apresentaram um leque alargado de áreas relativamente às quais optariam por efetuar mudanças. Um referiram mudanças relacionadas com o trabalho, passando nuns casos pela obtenção de emprego por parte de outros elementos do agregado, como descrito por uma entrevistada em Almada e, noutros casos, pela mudança de emprego.

Entrevistada: Olha, se eu pudesse, era um emprego para o meu marido, que é para a gente ter uma vida mais ou menos. E era também uma ocupação para o meu filho. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Importa realçar, porém, que, em alguns casos, a mudança de emprego foi mencionada como consequência de um investimento maior que se gostaria de ter efetuado na educação, tal como relatado por um entrevistado no Porto.

Entrevistado: Tinha estudado mais, era o que tinha feito. Tinha-me dedicado mais. (...) E outro trabalho melhor, que seria consequência dos estudos. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Merece ainda destaque o caso concreto de um entrevistado em Guimarães, para quem a possibilidade de efetivar essa mudança parecia continuar presente.

Entrevistado: Ah, se eu pudesse, deixa eu ver... Eu acho que eu investiria mais nos meus estudos. Se eu pudesse mesmo, se eu pudesse falar assim: «Eu vou mudar» e tivesse condições, seria o meu estudo. Vou fazer curso disso, disso, disso e vou-me licenciar nisso... A minha esposa está sempre a incentivar-me, ela incentiva-me muito. (P4.4_Guimarães#1, sexo masculino, 44 anos)

Outras pessoas mencionaram mudanças ao nível da habitação ou do habitat e outras ainda mudanças ao nível da saúde, das próprias ou de outros elementos do agregado.

Entrevistada: Aí era os dentinhos, era os meus dentinhos. Era o que eu mais queria. (...) Eu depois, com dentes, levava este mundo à frente. Já assim levo, mas seria totalmente diferente. Para já, sorria. Já me ria às gargalhadas. Agora não, qualquer coisa tenho que me rir assim [coloca a mão à frente da boca], escondida. (P4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Em alguns casos, foi referida a vontade de escapar à privação. Foi esse o discurso, por exemplo, de uma entrevistada em Serpa, ainda que tenha também, de forma quase imediata,

menorizado essa dimensão face à componente da alimentação. Voltamos, pois, a estar em presença de um estreitamento de fronteiras entre pobreza e miséria, já anteriormente aludido, ficando patente a (inconsciente?) aceitação da primeira por parte dos respondentes na condição de que a segunda seja evitada a todo o custo.

Entrevistada: Só o que mudava era a falta [a privação]. Mas, se não se pode hoje, pode-se amanhã! O importante é ter para a barriga. O resto, se não se comprar hoje alguma coisa, compra-se amanhã! Eu sempre fui assim. (P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Sublinhe-se ainda o desejo expresso por um entrevistado em Almada que, noutra parte da sua entrevista, referiu não ter problema em pedir ajuda porque caso contrário morreria de fome (cf. 8.1.). Apesar desta opinião, frisou que isso seria algo que mudaria na sua vida. No entanto, o motivo imediato apontado para isso não passava por um desejo de autonomia, mas antes por considerar que existiam outras pessoas que também necessitavam de apoio.

Entrevistado: Se pudesse, o que é que eu mudaria? Os possíveis para não ter de pedir tanta ajuda, porque eu acho que há pessoas que também precisam. Também tem muitas pessoas que precisam. Eu sei que a gente precisa muito, mas também há pessoas que precisam muito mais do que eu. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Também no que se refere às medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal caso se tornassem primeiro-ministro, as pessoas entrevistadas dividiram-se por um leque alargado de opções.

Para algumas pessoas, as medidas deveriam seguir uma lógica de redistribuição da riqueza, principalmente no que se refere aos rendimentos auferidos.

Entrevistada: Acho que, se tivesse essa oportunidade, iria ser mais a favor da gente pobre. As casas, os ordenados, mais ajudas. Eu acho que... Porque há tanto dinheiro, há tanto dinheiro... Ele está a ser mal gerido! Está a ir para pessoas que são como nós, de carne e osso. Ganham milhões e depois temos outros que ganham tostões. Eu acho que talvez iria mais por aí. Acho que o país tem dinheiro, mas eu acho que... Sério... Há pessoas que ganham milhões enquanto outros ganham tostões. Eu acho que isso é um bocadinho injusto. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Mas foram também veiculadas opiniões apontando no sentido da redução de assimetrias regionais como forma de reduzir desigualdades.

Entrevistada: Primeiro, passava fábricas e hospitais, tudo para o interior, para repartir, para espalhar! Isto, bem repartido, dava para todos e ainda sobejava. E obrigava... Por que é que os médicos que se formam, por que é que não são obrigados a vir para a província? Os professores formam-se e têm de ir para aqui e para ali e os médicos não vêm porquê? O país pagou e os pais pagaram. Porquê esta coisa só da cidade? Por que é que a cidade não pode ser um bocadinho campo e o campo ser um bocadinho cidade? Ainda temos uma mentalidade... (...) Basta dizer que temos uma região deste tamanho e apenas um hospital em Beja. Outro dia, o meu filho magoou-se e tivemos de ir ao hospital. Como em Serpa não temos raio-X, tive de ir para Beja. Eu vim de lá à uma e tal da manhã. Mas estamos onde? (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Outras pessoas mencionaram o aumento de rendimentos como medida a tomar, concretizado, nomeadamente, através do aumento de salários. Uma entrevistada na Amadora expressou a sua indignação contra o valor que considerou extremamente reduzido do salário mínimo, classificando-o de um «abuso».

Entrevistada: Primeiro, aumentava os vencimentos, porque esse vencimento [salário mínimo] é a pior coisa que existe nesse país. A gente trabalha 30 dias e o dinheiro fica todo para o patrão. A senhora trabalha e o patrão ganha. A senhora não recebe nem metade do que o patrão ganha. A senhora recebe um quarto do dinheiro que eles ganham e depois eles pagam à senhora um quarto. Eles ficam com três quartos do salário, é uma miséria! Não é coisa que se faça, parece que não tem justiça por isso, porque vencimento de funcionários de limpeza não é vencimento, isso é quase um abuso! (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 61 anos)

A este respeito, importará realçar que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabelece uma relação entre a remuneração mínima e a pobreza entre quem trabalha, enfatizando que

deve ser garantido um salário mínimo adequado, de forma a permitir a satisfação das necessidades do trabalhador e da sua família, à luz das condições económicas e sociais nacionais, assegurando, ao mesmo tempo, o acesso ao emprego e incentivos à procura de trabalho. A pobreza no trabalho

deve ser evitada (Comissão Europeia, 2017, p. 15).

Por seu turno, a pesquisa científica destacou a natureza complexa da ligação entre retribuição mínima e pobreza entre quem trabalha, sugerindo nomeadamente que a primeira não é suficiente por si só para reduzir a segunda (Marx & Nolan, 2012; Matsaganis *et al.*, 2015; Marchal *et al.*, 2017; Eurofound, 2017) e convocando o debate em torno de um conceito de salário condigno que torne possível um padrão de vida e de participação na sociedade minimamente aceitável (Eurofound, 2017).

É, por isso, também crucial recordar a análise levada a cabo por Pereirinha *et al.* (2017) mencionada anteriormente acerca do nível de rendimento necessário para uma vida com dignidade em Portugal. Da análise empreendida, que tomou em consideração diferentes cenários, atingiu-se um consenso relativamente ao que poderia ser considerado um rendimento adequado.

De acordo com os resultados, o rendimento adequado para uma pessoa entre os 18 e os 64 anos, residindo sozinha, seria de 783 euros por mês. Um casal com uma criança precisaria de cerca de 1800 euros por mês (Pereirinha *et al.*, 2017). Estes são valores que, apesar dos aumentos na retribuição mínima ocorridos nos últimos anos, continuam a situar-se claramente acima desta e acima do limiar oficial de pobreza definido anualmente.

Como realçado pelo estudo,

estes resultados sugerem que o uso deste limiar de pobreza subestima a medição da incidência da pobreza em Portugal, se considerarmos, como referência para este cálculo, o valor de rendimento necessário para obter um nível de vida digno. (...) Globalmente, do ponto de vista das políticas públicas, considera-se que estes resultados poderão ser utilizados para equacionar alterações nos valores mínimos garantidos por diferentes medidas de política e para diferentes configurações familiares, de acordo com as prioridades políticas legítimas estabelecidas (Pereirinha, 2017, p. 15).

Para um número reduzido de entrevistados, a prioridade deveria passar pela ajuda à população mais desfavorecida, de forma a garantir que «não faltava comida a criança nenhuma», como realçou uma entrevistada com 39 anos do Perfil 4.3 no Porto, ou que houvesse «pontos de acesso onde as pessoas pudessem ir em busca daquilo que precisam. Por exemplo, um ponto onde houvesse roupa, mantimentos e coisas de higiene», como sugerido por um entrevistado de 20 anos do Perfil 4.5 na Amadora.

Algumas pessoas mencionaram a necessidade de maior fiscalização das medidas de proteção social. Está aqui em causa a distinção clássica entre pobres mercedores e não mercedores de apoio (cf. por exemplo, Diogo, 2007). A sua argumentação parece claramente colocar em discurso direto aquilo a que Lister se refere quando afirma que

o rótulo de pobre «não merecedor» tem sido conotado negativamente pelo processo de

estigmatização, o qual, historicamente e na atualidade, tem tido implicações na forma como a sociedade vê os «pobres» (Lister, 2004, p. 102).

Entrevistada: Para começar, eu fazia uma revista às pessoas que recebem rendimento mínimo. Tinha de ser bem avaliado quem recebe o rendimento mínimo, isso era uma das coisas que eu fazia! (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram sentir-se felizes. Algumas não apresentaram razões concretas para tal e outras ainda referiram um «otimismo por natureza» ou a «crença em Deus». No entanto, ao se analisar as razões apontadas para o sentimento expresso de felicidade, torna-se claro que, tal como os três D's (Divórcio, Doença e Desemprego) se revelam fatores explicativos da pobreza, também os seus «espelhos» (Família, Saúde e Trabalho) se revelam elementos cruciais para o sentimento de felicidade expresso pelos respondentes. Algumas pessoas referiram mais do que um destes fatores em simultâneo.

Entrevistado: Obviamente, sempre! A principal razão são os meus rapazes [sorri e ri]! E também o trabalho, que me faz muito feliz. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Entrevistada: Sinto, porque tenho uma família, tenho as minhas filhas, tenho trabalho, o que é que eu posso pedir mais? (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Sabendo-se da situação difícil vivida por estas pessoas (que levou a que fossem elegíveis para a realização desta entrevista) tornar-se-á eventualmente mais relevante analisar com maior detalhe as situações concretas vividas. A última entrevistada citada perguntava: «O que é que eu posso pedir mais?», já que tinha uma família, filhas e trabalho. Mas qual era a sua situação concreta?

Porém, antes de se iniciar essa análise importa realçar que não se pretende aqui pôr em causa as opiniões veiculadas pelas pessoas ou a forma como estas as fundamentam. As perceções são eminentemente subjetivas, pelo que duas pessoas em situação semelhante podem manifestar perceções radicalmente opostas. Como tal, pretende-se apenas, como acima referido, analisar de forma mais específica uma situação concreta de maneira, sobretudo, a equacionar possíveis implicações que possam daí advir.

Começamos pelo que não é referido, a dimensão da saúde. Tratava-se de uma entrevistada jovem, de apenas 34 anos, mas que enumerou diversos problemas de saúde.

Entrevistada: Eu sou uma pessoa doente, tenho problemas de saúde.

Entrevistadora: Tem problemas de saúde?

Entrevistada: Sim. Tenho problemas de coração. Já me deu o princípio de um AVC.

Entrevistadora: Quando é que isso aconteceu?

Entrevistada: Foi este ano já, já estava a trabalhar aqui, XXXX.

Entrevistadora: Ah, é recente.

Entrevistada: É recente, sim. Estive um mês e meio de baixa, sem trabalhar (...) porque era muita coisa: era o trabalho, era o stresse do trabalho, depois chegar a casa... Foi muito stresse e, com outros problemas que eu tenho, subiu-me a tensão e tive o princípio de um AVC. Graças a Deus, não trouxe sequelas nenhuma. Tenho problemas de rins e, pronto, tenho muitos problemas de saúde: de coração, de rins, tiroide. De vez em quando, tenho que andar a fazer uns exames. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

Quanto à esfera do trabalho, esta entrevistada, cuja primeira atividade profissional ocorreu aos 17 anos, registava menos de três anos de descontos para o sistema de segurança social o que levará a que, mantendo-se as condições atuais, atinja a idade de reforma sem ter cumprido o período necessário para a obtenção de uma pensão de reforma sem penalizações. A isso acresce o facto de o seu salário de referência ser a retribuição mínima mensal garantida, vulgo SMN.

Qual a importância deste exercício? Mais do que a – e independentemente da – situação concreta desta entrevistada, parece importante voltar a salientar que este é um perfil que, a curto, médio ou longo prazo, poderá transformar-se facilmente noutra dos perfis que constituem a maioria da população pobre em Portugal (cf. *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*). Em termos hipotéticos, tendo em atenção o acima referido, a entrevistada poderá vir a engrossar o conjunto de pessoas reformadas em situação de pobreza. Da mesma forma, a não renovação do contrato a termo que detinha no momento da entrevista levá-la-ia a passar a fazer parte da população desempregada ou inativa em situação de pobreza.

Em síntese, na análise da sua situação face à pobreza, a grande maioria das pessoas entrevistadas estabeleceu comparações quer com a sua experiência de vida passada, quer com outras pessoas, confundindo, por vezes, pobreza e miséria. Assim, foi possível constatar que os discursos de muitos respondentes evidenciaram semelhanças ainda que discordassem depois ao nível da categorização: algumas pessoas hesitando em classificar-se como pobres, outras não hesitando nessa classificação e outras ainda não hesitando em classificar-se como não estando em situação de pobreza.

Para uma parte das pessoas entrevistadas, a situação de pobreza terá caracterizado grande parte da sua vida. Outras realçaram que, apesar desse facto, a situação vivida na infância era pior e outras ainda salientaram o facto de, ainda que num panorama de dificuldade, se tenham sucedido momentos mais e menos difíceis. Noutros casos, apesar do reconhecimento de uma situação estruturalmente difícil, foram apontadas conjunturas mais favoráveis, que permitiram algum alívio.

A resignação face à pobreza foi o sentimento dominante que atravessou o discurso das pessoas entrevistadas. Regista-se, porém, a menção que algumas pessoas, ainda que poucas, fizeram a uma dimensão pró-ativa, fosse através do trabalho, fosse através da escolaridade. Registaram-se ainda situações em que os respondentes evidenciaram alguma vergonha, afirmando optar por não dar (totalmente) a entender as dificuldades experienciadas.

Um conjunto não despidendo de pessoas identificou situações de discriminação/exclusão social associadas à sua condição socioeconómica, mencionando situações associadas à aparência física, ao facto de serem alvo de (determinado tipo de) apoio social, ou aos pedidos de apoio que efetuaram.

Apesar das dificuldades experienciadas, um número reduzido de pessoas afirmou não querer mudar nada na sua vida. Quanto às restantes, apresentaram um leque alargado de áreas relativamente às quais optariam por efetuar mudanças, referindo as esferas do trabalho, educação, saúde e habitação. Em alguns casos, foi referida a vontade de escapar à privação.

Também no que se refere às medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal caso se tornassem chefes de Governo, as pessoas entrevistadas dividiram-se por um leque alargado de opções. Para algumas pessoas, as medidas deveriam seguir uma lógica de redistribuição da riqueza, principalmente no que se refere aos rendimentos auferidos, mas também de redução de assimetrias regionais como forma de reduzir desigualdades. Outras mencionaram o aumento de rendimentos como medida a tomar, concretizado nomeadamente através do aumento de salários. Importa ainda realçar que se para algumas pessoas a prioridade deveria passar pela ajuda à população mais desfavorecida, para outras esta deveria centrar-se numa maior fiscalização das medidas de proteção social, de forma a excluir mais facilmente os indivíduos considerados não merecedores de apoio.

Na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram sentir-se felizes, sendo a família, a saúde e o trabalho considerados elementos cruciais para o sentimento de felicidade expresso pelos respondentes.

9. Perspetivas face ao futuro

O tema das expectativas relativamente ao futuro está ainda pouco explorado na investigação sobre pobreza em Portugal, sendo de destacar os trabalhos de Castro *et al.* (2002 e 2010), de Capucha (2005) e de Diogo (2007) sobre a pobreza associada ao trabalho. À semelhança do verificado noutros perfis, estes estudos foram considerados na construção do modelo de análise sobre este tema para o perfil dos trabalhadores, tendo presente várias preocupações.

Em primeiro lugar, é necessário considerar a dimensão temporal na projeção do futuro, na sua aceção biográfica e histórica. Em qualquer uma das tipologias mencionadas, o futuro é equacionado na sua relação com o presente e com o passado, tendo como referência as biografias individuais e familiares estudadas. No primeiro caso, deu-se especial destaque aos territórios em que se inserem e, no segundo caso, à relação instrumental com os apoios sociais de que beneficiam. Por um lado, olhando a questão do tempo numa perspetiva estritamente biográfica, é importante perceber que a experiência da pobreza pode ser vivida de forma diferenciada em diferentes momentos da vida, condicionando as expectativas face ao futuro, o que está condicionado não apenas por fatores biológicos e materiais, mas também culturais. É importante lembrar, por exemplo, que as pessoas idosas são afetadas por processos de exclusão, visto que o estilo de vida e a organização social dominante não facultam os meios que estas necessitam para que escolham livremente o seu estilo de vida e para que tenham vidas independentes na vizinhança que lhes é familiar durante o tempo que quiserem e puderem (Costa, 2015). Um outro exemplo está relacionado com as desigualdades de género que reconhecidamente marcam a sociedade portuguesa, em particular no que respeita à relação com o trabalho e com a família, o que não deixa de ter impacto na vida dos indivíduos, em especial das mulheres. Refira-se também que revisitações mais recentes de estudos anteriormente referidos (Capucha, 2015; Guerra & Pinto, 2015) destacaram como os efeitos da crise e das políticas de austeridade vieram destabilizar o peso de cada uma das tipologias, bem como a necessidade de equacionar a grande interpenetração entre momentos históricos e destinos individuais (Guerra e Pinto, 2015).

Por outro lado, sair da esfera moralizante e culpabilizante, equacionando os níveis macro e micro da realidade, implica também reconhecer a natureza relacional da pobreza, que se desencadeia no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros (Amaro, 2015). A este propósito, são considerados resultados de

estudos que indicaram que em contextos de especial adversidade como a depressão económica verificada na viragem da década de 2010, quem enfrenta uma situação de pobreza pode até conseguir lidar com a adversidade, ajustando-se às condições, sendo, contudo, mais difícil a sua superação, no que diz respeito à melhoria das condições de vida (Dagdevirin & Donoghe, 2019). O estudo de Dagdevirin & Donoghe indicou o predomínio de respostas absorventes ou adaptativas entre as pessoas entrevistadas, refletindo o peso das condições laborais e condições iniciais das famílias (bens e recursos), limitando o grau de liberdade e autonomia dos participantes. Mais do que mudar as condições em que vivem, as respostas foram no sentido de se encaixar e conformar.

A vantagem do estudo das trajetórias não está numa análise essencialista, mas antes na compreensão dos processos materiais, culturais e relacionais que estão na base da produção e reprodução da pobreza, e da forma como estes influenciam a capacidade (individual) de imaginação sobre futuros alternativos. Assim sendo, mais do que estabelecer tipologias, procurou-se compreender o processo de formação de expectativas em relação ao futuro nas suas dimensões: materiais, marcadas pela privação no acesso aos recursos (por exemplo, aos rendimentos, ao emprego, à saúde e à habitação) necessários para uma vida digna; culturais, incluindo aspetos normativos, subjetivos, identitários e simbólicos associados à vivência da situação de privação (destacando-se entre esses aspetos, a escolarização e as autoperceções relacionadas com a pobreza); e relacionais, inscritas na natureza (informal ou institucional) e na qualidade dos laços sociais estabelecidos durante ou para fazer face a situação de privação (nesta dimensão incluem-se, por exemplo, as facilidades instrumentais ou subjetivas em recorrer a medidas institucionais de apoio em situação de privação e a rede de apoio informal, composta por família, amigos e vizinhos). Os dados foram assim analisados tendo por referência os percursos de vida das pessoas entrevistadas nas suas dimensões biográficas e históricas e tendo por referência uma questão de pesquisa fundamental: de que forma a vivência material e subjetiva da situação de pobreza condiciona a formação de expectativas relativamente ao futuro?

Uma questão crítica resultante do debate ação-estrutura será entender se *a análise prospetiva denota a cristalização de um processo de interiorização da privação enquanto modo de vida (agência absorvente ou adaptativa*, na linha de Dagdevirin e Donoghe (2019) ou se, pelo contrário, sugere a formação de expectativas e o investimento em *ações sugestivas de uma agência transformadora*, que não ajudem apenas na recuperação mas também na obtenção de uma melhor situação, menos vulnerável a longo prazo.

Foi feita uma primeira abordagem a este conjunto de entrevistas procurando responder

à questão: Quais as expectativas em relação ao futuro das pessoas entrevistadas, definidas para si e para os seus descendentes? Numa segunda fase, foi feita uma segunda análise das entrevistas, tentando-se compreender em que medida *a análise prospetiva denota a cristalização de um processo de interiorização da privação enquanto modo de vida – agência absorvente ou adaptativa* – ou, pelo contrário, sugere a formação de expectativas e o investimento em *ações sugestivas de uma agência transformadora*, que não apenas ajudam na recuperação como também numa melhor situação, de menor vulnerabilidade a longo prazo. Mais uma vez, esta questão foi abordada diacronicamente, em dois sentidos:

- Quais as expectativas que se foram formando e quais os esforços despendidos, ao longo do curso de vida, tendo em vista a transformação dessas condições de vida, qual o seu sucesso, e em que medida esse eventual sucesso poderá ter contribuído para a evolução dessas expectativas?
- Até que ponto a esperança na melhoria de condições de vida é transferida para a descendência?

Esta abordagem foi refinada considerando as especificidades do perfil. Lembre-se que todas as pessoas aqui enquadradas estão empregadas e vivem em agregados compostos por pelo menos duas pessoas em idade adulta, sendo particularmente relevante o peso dos casados ou em união de facto e a presença de crianças na composição do agregado. Vimos anteriormente a importância de entender a pobreza entre as pessoas que trabalham (*in-work poverty*) considerando uma variedade de fatores relacionados com as próprias características do mercado de trabalho e do emprego, com as políticas públicas de bem-estar e com as estruturas dos agregados domésticos em que se inserem. Alguns dos fatores que afetam a qualidade do emprego e que devem ser equacionados na compreensão das dificuldades enfrentadas por quem está empregado, mas em situação de pobreza, são: a instabilidade, precariedade e falta de oportunidades de emprego; o salário e a sua regulação; e a penosidade e perigosidade. A partir da análise destas entrevistas, é possível encontrar percursos laborais associados a baixos salários, muitas vezes intercalados com períodos de desemprego e de instabilidade laboral (trajetórias em carrossel) em trabalhos penosos ou perigosos. Assim sendo, uma primeira linha de análise do tema das perspetivas de futuro neste perfil está centrada na relação com o trabalho, equacionando-se duas perspetivas: uma retrospectiva, visando compreender de que forma uma acumulação de desvantagens associada a estes percursos laborais afeta a formação de expectativas e, uma outra prospetiva, relacionada com o lugar do trabalho na forma de perspetivar o futuro.

Foi também destacado anteriormente que se trata de agregados de pertença

relativamente grandes, na sua maioria com crianças (21 em 24 casos), com vários casos de descendentes com deficiência ou de crianças, requerendo cuidados especiais. Além disso, mesmo os entrevistados com trajetórias laborais mais estáveis têm no seu agregado familiar situações de desemprego ou de instabilidade laboral. Existem igualmente, entre as pessoas entrevistadas ou entre os membros das suas famílias, casos de doença, de incapacidade para o trabalho, ou mesmo de reforma por invalidez. Neste sentido, foi também explorado como é equacionado o futuro, considerando as necessidades, os recursos e as restrições associadas ao agregado familiar. Foram também consideradas as expectativas quanto ao papel das políticas de proteção e de assistência social, tendo em conta o discurso que foi surgindo nas narrativas, a reflexão sobre o seu futuro e as respostas relativas à questão: «Acha que poderá vir a viver sem subsídios?»

Isto remete-nos para a segunda parte da análise, que incidiu sobre a avaliação prospetiva do futuro dos descendentes. Especialmente em caso de percursos assentes na cristalização da privação enquanto modo de vida, interessa entender até que ponto a esperança de melhoria das condições de vida é transferida para a descendência.

9.1 **Uma vida de trabalho, um futuro de privação?**

Quando questionadas se consideram que a sua vida será melhor no futuro, a maior parte das pessoas entrevistadas manifestaram-se pouco otimistas. Como se pode perceber do descrito nos capítulos anteriores, na maior parte das narrativas, a privação não é uma condição momentânea, mas um traço que se foi inscrevendo nas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro. Algumas pessoas expressaram que optam por viver o presente, sem formular prognósticos. Outras mostraram-se expectantes, mas não se sentiram capazes de formulá-los. Há ainda outras que disseram que o seu futuro não vai ser melhor e que até poderá ser pior.

Há um registo com algumas semelhanças ao verificado no perfil dos reformados, onde predomina o trabalho por necessidade, havendo pouco espaço para formular sonhos de realização profissional.

Em contextos rurais e de maior isolamento geográfico, as oportunidades são mais limitadas. Um entrevistado de Vila Pouca de Aguiar, com 54 anos, emigrou com os pais para França aos cinco anos, no final da década de 60, e regressou aos 15. Poucos anos depois, voltou a emigrar para a Suíça, onde trabalhou alguns anos, tendo regressado para a sua vila, onde começou a trabalhar nas florestas, sem contrato, e na construção civil. Com uma trajetória

laboral mais instável, no momento de realização da entrevista, trabalhava há dois anos na construção de uma barragem e estava em *lay-off* na sequência de um acidente verificado na infraestrutura da obra. A esposa era doméstica e os seus rendimentos sempre foram a principal fonte de sustento de um agregado de cinco pessoas, sugerindo uma organização familiar assente na divisão sexual do trabalho, segundo um modelo do provedor masculino (Crompton, 1997). Vivia numa das aldeias mais isoladas do concelho, com muito maus acessos. Os filhos do entrevistado (com 19, 17 e 13 anos) eram os mais jovens habitantes da aldeia. Não sabia ler nem escrever e, apesar de reconhecer que a sua vida poderia ter sido melhor se tivesse continuado a estudar, afirmou que nunca teve ambições em fazê-lo. Disse que gostava «do trabalho que seja trabalho», que nunca recusou nenhum, mas que «foi sempre duro», «ruim». O desencanto com que falava da vida parecia estar em consonância com a resignação que se respirava na aldeia (cf. capítulo metodológico).

Entrevistado: Não, não. A minha vida nunca alterou. Para rico, nunca fui, para pobre, não posso.

Entrevistadora: Quando pensa na sua vida atual, no momento que vive agora, acha que vive uma situação de pobreza?

Entrevistado: Ah, oh, claro! Se não sou rico, só tenho que ser pobre, não é?

Entrevistadora: Por que é que o senhor acha que essa sua situação é de pobreza?

Esposa: Vamos vivendo um dia de cada vez.

Entrevistado: Vamos vivendo um dia de cada vez.

Entrevistadora: Não consegue pensar no futuro e por aí?

Esposa: Sim. Também pensamos nisso.

Entrevistado: Quando jogar no totoloto e a gente ganhar na lotaria, pronto, já ficamos rico e pronto.

Entrevistadora: [risos] E apostam no totoloto? Porque tem de apostar, não é?

Entrevistado: Não aposto, porque não tenho dinheiro para comprar.

Entrevistadora: Essa percepção que vocês têm sobre a vossa situação, é uma percepção em relação ao presente ou acha que sua vida toda foi assim?

Entrevistado: A minha vida toda. Desde que casei, foi sempre assim, foi sempre. Altos e baixos tem, como todas, tem altos e baixos.

Entrevistadora: Como é que vocês lidam com essa condição?

Entrevistado: O que se há de fazer? Não se pode fazer nada. Não vamos nos matar, temos que aguentar. Então...

Entrevistadora: Uma resiliência. Um dia de cada vez...

Entrevistado: Então, tem que ser, tem que se aguentar, tem que se aguentar a bucha. (...)

Entrevistadora: O que é que o senhor pensa do futuro? Acha que sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Oh, se eu fosse bruxo, se eu fosse bruxo, eu até adivinhava. Não sou bruxo, não posso adivinhar. Pode ser, pode ser que seja para melhor, ou seja pior, também pode ser pior, quem sabe? Não sei de nada, não posso dizer. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, 54 anos)

Especialmente entre os entrevistados mais velhos deste perfil, uma das preocupações fundamentais prendia-se com a necessidade de se continuar a trabalhar, mesmo enfrentando condições de saúde cada vez mais debilitadas, face às dificuldades de acesso a proteção social ou à reforma. Um outro entrevistado de Vila Pouca de Aguiar, ligeiramente mais novo, com 48 anos, já referido anteriormente a propósito dos temas do trabalho e da proteção social, era mineiro há 21 anos, mas estava de baixa devido a uma doença profissional incapacitante. Na altura da entrevista, apresentava-se visivelmente debilitado, o que se notava no caminhar. Revelou-se muito tenso e desconfortável em falar sobre o seu percurso, a sua situação de saúde e, sobretudo, sobre o seu futuro. Começou a trabalhar como calceteiro aos 13 anos, para ajudar os pais. Mais tarde, já depois de se casar e de ter o primeiro filho, emigrou para a Suíça com a esposa, acabando por regressar. Foi nessa altura que começou a trabalhar na mina. Se pudesse, deixaria esse emprego, dada a penosidade e a dureza da atividade. Embora a esposa já tivesse trabalhado várias vezes, ao longo do trajeto familiar, acabou por se tornar o único provedor do agregado, especialmente depois de terem tido o segundo filho, com seis anos na altura da entrevista. Para o entrevistado, sempre viveram numa situação de pobreza («Já nascemos pobres e assim continuamos até sempre»), mas as suas vidas complicaram-se muito com a doença pulmonar. Encarava com algum ressentimento o seu papel de provedor da família e já desistira de formular sonhos. Também neste caso, os seus desejos de bem-estar ficavam-se pela saúde e habitação:

Entrevistadora: Olhando o seu percurso, quais foram os momentos mais difíceis?

Entrevistado: Eu sei lá, já há tantos. Ou foi agora, quando eu fiquei doente, quando estive no hospital. Eu sei lá! Foi um momento mesmo quando o médico me disse: «Você não tem hipótese, você tem tuberculose.» E aí eu pensei: «O que é que eu vou fazer agora? A

minha mulher tem o garoto, tem as despesas da casa e o que é que eu vou fazer?» Aí também foi um momento complicado.

Entrevistadora: Quando olha para trás, acha que a sua vida já esteve melhor do que agora? [o entrevistado assentiu com a cabeça]

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Quando eu era solteiro. Sei lá, ganhava, não tinha despesas nenhuma. Ajudava os pais, comprei o carro, tirei a carta. Outra vida, n'ê? Tinha que guardar para pagar os seguros. Foi sempre muito difícil. (...)

Entrevistadora: Sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistado: Sim, graças a Deus. Pelo menos isso.

Entrevistadora: Qual é a principal razão para se sentir feliz?

Entrevistado: Olha, ter os filhos com saúde e ter a mulher, já que não sou eu.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Vamos ver!

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos que gostava de realizar? Já falou da saúde.

Entrevistado: Já. Sei lá, uma casa nova... Eu sei lá. Já nem vale a pena pensar, é verdade!
(P4.2_Vila Pouca Aguiar#2, sexo masculino, 48)

Estes dois casos ilustram como em contexto rurais, de maior isolamento geográfico, onde parece ter maior relevância uma organização familiar assente na divisão sexual do trabalho segundo um modelo do provedor masculino, as oportunidades têm sido poucas, mesmo para os homens. São também casos em que a emigração não constituiu uma saída bem-sucedida na melhoria das condições de vida e, perante um cenário de perda demográfica e de depressão económica, ficou o desencanto e a resignação.

Um outro entrevistado, de Guimarães, com 60 anos, começou a trabalhar muito cedo para ajudar a família na agricultura. Mais tarde, trabalhou na indústria automóvel, na construção e no turismo, mas sempre em condições mais ou menos precárias. Em 1994, concorreu a um lugar de jardineiro na autarquia, ficando com um vínculo laboral estável. Seis anos antes da entrevista, teve um acidente de automóvel que deixou sequelas que o incapacitavam para continuar a exercer as mesmas funções, tendo sido realocado para trabalhar como assistente operacional numa escola. Apesar de ter tido um percurso laboral estável, os seus rendimentos sempre foram baixos e o rendimento do agregado ficou particularmente prejudicados nos períodos em que a mulher ficou desempregada. Durante a entrevista, o entrevistado destacou

as suas habilidades manuais e de comunicação e, de facto, o seu trajeto sugere uma certa versatilidade. Tinha o sonho de ser arquiteto, ou pelo menos de adquirir qualificações que lhe permitissem ter um melhor ordenado, e ainda tentou estudar à noite, mas acabou por desistir. Ao longo da sua narrativa, é notória a renúncia em investir na realização pessoal, ficando-se pela satisfação de necessidades básicas, como a saúde e a habitação:

Entrevistado: Não, agora neste momento estamos numa fase... Não é boa, boa, mas chega. A gente chega às coisas que quer. Vamos hoje um bocadinho e amanhã outro bocadinho. E vamos olhando sempre para pôr as coisas melhor, não é? De resto, assim má, má, má mesmo, acho que neste momento, não. Poderá amanhã estar mesmo mal (...)

Entrevistadora: E o que é que espera para o seu futuro, para a sua vida?

Entrevistado: Olhe, saúde! (...) Saúde e poder andar sempre.

Entrevistadora: Ter a liberdade, não é?

Entrevistado: Sempre!

Entrevistadora: E qual seria o seu sonho, algo que gostaria de realizar?

Entrevistado: [Pensativo] Neste momento, não tenho nenhum. Nenhum.

Entrevistadora: Não tem nenhum sonho?

Entrevistado: Não. O sonho que eu tenho era ter uma casa e não depender de ninguém. Apenas de mim próprio. Pronto.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir realizá-lo?

Entrevistado: Sei lá...

Entrevistadora: É difícil de dizer, não é?

Entrevistado: É muito difícil. (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

Como vimos anteriormente, um trajeto laboral assente em salários baixos contribui para comprometer o acesso a uma reforma mais valorizada aquando da saída do mercado de trabalho. Duas entrevistadas da Amadora, com 61 e 58 anos, ambas com um percurso imigrante de base económica, expressaram a sua apreensão de forma muito clara. Num dos casos, além do cansaço, também a doença começou a limitar a entrevistada na sua capacidade de trabalhar. O adiamento da reforma e as dificuldades de acesso à proteção acabaram por constituir fatores de privação.

Entrevistada: Com essa idade, onde é que tenho futuro? Não acredito.

Entrevistadora: E acha que conseguirá viver sem algum apoio?

Entrevistada: Talvez sim. Porque estou um bocado apreensiva. Digamos que se me reformar, não sei que tipo de abono é que me dão. Com o tipo da doença que tenho, de vez em quando eu caio, então não sei se vou precisar de apoio, não sei. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Disse que nunca teve uma boa vida. Nascida em São Tomé, viveu a sua infância e adolescência entre Cabo Verde e Angola, ora com a mãe, ora ao cuidado de uma tia. Aos 13 anos, começou a trabalhar numa casa como interna, altura em que deixou de estudar, tendo completado a 4.ª classe (feita em Angola). Veio para Portugal com a patroa, acabando depois por fazer um percurso laboral nas limpezas, muitas vezes acumulando dois trabalhos. Casou-se e teve dois filhos, mas a maior parte do tempo o seu marido esteve emigrado, regressando depois de reformado, sem que isso representasse uma melhoria das suas condições de vida. Na prática, tornou-se a única provedora da família, o que também era encarado com algum ressentimento.

Entrevistadora: Acha que a sua vida tem vindo a melhorar?

Entrevistada: As dificuldades, eu tenho na mesma. O facto de o meu marido estar aqui não melhorou nada. Durante esse tempo todo, ele esteve ausente. Ele esteve quase 40 anos fora com as outras mulheres, só agora é que veio. Sabe quanto é a reforma do meu marido? 375 euros. E agora fiquei com o velho, entendeu? Não melhorou nada. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Afirmou que gostava de ler e desejava ter continuado a estudar, para ter sido enfermeira ou professora. O seu sonho era ter um carro e arranjar a sua cozinha, mas não esperava vir a concretizá-lo:

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Ah! Se eu contar os meus sonhos... A Segurança Social pagou-me uma carta de condução, para eu poder andar com os doentes. Davam-me um carro. Gostava de ter o meu carrinho, gostava de arranjar a minha cozinha. Basta ter essas duas coisas e já era feliz. Já não tenho muita coisa.

Entrevistadora: Acha que vai conseguir concretizá-los?

Entrevistada: [Suspiro] Não. [Pausa longa] Eu acho que já não. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

A outra entrevistada a que nos referimos, de 58 anos, nascida em Cabo Verde, viveu a infância entre as casas do pai e da mãe, trabalhando desde cedo no campo, tendo deixado a escola aos 13 anos, com o 5.º ano. Gostava de ter continuado a estudar, porque teria tido outro tipo de condições de emprego, mas diz que agora já não vale a pena. Casou-se aos 25 anos e um ano depois veio com o marido viver para Portugal, onde nasceram os seus três filhos. Ainda tentou um negócio de comércio de roupa, mas não correu bem. Desde os 34 anos que tem trabalhado nas limpezas, quase sempre para a mesma empresa, muitas vezes numa situação de dupla jornada, acumulada com as tarefas domésticas. Disse que trabalhava porque precisava, com sacrifício, mas que, se pudesse, deixava de trabalhar, ou trabalharia como jardineira. Nunca teve dificuldade em arranjar trabalho («isso não falta, o corpo é que já não é o mesmo»). Explicou que tem a sensação de que antigamente o dinheiro rendia mais e, questionada sobre as suas perspetivas em relação ao futuro, considerou que a sua vida ou iria continuar dessa forma ou seria pior.

Entrevistada: Quer dizer, não, mais dificuldade não. Porque eu desde que cheguei aqui, trabalho não me faltou. Trabalhei sempre, e antigamente trabalhava demais. Agora estou a trabalhar menos, e quero partir ainda para trabalhar menos ainda. Já vi que o corpo já não está muito coisa. Porque eu trabalhava muito, porque tinha dois trabalhos também. Trabalhava na parte da manhã, fazia oito horas de trabalho, e fazia mais três horas parte da tarde. E depois trabalha sempre muito, trabalhava muito. Tinha miúdos pequenos, mas trabalhava muito. Porque também, tempos atrás, o dinheiro rendia mais. Porque as coisas eram mais baratas. Depois, sempre organizava vida, sempre. Olha, não faltava nada.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai melhorar no futuro?

Entrevistada: Acho que não. Eu acho que não vai ser melhor, ou vai ser assim como estou ou vai ser pior. Porque fica a pensar: «A gente está a ir para a idade...». Quando a gente vai para a idade em que sempre vem tudo mais, é sempre mais complicado. Se chega num ponto onde não posso trabalhar, também não sei se vou chegar à reforma. E se não conseguir trabalhar, e se não ganhar reforma, como é que vou viver? Já não vai ser bom, eu fico a pensar isso. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 58 anos)

Uma outra entrevistada, de Serpa, apesar de um pouco mais nova, com 51 anos,

duvidava da possibilidade de, com as mudanças no regime de pensões, poder vir a ter acesso à reforma. Com o 11.º ano, mais qualificada e erudita, e com um percurso laboral menos penoso do que os descritos anteriormente, teve ainda assim uma trajetória instável, em carrossel, englobando um leque variado de atividades (balconista, escriturária, pintora de cerâmica, secretária), alternando períodos de desemprego com períodos de emprego. Tinha sido contratada há menos de um ano como auxiliar de ação educativa. Quatro anos antes disso, foi contratada a recibo verdes pela junta de freguesia para montar um espaço cultural, uma das atividades que parece mais ter gostado de realizar («uma paixão extraordinária»). Casou-se aos 25 anos e teve dois filhos (com 21 e 23 anos), ambos a viver consigo à data da entrevista. Divorciou-se por mútuo acordo aos 33 anos e saiu de casa com os filhos, tendo o pai assumido o pagamento de uma pensão de alimentos. Considerava que a sua vida se foi tornando mais difícil porque o custo de vida foi aumentando mais do que os seus rendimentos. Muitas vezes tinha de recorrer à reforma dos pais, o que considerava vergonhoso. Estava a tomar antidepressivos e tinha um problema neuromuscular num olho. Tinha aspirações de autorrealização e de lazer. Apesar de se considerar uma pessoa otimista, sentia-se revoltada e particularmente desanimada, optando por viver um dia de cada vez.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Não sei e não sei se me interessa. Eu só tenho tido coisas negativas e a pessoa vai aprendendo. As pessoas diziam: «Ai, viver um dia de cada vez...». Eu não conseguia perceber isso. Claro, ainda ninguém viveu dois de uma vez. Mas agora já consigo ver o que é. É que se nós pensarmos muito acerca disso, deitamo-nos numa cama. Então temos de facto de viver um dia de cada vez. Por exemplo, toda a gente devia ter direito a férias. Foi um direito conquistado e foram-nos tirando esses direitos todos. Portanto, não tenho esperança, não sei como vai ser e não tenho curiosidade. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

No caso de uma outra entrevistada, também divorciada, mas bastante mais nova, é a dimensão afetiva, o sentimento de solidão que mais ressalta na narrativa⁶⁰. Durante a entrevista, que decorreu na presença de um dos filhos, mostrou-se muito constrangida, triste, desanimada e com algumas dificuldades em se lembrar de detalhes cronológicos do seu trajeto de vida. Tendo nascido em Lisboa, viveu a sua infância entre o Alentejo e Terras Vedras tendo ido para

⁶⁰ Note-se que os únicos divorciados (ou ruturas conjugais de uniões de facto) neste perfil (quota P4.5) são mulheres.

Caldas de Rainha aos 11 anos de idade. Terá deixado a escola, com o 8.º ano concluído, aos 15 anos de idade. Antes disso já trabalhava na agricultura e na lavoura, a ajudar a mãe. A sua infância foi marcada por um ambiente familiar conturbado, incluindo alcoolismo e maus-tratos por parte do pai, afetando a mãe, ela própria e os irmãos. O pai suicidou-se quando ela tinha 11 anos. Engravidou aos 18 anos, o que pressionou o casamento e a saída da casa da mãe. Acabou por se divorciar aos 28 anos, saindo de uma relação problemática, pois o marido bebia e gastava muito dinheiro. Voltou-se a casar pouco tempo depois, mas era vítima de violência doméstica, tendo-se divorciado recentemente. Tem quatro filhos (com 20, 18, 17 e 7 anos), todos a viver com ela. No seu percurso laborar, houve períodos em que esteve desempregada, sendo que, no momento da entrevista, estava empregada na autarquia há 12 anos como assistente operacional (varredora), o que complementava com biscates no sector dos serviços domésticos (limpeza). Considerou que a sua vida tinha vindo a melhorar, em especial no que diz respeito à autonomia financeira e sentia-se feliz por ter os seus filhos consigo, embora se sentisse também sozinha:

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Mais ou menos.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: É assim.... Sinto-me feliz porque tenho os meus filhos comigo, porque tenho trabalho. Sou uma lutadora, sou uma guerreira... Mas sinto-me sozinha, n'ê? [emociona-se e chora]

Entrevistadora: A solidão é a principal...?

Entrevistada: Sim. Acho que a gente sentir-se sozinho é a pior coisa que a gente pode ter. Mas de uma certa forma, sim, sou muito feliz.

Entrevistadora: Há quanto tempo sente essa solidão, mais ou menos?

Entrevistada: Há muito tempo. Muito, muito tempo.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Não. Não. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Em muitas entrevistas, o ressentimento relativo às condições de vida e ao futuro surgiu associado ao tema do acesso à proteção social. É esse o caso de um entrevistado de Ponta Delgada que também começou a trabalhar muito novo, aos 12 anos, primeiro ajudando o pai nas estufas e mais tarde na construção civil como pedreiro. Casado e com duas filhas (uma delas no ensino superior), distingue-se das situações anteriores por ser a esposa quem tinha uma

situação laboral mais estável. Embora trabalhasse há muito como pedreiro, a sua situação tornou-se especialmente mais instável a partir de 2010, quando ficou desempregado na sequência da crise que afetou de forma marcada o sector da construção civil. Nessa altura, ficou desempregado com um subsídio de desemprego muito reduzido (cerca de 200 euros) pelo facto de o patrão não ter feito a totalidade dos descontos e, nos últimos anos, esteve enquadrado em medidas ocupacionais de apoio ao emprego. Estava a ganhar um valor inferior ao salário mínimo, sem direito a subsídio de férias e de Natal e a outros direitos laborais fundamentais, mas assumindo obrigações equivalentes a um vínculo laboral – estava, portanto, no que temos vindo a definir como a zona intermédia entre trabalho e não-trabalho. Em 2019, recusou o enquadramento num novo programa, visto considerar que não estavam a ser respeitados os seus direitos. O subsídio de desemprego foi cancelado e foi obrigado a devolver o valor do subsídio social de desemprego auferido desde a data da recusa de medida ativa de emprego. Revoltado, pareceu muito desanimado e até resignado relativamente à sua situação, sem grandes expectativas de futuro nomeadamente no que diz respeito ao acesso à reforma, expressando igualmente ressentimento pela forma como são geridos os programas de proteção e assistência social, como é o caso do RSI.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: No futuro, é como eu disse, já não vai muito além. Isso agora é o dia-a-dia. Mas pronto, já não me meto em certas coisas como me metia há uns anos atrás em tudo. Em tudo a nível de... A gente saía muita vez, a gente chegava ao banco, não tinha problema [de pedir crédito]. É isso assim. (...) E hoje em dia também não tem. Mas é isso, agora para a frente já não. Se eu chegar lá, qual é a reforma que eu vou ter? Só se for da XXXX [nome da esposa]. Minha...

Entrevistadora: Acha que vai ter uma reforma fraca?

Entrevistado: Uma reforma, uma pensão que não vai dar nada. É como estou dizendo aqui, estão a cortar as reformas de pessoas que trabalharam tantos anos (...) Os que deviam receber mais eram esses, por causa de comprar os remédios e tudo... Agora, pessoal com os rendimentos mínimos, que antigamente não havia isso. Trabalhava-se mais. Deviam era fiscalizar isso. E eles ainda gabam-se. E eu digo cá comigo: «Eles são espertos, estão se safando.»

Entrevistadora: E acha que devia fazer o mesmo, é?

Entrevistado: Eu não posso fazer.

Esposa: Nem eu queria.

Entrevistadora: Porque a XXXX [nome da esposa] tem rendimentos certos. Mas também, quem faz descontos tem reforma.

Entrevistado: Quais descontos? Agora precisaria mais dez. E agora vou ter mais dez? Mas eu também penso que eles não vão ter pensão mínima. (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo masculino, 49 anos)

Um entrevistado de Caldas de Rainha também se manifestou desencantado com as perspetivas de futuro, mas podemos encará-lo como o reflexo invertido da narrativa anterior. Neste caso, sendo beneficiário de apoios sociais como o RSI, mostrou-se muito consciente do estigma associado a quem está em situação de pobreza e beneficia destas medidas. Tinha epilepsia e frequentou o ensino especial, tendo concluído a 4.ª classe. Orgulhava-se de ter conseguido tirar a carta de condução, apesar do seu problema de saúde. Trabalhava na higiene urbana da autarquia desde os 14 anos e mais tarde começou a trabalhar como bombeiro voluntário. Não estava particularmente satisfeito com o trabalho, mas achava que seria difícil conseguir aceder a outro. Além do filho de 12 anos, ele e a esposa tinham à sua responsabilidade dois sobrinhos, um deles com uma deficiência profunda (paralisia cerebral). A esposa teve um AVC seis anos antes da entrevista, o que agravou as vulnerabilidades da família. Desde essa altura que ela não trabalhava e, na altura da entrevista, dedicava-se ao cuidado do sobrinho. O seu maior sonho era ter férias, mas não parecia muito otimista quanto à hipótese de isso se vir a realizar. Já no final da entrevista, desabafou sobre a discriminação associada à pobreza e a quem recorre a apoios sociais:

Entrevistado: Nem sou feliz, nem sou triste. (...)

Entrevistadora: E qual seria o seu maior sonho que ainda gostaria de ver realizado, ainda?

Entrevistado: O meu sonho?

Entrevistadora: O maior sonho.

Entrevistado: Sonho? É agarrar na minha esposa e fazer uma viagem, não sei aonde. Aos Açores, à Madeira... Eu e ela nunca saímos daqui.

Entrevistadora: Nunca?

Entrevistado: Nunca saímos de Portugal. Conhecemos Lisboa. Conhecemos o norte. Mas é uma viagem. Só isto. Os três, a minha filha, o pai e a mãe, nunca saímos de cá.

Entrevistadora: Para finalizarmos, há alguma coisa que eu não tenha perguntado que me queira dizer? Sobre a sua vida, sobre si, sobre a sua família?

Entrevistado: contei praticamente tudo da minha vida.

Entrevistadora: É? Tem alguma questão...?

Entrevistado: Não, sou muito aberto. Sou muito aberto de pequenos pormenores, com colegas, desabafos, coisas da vida, n'ê? Há dois ou três colegas que conhecem quase perfeitamente o que...

Entrevistadora: Eu percebi que teve facilidade em dizer quase tudo. Quando falou dessa altura em que estava no buraco e tinha de ir buscar a comida, ficou um pouco...

Entrevistado: E depois há aquelas bocas, dos colegas, que eu sou só pessoa através dos subsídios, n'ê? Naquela altura... Onde é que há? Há um tempo, um ano atrás, há seis meses... «Tu és hoje o que és foi porque... através dos subsídios.» Pensam que os subsídios também... É uma prioridade e não é. Que os subsídios têm que durar para toda a gente, não é só para uma pessoa.

Entrevistadora: Pois. Percebi só que teve dificuldades em falar dessa questão de quando ia buscar comida que o supermercado...

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Isso foi algo muito difícil para si, não foi?

Entrevistado: Foi muito difícil. Sou uma pessoa muito orgulhosa. Não quero dar nas vistas. Porque os próprios vizinhos, vizinhos, dizem que hoje nós fomos buscar os miúdos para ir atrás do dinheiro. E o dinheiro não paga tudo na vida.

Entrevistadora: Dizem isso?

Entrevistado: O trabalho, as relações, tudo na vida... O que nós passamos... Necessidades. Não tinha... Eu, antes dos miúdos, não tinha esses problemas.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Conseguia pagar. Foi ali numas alturas que deixei de pagar... Atrasar as prestações... Mas eu depois consegui controlar isso. Pois bem, n'ê? A carga era bem maior, n'ê? (...) Pronto. Foi isso. (...) Foi complicado, na vida. Tudo na vida. (P4.2_Caldas da Rainha, sexo masculino, 51 anos)

Uma entrevistada de Almada, de 45 anos, manifesta ressentimento pelo facto de não ter direito a RSI. Oriunda de Cabo Verde, começa por dizer que é um país pobre onde não existem apoios sociais:

Entrevistada: A gente esforçamo-nos pela vida: vamos à procura, está a perceber? Lutamos que é para conseguir aquele pão para criar os nossos filhos. Então, a gente não vive muito de recorrer à ajuda como... não. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Desistiu da escola com o 8.º ano, aos 17 anos, porque a mãe não podia pagar uma escola privada, uma condição necessária para que continuasse a estudar, tendo-se juntado ao atual companheiro no ano seguinte. Emigrou para Portugal aos 19 anos, começando poucos anos depois a trabalhar como ajudante de cozinheira e mais tarde como cozinheira. À data da entrevista, estava efetiva há 19 anos e gostava do trabalho, mas os rendimentos eram insuficientes, especialmente por se tratar do único rendimento da família. Têm três filhos, um deles, de 14 anos, com uma deficiência que requer cuidados especiais, pelo que o marido deixou de trabalhar fora de casa há dez anos para cuidar do filho. Há alguns anos, o marido pediu RSI e apenas lhe foi atribuído um valor de dez euros, gerando um sentimento de revolta. Na prática, tal como já se tinha sugerido anteriormente, os critérios de atribuição parecem pressionar um *trade-off* entre trabalho e apoio social («Só que eles fazem um cálculo no ordenado que eu ganho e ele não tem direito a receber»), uma questão que voltou a surgir a propósito das avaliações prospetivas. Com um registo mais otimista do que os anteriores, a entrevistada alertou para a necessidade de reforço dos apoios às famílias que precisam, para que as suas próprias condições de vida possam melhorar:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Vai, se Deus quiser. Eu tenho fé que sim. Isto vai ter de evoluir, evoluir até tudo ficar regularizado. Se Deus quiser.

Entrevistadora: E o que é que acha que é necessário para que isso aconteça?

Entrevistada: Para isso acontecer, tenho de ter... O Governo tem de saber ajudar as famílias, não é? As famílias que precisam. E tentar diminuir a corrupção, porque a corrupção dá cabe de muita coisa. Muita ajuda não chega a certas famílias por causa da corrupção que há por aí... (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Em duas histórias de vida marcadas por contextos problemáticos e percursos de exclusão social e laboral, parece verificar-se um desejo de aproximação à norma (que passa por trabalhar e não depender de subsídios) como forma de lidar com o sofrimento e desintegração social associado à desafiliação (Amaro, 2015). Uma entrevistada do Porto, de 48 anos, saiu da escola sem ler nem escrever, com 16 anos, quando engravidou do seu primeiro filho. Com uma trajetória conjugal instável, teve oito filhos. Enfrentou muitas dificuldades, recorreu durante vários anos ao Rendimento Mínimo Garantido (hoje RSI) e beneficiou de medidas de educação

e formação, incluindo de alfabetização de adultos, e do curso EFA B2 geral, através do qual acedeu ao 6.º ano. Em 2013, depois de realizar uma formação profissional para empregada de andares, conseguiu um trabalho como empregada de limpezas, com o qual parecia estar entusiasmada. Quando questionada sobre se voltaria a precisar de subsídios, aludiu ao estigma social de que quem recebe RSI não quer trabalhar para explicar porque preferia trabalhar a receber subsídio.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Não sei, eu acho que, da maneira como isto está, vai estar da forma conforme está... Se não mudou até agora... O pouco que mudou e... Não sei.

Entrevistadora: Acha que não vai haver grandes melhorias?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Acha que poderá voltar a precisar de subsídios?

Entrevistada: Não! É assim, antes prefiro trabalhar do que ter o subsídio. Eu antes quero ter o meu trabalho certo e ganhar bem do que estar a viver de rendimentos mínimos. Porque o rendimento mínimo.... É assim, muita gente... [que diz] «A canalha não vai trabalhar porquê? Porque têm rendimento mínimo...» (...) Porque talvez se desse um trabalho e a ganhar bem, sempre acho que é melhor...

Entrevistadora: Portanto, acha que mantendo o trabalho como tem...

Entrevistada: Para mim, a melhor coisa é um trabalho e ganhar bem...

Entrevistadora: Experimentou essa sensação de ter um trabalho e de controlar a sua vida?

Entrevistada: Claro. Um supor: eu, se trabalhasse bem, vejo uma camisola para um neto meu ou para a minha neta e gostaria de lhe dar à minha neta. «Olha ela vai gostar desta camisola»...

Entrevistadora: Tem outra liberdade, faz com o seu dinheiro aquilo que entende?

Entrevistada: Claro! Claro!

Entrevistadora: Já não está dependente de...

Entrevistada: De ninguém...

Entrevistadora: Nem do Estado, e isso para si é uma mais-valia?

Entrevistada: Claro! (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

O facto de ter referido num momento anterior da entrevista que o seu trabalho era mal pago sugere que este desejo de aproximação à normalidade se terá dado pela interiorização de uma lógica de *workfare* (Piven & Cloward, 1993; Piven 1991), ou por aquilo que Hespanha e

Matos (2000) designam como a compulsão ao trabalho. Uma outra entrevistada do Porto, um pouco mais nova (com 39 anos), também começou a trabalhar numa peixaria muito cedo, aos 13 anos, para ajudar a família. A sua vida acabou por ser marcada sobretudo por um historial de toxicodependência, tendo chegado a viver na rua. Juntou-se ao seu companheiro aos 22 anos, do qual teve dois filhos (hoje com 17 e 11 anos). Era, desde há vários anos, beneficiária do RSI. Fez várias tentativas de reabilitação e, à data da realização da entrevista, estava numa situação social e pessoal mais estável. Trabalhava como empregada de limpeza, a tempo parcial, mas considerava que tinha dificuldades em arranjar emprego por causa do seu aspeto (tinha os dentes estragados). Considera que já foi discriminada por isso e pelo seu historial de toxicodependência. Gostaria de poder arranjar os dentes e tinha esperanças de que a sua vida melhorasse, embora considerasse que, para isso acontecer e para deixar de depender de apoios sociais, precisaria de ter melhores condições laborais e, até, de que a situação geral no país também mudasse.

Entrevistadora: Se pudesse, o que mudaria na sua vida?

Entrevistada: Ai era os dentinhos, era os meus dentinhos. Era o que eu mais queria.

Entrevistadora: Porque sente que depois...

Entrevistada: Eu depois com dentes, levava este mundo à frente. Já assim levo, mas seria totalmente diferente. Para já, sorria. Já me ria às gargalhadas. Agora não, qualquer coisa tenho que me rir assim [coloca a mão à frente da boca], escondida. (...)

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai melhorar no futuro?

Entrevistada: Vai, vai melhorar. Tem que melhorar. Tem que melhorar.

Entrevistadora: Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do Estado e de instituições de apoio social?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Se sim, o que acha que tem que fazer?

Entrevistada: Para já, agora vamos ver se a minha patroa faz esse contratozinho, que se ela me fizer o contratozinho, já são trezentos euros que eu ganho. Já não é mau. Por essas quatro horinhas, já não é mau. Por isso, o meu rendimento [RSI] meto logo abaixo. Suspendo logo. (...)

Entrevistadora: Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Os dentinhos e ter uma casa própria. Gostava de ter uma casinha minha, quando morresse (que seja daqui a muitos anos) para deixar alguma coisinha às minhas filhas. Um legado, a bem dizer. Uma coisinha que elas digam: «Olha, a minha mãe deixou»

me esta casa.» Nem que seja uma casa a cair aos bocados, mas a minha mãe deixou-me alguma coisa. O meu maior sonho era esse.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir concretizar?

Entrevistada: Se o país mudar, até pode ser que a coisa lá vá. Mas como isto está, não sei.

Entrevistadora: Eu não tenho mais perguntas, mas deseja acrescentar mais alguma coisa à entrevista que não tenha perguntado, alguma coisa que gostaria de dizer?

Entrevistada: Queria que terminasse a discriminação, gostava mesmo que acabasse. E que não fosse só para mim, mas para os toxicodependentes, para as pessoas que dormem na rua... Todo o tipo de discriminação, queria que acabasse. (P4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Há um registo pessimista presente mesmo entre pessoas com cerca de quarenta anos (virtualmente a meio do seu percurso laboral) como é o caso de uma entrevistada de Celorico de Basto que, com apenas 38 anos, não tem sonhos pessoais. Casou-se aos 19 anos e tem uma filha, de 13 anos. Tal como grande parte dos trajetos descritos neste perfil, começou a trabalhar muito nova, neste caso na lavoura, com os pais. Concluiu apenas a 4.ª classe, mas, contrariamente a outras situações deste perfil, não saiu da escola por motivações económicas, antes porque era vítima de *bullying* (os colegas batiam-lhe). No mesmo ano em que se casou, começou a trabalhar como costureira na fábrica onde continuava a estar empregada à data da entrevista. Afirmou que não se arrependia de ter deixado a escola e nunca tinha equacionado fazer algum tipo de formação profissional, mas achava que se tivesse continuado, poderia ter conseguido um emprego melhor. Gostava do seu trabalho, embora os seus rendimentos não fossem de forma alguma suficientes. Considerava que estava numa situação de pobreza, o que era uma situação relativamente nova para si, e vivida com alguma vergonha, nomeadamente por ter de recorrer à assistência social. O marido trabalhava no estrangeiro e até tinha bons rendimentos, mas teve um acidente de trabalho oito anos antes. Além de o ter deixado incapacitado, este acontecimento deixou-o numa situação de vulnerabilidade económica devido à negligência patronal na regularização do seguro de trabalho, com um litígio ainda por resolver, sem reforma por invalidez e contando apenas com um apoio social da Câmara Municipal. A entrevistada afirmou que vivia um dia de cada vez, concentrando grande parte dos seus esforços e preocupações no marido.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Eu penso que sim.

Entrevistadora: Pensa como esperança ou consegue perspetivar já alguma coisa em concreto?

Entrevistada: Como esperança. Não, como esperança.

Entrevistadora: E acha que algum dia vai conseguir viver sem subsídios? Sem nenhum tipo de apoio, nem da família, nem...?

Entrevistada: Sim, sim. Eu penso que sim. Eu penso que o tribunal quando resolver o assunto, porque o meu marido em princípio vai ficar reformado, n'ê? E eu penso que sim. Quando uma casa tem dois ordenados, graças a Deus, não falta nada. Agora quando é só um ordenado, não se chega a lado nenhum. Não dá.

Entrevistadora: Pois. E a vida da sua filha? Como é que você vê o futuro da sua filha?

Entrevistada: Isso é que eu não sei [risos].

Entrevistadora: Ela agora tem 13 anos, está a estudar, mas pensa que ela vai ter melhores oportunidades, melhores condições...?

Entrevistada: Eu penso que sim, eu penso que sim. Penso que sim. Eu acho.

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Os meus?

Entrevistadora: Sim. Os seus.

Entrevistada: Os meus era o tribunal resolver o assunto, ficar tudo resolvido. O meu marido recuperar e ficava tudo ótimo.

Entrevistadora: Tirando essa situação do seu marido, acha que esse é o ponto chave agora da...?

Entrevistada: É. A minha coisa é sempre ele. Ele está sempre presente em tudo. Estou sempre preocupada. Estou a trabalhar, estou preocupada.

Entrevistadora: Está sempre a pensar naquilo. E se isso já estivesse resolvido, qual seria o seu sonho para si?

Entrevistada: Para mim?

Entrevistadora: Sim, qual seria?

Entrevistada: Sei lá. Sabe que eu não penso muito nisso. Eu vivo um dia de cada vez. Por causa de ter esses problemas assim, eu não penso coisa... Para não me ocupar muito o cérebro. É um dia de cada vez e lá vai. (P4.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 38 anos)

O caso de um entrevistado do Porto, com 41 anos e com a esposa a enfrentar uma doença oncológica, é ilustrativo de como a acumulação de privações e vulnerabilidades contribuem para limitar a esperança de melhoria das condições de vida. Cresceu com a mãe,

passou dificuldades económicas e, apesar de ter estudado até aos 17 anos, na altura já estava desmotivado e apenas conseguiu concluir o 7.º ano. Saiu de casa, à procura da sua autonomia e começou a trabalhar, acabando por concluir o 9.º ano poucos anos depois, em horário pós-laboral. Casou-se aos 23 anos, e teve uma filha que, à data da realização da entrevista, tinha 13 anos. Também com uma trajetória laboral em carrossel, trabalhou como pacote, escriturário e foi progredindo na carreira inserido numa grande empresa – chegou a assumir um papel de chefia, destacado pela empresa em Angola. Ficando desempregado em 2015, com 37 anos, na sequência de um processo de insolvência da empresa, enfrentou um momento crítico da sua vida. Ainda tentou aumentar as qualificações através da frequência de uma formação promovida pelo IEFP na área de Técnica, Eletrónica e Comando, mas acabou por desistir, considerando que não teria capacidade para chegar ao fim devido a problemas financeiros (tinha dívidas para pagar), ao facto de o curso não ir ao encontro das suas expectativas e à sua falta de bases de conhecimento. Estava a trabalhar numa multinacional no sector do comércio de mobiliário e decoração desde 2018, primeiro como empregado de limpeza e depois como carrista de reposição (arruma carrinhos de compras), o que considerava ser um trabalho pesado e mal compensado, ambicionando um trabalho melhor, mas, com a sua idade e qualificações, sem o conseguir. Pouco antes da entrevista, a situação social e material do agregado complicou-se, pois a esposa, que trabalha no sector das limpezas hospitalares, foi diagnosticada com uma doença grave e ficou de baixa, o que resultou numa redução dos seus rendimentos. Apesar de ver na família, no seu sentido de unidade, a principal razão para a sua felicidade, não perspetivava uma melhoria das suas condições de vida:

Entrevistadora: No fundo, como olha para o seu percurso de vida até ao momento?

Entrevistado: Foi com mais altos do que baixos [risos]. Baixos foi no imediato, mas depois tudo passou. Porque não é um emprego que veja um projeto de futuro para a frente, não estou a ver-me com 60 anos a empurrar carrinhos. (...) A minha vida já esteve numa fase pior, depois melhorou, mas agora, neste momento, está a piorar. Isto aqui é assim... Já esteve pior. Neste momento, está a melhorar. Minto. Ela já esteve pior enquanto estive desempregado, hum, criei algumas dívidas a nível de habitação, mas depois tive gente que me ajudou e depois arranjei o emprego na limpeza e sempre deu para me segurar. Deu para começar a recompor. (...)

Entrevistadora: O Senhor XXXX tem esperança de que as coisas melhorem no futuro?

Entrevistado: Sinceramente, não. Tento viver, seguir a vida em frente. E depois mais tarde vê-se. Mas não tenho assim.... Tenho esperança de que... Se se mantiver como está, já é bom. (...)

Entrevistadora: E a última pergunta é se tem algum sonho que gostava de ver realizado.

Entrevistado: Não tenho assim sonhos.

Entrevistadora: Não tem? A vida já parou?

Entrevistado: Neste momento, não tenho. Com a minha vida, é muito difícil. Só tinha um que era voar e já voei!

Entrevistadora: Ai é?

Entrevistado: É. Andei de avião.

Entrevistadora: Mas não tem sonhos que gostava de ver realizados?

Entrevistado: Não. Hum, temos aqueles sonhos de ter uma vida melhor, sair um jogo, mas, de resto, neste momento, não tenho assim sonhos específicos. Vou vivendo um dia de cada vez.

Entrevistadora: Mas tem esperança de que as coisas melhorem daqui para a frente? Já me disse que...

Entrevistado: Não, não tenho esperança. Acredito que se mantenham as coisas, se mantenham por uns bons anos.

Entrevistadora: Você ainda é novo. Não acha que ainda pode arranjar um emprego melhor?

Entrevistado: Não estou a ver. Eu estive desempregado dois anos e meio e isso foi muito complicado para mim. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Podemos encontrar um registo particularmente cauteloso na narrativa do entrevistado com o mesmo perfil sociodemográfico, também residente no norte litoral urbano, em Guimarães, mas um pouco menos qualificado, com o 5.º ano e com uma situação laboral mais estável. Deixou de estudar aos 11 anos para trabalhar como carpinteiro, quando a mãe morreu, tendo-se dedicado a essa atividade até aos 18 anos. Era uma atividade muito precária, pelo que foi trabalhar como operário numa fábrica de calçado, mantendo-se até à data no sector, numa situação de relativa estabilidade laboral (12 anos na mesma empresa). Na entrevista, definiu-se como um «tapa-buracos» por saber manusear toda a maquinaria. Estava satisfeito com os padrões, valorizando o facto de todos os meses o dinheiro entrar na conta, e até expressou algum orgulho naquilo que produziam. Durante a entrevista, mostrou uns sapatos de luxo que o patrão lhe ofereceu por ter ido trabalhar num fim-de-semana («Você nem sabe o dinheiro que

está aqui neles»), mas revelou que gostaria de ver o seu ordenado aumentado. Disse também que a sua vida poderia ter sido muito melhor se tivesse estudado mais, pois trabalharia noutra sector, teria outro emprego. Vivia com a companheira, tinha uma filha de 11 anos e era o único provedor dos rendimentos familiares. Na altura em que engravidou, a companheira foi despedida e nunca mais voltou a ter emprego, pelo que, desde então, enfrentaram muitas dificuldades. Vivia um dia de cada vez, optando por não pensar muito no futuro. Afirmou ser uma pessoa feliz, mas a filha, presente no momento na entrevista, expressou a sua discordância. Na verdade, o entrevistado parecia agarrar-se à convicção de que era feliz como se fosse a sua motivação para se pôr de pé todos os dias.

Entrevistadora: O senhor é uma pessoa feliz. E o que é que acha que vai ser da sua vida para o futuro?

Entrevistado: Não sei, para o futuro logo se vê. Um gajo não pode dizer... Um gajo tem que trabalhar no dia-a-dia e depois é que se vê o futuro.

Entrevistadora: Não pensa muito no que vai ser?

Entrevistado: Não penso. Um gajo está a pensar no que vou fazer para o ano e eu nem sei se vou chegar ao ano, não é? Eu nem sei se vou chegar para o ano. Até posso hoje deitar-me e amanhã não acordar.

Entrevistadora: Então pensa mais no dia-a-dia?

Entrevistado: É no dia-a-dia. (...)

Entrevistadora: Qual é que é o seu maior sonho hoje?

Entrevistado: Hoje?

Entrevistadora: É.

Entrevistado: Não sei.

Filha do entrevistado: Ser feliz.

Entrevistado: Feliz já sou todos os dias, filha.

Filha do entrevistado: Nem todos os dias.

Entrevistado: Feliz sou todos os dias. Eu ponho-me a pé, já sou feliz. De resto, não tenho coisa... Feliz... Que eu, todos os dias, pôr-me a pé e ver o Sol do dia, já sou feliz...
(P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

São muito poucas as avaliações prospetivas mais otimistas quanto às possibilidades de melhoria de condições de vida no futuro. Enveredando uma série de esforços para ficarem numa situação de menor vulnerabilidade, estes entrevistados parecem ter necessidade de olhar a vida

pelo lado positivo e de acreditar que as coisas poderão mudar.

Um entrevistado de Ponta de Delgada, de 49 anos, deixou a escola com o 7.º ano concluído, aos 15 anos, para ajudar a família e ter alguma autonomia financeira, começando a trabalhar como empregado de café. Casou depois de fazer a tropa e iniciou um negócio familiar no ramo da hotelaria, atividade que deixou na sequência de um divórcio litigioso, cujo desfecho ainda está por concluir. Além de se ter separado, ficou desempregado. Iniciou um programa ocupacional para desempregados, visando a promoção de empregabilidade no quadro de uma iniciativa de economia solidária na área alimentação, acabando por ser contratado como empregado de serviços gerais. Entretanto, vivia com uma nova companheira, que também trabalhava, e com a família dela, num agregado familiar de dez pessoas, incluindo uma idosa, quatro crianças e vários adultos desempregados. Afirmou que foi aprendendo coisas na vida e que gostaria de ter outra vez 14 anos para começar a vida de novo (acha, por exemplo, que deveria ter continuado os estudos). Considerava estar numa situação de pobreza desde que acabou a sociedade comercial de que era sócio e o casamento. Nessa altura, vivia melhor, mas também tinha mais dívidas. Nesta nova fase da sua vida, estava a habituar-se a viver de outra maneira. Sentia-se feliz, em grande parte devido à sua nova relação afetiva, o que contribuía para estar otimista em relação ao futuro, na convicção de que era importante lutar por isso.

Também um entrevistado de Almada, com 41 anos, estava integrado num agregado grande. É interessante notar que, no seu caso, as suas expectativas de futuro dependiam não tanto do acesso a casa própria, mas antes da evolução da composição do agregado, em concreto pela autonomização dos dependentes.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Vai.

Entrevistadora: E acredita que poderá um dia não precisar da ajuda do apoio social ou de...?

Entrevistado: Sim, acredito. Acredito que isso não pode ser assim sempre, não é?

Entrevistadora: E o que é que acha que é necessário para que isso aconteça?

Entrevistado: Bem, a gente vai resolvendo os problemas. E quanto mais problemas a gente resolver, menos a gente vai precisar. Porque hoje precisa-se, por exemplo: cinco quilos de arroz, porque nós somos X pessoas, oito pessoas por exemplo. Se, das oito pessoas, saírem três já não vamos precisar de cinco quilos, vamos precisar de menos quilos. E assim o problema vai-se resolvendo. Por exemplo: quando a minha sobrinha veio, tinha 15 anos, hoje tem 20, amanhã ela vai para casa dela. Ela não vai viver comigo para

sempre. Isso, quer dizer, isso vai diminuir sempre algum peso até ficarem só os que realmente também fazem falta. O que acontece é que as nossas ajudas... Pedir à Santa Casa e não sei quantas... Também acontece lá dentro. Lá dentro, também tem de haver evolução. Nós não podemos ficar estagnados para sempre, à espera de que a Santa Casa nos ajude. Não, nós vamos pedir ajuda para a Santa Casa nos dar uma direção, não é para estarmos a viver da Santa Casa o resto da vida. Isso não, não é esse o meu objetivo.

Entrevistadora: Então, acaba por ser à medida também que o próprio agregado for...

Entrevistado: Diminuindo. A gente menos ajuda vai precisar. Assim, conforme, sucessivamente. (...) (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Nascido em Luanda (Angola), saiu da escola aos 16 anos, com o 9.º ano, para ajudar a família, trabalhando numa lanchonete. Veio para Portugal aos 19 anos, em 1998, começando a trabalhar na construção civil. Numa situação de irregularidade administrativa, teve um período intercalado entre desemprego e biscates, o que coincidiu com um período de maior marginalidade. Chegou a dormir no jardim e a ter problemas de alcoolismo que o levaram a recorrer a tratamento institucionalizado. Realizou formações em jardinagem e em *design* gráfico, tendo concluído este último, com equivalência ao 12.º ano, aos trinta anos. Fez um estágio na área, mas optou por voltar a trabalhar na construção civil, primeiro sem vínculo laboral e depois com contrato, porque o trabalho gráfico não oferecia perspectivas de ser compensador do ponto de vista financeiro. Foi nesta altura que se juntou a uma companheira de quem teve o seu primeiro filho. Aos 38 anos, juntou-se à companheira com quem vivia à data da entrevista, de quem teve o segundo filho. Considerava que se encontrava numa situação de pobreza, mas que, com o apoio da Segurança Social, dava «para ir levando o barco», assumindo que já esteve numa situação mais difícil. Sentia-se feliz por ter amigos e família. Quando questionado acerca dos seus sonhos, respondeu:

Entrevistado: Os meus maiores sonhos? [risos] Na velhice?

Entrevistadora: No futuro, acho que ainda não caminha para a velhice.

Entrevistado: Ah, mas já não falta muito. Mais vinte anos, estou velho. Ah, ter uma vida tranquila, não ter de depender de ninguém. Eu, a minha mulher, e mais nada. Não ter que depender de ninguém, para não trazer muitos aborrecimentos aos outros.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir, certo?

Entrevistado: Tenho de conseguir. Isso eu não posso achar, isso eu tenho que conseguir.

(P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Os esforços de melhoria são acompanhados, em alguns casos, da necessidade de se olhar a vida pelo lado positivo e de se acreditar que as coisas poderão mudar, recorrendo à fé. A fé em Deus surgiu em várias das entrevistas, muitas delas já referidas anteriormente, mas um entrevistado de Guimarães, de 44 anos, parecia investir nessa fé e numa prática religiosa como um elemento crucial dos seus esforços prospetivos. Também com um percurso imigrante, tendo nascido no Brasil, numa família pobre, deixou de estudar aos 11 anos para trabalhar numa granja. Saiu da casa dos pais e começou a viver na rua aos 14 anos, regressando ao fim de um ano. Depois disso, encetou uma trajetória laboral em carrossel, em que trabalhou como mensageiro, entregador e em atividades de venda e atendimento, o que intercalou com períodos curtos de desemprego. Ainda no Brasil, regressou à escola e conseguiu concluir o 12.º ano. Aos 26 anos, saiu de casa dos pais e juntou-se a uma companheira, da qual se separou aos 30 anos, quando emigrou para Portugal. Desde que chegou, em 2005, trabalhou como cuidador de cavalos, na construção civil e em vários sectores da indústria, sempre com contrato de trabalho. Na altura em que foi entrevistado, trabalhava há dois anos na área de operação de máquinas. Desejava ter continuado a estudar e ter-se formado em engenharia. Gostava do seu trabalho, mas, se pudesse, mudaria de horário e ganharia um pouco mais. Há dois anos, tinha-se juntado à sua companheira que, embora licenciada, estava desempregada. Considerava que estava em situação de pobreza, mas que havia quem estivesse numa situação pior e, por isso, agradecia a Deus pela vida que tinha (sublinhe-se, aliás, que ao longo da entrevista foi muito frequente a referência à sua fé em Deus). Quando questionado se a sua vida iria melhorar no futuro, respondeu:

Entrevistado: Claro, claro, oh, claro. Olha, se vai. Vai melhorar e muito.

Entrevistadora: O que o faz pensar dessa maneira?

Entrevistado: O que me faz pensar dessa maneira é Jesus Cristo. Jesus Cristo me incentiva e é minha bateria. Eu sei que vai mudar minha vida.

Entrevistadora: Vai ter mais oportunidade?

Entrevistado: Vou ter mais oportunidade, vou comprar um terreno para mim, vou fazer minha casa. Oh, eu penso isso tudo. Vou abrir uma associação para ajudar pessoas carentes na rua, vou tentar montar aí um restaurante, uma escola para não deixar eles parados. Mexer com as pessoas não é fácil, eu sei que não é fácil, não é pera doce. Penso em abrir uma escola de música, buscar fundos e meios do Governo para abrir uma escola de música, uma escola para aqueles que querem aprender a ler e a escrever, entendeu?

Muitas coisas. Eu tenho um projeto na minha cabeça, minha filha, que se você for abrir o leque assim, você vai ver: «Esse cara é doido» [risos].

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistado: Está com tempo? [risos]. Ah, eu pretendo me licenciar, pretendo conhecer muitos países, pretendo montar essa associação, pretendo levar a palavra de Deus para aqueles países onde não conhecem. Ui, muita coisa, minha filha, muita coisa.

Entrevistadora: E vê meios de concretizá-los?

Entrevistado: Bom, assim, no abstrato... No concreto, não vejo. Mas eu olho para Jesus e falo: «Só o Senhor, Jesus.»

Entrevistadora: Sim, acredita.

Entrevistado: Eu acredito muito. Posso não ver recursos, abstrato nem concreto, mas a minha vida está na mão dele.

Entrevistadora: Certo.

Entrevistado: As nossas vidas. A sua também. (P4.4, Guimarães, sexo masculino, 44 anos)

Os entrevistados mais jovens neste perfil, ambos do sexo masculino, afirmaram ter expectativas quanto à melhoria das suas condições de vida⁶¹. Um deles, de 28 anos, a viver com a companheira e duas filhas pequenas (com dois e quatro anos), esteve até aos 17 anos emigrado na Suíça com os pais. Quando regressou a Portugal, entrou numa escola profissional, mas desistiu, tendo depois trabalhado na agricultura e na restauração, em trabalhos precários, muitas vezes sem contrato, tendo chegado a emigrar para França, na apanha da fruta. Parecia não ter grandes expectativas sobre as oportunidades em Portugal, considerando que não valia a pena estudar («não se aprende nada») e que se pagava muito mal para um trabalho muito duro, como era o caso do seu, na agricultura. Considerava ainda que se encontrava numa situação de pobreza e que sempre soubera o que é passar dificuldades. Valorizava o facto de ter uma família, acreditando que era necessário «fazer caminho». Quando lhe foi perguntado se esperava que a sua vida melhorasse no futuro, deu uma resposta desconcertante («os meus rapazes vão ser homens ricos, vão casar com mulheres famosas»), não se compreendendo bem se estava convicto disso, embora parecesse claro que a emigração era para si um horizonte para a melhoria das condições de vida da família e, em particular, da dos filhos.

⁶¹ Importa aqui lembrar que as quotas relativas aos segmentos mais jovens (P4.3 e P4.4) acabaram por englobar poucos casos de pessoas mais jovens, com menos de 35 anos idade. Neste sentido, é possível que esta amostragem não tenha permitido perceber se neste perfil é possível identificar algum tipo de recorte geracional, tal como se verificou no perfil dos precários (Perfil 2).

Entrevistado: Obviamente. A minha mulher vai começar a trabalhar, os meus rapazes vão ser homens ricos, vão casar com mulheres famosas.

Entrevistadora: Se sim, o que é necessário para que isso aconteça?

Entrevistado: Saúde. Se não me faltar a saúde, tudo vai correr bem. E trabalho, obviamente. Principalmente, a saúde da mãe, que ela trabalha muito e não lhe pode faltar a saúde.

Entrevistadora: E a vida dos seus filhos vai ser melhor?

Entrevistado: Mesmo agora é boa, não lhe falta nada. O mais velho vai à escola e participa em tudo. Mesmo nas saídas, vai sempre com a escola. Mas a nossa vida vai melhorar porque a gente vai sair daqui, e eu já estou a tratar disso. Mesmo que a gente saia só por dois anos, quando voltarmos vai ser diferente.

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos?

Entrevistado: É ver os meus filhos com 18 anos. É sinal de que eles estão vivos e que eu fiz a minha parte. No fundo, é ver os meus filhos orientados e criados. Sim, esse é o meu grande sonho. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Como veremos de seguida, apesar de, neste perfil, a tónica ser negativa quanto à avaliação prospetiva pessoal, parece ser mais positiva, ou pelo menos indeterminada, quanto ao futuro dos descendentes. Antes de abordarmos este tema, apresentamos a perspetiva do mais jovem entrevistado deste perfil, com 20 anos, cujos sonhos e expectativas são substancialmente diferentes das dos restantes.

Entrevistadora: Achas que a tua vida irá ser melhor no futuro?

Entrevistado: Vai, sem dúvida.

Entrevistadora: O que achas que poderá vir a acontecer?

Entrevistado: Vou conseguir ter a oportunidade de fazer aquilo que quero. E sei que se conseguir ter a oportunidade de fazer o que quero, vai melhorar tudo.

Entrevistadora: Achas que vais conseguir viver sem qualquer tipo de subsídios?

Entrevistado: Vou, vou. É algo que tenho na cabeça.

Entrevistadora: Quais são os teus maiores sonhos?

Entrevistado: A nível pessoal, tenho que conseguir, pelo menos das pessoas que são próximas, fazer a diferença na vida delas. Porque eu acho que foi aquilo que me faltou em certa parte, foi ter tido alguém que tivesse dito certas coisas e que me tivesse feito ver as coisas de forma diferente. Assim, poderia ter dito outro percurso em nível da infância e a

nível da adolescência. E isso que eu tento fazer hoje em dia. Pronto, quero lançar o meu livro e no fundo eu quero ajudar as pessoas.

Entrevistadora: E achas que consegues concretizá-los?

Entrevistado: Vou. Não querendo dizer que será em grande escala, mas as pessoas próximas, sei que vou conseguir.

Entrevistadora: Queres acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistado: Não, acho que não. A mensagem que eu tento sempre passar é para dizer às pessoas que não desistam e que tudo é possível e que, dia após dia, tudo se recompõe, apesar das dificuldades. (P4.5_Amadora, sexo masculino, 20 anos)

As histórias de vida deste perfil parecem estar marcadas pela cristalização da privação enquanto modo de vida. Nestas trajetórias laborais, persistem os baixos salários, mesmo em trajetos laborais mais estáveis, a que se somam vulnerabilidades associadas ao nascimento de filhos ou a doenças entre os membros do agregado. Poucos entrevistados esperam melhorias em termos de emprego e de condições de vida. Não obstante, em muitas das entrevistas, a família é apontada como um ponto positivo no balanço que fazem do seu percurso ou como uma das principais razões pelas quais se sentem felizes. Neste sentido, interessa perceber como os descendentes são equacionados na sua avaliação prospetiva. Passamos assim à segunda componente da análise deste tema, procurando responder a uma questão já enunciada anteriormente: Até que ponto a esperança na melhoria das condições de vida é transferida para a descendência?

9.2. **Entre o apego e o desejo de autonomia, um futuro em aberto?**

Com 40 anos, uma das entrevistadas de Ponta Delgada afirmou de forma perentória que já estaria a envelhecer e não esperava muito mais do seu futuro. A análise desta narrativa sugere que as suas expectativas de felicidade estavam investidas em fazer os seus filhos felizes. Quando questionada se achava que a sua vida iria ser melhor no futuro, respondeu:

Entrevistada: O meu futuro? Eu já estou a ficar velhinha, achas que vou ter futuro ainda?

Entrevistadora: És capaz de ter mais uns aninhos...

Entrevistada: [risos] Quer dizer, eu não fui muito feliz...

Entrevistadora: A tua mãe que idade é que tem?

Entrevistada: A minha mãe tem 65.

Entrevistadora: Então, à partida...

Entrevistada: Não. Eu vou ser feliz, fazendo os meus filhos felizes, os meus filhos. Mas...

Entrevistadora: Não esperas muito mais do futuro...

Entrevistada: Não, não. Acho que não.

Entrevistadora: E a vida dos teus filhos, achas que vai ser melhor?

Entrevistada: Eh pá, eu tento fazer e dou muitos conselhos a eles para que façam também a parte deles. Porque, é assim, a minha filha está a trabalhar, tem dois trabalhos, até. O meu filho está na tropa. Mas ainda não dão valor ao dinheiro. Porque, é assim, estão a ganhar hoje, estão a gastar amanhã. Depois de amanhã, já estão a pedir: «Mamã, dá-me um euro, mamã, dá-me dois euros». E eu, com a lição de vida que eu já tive, eu estou sempre a dar o conselho: «Vocês poupem hoje, porque amanhã vai fazer falta», estás a perceber? Foi o que aconteceu comigo, eu, como não soube poupar, quando queria poupar, não tinha para poupar. Por isso, passei muitas dificuldades. E é isto, o conselho que dou a eles: «Vocês que ganhem hoje, poupem amanhã, para usar depois de amanhã.»
(P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Filha de pais cabo-verdianos, nasceu no continente e foi viver para os Açores aos seis anos. Assumiu a responsabilidade doméstica de cuidar dos irmãos aos dez anos e, aos 12, abandonou a escola com a 4.^a classe concluída. Não gostava especialmente da escola, mas gostaria de ter continuado a estudar, nem que fosse para fugir à vida da casa. Aos 14 anos, engravidou. Essa relação durou pouco tempo porque o companheiro era violento. Tendo assistido, enquanto criança, a discussões entre os pais e à violência (sobretudo psicológica) por parte do pai, diz que cedo decidiu que não queria experienciar o mesmo que a mãe viveu. Aos 17 anos, teve o segundo filho de uma outra relação, e procurou ter uma vida autónoma – começou a trabalhar e alugou um quarto. Aos 31 anos, juntou-se ao companheiro com quem vivia à data da entrevista e com quem teve a sua terceira filha. Trabalhou nas limpezas e na restauração, chegou a passar por períodos de desemprego, mas, tal como o pai e a mãe, fez grande parte do seu percurso profissional no sector da pesca, como gameleira.

Na entrevista, afirmou gostar do trabalho, embora o considerasse um pouco rotineiro, por implicar estar sempre na mesma posição, sendo que já se ressentia, com problemas de circulação nas pernas. Já teve problemas de saúde e lembrou com alguma mágoa quando, na sequência de ter sido operada, lhe foi recusado apoio social (teve apenas apoio alimentar), acabando por recomeçar a trabalhar ainda debilitada. Como gameleira, o seu rendimento era demasiado instável e gostaria de ter um contrato que garantisse um salário certo ao fim do mês.

Explicou que essa possibilidade já havia sido discutida no trabalho, mas também nesse sector se assiste a um *trade-off* entre trabalho e proteção social, visto que a regularização da situação implicaria a perda de apoios sociais, considerados uma garantia mais segura para o agregado familiar do que as oferecidas por um trabalho instável. Disse ainda que, se pudesse, ganhava o Euromilhões, para não ter de trabalhar. Não considerava estar numa situação de pobreza por ter um trabalho e uma família cujos membros se ajudavam entre si em caso de necessidade, por não passarem fome e terem um teto. Já se sentiu discriminada por ser negra enquanto procurava casa para arrendar. Olhando retrospectivamente, considerou ter lutado e conseguido que os seus filhos não passassem fome, fazendo por estes o que a sua mãe tentara fazer por si. Quanto a sonhos, disse já ter cumprido um deles, o de conhecer a terra onde nasceu. O outro, de viver o tempo suficiente para conhecer um neto, também reflete uma transferência das expectativas de futuro para a descendência.

Entrevistadora: E quais são os teus maiores sonhos que gostarias de ver realizados?

Entrevistada: Os meus maiores sonhos... Eu já realizei um. Já fui conhecer XXXX [nome da cidade onde nasceu].

Entrevistadora: Onde tu nasceste?

Entrevistada: Onde eu nasci. Conheci XXXX aos 38 anos. Já viste? Eu vim de lá bebé de meses.

Entrevistadora: Já tinhas estado na Alemanha... Onde é que tinhas ido?

Entrevistada: Ao Luxemburgo.

Entrevistada: Portanto, já tinhas ido ao Luxemburgo e não tinhas ido a XXXX [cidade onde nasceu].

Entrevistada: Eu, quando estive no Luxemburgo, eu conheci os outros países todos ali à volta. Já fui a Cabo Verde duas vezes, são viagens caras. Fui para o Luxemburgo, do Luxemburgo conheci a França, conheci a Holanda, conheci a Bélgica, estive na Alemanha. Fizemos uma excursão do Luxemburgo a Itália, atravessámos a Suíça. Pronto, já fui a vários países e nunca fui a XXXX, que é mesmo aqui ao lado. Mas fui a XXXX aos 38 anos. Este era o meu sonho, era conhecer a minha terra.

Entrevistadora: Já realizaste um, tens outros sonhos?

Entrevistada: Tenho, ver os meus filhos bem. Tenho que... E outro... Antes de morrer, tenho de ter um neto, tenho que ter um neto.

Entrevistadora: Achas que se vão realizar esses sonhos?

Entrevistada: Não sei, eles são cabeças de água ainda, não sei. Eu tenho é que viver mais alguns anitos, porque não quero ir sem conhecer um neto, pelo menos, sem saber o que é estar com um neto nas mãos, poxa! Dizem que isso é um amor a dobrar! Por isso, quero realizar esse sonho, claro. [riso]

Entrevistadora: Ainda vale a pena viver mais uns aninhos, nem que seja por isso.

Entrevistada: Claro. Nem que seja para estar com o netinho.

Entrevistadora: E achas que vais conseguir concretizá-lo?

Entrevistada: Acho que sim. Tenho fé que sim. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Num registo um pouco mais sofrido e menos confiante, também uma entrevistada do Porto já referida anteriormente pelo seu trajeto de exclusão social e laboral, diz esperar que os filhos tenham a vida que não teve:

Entrevistadora: Disse-me que gostava muito de poder ajudar os seus filhos no futuro deles. E acha que o futuro deles passa pelo quê?

Entrevistada: É assim, eu falo pelos meus filhos. Os meus filhos têm uma revolta muito grande porque... eles hoje já são uns homens e lembram-se bem daquilo que eu passei. Porque eu passei muito para lhes dar a eles e eles lembram-se muito bem que muitas vezes eu não comia para dar a eles, não é? E eles recordam-se dessas... custa-me falar... [interrompe e emociona-se, chorando]

Entrevistadora: Custa-lhe falar, eu respeito isso. Dê cá a sua mão.... É uma grande mulher! Já criou aí os seus filhos... Dª XXXX, já estamos a acabar a entrevista...

Entrevistada: [Chora] Não me fale do passado... eu começo logo... vê?

Entrevistadora: É, não quer falar do passado. Pronto, nós então respeitamos. Então os sonhos para os seus filhos são que eles tenham uma vida melhor?

Entrevistada: Claro. Que eles tenham aquilo que eu nunca tive!

Entrevistadora: Aquilo que você nunca teve. Ter mais estudos também é importante?

Entrevistada: Claro! (...) Eu quero que eles tenham uma vida melhor que a minha, não é? Que tenham estudos que eu nunca tive, que tenham o trabalho deles, que tenham a vidinha deles, feita, não é? A casinha deles...

Entrevistadora: Claro...

Entrevistada: [Chora] Aquilo que eu nunca tive... (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

A entrevistada de Almada, de 45 anos, foi já referida anteriormente por aparentemente ser mais otimista em relação ao futuro. Ainda assim, é interessante notar que esse otimismo se associa a um desinvestimento em si própria, olhando a descendência como o principal motivo da sua felicidade e investindo as suas forças na melhoria das suas condições de vida. Referiu com algum desencanto que uma das filhas já estava formada em Direito, mas que tinha um trabalho no setor da distribuição alimentação que não valorizava as suas qualificações. No entanto, esta não era a filha que mais a preocupava. Os seus sonhos estavam direcionados para a melhoria da situação do filho de 15 anos, portador de uma deficiência que exige maiores cuidados, que gostaria que ganhasse maior autonomia ao atingir a idade adulta.

Entrevistada: Sou feliz assim. Sou uma mulher honesta, sou uma guerreira, lutadora. Luto todos os dias para ver os meus filhos felizes. Eu deixo de investir em mim para investir (...) Eu invisto nos meus filhos. Desde que eu estou limpa, nem que seja uma roupa velha, mas está limpa e para mim é o importante.(...)

Entrevistadora: E acha que a vida dos seus filhos também vai ser melhor?

Entrevistada: Eu espero que sim. Espero e... que a próxima geração deles que seja melhor.

Entrevistadora: Através da educação?

Entrevistada: Educação, sim. Espero que sim, se Deus quiser.

Entrevistadora: E é a última: quais é que são os seus maiores sonhos que gostaria de concretizar?

Entrevistada: Olha, o meu maior sonho que eu gostaria de concretizar é que essa criança que eu tenho com problemas que melhorasse. Ele tem 15. Que até aos 18 ele melhorasse, que seja autónomo. E ver os meus filhos felizes.

Entrevistadora: E acha que vai concretizá-los?

Entrevistada: Eu tenho fé que sim. Eu sou uma pessoa que tem muita fé. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

A entrevistada de Ferreira do Alentejo, de 34 anos, foi mãe relativamente jovem, aos 17 anos. Contou, com alguma mágoa, uma experiência de abandono pela mãe na infância como algo que já passou, mas de que ficou a memória. Foi «adotada» pelos avós paternos, com quem estabeleceu uma relação afetiva forte, e considerava ter tido uma infância feliz. Deixou a escola aos 17 anos, sem concluir o 9.º ano, para se juntar ao atual companheiro, com quem teve quatro filhas. Não se arrepende muito de ter deixado a escola, pois considera que hoje é difícil arranjar emprego, mesmo com qualificações. Trabalhou na agricultura e nas limpezas e, mais

recentemente, frequentou cursos de formação, um deles com equivalência ao 9.º ano de escolaridade. À data da realização da entrevista, trabalhava há dois anos num lar de idosos, como ajudante de lar, mas na prática fazia serviços gerais. Estava insatisfeita com o trabalho, por as condições laborais serem más e por não saber se o contrato iria ser renovado. Considerava os seus rendimentos insuficientes, especialmente por o marido estar desempregado, embora tenha vincado que não passam fome. Tal como ela própria, também o marido teve um percurso laboral instável, tendo-se desenrascado com «muita força de vontade». Embora uma parte das suas expectativas de futuro estivessem relacionadas com as filhas, outras relacionavam-se com desejos de bem-estar para si e para o marido, desejando poder tirar férias ou vir a gozar em paz a sua velhice.

Entrevistadora: Qual é a principal razão para se sentir feliz?

Entrevistada: Porque tenho uma família, tenho as minhas filhas, tenho trabalho. O que é que eu posso pedir mais?

Entrevistadora: Sim. E acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Sim, tenho essa perspetiva que sim. Se Deus quiser, há de ser melhor.

Entrevistadora: E a vida das suas filhas? Acha que vai ser melhor do que a sua?

Entrevistada: Eu espero bem que sim. As outras ainda são pequenas, ainda vai demorar um bom par de anos, a minha maior preocupação é o futuro desta mais velha.

Entrevistadora: Desta, que está numa fase crítica.

Entrevistada: Está numa fase crítica, está na fase de fazer 18 anos. Na fase em que já querem ser maiores, já querem mandar neles. Mas também não é o caso, que ela é uma pessoa, é uma miúda que a gente diz: «Faz assim» e ela faz assim. Teimosa... Isso todos somos. Mas é uma pessoa que respeita opiniões, é uma pessoa correta. Só que a minha preocupação é assim: ela vai terminar a escola, será que vai arranjar trabalho, será que não vai arranjar trabalho? Por isso ela diz: «Eu tenho que ter a carta de condução, porque se eu não arranjar aqui, eu vou para Beja, ou vou para aqui, ou vou para além.»

Entrevistadora: E sempre se pode mexer.

Entrevistada: E sempre se pode mexer. Foi uma coisa que eu tive pena de não ter tido possibilidades, foi de tirar a carta.

Entrevistadora: Já falou de vários sonhos. Agora, para fechar, quais seriam os seus maiores sonhos que, se tivesse uma varinha de condão, gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Gostava de ver as minhas filhas já crescidas, nas casas delas, bem na vida. E eu sozinha, já com o meu marido, e nós já podermos gozar a nossa vida, a nossa velhice, em descanso, paz e sossego.

Entrevistadora: Acha que vai conseguir concretizá-los?

Entrevistada: Sim! Com força de vontade, tudo se consegue. (P4.3_Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 34 anos)

O desejo de que os descendentes ganhem autonomia surgiu assim associada à ideia de um envelhecimento em descanso, um desejo que também está presente na narrativa dum entrevistado de Almada, já apresentada anteriormente. Dada a grande dimensão do agregado familiar, cuja principal fonte de rendimento é o seu trabalho e o da mulher, este entrevistado considerou que a melhoria das suas condições de vida dependeria da capacidade de autonomização dos restantes membros do agregado. Neste sentido, além de abordar a aposta nas qualificações das filhas, expressou a vontade que elas ganhassem autonomia:

Entrevistadora: E acha que a vida dos seus filhos também será melhor?

Entrevistado: Eu acredito que sim.

Entrevistadora: No futuro?

Entrevistado: Eu acredito que sim. Porque se... eu acredito que se a gente lhes der uma boa instrução e lhes meter a perceber muito cedo que as coisas custam, que têm de valorizar, que hoje o pai não tem, mas amanhã vai ter para poder comprar aquilo que o menino quer... Esse tipo de exemplos assim fazem com que a criança cresça com um pouco mais de responsabilidade. E que, quando atinja a maioridade, ela própria decide que quer sair, por livre e espontânea vontade. Não que eu tenho de lhe falar: «Vai embora na tua casa, arranja a tua casa.» Não. Não que eu tenha de lhe falar, mas que ele tenha de sentir: «Não, estou aqui a mais, tenho de me pisgar.» [risos] (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Esta narrativa de esperança na autonomização dos filhos, que dá lugar a uma situação de bem-estar na velhice, contrasta com a narrativa da entrevistada P4.1 da Amadora, que, já perto da velhice, ressaltando o sentido de missão cumprida, explicou que, face às dificuldades, não esperava poder contar com os filhos:

Entrevistada: [Suspiro] É... Tenho os meus filhos com saúde. Isso para mim é tudo. Tenho os meus netos com saúde. Eu, pessoalmente, feliz nunca fui e nem sei o que é isso, mas, como eu lutei para os meus filhos e, graças a Deus, estão com saúde, pronto. Mas eu, pessoalmente, não sei o que é isso. Não sei o que é amar, não sei o que é felicidade... não sei. (...) Com o tipo da doença que tenho de vez em quando eu caio, então não sei se vou precisar de apoio, não sei. Meus filhos sei que não vão poder me ajudar. Portanto, vou continuar nessa linha, pronto, vou lutar para que isso não aconteça, mas vou continuar nessa linha. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Uma outra entrevistada de Ponta Delgada, com 40 anos, também saiu cedo da escola, aos 11 anos, depois de concluída a 4.ª classe, para cuidar dos irmãos, dos quais dois são deficientes, exigindo maiores cuidados e atenção. Os pais separam-se quando era criança, ficando à responsabilidade do pai, que era camponês (trabalhador de estufas). Inicialmente contaram com o apoio da avó, mas, depois do falecimento desta, acabou por assumir as responsabilidades domésticas e o cuidado dos irmãos, de forma a permitir que o pai continuasse a trabalhar.

Aos 16 anos, começou a trabalhar nas limpezas e tentou concluir o 5.º e o 6.º ano em horário pós-laboral. Embora estivesse muito motivada, não conseguiu esse objetivo por se sentir muito cansada. Mais tarde, aos 24 anos, foi integrada numa medida de inserção profissional numa iniciativa de economia solidária, e acabou por ser contratada como ajudante de cozinha, acumulando durante algum tempo esse trabalho com um contrato de três horas nas limpezas. Estava satisfeita com o seu trabalho, por já estar habituada e gostar do ambiente do trabalho, mas gostaria de trabalhar como auxiliar de apoio à infância, o que não era possível devido às suas baixas qualificações, sendo essa uma das principais razões que a fazia lamentar não ter continuado a estudar. Ainda ponderou voltar a tentar, mas, especialmente depois de ter filhos, tornou-se complicado compatibilizar trabalho e estudos.

Casou aos 26 anos e tem três filhos (duas raparigas de treze e oito anos e um rapaz de três meses). Continuou com o marido a viver em casa do pai, num quarto de uma habitação social sobrelotada, mas, ao fim de algum tempo, começaram a construir um anexo, onde, depois de concluído, começaram a viver. Esse empreendimento demorou quase dez anos a ser concluído, em parte por o marido passar muito tempo a trabalhar fora de Portugal, na construção civil. Mais qualificado (tem o 12.º ano), realizava um tipo de trabalho mais especializado, não tendo dificuldade em encontrar emprego no sector. Os rendimentos do marido permitiam alguma folga no orçamento familiar, mas há cerca de três anos teve um

enfarte enquanto trabalhava no estrangeiro e, desde então, a sua situação de saúde impossibilitava-o de voltar a trabalhar, estando, à data da realização da entrevista, a aguardar por um transplante. A situação económica do agregado debilitou-se muito e chegaram a pedir apoio social para o marido. O pedido foi recusado pelo facto de a entrevistada estar a trabalhar, verificando-se aqui de novo o *trade-off* trabalho e prestações já identificado noutras entrevistas, o que os fazia sentirem-se discriminados em comparação com famílias da vizinhança cujos membros não trabalhavam. Tinha sido descrita pela mediadora de acesso que conhecia o seu percurso como uma mulher resoluta («uma lutadora») e, de facto, o seu trajeto indica isso mesmo. No entanto, aquando da realização da entrevista, estava muito desanimada.

Importa também notar que, apesar de a escolha desta entrevistada ter tido também a ver com a sua condição atual associada à maternidade recente, rapidamente se percebeu que, apesar de todo o cuidado com a criança, a sua maior preocupação atual se relacionava com a condição de saúde do marido. Estava mais segura em relação ao futuro dos filhos do que quanto ao do marido:

Entrevistadora: Já disse que se sentia uma pessoa feliz. Qual é a principal razão para se sentir feliz?

Entrevistada: A minha felicidade? Os meus filhos e o meu marido.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Espero que sim. Eu já não faço planos, eu acho que quando fazíamos planos era pior, dava tudo ao contrário. E isso eu disse a ele: «Não vamos fazer planos, vai-se vivendo o dia-a-dia.»

Entrevistadora: E a vida dos seus filhos?

Entrevistada: Eu penso que a vida deles seja boa daqui para frente. A minha XXXX tem tirado ótimas notas, uma miúda que não perdeu o ano. A XXXX também não. Espero que eles tenham um futuro melhor do que aquele que eu tive, a nível de estudos também.

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos que gostaria de...?

Entrevistada: Eu gostava muito que as minhas filhas tivessem, chegassem a ir para a universidade... Uma formação na vida. Eu adorava.

Entrevistadora: Acha que vai conseguir? Acha que isso é possível de concretizar?

Entrevistada: A gente vai tentar, vamos lá ver. Vamos fazer por isso, mas o que era para mim, eu não quero mais nada na minha vida. O meu cantinho aqui e era que elas tivessem a sua vida.

Marido da entrevistada: Chegaram-me a oferecer, a própria instituição dela, chegaram a oferecer as cadeiras aqui. Porque eu tenho o primeiro ano de faculdade, gestão de empresas. Tranquei no Brasil, vim embora. E a assistente social propôs que eles pagavam a cadeira para mim.

Entrevistadora: E por que é que não fez isso?

Entrevistada: Era muito complicado. A gente tinha... Ela era bebé, quem ia dar de comida? E tinha tudo...

Entrevistada: Só eu a trabalhar não dava.

Entrevistadora: E agora já pensou em fazer isso?

Marido da entrevistada: Já. Para mim, já...

Entrevistada: Ele tem 44 anos, ele diz que já não tem idade para essas coisas. Eu digo a ele: «44 anos é um homem muito novo.»

Marido da entrevistada: Agora quero ver é as minhas filhas. (P4.3_Ponta Delgada#1, sexo feminino, 40 anos)

O investimento nas qualificações é um tema que surge em várias entrevistas enquanto forma de perspetivar uma melhor vida dos descendentes, incluindo a preocupação de acompanhar e respeitar as preferências vocacionais destes. Numa das entrevistas em Guimarães, foi a própria filha que clarificou os seus projetos de futuro:

Entrevistadora: E o que pensa para o futuro da XXXX [Nome da filha]? Como gostaria que fosse o futuro dela?

Entrevistado: Ela já me diz que quer ser médica, quer ser...

Filha do entrevistado: [Interrompendo] Agora quero ser fotógrafa.

Entrevistadora: Fotógrafa?

Entrevistado: Eu não tenho a ideia dela.

Entrevistadora: E, quando pensa, como gostaria que fosse o futuro da vida dela?

Entrevistado: Estudar e depois ela vê o futuro dela. Sem estudos, ela não pode ir a lado nenhum. Que não seja burra como o pai. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Esta ideia da aposta na educação para que tenham um futuro diferente do seu também foi expressa por um outro entrevistado de Guimarães, referido anteriormente como alguém que desistiu dos seus próprios projetos de realização profissional, que passavam por ser arquiteto.

Entrevistadora: E o que espera para a vida dos seus filhos e do seu neto?

Entrevistado: Que tenham tudo de bom, tudo melhor do que eu.

Entrevistadora: O que é que acha que devia ser melhor?

Entrevistado: Melhor... Tudo! Melhor do que eu, em tudo... Que tenham as coisas que eles querem, que eles sonham. Eles é que sabem. É como eu digo a este: «Estuda, aprende, que sejas mais feliz do que o avô.»

Entrevistadora: E acha que, para ser mais feliz, precisaria de estudar mais?

Entrevistado: Estudar mais... Tem que tirar mais um 100 % a Matemática, não é? Agora, a Matemática já andas a ficar um bocado peço. [bateu nas pernas do neto, que estava sentado ao seu lado] (P4.2_Guimarães, sexo masculino, 60 anos)

Também a entrevistada P4.3 do Porto, apesar das dificuldades económicas e sociais descritas anteriormente, pareceu incentivar as filhas na definição da sua vocação profissional, embora fosse cautelosa quanto ao que o futuro lhes reserva:

Entrevistadora: E como é que perceciona o futuro delas?

Entrevistada: A minha XXXX [filha de 16 anos] vai ser assistente social na comissão de proteção de menores. Ela quer. Ela está a estudar para isso, ela quer. A minha XXXX [filha mais nova, de 11 anos] diz que quer ser veterinária. Primeiro queria ser cozinheira, agora quer ser veterinária. Vamos ver. Mas a minha XXXX [filha de 16 anos], tem 16 e quer ser assistente social. (P4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

É possível identificar um registo semelhante na perspetiva de um dos entrevistados de Ponta Delgada:

Entrevistador: O que é que acha do futuro dos seus filhos?

Entrevistado: São desenrascados. Por exemplo, o mais velho é desenrascado e procura uma coisa rápida, o outro abaixo também é desenrascado. Daqui a dias, ele está a trabalhar. Ele gosta de futebol...

Entrevistador: Acha que eles vão ter um bom futuro?

Entrevistado: O mais velho eu não sei, ele é um pouco cabeça no ar, por causa das meninas. Até pode ser que sossegue. Depois, o abaixo acho que vai mais longe, ele quer tirar o curso de treinador de futebol e acho que vai em frente, ele está a lutar por isso. E

as meninas também são mais aplicadas, pensam em estudar. (P4.2_Ponta Delgada#1, sexo masculino, 49 anos)

Já o entrevistado P4.4 do Porto lamenta não ter condições de propiciar a continuação dos estudos dos filhos:

Entrevistadora: E como é que imagina a vida da sua filha?

Entrevistado: Tenho esperanças que sim. Mas não tenho, hum, não vejo muito futuro, um futuro risonho para ela. Não estou a ver...

Entrevistadora: Mas por causa da escola?

Entrevistado: Por causa da escola, dos estudos. A situação financeira que temos, não vou poder dar estudos superiores, que isso é complicado para nós. E nisso tudo. Temo que vá acabar nas limpezas, conforme o pai e a mãe. (P4.4_Porto, sexo masculino, 41 anos)

Um outro entrevistado, de Ponta Delgada apresentou uma perspetiva um pouco diferente. Uma das filhas estava a estudar no ensino superior, pressupondo-se um investimento nas suas qualificações. Ainda assim, talvez sugestionado pela situação de saúde da mulher, a sua preocupação fundamental prendia-se com a saúde destas. Considerava que, como eram jovens, com saúde, terão um futuro, nem que para isso tenham de emigrar, uma opção que chegou várias vezes a equacionar para si próprio.

Entrevistadora: E a vida futura das suas filhas?

Entrevistado: Isso tem.

Entrevistadora: Acha que vai ser melhor?

Entrevistado: Primeiro, têm saúde, que são novas. E, se não der aqui, não quer dizer que vá tudo emigrar.

Entrevistadora: Acha que a vida das suas filhas vai ser melhor?

Entrevistado: Não, não. Vá, em Portugal, eu desconfio...

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistado: Portanto, a nível também das minhas filhas... Elas agora, graças a Deus, é a minha riqueza, não têm doenças, têm saúde.

Entrevistadora: Acha que a saúde das suas filhas e o futuro das suas filhas vai ser melhor?

Entrevistado: Exatamente, isso é. Eu vejo aí muita gente nova... (P4.2_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 49 anos)

Embora com menos sinais de investimento nas qualificações, o entrevistado de Vila Pouca de Aguiar também valorizava a saúde e equacionava a possibilidade de emigração, estando previsto que um dos seus filhos emigrasse em breve:

Entrevistadora: Sobre a vida dos seus filhos?

Entrevistado: Sobre a vida dos meus filhos? Enquanto eles tiverem saúde, muito bem, se não tiverem...

Entrevistadora: E acha que os seus filhos têm condições de ter uma vida melhor do que aquela que o senhor teve?

Entrevistadora: Espero que sim. Meu filho parece que já vai para o ano, quer ir para França. Vamos ver. Se ele for para França, melhor é. A minha filha diz que vai se juntar. E se ela for, também vai. E só ficou a pequena, o que pode ser, já vamos ver. (P4.2_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo masculino, 54 anos)

Por fim, destacamos outros registos mais lacónicos, que parecem indicar uma ausência de expectativas em relação ao futuro dos filhos, de acordo com a ideia de se viver um dia de cada vez, sem muitos planos:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Vamos ver!

Entrevistadora: Acha que vai ser melhor?

Entrevistado: Sim, eu penso que sim. Se tiverem ao menos a vontade de trabalhar como tinha eu, é possível que seja melhor do que a minha. (P4.2_Vila Pouca Aguiar, sexo masculino, 48 anos)

Entrevistada: Vida dos meus filhos... Um está a levar a vida dele, com família dele e os outros ainda [vivem com a entrevistada]. Do resto, esta juventude, olha, estou a pensar, a pedir que Deus leve eles tranquilo, que dá uma vida sossegada também. Vá levar a vida. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 58 anos)

Num registo mais pessimista, apesar de afirmar ser esse o centro das suas preocupações, a entrevistada abaixo considerou que não estava ao seu alcance a melhoria das condições de vida dos filhos:

Entrevistadora: E a vida dos seus filhos?

Entrevistada: Tento que seja melhor.

Entrevistadora: Consegue ver que eles já vão ter mais oportunidades do que... quer dizer, já vê de certa forma, não é?

Entrevistada: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: Mas como é que vê o futuro deles?

Entrevistada: Não muito bom, porque eu acho que isso não tem tendência para melhorar. Mas tento fazer o que eu consiga, o que está ao meu alcance.

Entrevistadora: Qual é o seu maior sonho que gostaria de ver realizado?

Entrevistada: Não tenho sonhos. Não sei. Não tenho sonhos. Talvez, pronto, o que me preocupa, ou o que eu penso, é os meus filhos estarem bem. É só mesmo nisso que eu me foco. É os meus filhos estarem bem. (P4.5_Caldas da Rainha, sexo feminino, 40 anos)

Por fim, e como já foi apontado em algumas entrevistas (por exemplo, P4.3_Ponta Delgada#2 e P4.3_Ferreira do Alentejo), a falta de confiança está relacionada com as capacidades de organização dos filhos. Ambicionando a sua autonomização, era na conjugalidade, como forma de acesso a uma vida autónoma, que a entrevistada P4.1 de Serpa via uma réstia de esperança relativamente ao futuro dos seus filhos.

Entrevistadora: E a vida dos seus filhos, acha que vai ser melhor?

Entrevistada: Não, acho que vai estar sempre na mesma.

Entrevistadora: Acha?

Entrevistada: Sim, porque eu conheço os meus filhos. Os meus filhos não foram à escola, não têm carta, uns dias trabalham, outros não trabalham. Tudo o que ganham gastam, pouco se importam. E assim não há futuro. Eu às vezes digo-lhes: «O que é que vocês querem da vida?» Eu sou eu, vivi outra vida, agora eles não.

Entrevistadora: Eles contribuem com alguma coisa para a casa?

Entrevistada: Está ali um que dá, agora o outro não gosta de dar.

Entrevistadora: Eles contribuem com quanto?

Entrevistada: Eles, não é certo. Às vezes, ganham outras vezes, não. O XXXX, a última vez que me deu foi há um mês e tal e deu-me 150 euros. Nem chega para ele, mas pronto!

Entrevistadora: Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: É ver os meus filhos grandes, casados na casa deles. Orientados.

Entrevistadora: Acha que vai ver esses sonhos realizados?

Entrevistada: Ai, estou vendo isto tudo muito tombado. Ela saiu mais cedo e eles nunca mais saem. Ela, com a idade deles, já tinha um menino.

Entrevistadora: E se calhar já trabalhava.

Entrevistada: Ela não. Quer dizer, o marido trabalha por conta dele e ela só faz a azeitona, que é o que há lá. E agora tem o menino pequeno com dois meses e está em casa.
(P4.1_Serpa, sexo feminino, 53 anos)

Assumindo uma perspectiva distinta, uma entrevistada, também de Serpa, centrou-se nas condições sociais do país:

Entrevistadora: E a vida dos seus filhos acha que vai ser melhor?

Entrevistado: Não sei, tenho muito medo e muitas dúvidas. Tenho medo pelas dificuldades económicas que estou a passar e também é que não vejo perspectivas, mas também pela corrupção que existe neste país. E também por estas mudanças climáticas, que são mais graves do que pensamos. Não acredito que eles vão ter filhos que fiquem melhores neste mundo. E já oiço muitos jovens que não querem ter filhos, com medo. (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Finda a apresentação das expectativas dos entrevistados em relação ao futuro, importa fazer algumas notas de síntese. Em primeiro lugar, importa salientar que, na maior parte das narrativas, a privação não é encarada como uma condição momentânea, mas antes como um traço que se foi inscrevendo nas suas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro. Embora cerca de metade das pessoas deste perfil tenha uma situação profissional estável, grande parte tem em comum o facto de ter começado a trabalhar bastante nova, muitas vezes configurando situações de trabalho infantil, em atividades penosas e mal pagas, tendo vários casos envolvido processos migratórios de base económica. Embora todos os agregados familiares sejam constituídos por pelo menos dois adultos, encontramos muitos casos de provedor único e com crianças ou pessoas com deficiências em situação de dependência, o que agrava a marca de privação relatada. Muitos entrevistados deste perfil saíram cedo da escola e ou nunca tiveram a ambição de estudar mais ou já desistiram de melhorar as suas qualificações. Algumas pessoas optam por viver o presente, sem criar expectativas. Noutros casos, estão expectantes, embora também não se sintam capazes de formular prognósticos. Há ainda entrevistados que dizem que o seu futuro não será melhor e

que poderá até ser pior.

A saúde, dos entrevistados ou dos seus familiares, constitui em muitos relatos uma preocupação imediata e, especialmente nestes casos, o acesso à proteção social ou à reforma é encarado como uma das condições para um futuro melhor. Várias das pessoas entrevistadas dizem que duvidam de que algum dia venham a ter uma reforma digna, seja por insuficiência da carreira contributiva seja pelas crescentes restrições de acesso a reformas. Algumas delas expressam ressentimento pelo estigma associado à pobreza e ao recurso a apoios sociais, como é o caso do RSI, bem como pelo facto de não poderem aceder a este tipo de apoios a partir do momento em que um dos cônjuges tem salário certo, sendo este um aspeto crítico, especialmente em casos de mudanças de rendimento associadas a situações de desemprego ou de doença. Importa também registar que, em alguns trajetos mais marcados por processos de maior exclusão social e por recurso à assistência social, a importância dada ao trabalho vem associada à vontade de não se depender de subsídios. Muitas famílias parecem enfrentar um *trade-off* entre trabalho e proteção social, uma escolha dificultada quando as poucas oportunidades existentes se caracterizam pela precariedade, pela penosidade laboral e pelos baixos salários, que limitam as hipóteses de melhoria das condições de vida. Com a idade e em caso de degradação das condições de saúde, a resolução desse *trade-off* pode implicar maiores custos pessoais e familiares. Sublinhe-se que este pessimismo está presente mesmo entre pessoas que, pela idade, estariam a meio do seu trajeto laboral. Refira-se, por fim, que os entrevistados mais jovens apresentaram visões mais otimistas. No entanto, salientamos que grande parte dos entrevistados das quotas relativas aos segmentos etários mais baixos (quotas 4.3 e P4.4) têm idades próximas dos quarenta anos. Assim, neste perfil há poucos dados que nos permitam avançar conclusões sobre dimensões geracionais baseadas no contraste de coortes etárias.

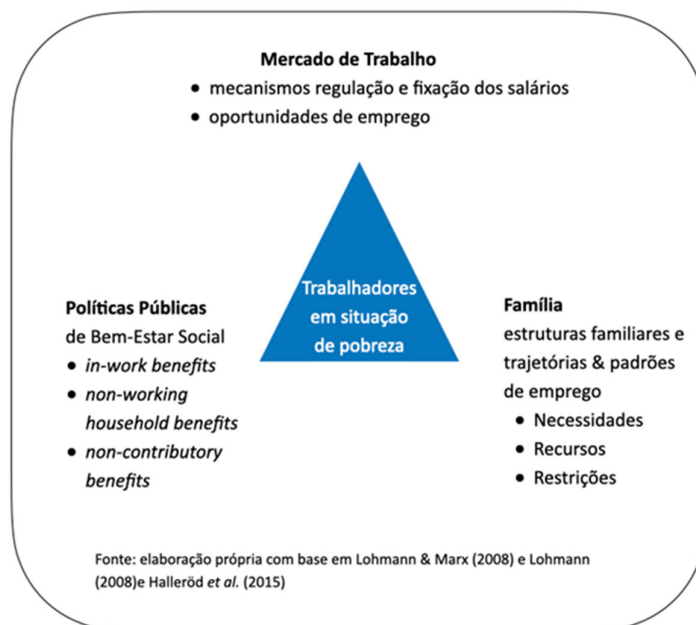
Com trajetos de vida de trabalho por necessidade e com sacrifício, em que a realização pessoal cedo foi colocada de lado, e sem muitas perspetivas de melhoria das suas condições de vida, muitas das pessoas entrevistadas parecem investir a esperança de melhoria futura na descendência. Em algumas narrativas, especialmente de mulheres, esta esperança toma a forma de renúncia, uma vez que o investimento na família é feito à custa do desinvestimento em si própria. Noutras, surge a ideia da aposta na autonomização dos filhos como forma de garantir algum bem-estar e tranquilidade na velhice. O «desejo de fazê-los felizes» ou de que tenham saúde, os conselhos para que evitem os erros cometidos pelos próprios, mobilizando a sua experiência de vida (por exemplo, quanto à forma de gestão de dinheiro ou quanto à aposta nas qualificações) são algumas das manifestações desse investimento. Há quem gostasse de poder

deixar património habitacional como meio de garantir que os filhos não passem dificuldades a esse nível. O desejo de que tenham uma vida autónoma é outra preocupação que surge em várias entrevistas. No entanto, a aposta nas qualificações é o tipo de investimento mais referido, o que é particularmente relevante considerando o predomínio de baixos níveis de escolaridade entre as pessoas entrevistadas. O aumento da escolaridade das próximas gerações parece ser uma preocupação em muitas das entrevistas analisadas, manifestando-se ora através de apoios materiais, ora de incentivos à aposta nos estudos ou no desenvolvimento vocacional. Resta saber com que resultado futuro.

Conclusão

Os resultados apurados mostram que a pobreza entre os trabalhadores se tece numa malha de fatores associados aos indivíduos e suas famílias e ao papel das políticas públicas, sem esquecer os contextos sociais, políticos e económicos em que a sua vida se desenrola. Na primeira dimensão estão em causa fatores relativos às necessidades impostas pela estrutura familiar; aos recursos que influenciam a participação no mercado de trabalho (como a educação, a experiência profissional e a ocupação) e às restrições ou constrangimentos à participação no mercado de trabalho (como a obrigação da prestação de cuidados a crianças pequenas, a pessoas idosas ou a outros dependentes no agregado familiar). A segunda dimensão reporta-se ao papel das políticas públicas de compensação dos desequilíbrios ocorridos nas estruturas familiares, no balanço entre necessidades, recursos e restrições. Na terceira trata-se da escassez de oportunidades de emprego no contexto de um mercado de trabalho caracterizado pela fraqueza de um tecido produtivo incapaz de proporcionar empregos de qualidade, isto é, que sejam estáveis, bem remunerados, não penosos e não perigosos.

Figura 1 - Fatores determinantes do risco de pobreza no trabalho



A singularidade deste perfil reside, por um lado, na condição dos entrevistados perante o trabalho, uma vez que todos desenvolvem uma atividade laboral e todos se integram em

agregados familiares onde o trabalho é a principal fonte de rendimento familiar, e, por outro lado, na natureza dos vínculos laborais, registando-se que mais de metade dos entrevistados se encontrava em situação de contrato sem termo no momento da entrevista e com TLE, em contraste com o que se verifica no caso dos precários (Perfil 2) e dos desempregados (Perfil 3). Revela-se assim que a situação de pobreza não deriva exclusivamente de uma TLI onde a precariedade, a informalidade, o desemprego e as atividades intermédias entre emprego e desemprego constituem o padrão dominante. Aqui, a razão da pobreza reside na coexistência entre trabalho com baixos salários e o que temos vindo a designar de desemprego familiar, para caracterizar a posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar (conjugues, descendentes e outros familiares), tendo como consequência que a existência de um provedor singular, ou mesmo múltiplo, de rendimento não constitui condição suficiente para a superação da pobreza, dependendo esta da dimensão do agregado e das suas necessidades; dos níveis salariais auferidos; do regime de trabalho (a tempo integral, parcial ou sazonal) e dos mecanismos fiscais e de proteção social.

Os baixos salários auferidos pelos entrevistados refletem, por um lado, as características estruturais do mercado de trabalho em Portugal e, por outro lado, os efeitos de trajetórias biográficas associadas à pobreza na infância e na transição para a vida adulta.

Nas narrativas dos nossos entrevistados, as recordações da infância dividem-se entre as positivas, marcadas em particular pelas boas lembranças familiares, da escola, dos amigos e das brincadeiras; por outras de carácter mais ambivalente, onde se podem encontrar elementos positivos mas também negativos, em particular associados a instabilidade familiar, a perdas de membros significativos ou ainda a violência; e outras particularmente negativas, sobretudo pela existência de violência familiar, alcoolismo, maus-tratos, e ainda um caso de suicídio e outros de abandono pelas mães quando eram crianças, como sucedeu com duas das entrevistadas.

Nos eventos potenciadores de pobreza observados neste perfil emergem fatores como problemas de saúde dos adultos ou crianças, a instabilidade no mundo de trabalho e a perda de um dos membros significativos do agregado familiar, com consequências negativas para as crianças. Uma das consequências visíveis traduz-se no abandono do percurso escolar, para auxiliarem a família implicando, em várias situações, o ingresso no mundo de trabalho. Como sublinhámos na análise dos outros perfis, estes factos são relevantes, sobretudo quando pensamos nas consequências que acarretam no futuro, especialmente na interrupção da escolarização e num acesso menos qualificado ao mercado de trabalho. Observa-se então o que Lopes (2013) assinala quanto aos fatores potenciadores do sucesso escolar e ao que designa de efeito de trajetória (p.37).

Os percursos escolares dos nossos entrevistados revelam heterogeneidade, ainda que na sua maioria se situem em níveis de qualificação relativamente baixos, com consequências na vida futura dos sujeitos. A maioria dos nossos entrevistados não atingiu o 12.º ano, mesmo após o ingresso em percursos formativos na idade adulta, identificando-se diferentes motivos para estas qualificações em geral baixas. Por um lado, é possível encontrar narrativas onde o desinteresse das crianças pela escola se foi acumulando, com reprovações e, em alguns casos, com dificuldades de adaptação na escola, quer por motivos relacionados diretamente com a aprendizagem, quer com a relação entre pares. Por outro lado, é possível encontrar sujeitos que gostavam da escola, que nela tinham sucesso, mas que interromperam esse percurso por necessidade de apoio à família, seja ao nível dos cuidados de outros membros (por exemplo, avós ou irmãos mais novos) ou pela vontade de se iniciarem no mundo do trabalho para disporem do seu próprio dinheiro. Em alguns casos, como relatámos, essa vontade/necessidade surge depois da perda de um dos adultos do agregado familiar, precipitando essa necessidade de auxiliar a família. Tal como no Perfil 3 (desempregados), encontramos também aqui a gravidez precoce como elemento desencadeador da saída da escola.

Muitas das histórias de abandono acontecem mesmo quando os entrevistados afirmam que gostavam da escola e que gostariam de nela ter continuado. Neste perfil observam-se, de um modo mais expressivo que nos restantes, histórias de crianças cuidadoras de irmãos e de avós. Estas circunstâncias, a par de outros mecanismos assinalados como fatores desencadeadores do abandono escolar, sublinham a necessidade de uma análise mais aprofundada das políticas sociais de apoio às famílias, mas também o reforço das situações de proteção às crianças, assegurando que possam permanecer na escola, garantido o seu direito à educação e a perspectivas de futuro mais promissoras e evitando que as situações vividas pelos nossos entrevistados se repitam com as crianças e os jovens de hoje.

A maioria dos entrevistados reconhece o papel da educação e da escolarização para um futuro melhor, decorrente nomeadamente do acesso mais qualificado ao mercado de trabalho, mas esse interesse não se traduziu necessariamente no ingresso em ações formativas/educativas. Para lá de motivos financeiros, é também possível identificar um desinteresse em prosseguir esse caminho, a par das dificuldades em conciliar a vida familiar com a vida laboral.

No que respeita à transição para a vida adulta, em termos genéricos podemos concluir que muitos dos inquiridos deste perfil transitaram precocemente para o mundo do trabalho para desempenharem atividades profissionais variadas, destacando-se aqui ocupações profissionais na área da construção civil, agricultura, pesca e serviços. Em média, os

entrevistados transitaram para o trabalho aos 15 anos, depois de terem frequentado a escola durante seis anos.

O facto de alguns destes inquiridos terem experienciado situações de desemprego justifica que tenham reingressado em processos de formação, percebendo-se aqui, à semelhança do que acontecia com os desempregados (Perfil 3), o impacto das políticas ativas de emprego nos processos de requalificação. As perspetivas que enunciam acerca destes processos são muito similares às observadas junto dos entrevistados desempregados: i) para alguns o reingresso em processos formativos deriva do analfabetismo funcional que evidenciavam na sequência de um abandono precoce e desqualificado da escola sem terem desenvolvido competências básicas que permitam a funcionalidade social, situação que torna complexa e difícil, na perspetiva dos inquiridos, a inserção na própria formação; ii) outros salientaram o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre significativas tendo em conta a sua experiência de vida; iii) outros destacaram a irrelevância dos cursos frequentados na reconversão profissional e na criação de oportunidades de emprego, apesar das elevadas expectativas que lhes foram criadas aquando da seleção para a frequência da formação; iv) outros, ainda, relevaram o lado convivial que a formação permitiu e a oportunidade de criação de redes de sociabilidade que obstou ao isolamento social que a situação de desemprego produzia.

As transições familiares destes entrevistados originam uma diversidade de formas de estruturação das relações afetivas e de coresidência, salientando-se a existência de agregados familiares muito numerosos, com um número muito significativo de crianças, jovens e adultos dependentes de um número muito limitado de provedores. Também se denota que, por vezes, a autonomização residencial é posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, situação decorrente do facto de as restrições económicas sentidas pelo jovem casal o impedirem de ter acesso a uma habitação própria, problema que as solidariedades familiares permitiram minorar, através da cedência de habitação por parte dos progenitores; aliás, são estas solidariedades familiares presentes em diferentes momentos das trajetórias dos indivíduos, e que se estendem a vários membros da família alargada, que permitem perceber, por um lado, a elevada densidade ocupacional das habitações, e, por outro, que muitos destes indivíduos escapem a processos complexos de privação material severa e de exclusão social.

As dificuldades financeiras que perpassavam a vida destas pessoas afetaram os processos de transição para a conjugalidade e para a parentalidade. Alguns enfatizaram a conflitualidade relacional presente na relação conjugal, a dificuldade de gestão da educação e

da relação com os filhos ou o impacto económico profundo que a interrupção da relação conjugal provocou nos agregados familiares. Nalguns casos a parentalidade também aprofundou a situação de vulnerabilidade económica, interferiu e interrompeu projetos de vida, obstaculizou processos formativos. À semelhança do que se observou nos outros perfis alguns membros da família nuclear referiram ter abandonado o mercado de trabalho, ou recorreram ao trabalho a tempo parcial, para se ocuparem de crianças, sendo esta uma ação assumida tanto por homens quanto por mulheres. Ora, esta questão coloca em cena, uma vez mais, as limitações das políticas de conciliação trabalho-família em Portugal, na medida em que a inexistência de infraestruturas de apoio aos cuidados à infância, a custos acessíveis para estas famílias, obriga a que o cuidador informal se sinta coagido a abandonar o mercado de trabalho ou trajetos de educação e formação.

Como referimos, todos os entrevistados desenvolviam uma atividade laboral e todos se integravam em agregados familiares onde o trabalho é a principal fonte de rendimento familiar. A forma como ingressaram no mercado laboral, como já assinalado, foi, em regra, precoce e com baixa escolaridade, não se distinguindo, neste aspeto, dos entrevistados dos restantes perfis. As suas estratégias de acesso ao emprego, em especial ao primeiro emprego, tiveram por base, essencialmente, a mobilização de redes de relacionamento, ficando mais uma vez claro o importante papel que os familiares desempenharam nessa instância.

Como já se tinha dito, é em relação aos vínculos laborais que este perfil se distingue fortemente dos restantes. Este facto, por si só, é muito relevante para se compreender que a situação de pobreza não deriva exclusivamente de uma trajetória de emprego em carrossel onde a precariedade, a informalidade, o desemprego e as atividades intermédias entre emprego e desemprego campeiam. Encontrámos, pois, uma parte importante das razões da pobreza nos baixos salários dos próprios, dos seus cônjuges (quando é caso disso) e nas estruturas familiares.

Para além de questões mais objetivas relacionadas com a vinculação, a trajetória e o desemprego, encontramos nas entrevistas questões mais subjetivas, associadas à identidade social dos indivíduos, isto é, à identidade que pretendem construir para si e para os outros (transação identitária na linguagem de Dubar, 1991). Neste perfil, em contraste com os demais, os indivíduos quase não se definem em relação ao trabalho como doentes e, quando o fazem, é mais com o intuito de sublinhar o esforço de trabalhar em penosidade (situação provocada pela doença) do que de justificar uma relação mais lassa com o mundo do trabalho.

Os valores que os indivíduos associam ao trabalho configuram uma determinada identidade social como trabalhador, baseada em valores extrínsecos, ligados ao trabalho conformado, em esforço, penoso. Gosta-se do trabalho porque é o que se tem, porque tem de

se gostar, vincando-se a ideia de que o trabalho é algo que serve para se ganhar um salário, para se sustentar os filhos.

Como nos restantes perfis a emigração assume relevo nos discursos dos indivíduos. Em alguns casos estão em causa experiências de emigração própria, noutros de familiares muito próximos ou ainda de amigos. A emigração é um escape à pobreza que resultou para uns, mantendo-se emigrados, mas não para os nossos entrevistados. É também de relevar a imigração. É neste perfil que podemos encontrar o maior número de imigrantes e seus descendentes entre os entrevistados. Nestes casos, a pobreza também não foi superada pelo processo migratório.

Relativamente à percepção em relação aos seus rendimentos, na grande maioria dos casos as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer hesitação na consideração de que os rendimentos de que dispunham não eram suficientes para as suas necessidades. No seu discurso fica implícita a privação (ao contrário do que acontece noutros perfis em que aparece de forma mais explícita) e perpassam estratégias de gestão dos rendimentos disponíveis que entram em conta com essa dimensão. Para além disso, os relatos de algumas pessoas evidenciam a importância da ajuda por parte de outrem para evitar que as situações se tornem (mais) insustentáveis. Noutros casos, um maior equilíbrio apenas é conseguido devido ao autoabastecimento ou à realização atividades informais (biscates).

Na maioria dos casos, também, as pessoas entrevistadas não revelaram qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que sentiram, de forma mais evidente, que os seus rendimentos não eram suficientes. Num conjunto alargado de casos foram relatadas situações em que foi experienciada privação sendo, amiúde, feita menção à forma como essa privação afetou as crianças do agregado, ficando igualmente evidente que, em muitos casos, apesar dos esforços do progenitor, o/a(s) filho/a(s) vão tomando consciência das dificuldades vividas. Aliás, os discursos de algumas pessoas acabam mesmo por ser ilustrativos da transmissão da pobreza ao longo das gerações.

Os momentos mais difíceis na vida identificados pelos respondentes disseram respeito, sobretudo, à doença, muitas vezes associando-se ou desencadeando outras vulnerabilidades. O desemprego, a instabilidade e/ou rutura familiar e mesmo a vivência de uma situação de sem-abrigo foram outros momentos assinalados. Já os aspetos mais positivos da vida foram associados sobretudo à componente familiar e, nomeadamente, a filho/a(s).

Apesar de todas as dificuldades evidenciadas, a maioria das pessoas entrevistadas afirmaram que a sua vida, no momento da entrevista, era melhor do que no passado. O trabalho foi referido por algumas como elemento preponderante. Outras apontaram um maior equilíbrio

entre rendimento e despesas. Outras, ainda, mencionaram aspetos relacionados com a componente familiar, com a habitação, com a saúde e com melhorias percebidas ao nível do bem-estar.

No que respeita às redes de apoio não institucional e ao território são muitas as regularidades encontradas. Estes indivíduos, independentemente da condição perante o trabalho e a posição que ocupam no percurso pessoal, partilham a vida nos mesmos bairros pobres das cidades, são vizinhos nas aldeias e vilas do interior do país. Uns mais, outros menos, desenvolvem laços sociais entre vizinhos, sem deixarem de manter, também em grau variável, as relações com base no parentesco e na amizade. Como vimos, para este perfil e para todos os outros, são estes laços que acabam por valer nos momentos inesperados e sobretudo no quotidiano marcado pela privação, sob a forma de pequenas ajudas, os “pequenos favores” que muitas vezes permitem minimizar situações de aflição sem que os livrem da pobreza e mesmo da estigmatização que sobre eles ela projeta.

Quanto ao papel das políticas públicas de bem-estar social, e das transferências sociais em particular, através de benefícios sociais associados ao trabalho, prestações sociais em situações de não trabalho e prestações sociais não contributivas e familiares, o estudo mostra que os membros desempregados nestas famílias não são beneficiários do subsídio de desemprego, o que revela que as TLE que se observam para a maioria dos seus pais, ou outros familiares no caso das famílias alargadas, estas em número residual, coexistem com trajetórias laborais instáveis intrafamiliares, que condicionam o acesso à proteção social no desemprego e reforçam a importância das oportunidades de emprego como meio de ampliar o número dos membros angariadores de rendimento dos agregados familiares, sublinhando a relevância da situação do emprego no seio do agregado familiar.

Nos entrevistados abrangidos pelo presente estudo o nível de proteção proporcionado pelas redes de proteção ocupacional e universal na compensação da perda ou ausência dos rendimentos do trabalho por motivo de desemprego é muito pouco significativa, quase ausente, entre trabalhadores pobres entrevistados e seus familiares. Tal é explicável quer pela existência de uma parcela significativa de jovens sem experiência de trabalho, e, portanto, excluídos desta proteção, quer pelos critérios de elegibilidade observados no acesso a estes direitos sociais, revelando que as políticas de proteção no desemprego em Portugal não dão resposta adequada à crescente precariedade e às relações de trabalho atípicas. Constata-se igualmente que o RSI, enquanto última rede de proteção na ausência de proteção no desemprego por parte da rede ocupacional, não está adequado a exercer este papel protetor. Revelando-se sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza, não deixa de limitar de forma muito acentuada o acesso

dos trabalhadores pobres a uma garantia mínima de rendimentos.

Importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, que tem como objetivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. A grande maioria dos trabalhadores em situação de pobreza com filhos beneficia desta prestação social, a qual é atribuída em função do escalão de rendimento familiar e do número e idade dos filhos. A sua eficácia na resposta às necessidades acrescidas das famílias com filhos menores depende da sua capacidade em constituir-se como um fator de mitigação da pobreza no seio das famílias e da pobreza infantil em particular.

Entre os trabalhadores pobres e suas famílias é diversa a experiência quanto ao apoio assistencial recebido. Nalguns casos esse apoio cumpriu uma função de suporte importante em situações de crise, como evidenciam os depoimentos dos entrevistados.

A perceção dos entrevistados quanto à relação com os serviços sociais é, naturalmente, influenciada pela avaliação que fazem quer do apoio material prestado à sua situação, quer da qualidade do acompanhamento e suporte experimentado pelos trabalhadores e suas famílias. Maioritariamente são expressas apreciações críticas, mas registam-se igualmente avaliações positivas, dando testemunho do apoio quer de serviços públicos, quer de estruturas comunitárias. Algumas das perceções mais críticas refletem aspetos muito relevantes quando se equaciona a relação entre serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente a questão do respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados.

Reportando-nos às perceções dos trabalhadores pobres deste perfil sobre as suas trajetórias e quotidiano, os momentos mais difíceis na vida disseram respeito, sobretudo, à doença, muitas vezes associando-se ou desencadeando outras vulnerabilidades. O desemprego e a instabilidade ou a rutura familiar foram outros momentos assinalados (os três D's da pobreza de que temos vindo a falar, cf. *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*). Já os aspetos mais positivos da vida foram associados sobretudo à vida familiar, nomeadamente aos filhos. No entanto, a experiência de momentos difíceis e de privação material não dá lugar de forma direta à autorrepresentação de si como pobres, havendo nas suas perceções lugar para a hesitação, para a negação e ainda para a explícita autoclassificação como pessoas em situação de pobreza.

Como já se assinalou relativamente aos outros perfis, a resignação é o sentimento dominante que atravessa o discurso das pessoas entrevistadas, registando-se, no entanto, em alguns entrevistados uma predisposição mais pró-ativa projetada no âmbito do trabalho ou da

escolaridade. Deve também ser feita menção a situações reveladoras do sentimento de vergonha na exposição das dificuldades experienciadas e à referência mais numerosa do que nos outros perfis a situações de discriminação ou exclusão social associadas à sua condição socioeconómica, à sua aparência física, à condição de beneficiários de determinado tipo de apoio social ou em consequência de pedidos de apoio que efetuaram. No entanto, a discriminação sentida pelos membros deste perfil não se limitou somente à esfera das relações sociais em geral, mas é igualmente referida em avaliações mais críticas relativas à relação entre os serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente quando está em questão o respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados.

No que se refere às medidas a tomar para combater a pobreza em Portugal, as pessoas entrevistadas dividiram-se por um leque alargado de opções. Para algumas pessoas, as medidas deveriam seguir uma lógica de redistribuição da riqueza, principalmente no que se refere aos rendimentos auferidos, mas também no sentido da redução de assimetrias regionais como forma de reduzir desigualdades. Outras pessoas mencionaram ainda o aumento de rendimentos como medida a tomar, concretizado nomeadamente através do aumento de salários. De realçar, igualmente, que se, para algumas pessoas, a prioridade deveria passar pela ajuda à população mais desfavorecida, para outras deveria haver maior fiscalização ao nível das medidas de proteção social, de forma a excluir mais facilmente os indivíduos que consideram como não merecedores de apoio.

Na quase totalidade dos casos as pessoas entrevistadas afirmaram sentir-se felizes. Família, saúde e trabalho revelam-se elementos cruciais para o sentimento de felicidade expresso pelos respondentes.

Em relação às expectativas dos entrevistados em relação ao futuro, em primeiro lugar importa salientar que, na maior parte das narrativas, a privação não é encarada como uma condição momentânea, mas antes um traço que se foi inscrevendo nas suas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro. Embora mais de metade das pessoas deste perfil tenha uma situação profissional estável, grande parte tem em comum o facto de terem começado a trabalhar bastante novas, em muitos casos configurando situações de trabalho infantil, e atividades penosas e mal pagas e em vários casos envolvendo processos migratórios de base económica. Algumas pessoas optam por viver o presente, sem formular prognósticos relativamente ao futuro. Noutros casos estão expectantes, não se sentindo capazes de formulá-los. Há ainda entrevistados que expressam o sentimento de que a sua vida não vai ser melhor e que até poderá até piorar.

A saúde, própria ou de familiares, constitui em muitos relatos uma preocupação

imediate e, especialmente nestes casos, o acesso à proteção social ou à reforma é encarado como uma das condições para um futuro melhor. Várias das pessoas entrevistadas expressam a dúvida se algum dia terão uma reforma digna, seja por insuficiência da carreira contributiva ou pelas crescentes restrições de acesso a reformas. Algumas delas expressam ressentimento pelo estigma associado à pobreza e ao recurso a apoios sociais, como é o caso do RSI, ou pelo facto de não poderem aceder a este tipo de apoios a partir do momento em que um dos cônjuges tem salário certo – este é um ponto crítico, especialmente em casos de mudanças de rendimento associadas a situações de desemprego ou de doença. É também de registar que em alguns trajetos mais marcados por processos de maior exclusão social e recurso à assistência social, a importância dada ao trabalho vem associada à vontade de não depender de subsídios. Muitas famílias parecem enfrentar um *trade-off* entre trabalho e proteção social, uma escolha que se torna difícil de fazer quando as poucas oportunidades existentes se caracterizam pela precariedade, a penosidade laboral e os baixos salários, o que limita as opções de melhoria das condições de vida. Com a idade e em caso de degradação das condições de saúde, a resolução desse *trade-off* pode implicar maiores custos pessoais e familiares. É de destacar que este pessimismo está presente mesmo entre pessoas que, pela sua idade, estariam a meio do trajeto laboral. Refira-se por fim que os entrevistados mais jovens apresentaram visões mais otimistas, embora aqui existam poucos casos para se poder falar de um contraste geracional, como o que se observa no Perfil 2 (Precários).

Com trajetos de vida de trabalho marcados pela necessidade e pelo sacrifício, em que a realização pessoal cedo foi colocada de lado e sem muitas perspetivas de melhoria das suas condições de vida, muitas das pessoas entrevistadas parecem investir a esperança de melhoria futura na descendência. Em algumas narrativas, especialmente de mulheres, esta toma a forma de renúncia, em que o investimento na família é feito à custa do desinvestimento em si própria. Noutras surge a ideia da aposta na autonomização dos filhos como forma de garantir algum bem-estar, alguma tranquilidade na velhice. O “desejo de fazê-los felizes” ou que tenham saúde, o aconselhamento para evitarem os erros próprios, mobilizando a sua experiência de vida – por exemplo quanto à forma de gestão de dinheiro ou na aposta nas qualificações – são algumas das formas de manifestar esse investimento. Há quem gostasse de poder deixar património habitacional, como meio de garantir que os filhos não passem dificuldades a esse nível. O desejo que tenham uma vida autónoma é outra preocupação que surge em várias entrevistas. No entanto, a aposta nas qualificações é o tipo de investimento mais referido, o que é particularmente relevante considerando o predomínio de baixos níveis de escolaridade entre as pessoas entrevistadas. Ora apoiando materialmente, ora incentivando a aposta em estudar ou,

até o desenvolvimento vocacional, o aumento da escolaridade das próximas gerações parece ser uma preocupação em muitas das entrevistas analisadas. Resta saber com que resultado futuro...

Na Figura 3, ensaia-se uma síntese das dimensões analisadas neste perfil quanto aos principais mecanismos geradores da pobreza entre os trabalhadores, na articulação entre as dimensões societárias e biográficas

Figura 3 - Mecanismos geradores de pobreza no trabalho



Bibliografia

- AA.VV. (2010), *Pauvreté et misère dans l'histoire de la pensée économique, Cahiers d'économie politique*, 59, Paris: L'Harmattan.
- ABRANTES, P. (2009), «Perder-se e encontrar-se à entrada da escola. Transições e desigualdades na educação básica», *Sociologia, problemas e práticas*, 60, pp. 33-52.
- AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL (s/d), *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal. Algumas considerações e recomendações*.
- ALKIRE, S. (2002), *Valuing freedoms. Sen's capability approach and poverty reduction*, Oxford: Oxford University Press.
- ALVES, N. (2015), «A dinâmica da pobreza em Portugal», em Diogo, F.; Castro, A. & Perista, P. (ed.) *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 65-78.
- AMARO, I. (2015), «A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea. Desafiliação, laço social e vida urbana», em F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 183-196.
- AMARO, I. & BRANCO, F. (2010), «Perfis de pobreza na cidade de Lisboa. Notas metodológicas e principais resultados do estudo qualitativo dos utentes do Serviço de Acolhimento Social da SCML», *Cidade Solidária, s/n*, pp. 6-11.
- ATTREE, P. (2006), «The social costs of child poverty. A systematic review of the qualitative evidence», *Children & Society*, 20, pp. 54–66.
- AUGÉ, M. (1998), *Les formes de l'oubli*, Paris: Payot & Rivages.
- BARBOSA, C.E. & RAMOS, M.R. (2008), «Vozes e movimentos de afirmação. Os filhos de cabo-verdianos em Portugal», Góis, P. (ed.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s). As múltiplas faces dos Cabo-Verdianos em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 175-194.
- BATISTA, I. & PERISTA, P. (2010), «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa. Conceitos, dinâmicas e desafios para a acção», *Fórum sociológico*, 20, pp. 39-46.
- BEAUD, S. & WEBER, F. (2007), *Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Rio de Janeiro: Vozes.
- BELLAING, L.M. (2000), «Economie de la pauvreté et économie de la misère», *Socio-Anthropologie*, 7.

- BENAVENTE, A.; COSTA, A.F.; MACHADO, F. L. & NEVES, M. C. (1987), *Do outro lado da escola*, Lisboa: Rolim.
- BERTAUX, D. (2001), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S.K. (2003), *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*, 10.ª Edição, Porto: Porto Editora.
- BOURDIEU, P. (1986), «L'illusion biographique». *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 63(63), pp. 69-72.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993a]), «Compreender», *ibid.*, pp. 693-732.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993b]), «Pós-escrito», *ibid.* pp. 733-736.
- BOURDIEU, P., (dir.) (1993), *La misère du monde*, Paris: Seuil.
- BRANCO, F. (2001), *A face lunar dos direitos sociais*, São Paulo: PUC.
- BRANCO, F. (2015), «A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social», em F. Diogo; A. Castro e P. Perista (ed.) *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 231-249.
- BRÉBANT, B. (1984), *La pauvreté, un destin?* Paris: L'Harmattan.
- BRÉVILLE, B. (2014), «Quando os cidadãos substituem o Estado de bem-estar», *Le monde diplomatique*, (edição brasileira), ano 8, 89, pp. 20-22.
- BRYMAN, A. (2004), *Social research methods*, Oxford: Oxford University Press.
- BURGUESS, R. G. (1997), *A pesquisa de terreno: Uma introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- CALEIRAS, J. (2011), *Para Além dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas*, (documento não publicado), Coimbra: FEUC.
- CALEIRAS, J. (2015), *Para lá dos números: As consequências pessoais do desemprego*, Coimbra: Almedina.
- CANAVARRO, M. C. & PEDROSA, A. A. (2012), «Gravidez e parentalidade na adolescência. Perspectivas teóricas», *Saúde reprodutiva, sexualidade e sociedade*, 2, pp. 34-55.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, L. (2015), «Conhecimento para a ação. Avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza», em F. Diogo; A. Castro & P. Perista (ed.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 49-64.
- CARMO, R.; CANTANTE, F. & BAPTISTA, I. (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa: Mundos Sociais.
- CASTEL, R. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris: Fayard.

- CASTEL, R., (2000) «The roads to disaffiliation. Insecure work and vulnerable relationships», *International journal of urban and regional research*, vol. 3, 24, pp. 519-535.
- CASTELLS, M. (2005), *A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura (Vol I)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, A.; CAVALHEIRO, C.; QUEDAS, M. J.; RODRIGUES, F.; GUERRA, F. & GUERRA, I. (2002a), *Os Beneficiários do RMG. Trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*, Lisboa: IDS.
- CASTRO, A.; GUERRA, I. (Coord.); AMARO, I.; BRANCO, F.; OLIVEIRA, A. & SANTOS, M. (2010), *Os caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CAUDAU, J. (1996), *Anthropologie de la mémoire*, Paris: Presses Universitaires de France.
- CLEMENTE, M. (2011), *Storie dominicane. Uno studio qualitativo della prostituzione minorile in contesti di turismo sessuale*, Roma: Nuova Cultura.
- COMISSÃO EUROPEIA (2017), *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*.
- COSTA, A. F. (2015), «Prefácio», em Diogo, F.; Castro, A. & Perista, P. (Orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus.
- CRARY, J. (2013), *24/7. Late capitalism and the ends of sleep*, Londres: Verso.
- CRÉPIN, C. (2006), «Serge Paugam. Les formes élémentaires de la pauvreté», *Recherches et prévisions. Comptes rendus de lectures*, 86, pp. 101-103.
- CROMPTON, R. (1997), «Diferença sexual e análise das classes», *Revista crítica de Ciências Sociais*, 49, pp. 23-43.
- DAGDEVIREN, H. & DONOGHUE, M. (2019), «Resilience, agency and coping with hardship. Evidence from Europe during the Great Recession», *Journal of social policy*, vol.3, 48, pp. 547-567.
- DALY, M. & KELLY, G., (2015), *Families and poverty. Everyday life on a low income*, Bristol: Policy Press.
- DELGADO, A.; WALL, K. (2014), *Famílias nos Censos 2011. Diversidade e mudança*, Lisboa: INE/Imprensa de Ciências Sociais.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2012), «Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica», *Revista brasileira de educação* vol. 17, 51, pp. 523-536.
- DERBER, C., & MAGRASS, Y. R. (2016), *Bully nation. How the American creates a bullying society*, Lawrence: University Press of Kansas.

- DIOGO, A. M. (2013), «Investimento das famílias em escolarização e contextos escolares», em Diogo, A. M. e Diogo, F. (orgs.), *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 89-108.
- DIOGO, F. & FREITAS, F. (2014), *Precários em trajetórias de emprego em carrossel. Trabalhadores pobres em Portugal*, ensaio apresentado no VIII Congresso de Sociologia, em Évora.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2002), *Vidas no feminino. Um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*, Lisboa: IDS.
- DIOGO, F. (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*, Oeiras: Celta.
- DIOGO, F., CASTRO, A., & PERISTA, P. (Orgs.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus.
- DIOGO, F. (2013b), «Ativos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino» em Diogo, A. & Diogo, F. (orgs.), *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos*, Lisboa: Mundos Sociais, pp. 45-69.
- DOMINY, N. & KEMPSON, E. (2006), *Understanding older people's experiences of poverty and material deprivation*, Research report 363, Bristol: Dept. for Work and Pensions, University of Bristol.
- DOWBOR, L. (2014), «Entender a desigualdade. Reflexões sobre o capital no século xxi», em Bava, S. C. (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*, São Paulo: Veneta, pp. 8-18.
- DUBAR, C. (1991), *La socialization. Constrution des identités sociales et professionnelles*, Paris: Armand Colin .
- DUBET, F. & MARTUCELLI, D. (1996), *À l'école. Sociologie de l'expérience scolaire*, Paris: Seuil.
- EAPN, Grupo de Trabalho sobre Pobreza infantil (s/d), *Pobreza Infantil: Documento de Trabalho*, não publicado.
- ERIKSEN, T. H. (2015), «Globalization and its contradictions. Anthropological research in an overheated world», Stewart, P. J. & Strathern, A. J. (eds.), *Ashgate companion to anthropology*, Londres: Routledge, pp. 293–314.
- ERIKSEN, T. H. (2016), «Overheating: “the world since 1991”», *History and anthropology*, vol. 27, 5, pp. 469-487.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999), *Social foundations of postindustrial economies*, Oxford University Press.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a fábrica e a comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto: Edições Afrontamento.
- EUROFOUND (2017), *In-work poverty in the EU*, Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

- FARIA, S.; SALGUEIRO, G.; TRIGO, L. R. & ALBERTO, I. (2008), «As narrativas de adolescentes institucionalizadas. Percepções em torno das vivências de institucionalização», *Congresso Internacional em Estudos da Criança*, Braga.
- FERNANDES, A. T. (1995), «Etnização e racização do processo de exclusão social», em *Sociologia*, vol. 5.
- FERNÁNDEZ ENGUITA, M. (2007), *Educação e transformação social*, Mangualde: Edições Pedagogo.
- FERRERA, M. (2000), «Reconstructing the Welfare State in Southern Europe» S. Kuhnle (ed.), *Survival of the European Welfare State*, Londres: Routledge, pp. 166-181.
- FILANDRI, M. & STRUFFOLINO, E. (2019), «Individual and household in-work poverty in Europe. Understanding the role of labor market characteristics», *European Societies*, 21 (1), doi:10.1080/14616696.2018.1536800, pp. 130-157.
- FINCH, H. & ELAM, G. (1995), *Managing money in later life. Qualitative research among retirement pensioners*, Dept. of Social Security, Social and Community Planning Research.
- FLICK, U. (2002), *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor.
- FLICK, U. (1987), *A pedagogia do oprimido*, 17.ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GAISBAUER, H., SCHWEIGER, G. & SEDMARK, C. (2016), *Ethical issues in poverty alleviation, studies in global justice*, 14, Springer International Publishing Switzerland.
- GAISBAUER, H.; SCHWEIGER, G. & SEDMARK, C. (2019), *Absolute poverty in Europe. Interdisciplinary perspectives on a hidden phenomenon*, Bristol: Policy Press.
- GARCIA, J.; JERÓNIMO, L.; MATEUS, H.; NORBERTO, R. & AMARO, M. I. (2000), *Estranhos. Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.
- GASKELL, G. & BAUER, M.W. (2004), «Para uma prestação de contas públicas. Além da amostra, da fidedignade e da validade», M. W. Bauer & G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*, Petrópolis: Vozes Editora.
- GAULEIAC, V. & LÉONETTI, I. T. (orgs.) (1994), *La lutte des places*, Paris/Marselha: Hommes et Perspectives e Desclée de Brouwer.
- GIDDENS, A. (1996), *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- GÓIS, P. (2008), «Introdução. Entre Janus e Hydra de Lerna. As múltiplas faces dos Cabo-Verdianos em Portugal», Góis, P. (Ed), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s). As múltiplas faces dos Cabo-Verdianos em Portugal*, Lisboa: ACIDI, 2008, pp. 9-24.

- GUERRA, I. & PINTO, T. C. (2015), «Da pobreza à vulnerabilidade. Transformações identitárias e no agir coletivo», em F. Diogo; A. Castro & P. Perista (orgs), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Humus.
- GUERRERO, J. & NALDINI, M. (1997), «Is the south so different?: Italian and Spanish families in comparative perspective», Rhodes, M. (ed.), *Southern European Welfare states. Between crisis and reform*, Londres: Frank Cass, pp. 42-66.
- HALLERÖD, B.; EKBRAND, H. & BENGTSSON, M. (2015), «In-work poverty and labour market trajectories. Poverty risks among the working population in 22 European countries», *Journal of european social policy*, vol. 5, 25, pp. 473-488.
- HALPERN-MEEKIN; S., EDIN, K., TACH, L. & SYKES, J. (2015), *It's not like I'm poor. How working families make ends meet in a post-welfare world*, Oakland: University of California Press.
- HESPANHA, P. & MATOS, A. (2000), «Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego», *Sociologias*, vol.2, 4, pp. 88-109.
- IESE (2015), *Referencial de coesão social 2014*, Lisboa: Instituto de Segurança Social. IESE (2015), *Referencial de coesão social 2014*, Lisboa: Instituto de Segurança Social.
- KRAMARZ, F. & SKANS O. N. (2011), «When strong ties are strong. Networks and youth labor market entry», *Uppsala Center for Labor Studies, Department of Economics, Working Paper*, 18.
- Lei nº 19/2013, 28 de Janeiro de 2013 (Diário da República, 1.º Suplemento, Série I).
- Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto, retificada pela Declaração de Retificação nº 59-A/2012 (Diário da República, Série I).
- LISTER, R. (2004), *Poverty*, Cambridge: Polity Press.
- LOHMANN, H. (2008), «The working poor in European Welfare states. Empirical evidence from a multilevel perspective», Andreß, H.-J. R. & Lohmann (eds.), *The working poor in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 47-74.
- LOHMANN, H. & MARX, I. (2008), «The different faces of in-work poverty across welfare state regimes», H.-J. R. Andreß & H. Lohmann (eds.), *The working poor in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 17-46.
- LÖTTER, H. (2011), *Poverty, ethics and justice*, Cardiff: University of Wales Press.
- MACHIN, S., (2006). «Social disadvantage and education experiences», *OECD social, employment and migration working papers*, 32, DELSA/ELSA/WD/SEM(2006)1.
- MARCHAL, S.; MARX, I. & VERBIST, G. (2017), «Income support policies for the working poor», *IZA Discussion Paper*, 10665, Düsseldorf: Hans-Böeckler-Foundation.

- MARTINELLI, B. (2000), *Entre systématique et empathie. Réflexion sur la démarche ethnologique*, Aix-en-Provence: Université de Provence.
- MARX, I. & NOLAN, B. (2012), «In-work poverty», *GINI discussion paper*, 51, Amsterdam: Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies.
- MATSAGANIS, M.; MEDGYESI, M. & KARAKITSIOS, A. (2015), «The interaction between minimum wages, income support, and poverty», *Research note*, n.º 10/2015, Bruxelas: European Commission.
- MORSE, J.M. & NIEHAUS, L. (2009), *Mixed method design. Principles and procedures*, California, Lerrf Coast Press.
- OECD (2019), *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>.
- PAIS, J. M. (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Porto: Âmbar.
- PALOS, A.C. (2003), *Os jovens, a educação e o trabalho. Estratégias de escolarização e projectos de futuro (O caso de jovens açorianos)*, Angra do Heroísmo: Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores (policopiado).
- PARKER, R. & CAMARGO, K. (2000), «Pobreza e HIV/AIDS. Aspectos antropológicos e sociológicos», *Cadernos de Saúde Pública*, 16 (sup. 1), pp. 89-102.
- PAUGAM, S. (1991), *La desqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris: PUF.
- PAUGAM, S. (2014), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (dir.), coll. «Le Lien Social», Paris, PUF.
- PEÑA-CASAS, R.; GHAILANI, R.; SPASOVA, S. & VANHERCKE, B. (2019), *In-work poverty in Europe. A study of national policies*, Bruxelas: European Commission.
- PEREIRINHA, J.; PEREIRA, E.; BRANCO, F.; AMARO, I.; COSTA, D. & NUNES, F. (2017), *Rendimento adequado em Portugal. Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?* Lisboa: Universidade de Lisboa & Universidade Católica Portuguesa.
- PERISTA, P. (2018), *ESPN Thematic report on inequalities in access to healthcare. Portugal*, *European social policy network*, Bruxelas: European Commission.
- PIKETTY, T. (2013), *Le capital au xxie siècle*, Paris: Seuil.
- PINTO, J. M. (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto: Edições Afrontamento.
- PITROU, A. (1978), *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*, Toulouse: Ed. Privat.
- PIVEN, F. F. (1998), «Welfare and work», *Social justice*, 25(1), pp. 67–81.

- PIVEN, F. F. & CLOWARD, R. A. (1993), *Regulating the poor. The functions of public relief*, Nova York: Vintage Books.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBANT P. (1995), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Lisboa: Celta.
- PONTHIEUX, S. (2010), *In-work poverty in the EU*, Luxemburgo: European Commission.
- REIS, J. (2020), *Cuidar de Portugal. Hipóteses de economia política em tempos convulsos*, Coimbra: Almedina.
- RIBEIRO, F. B. (2010), *Entre martelos e lâminas. Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, F. B, MORA, T. & SILVA, M. (2020), «A habitação em estado de emergência? Crise, as respostas políticas em Portugal e o caso do centro histórico de Guimarães», Silva, M.; Baptista, L. V.; Ribeiro, F. B.; Felizes, J. & Vasconcelos, A. N. (org.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 205-222.
- RIBEIRO, F. B. (2017), *Uma Sociologia do Desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, F. B. (2018), «Afinal a riqueza não flui de cima para baixo. Capitalismo, desigualdades sociais e a ação do Estado», Gomes, S.; Duarte, V.; Ribeiro, F. B.; Cunha, L.; Brandão, A. & Jorge, A., *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 107-127.
- RIBEIRO, M. (2002), «E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social», T. H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 99-114.
- RIBEIRO, M.; SILVA, M. C.; SCHOUTEN, J., RIBEIRO, F. B., & SACRAMENTO, O. (2007), *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Afrontamento.
- ROCHA, G.; TOMÁS, L. & LIMA, J. (2000), *Caracterização social dos agregados familiares com menores em idade escolar nos Açores*, Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade do Açores.
- RODRIGUES, C. F.; FIGUEIRAS, R. & JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal. As consequências sociais do programa de ajustamento*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, E. V. (2010), «O Estado e as políticas sociais em Portugal. Discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção», *Sociologia*, n.º 20, pp. 191-230.
- RODRIGUES, E. V.; SAMAGAIÓ, F.; FERREIRA, H.; MENDES, M. M. & JANUÁRIO, S. (1999), «A pobreza e a exclusão Social. Teorias conceitos e políticas sociais», *Portugal, sociologia*, vol. 9.

- ROSE, J. (1984), *Enquête d'emploi. Formation, chômage, emploi*. Paris: Économica.
- ROSENTHAL, R. & JACOBSON, L. (1968), «Pygmalion in the classroom», *Urban Review*, 3, pp.16–20.
- SCOTT, J. C., *The Moral Economy of the Peasants: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1976.
- SEN, A. (1999), *Development as freedom*, New York: Anchor Books.
- SEN, A. (1983), «Poor relatively speaking», *Oxford Economic Papers*, 35, pp. 153-169.
- SILVA, M. C. (1998), *Resistir e adaptar-se. Estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2008), Prefácio à edição portuguesa, em Esping-Anderson (com Palier, B.), *Três lições sobre o Estado-providência*, Porto: Campo da Comunicação, pp. 11-24.
- SILVA, P. A. (2002) «O modelo de Welfare da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito», *Sociologia, problemas e práticas*, vol. 38, pp. 25-59.
- SILVA, M. C. (2017), «Prefácio», em Ribeiro, F.B., *Uma sociologia do desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 13-26.
- SILVA, M. C. & PEREIRA, M. T. (2012), «As políticas de proteção no desemprego em Portugal», *Sociologia, problemas e práticas*, pp. 133-150.
- SIMMEL, G. (1998 [1907]), *Les Pauvres*, Paris: PUF.
- SINGER, P. (2010), *A Erradicação Da miséria. Uma abordagem inicial*, <https://pt.scribd.com/document/273088577/A-Eradicacao-Da-Miseria-Uma-Abordagem-Inicial?>
- SOUSA, L., & MATOS, A. (2006), «O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas», em *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, vol. 3, 1, pp. 1-23.
- STANDING, G. (2011), *O precariado. A nova classe perigosa*, Lisboa: Presença.
- TACH, L. & GREENE, S.S. (2014), «"Robbing Peter to pay Paul". Economic and cultural explanations for how lower-income families manage debt», *Social Problems*, vol. 61, 1, pp. 1–21.
- TASHARKORY, A., & TEDDLIE, C. (2003), *Mixed methods in social & behavioral research*, California: Sage Publications.
- TORRES, A. (2002), «Casamento. Conversa a duas vozes e em três andamentos», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 569-602.
- VALA, J. (1999), «A Análise de conteúdo», Silva, A. & Pinto, J. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 129-148.

- VALA, J. (2000), «Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho», Cabral M. V.; Vala, J. & Freire, J., *Trabalho e cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- VANDELANNOOTE, D. & VERBIST, G. (2017), «The impact of in-work benefits on employment and poverty», *Euromod working papers*, Vol. 4/17.
- VASCONCELOS, P. (2002), «Redes de apoio familiar e desigualdade social. Estratégias de classe», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- WACQUANT, L. (2011), *Os condenados da cidade. Estudo sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro: Revan.
- WAJCMAN, J. (2014), *Pressed for time. The acceleration of life in digital capitalism*, Chicago: University of Chicago Press.
- WALKER, R. (2014), *The shame of Poverty*, Oxford, Oxford University Press, 2014.
- WALKER, R. (2019), «Measuring absolute poverty. Shame is all you need», Gaisbauer, H.; Schweiger, G., & Sendmark, C. (eds.), *Absolute poverty in Europe. Interdisciplinary perspectives on a hidden phenomenon*, Bristol: Policy Press.
- WALKER, R.; KYOMUHENDO, G. B.; CHASE, E.; CHOUDHRY, S.; GUBRIUM, E. K.; NICOLA, J. Y. & MING, Y. (2013), «Poverty in global perspective. Is shame a common denominator?», *Journal of Social Policy*, vol. 2, 42, pp. 215-233.
- WALL, K.; ALMEIDA, A. N. d.; VIEIRA, M. M. & CUNHA, V. (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas. Indicadores, políticas, representações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBER, M. (1993 [1922]), *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- ZONABEND, F. (1989), *La prequ'ile au nucléaire*, Paris: Odile Jacob.

Anexos

A. Tabela dos perfis

		N.º Cluster				Total
		C1 (27.5 %)	C2 (26.6 %)	C3 (13.0 %)	C4 (32.9 %)	
Sexo	Masculino	37.0 %	46.9 %	49.0 %	48.2 %	44.9 %
	Feminino	63.0 %	53.1 %	51.0 %	51.8 %	55.1 %
Idade 4 Categorias	18-24	0.00 %	29.6 %	17.7 %	5.5 %	12.0 %
	25-44	0.2 %	33.0 %	30.4 %	40.7 %	26.2 %
	45-64	14.6 %	36.5 %	50.3 %	52.3 %	37.5 %
	65+	85.2 %	0.9 %	1.6 %	1.5 %	24.4 %
Estado Civil	Solteiro(a)	11.0 %	61.0 %	49.3 %	23.4 %	33.4 %
	Casado(a)	52.6 %	23.4 %	21.0 %	70.8 %	46.7 %
	Viúvo(a)	29.8 %	1.2 %	7.0 %	0.8 %	9.7 %
	Divorciado(a)	6.6 %	14.4 %	22.7 %	5.0 %	10.2 %
Educação	Básico	98.6 %	66.4 %	79.5 %	74.2 %	79.5 %
	Secundário	1.1 %	26.9 %	14.4 %	20.0 %	15.9 %
	Superior	0.3 %	6.6 %	6.1 %	5.8 %	4.5 %
N_Adultos	1_ad	34.5 %	13.9 %	33.5 %	0.9 %	17.9 %
	2_ad	50.1 %	33.2 %	40.8 %	49.2 %	44.1 %
	3+_ad	15.4 %	52.8 %	25.6 %	49.8 %	38.0 %

N_Crianças	0_cr	95.8 %	56.9 %	57.7 %	42.8 %	63.1 %
	1_cr	2.1 %	25.4 %	18.2 %	29.8 %	19.5 %
	2_cr	1.8 %	13.2 %	14.3 %	19.4 %	12.2 %
	3+_cr	0.2 %	4.5 %	9.8 %	8.0 %	5.2 %
Composição Familiar do Agregado	1_ad	34.3 %	8.6 %	26.8 %	0.6 %	15.4 %
	2_ad_s_crian_dep_amb_65-	3.2 %	15.2 %	17.4 %	16.5 %	12.6 %
	2_ad_s_crian_dep_1+ad_65+	46.2 %	3.6 %	0.9 %	1.9 %	14.4 %
	Out_agr_s_crian_dep	11.4 %	18.9 %	6.5 %	14.4 %	13.8 %
	Um adulto com uma ou mais crianças dependentes	0.1 %	9.5 %	15.5 %	0.6 %	4.8 %
	Dois adultos com uma criança dependente	1.5 %	10.4 %	7.4 %	18.7 %	10.3 %
	Dois adultos com duas crianças dependentes		12.7 %	9.2 %	20.7 %	11.4 %
	Dois adultos com três ou mais crianças dependentes	0.1 %	4.3 %	4.5 %	6.7 %	4.0 %
	Outros agregados com uma ou mais crianças dependentes	3.2 %	16.8 %	11.8 %	19.8 %	13.4 %
Indivíduo com Doença Crônica do ADP	Não	15.7 %	34.6 %	32.4 %	34.4 %	29.1 %
	Sim	84.3 %	65.4 %	67.6 %	65.6 %	70.9 %
Grau de Urbanização	Urbano	57.4 %	68.3 %	71.4 %	67.1 %	65.3 %
	Rural	42.6 %	31.7 %	28.6 %	32.9 %	34.7 %
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	1.5 %	54.5 %	4.8 %	94.3 %	46.6 %
	Pensões	97.5 %	27.7 %	18.8 %	4.2 %	38.0 %

	Out_Tr_Sociais	0.6 %	13.3 %	67.8 %		12.5 %	
	Out_Tip_Rend	0.4 %	4.5 %	8.6 %	1.5 %	2.9 %	
Profissão	F_Armadas		0.6 %		0.1 %	0.2 %	
	Dirig_Direct	4.0 %	3.7 %	2.3 %	6.6 %	4.7 %	
	Espec_at_int_cientif	0.4 %	3.6 %	4.0 %	3.4 %	2.6 %	
	Tec_p_n_inter	3.1 %	3.2 %	3.4 %	5.0 %	3.9 %	
	Pess_adm	1.6 %	5.5 %	4.5 %	6.1 %	4.4 %	
	Trab_ser_pess	11.4 %	21.8 %	15.9 %	22.3 %	18.2 %	
	Agr_trab_qual_APF	13.8 %	6.7 %	4.2 %	6.0 %	8.2 %	
	Trab_qual_ICA	13.7 %	14.8 %	20.1 %	17.4 %	16.0 %	
	Oper_Inst_MTM	16.5 %	13.6 %	14.2 %	12.3 %	14.1 %	
	Trab_n_qual	35.4 %	26.5 %	31.4 %	20.8 %	27.7 %	
	Nacionalidade do Indivíduo de Referência	European Union		0.1 %		0.2 %	0.1 %
		Local / PT	99.6 %	97.7 %	98.1 %	96.5 %	97.8 %
Others		0.4 %	2.2 %	1.9 %	3.3 %	2.0 %	
Condição perante Trabalho	Empregados	3.2 %	29.0 %	4.2 %	76.8 %	34.4 %	
	Desempregados	0.9 %	33.2 %	61.1 %	9.0 %	20.0 %	
	Estudantes	0 %	19.4 %	8.8 %	0 %	6.3 %	
	Reformados	78.5 %	0.6 %	3.7 %	1.8 %	22.8 %	
	Domésticos	15.0 %	10.4 %	8.5 %	11.0 %	11.6 %	

	Out. inativos	2.3 %	7.4 %	13.7 %	1.4 %	4.8 %
Intensidade Laboral per Capita Muito Reduzida (LWI)	Não está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.6 %	62.9 %	3.3 %	92.8 %	48.1 %
	Está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.2 %	6.6 %	83.6 %		13.0 %
	Não se aplica	97.2 %	30.5 %	13.1 %	7.2 %	38.9 %

(Legenda: C1: Reformados; C2: Precários; C3: Desempregados; C4: Trabalhadores)

B. Distribuição dos perfis por quotas

Perfil		Características		Observações
Cluster	Sub-perfil	Individuais	Agregado	
1 – Reformados	1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	2 adultos com 65 ou mais anos e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
	3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	2 adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casado(a)s, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s ⁶²	Sem crianças dependentes; Pensões como a principal fonte de rendimento	Em agregados com a) um único adulto sem crianças dependentes ou b) com dois adultos sem crianças dependentes e com pelo menos um adulto com 65 ou mais anos
	5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como a principal fonte de rendimento	
2 - Indivíduo em idade ativa, dependentes ou trabalhadores	1	Estudantes com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viverem em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento	

⁶² A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência.

, em agregados sem baixa intensidade de trabalho	2	Homens ou mulheres, desempregados, com idades entre 18 e 44 anos, solteiros	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento; a viver em casa dos pais	
	3	Mulheres com idades entre 25 e 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como fonte principal de rendimento; No caso dos agregados sem crianças, integram predominantemente e agregados com dois adultos, ambos com menos de 65 anos; no caso dos agregados com crianças dependentes integram dois ou mais adultos	Inclui agregados sem crianças (59,3 %) e agregados com crianças (40,7 %). No primeiro caso, distinguem-se do 1.4 por predominarem os casos de dois adultos, sem crianças dependentes, ambos com menos de 65 anos
	4	Homens ou mulheres com idades entre 25 e 64 anos, casados, em união de facto (com mais frequência), solteiros ou divorciados (apenas um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; trabalho como a principal fonte de rendimento; não vivem com os pais, vivem com cônjuge ou outro	
	5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças; Trabalho como principal fonte de rendimento	

3 – Desempregados e outros inativos mais velhos	1	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	2	Homens com idades entre 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	3	Mulheres, entre 18 e 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com uma ou mais crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Predominam os agregados com crianças dependentes (mais de 3/4 deste subperfil)
	4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com e sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Cerca de metade dos agregados com crianças dependentes
	5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes com um ou dois adultos; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	
4 – Trabalhadores	1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

	3	Mulheres, com idade entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	5	Homens ou mulheres, com idades entre 18 e 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)

Grandes Dicotomias	Concelho	Entradas	Perfil	Características	
				Individuais	Agregado
Norte Litoral Urbano	Guimarães <i>Industrialização difusa e desemprego</i>	10	P1.4	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, domésticas ⁶³	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento; Não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciadas, empregados	Agregados de um adulto, com ou sem crianças dependentes, Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos

⁶³ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Porto <i>Urbano consolidado e marginalização o urbana</i>	15	P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.4			Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s	Sem crianças dependentes; a maior parte (90 %) a viverem sós ou em agregados 2 adultos (com 65 ou mais anos); Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.5			Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P2.1			Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P2.2			Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, desempregados, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P2.5			Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como	

			divorciados, empregados	principal fonte de rendimento
		P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
		P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com (3/4 dos casos) ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes (50%/50%); outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Castelo de Paiva <i>Transição, desemprego e envelhecimento</i>	5	P1.4	Homens com idade entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados (ou domésticos) ⁶⁴	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes, com um ou dois adultos; Pensões ou outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
					P4.5
Norte Interior Rural	Vila Nova de Paiva <i>Rurais médios e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças

⁶⁴ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

				dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas; domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou as pensões como principais fontes de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (+ frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com	Agregados de um ou dois adultos, sem crianças dependentes;

				invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Pensões e outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes
Sernancelhe <i>Rural deprimido e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.4	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, ou viúvos, reformados (ou domésticos)	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.5	Homens com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
		P2.4	Homens ou mulheres, com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não	

				(mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Pensões ou outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
Sul Litoral Urbano	Lisboa	15	P1.2	Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas.	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, viúvas ou em união de facto, domésticas ou reformadas	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
			P2.2	Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
	<i>Urbano consolidado e marginalizaçã o urbana</i>				

			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Isolados ou outros agregados com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em	Com ou sem crianças dependentes;

				união de facto, empregados	Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idade entre 18 e 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Amadora <i>Urbano consolidado marginalização e desemprego</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P2.2			Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P2.5			Pessoas, homens ou mulheres, c/ idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Isolados, com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P3.3			Mulheres entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou	Com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências	

				divorciadas, desempregadas	sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Mafra <i>Com forte atividade e marginalizaçã o moderada</i>	5	P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Sul Interior Rural	Aljustrel ou Ferreira do Alentejo ou Redondo ou Vidigueira	8	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres c/ idade entre 25 e 64 anos, casadas ou em união de facto, solteiras ou divorciadas, domésticas (a cumprir tarefas domésticas ou de assistências)	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como principais fontes de (não são agregados de 65 ou mais anos)
	<i>Agrícola envelhecido e marginalização rural</i>				

			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com uma ou mais crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Alvito <i>Rural deprimido e marginalização o rural</i>	7	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.2			Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.5			Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P3.1			Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Sobretudo sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como	

					principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Ilhas	Ponta Delgada	5	P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho ou Pensões como principal fonte de rendimento (Agregados com menos de 65 anos)
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com [3/4] ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

Vila Franca do Campo	5	P1.5	Homens ou mulheres, com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
		P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
		P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
		P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

D. Credencial de identificação

CREDECIAL DE ENTREVISTADOR

Declara-se, para os devidos efeitos, que **XXXXXXX** é entrevistadora no âmbito do Projeto *Trajeto e quotidianos de pobreza em Portugal*, estando credenciada para entrevistar pessoas que, de forma voluntária e informada, aceitem participar neste projeto de investigação.

Esclarece-se ainda que a pesquisa é promovida pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc), integrando dez investigadores de sete universidades do país, sendo financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, visando aprofundar conhecimento sobre a caracterização da população pobre em Portugal.

Na sua componente intensiva, o projeto prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com vista a conhecer as trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza. Estas entrevistas serão conduzidas nos seguintes concelhos: Aljustrel; Alvito; Amadora; Castelo de Paiva; Guimarães; Lisboa; Mafra; Ponta Delgada; Porto; Sernancelhe; Vila Nova de Paiva; Vila Franca do Campo.

O trabalho de campo decorrerá de Março a Junho de 2019.

Esclarecemos também que este projeto norteia-se segundo os critérios éticos inerentes a este tipo de investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia da confidencialidade e do anonimato. O Guião de entrevista foi aprovado pela comissão de ética da Universidade dos Açores.

Desde já agradecendo a disponibilidade em participar nesta pesquisa,

Cordialmente,

Ponta Delgada e Universidade dos Açores, 27 de Março de 2019

O Investigador Responsável

Professor Doutor Fernando Diogo

E. Consentimento informado

Consentimento de participação em projeto

Foi selecionado para realizar uma entrevista sobre trajetórias de vida e quotidianos num projeto de investigação realizado por um conjunto de universidades portuguesas, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Agradecemos a sua participação e as suas respostas à nossa entrevista.

Gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre diversos assuntos importantes na sua vida de forma a que possamos usá-la para compreender melhor como é que os portugueses com mais dificuldades económicas vivem. Não existem respostas certas ou erradas às questões que iremos colocar. A sua participação é muito importante e comprometemo-nos a fazer chegar as conclusões do estudo a um público muito alargado onde se incluem os principais responsáveis do país.

Aceito participar neste projeto e compreendo que:

A minha participação é voluntária;

A minha participação se traduz em responder a uma entrevista;

A entrevista serve para efeitos de investigação e tem uma duração aproximada de uma _____ hora, embora possa, em função das minhas respostas, ter duração maior ou menor;

Posso terminar a entrevista a qualquer momento, se assim o entender;

A informação recolhida será utilizada apenas para investigação, e poderá ser utilizada para efeitos de congressos, publicação de artigos científicos, etc...

O meu nome será sempre confidencial em qualquer produto que surja da investigação;

Posso deixar de participar no projeto a qualquer momento. Se quiser retirar a minha entrevista devo ligar para o 296 650 065 e solicitá-lo ao secretário(a) do CICS.NOVA.UAc ou, preferencialmente, mandar um email nesse sentido para fernando.ja.diogo@uac.pt.

Li e aceito participar

_____ (local), aos _____, de 20__

F. Guião de entrevista

Nota para os entrevistadores

Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal Guião de Entrevista

Procurando responder à pergunta de partida da pesquisa – «Quem são e como vivem os pobres em Portugal?» –, esta entrevista é pensada como uma ENTREVISTA DE ORIENTAÇÃO BIOGRÁFICA pelo que se organiza em termos cronológicos, a partir do qual se procurará identificar um evento estruturador da situação de pobreza (por exemplo, requerimento do RSI/RMG desemprego, doença grave, acidente de trabalho...).

Pressupõe-se que esse evento estruturador pode ajudar a orientar a entrevista para um **registo narrativo**, não apenas nas suas dimensões biográficas (as trajetórias e os quotidianos), mas também nas suas dimensões mais subjetivas (perceções e reflexões).

Entende-se também que a **situação atual no mundo do trabalho** é o eixo estruturador que melhor pode ajudar a explorar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Sublinha-se que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica e natureza semiestruturada, esta pode fluir de uma forma que não siga obrigatoriamente a ordem dos blocos temáticos, sendo, no entanto, desejável que uma vez que seja oportuno abordar um desses tópicos, pelo desenrolar da entrevista, este seja preferencialmente explorado nas suas diferentes dimensões, evitando saltar excessivamente entre assuntos.

Parte importante do trabalho de preparação da entrevista implica, assim, adaptar a entrevista ao perfil da pessoa a entrevistar, procurando ter em mente todos os tópicos considerados no guião mas que este seja usado para que aquela decorra não tanto na forma de coleção de dados biográficos, mas antes de narrativa em torno da trajetória e experiência de pobreza.

1. Enquadramento familiar na infância

Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

O importante é deixar falar e perceber que imagem subjetiva têm desses tempos e identificar os principais episódios e os respetivos protagonistas, mesmo que estes não sejam da família.

1. Pedia-lhe que me falasse um pouco das suas recordações de infância. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?
2. Que recordações positivas e negativas guarda desse período? (Exemplos de contextos: em casa, na escola, no grupo de amigos, na comunidade...)
3. 3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?
4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

2. Relação com o sistema educativo

2.1. Relação com a escola

Nesta secção, procura-se explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Será fundamental explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar.

Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.

Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a escola. Fale-me um pouco acerca do período em que andou na escola em criança/jovem. (adaptar perguntas para o caso dos estudantes)

1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?
2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?
3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)

2.2. A escola e o futuro

Interessa aqui explorar de que forma e até que ponto a escola é encarada como uma plataforma de distribuição e democratização de oportunidades. Por outro lado, perceber se a pessoa entrevistada sente que foi condicionada no seu projeto de vida por um eventual *drop-out* e o que é que o motivou.

1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?
2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)
3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período.

3. Transições para a vida adulta

Transição Escola-Trabalho (se aplicável).

Esta secção cruza-se com a anterior e será expectável que muitas das perguntas sejam respondidas numa sequência narrativa despoletada pelas perguntas sobre a saída da escola. Aqui interessa perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Fale-me um pouco da fase da sua vida depois de sair da escola (se aplicável).

1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve nesse primeiro emprego?

3.2. Saída de casa dos pais (se aplicável)

Explorar as condições de construção da autonomia e de ameaças a essa autonomia.

E sobre a fase da sua vida em que deixou de morar com os seus pais... (no caso de já ter saído da casa dos pais.)

1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?
2. Depois de ter saído da casa dos seus pais teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?

3.3. Primeira experiência conjugal e parental (se aplicável)

Fale-me agora da época da sua vida em que casou/se juntou com um/a companheiro (a) (pela primeira vez)?

1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?
2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?
3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?
4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)

4. Relação com o mundo do trabalho

Trajectoria Profissional/Laboral

Nesta secção pretende-se explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc.

Importa começar por referir a condição em relação ao mundo laboral em que se encontra atualmente quem está a ser entrevistado, convidando-o a falar dela, **tendo em mente o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador)**. Procurar desenvolver a entrevista a partir desse evento.

Começemos, então, a entrevista pela sua situação atual em relação ao trabalho.

Pelo que percebi neste momento está **empregado/desempregado/reformado/a estudar/ não está a trabalhar**. É assim? (explorar situação laboral; explorar restantes eixos a partir de evento estruturador).

- 1) O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve), pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)? **[se nunca teve um emprego passar para a questão 6]**
- 2) O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar, o que é que mudava? Em geral, está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?
- 3) Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?
- 4) Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como lidou com essa situação?
- 5) Qual é que foi o emprego que mais gostou? Porquê?
- 6) Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?
- 7) Se nunca trabalhou por que é que isso aconteceu?
- 8) Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação...)?

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.

1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?
2. Lembra-se duma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes? (se resposta negativa)
3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?
4. Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)
5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?

6. Redes de apoio não institucional e território

6.1. Redes de apoio não institucional

Explorar qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores.

1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores)
2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

6.2. Avaliação dos territórios de habitação

Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?
2. Na sua opinião o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)
3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

7.1. Histórico

Nesta secção, há que explorar toda a relação com os apoios do Estado, desde a Segurança Social (RSI, subsídio de desemprego, baixas médicas, etc.) até à ação social (banco alimentar, ajudas pontuais, ...). Explorar também momentos em que se beneficiou de apoios pontuais ou mais focalizados (ação social escolar, etc.).

1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?
2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?

7.2. Situação Atual

1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RMG-RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?
2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?
3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?

7.3. Perceção da relação com os Serviços Sociais

1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?
2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Nesta secção vai ser explorada a autoperceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido.

É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma perceção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?
2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [**se aplicável**]
3. Alguma vez se sentiu discriminado ou excluído? O que o/a fez sentir-se assim?
4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?
5. E se fosse primeiro/a-ministro/a que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?
6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?

9. Perspetivas face ao futuro

Explorar como a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.

1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do estado e de instituições de apoio social? [**se aplicável**] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?
2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?
3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá-los?

G. Grelha de codificação (versão base)

Objetivos de Investigação/ Secção da Entrevista – Temas	Subtemas	Questões	Categorias	Sub-Categorias		
<p>1. Enquadramento familiar na infância</p> <p>Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?</p>	<p>A) Recordações e contextos da infância</p>	1.1. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?	Classificação da infância	Infância boa		
				Infância nem boa nem má		
				Infância má		
				1.2. a) Que recordações positivas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
					Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores Recordações dos funcionários
					Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
					Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
				1.2. b) Que recordações negativas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
			Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores		

				Recordações dos funcionários
			Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
			Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
B) Eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância	1.3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?	Tipos de apoios identificados	Apoios formais – instituições sociais, instituições religiosas, instituições comunitárias; outro tipo de instituições Apoios informais – vizinhança, redes primárias Apoio pontual Apoio sistemático	
			Eficácia dos apoios na resolução de problemas	Resolveu situações difíceis Não resolveu situações difíceis Resolveu situações de modo pontual
	1.4. Recordar-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância	Sem situações graves		
		Perdas significativas	Na Família nuclear Na Família alargada	
		Problemas de saúde	Da família nuclear Da família alargada	

		(perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?	Problemas com a justiça	Da família nuclear Da família alargada
			De que forma situações graves afetaram a família	Alteraram significativamente Não alteraram significativamente Alteraram num período longo Alteraram num período curto de tempo
<p>2. Relação com o sistema educativo explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada</p>	<p>C) Percurso escolar durante a infância/juventude</p>	<p>2.1.1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?</p>	Até que idade andou na escola	Nunca frequentou Frequentou até
			Número de reprovações	Nenhuma reprovação 1 a 3 reprovações Mais do que 3 reprovações
			Razões para sucesso escolar	Apoio dos professores da escola Apoio dos auxiliares da escola Apoio de instituições na comunidade/projetos Apoio da família nuclear e alargada Apoio de amigos/pares Trabalho próprio
			Razões para insucesso escolar	Ausência de Apoio dos professores da escola

<p>às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar. Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.</p>				<p>Ausência de Apoio dos auxiliares da escola Ausência de Apoio de instituições na comunidade/projetos Ausência de Apoio da família nuclear e alargada Ausência de Apoio de amigos/pares Ausência de trabalho próprio</p>
	<p>D) Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar</p>	<p>2.1.2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?</p>	<p>Do que gostava mais na escola</p>	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			<p>Do que gostava menos na escola</p>	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			<p>Elementos relacionais com professores</p>	<p>Positivos Negativos indiferentes</p>
	<p>2.1.3. Porque deixou/a abandonar a</p>	<p>Porque deixou a escola</p>	<p>Ingressou no mercado de trabalho (para ganhar</p>	

		escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)		<p>dinheiro para si ou para a família de origem)</p> <p>Número elevado de retenções</p> <p>Má relação com professores</p> <p>Má relação com amigos/pares</p> <p>Não ver utilidade do percurso escolar</p>
			Porque pensa sair da escola	<p>Ingresso no mercado de trabalho (apoio à família ou autonomia financeira)</p> <p>Não utilidade/necessidade de percurso escolar</p>
	E) Representações sobre escola e futuro	2.2.1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?	Porque gostaria de ter continuado a estudar	<p>Obter um futuro melhor</p> <p>Desenvolver horizontes sociais e culturais</p> <p>Maiores oportunidades financeiras</p> <p>Maiores conhecimentos</p> <p>Exercício de profissão desejada</p>
			Porque não gostaria de ter continuado a estudar	<p>Insucessos na aprendizagem</p> <p>Inutilidade do percurso escolar</p>

				Má relação com professores Má relação com amigos/pares								
			Porque gostaria de continuar a estudar	Obter um futuro melhor Desenvolver horizontes sociais e culturais Maiores oportunidades financeiras Maiores conhecimentos Exercício de profissão desejada								
			Porque não gostaria de continuar a estudar	Insucessos na aprendizagem Inutilidade do percurso escolar Má relação com professores Má relação com amigos/pares								
		2.2.2.	Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar ? Porque tem	<table border="1"> <tr> <td>Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida será melhor se continuar a estudar</td> <td>Socialmente Economicamente Culturalmente</td> </tr> <tr> <td>Porque a vida não será</td> <td>Socialmente</td> </tr> </table>	Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente	Porque a vida não será	Socialmente
Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente											
Porque a vida não será	Socialmente											

		essa opinião ? (termos laborais , sociais, etc.)	melhor se continuar a estudar	Economicamente Culturalmente
	F) Formação profissional	2.2.3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período .	Continuidade do percurso escolar	Área de percurso escolar
			Continuidade do percurso formativo	Área de formação profissional
3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável). Esta secção cruza-se com a do trabalho. Aqui interessa: perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas	G) Processo de saída da escola	3.1.1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve no primeiro emprego	Começou logo a trabalhar	Começou logo a trabalhar
				Não começou logo a trabalhar
			Idade no 1.º emprego	Antes dos 16 anos Depois dos 16 anos
			Tipo de contrato	Sem contrato
				Recibos verdes
Contrato temporário Contrato permanente				
Estratégias de entrada no mercado de trabalho	Meios formais (Através da escola/instituição de formação profissional/Centro de Emprego) Meios informais			

<p>variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?</p>				(Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos)	
				Quais as tarefas desempenhadas	
				Tempo de permanência no 1.º emprego	Trabalho sazonal Período de experiência Até 6 meses Entre 6 meses a 1 ano Superior a 1 ano
<p>H) Processo de saída de casa dos pais</p>		<p>3.2.1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?</p>	Idade de autonomização		
			Com quem foi viver	Conjugalidade	
				Familiares	
				Outras situações (amigos, apartamento de autonomia, etc)	
			Quais eram as fontes de rendimento do agregado	Apenas do trabalho	
				Apenas sem ser do trabalho	
	Do trabalho e de outras fontes				
<p>3.2.2 Depois de ter saído da casa dos seus pais, teve de regressar alguma vez? Porquê? Já</p>		<p>Retorno a casa dos pais</p>	Não retornou		
			Separação conjugal		
			Motivos económicos		
			Outros motivos para retorno		

		<p>tinha companheiro (a) nessa altura?</p>	<p>Com ou sem companheiro/a na altura do retorno</p>	<p>Com companheiro/a na altura do retorno</p> <hr/> <p>Sem companheiro/a na altura do retorno</p>
I) Modelos de conjugalidade		3.3.1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?	Idade na primeira conjugalidade	
			Primeira conjugalidade e escola	<p>Simultânea</p> <hr/> <p>Não simultânea</p>
			Primeira conjugalidade e trabalho	<p>Simultânea</p> <hr/> <p>Conjugalidade antes de trabalho</p> <hr/> <p>Trabalho antes da conjugalidade</p>
		3.3.3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?	Permanência da primeira relação de conjugalidade /rutura	<p>Permanência da primeira relação de conjugalidade</p> <hr/> <p>Rutura da primeira relação de conjugalidade</p>
		3.3.4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)	Alterações resultantes da rutura da primeira relação de conjugalidade	<p>Sem alterações</p> <hr/> <p>Mudança de emprego</p> <hr/> <p>Mudança de residência</p>
J) Modelos de parentalidade		3.3.2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?	Vivências de parentalidade (idade, evento de vida)	<p>Sem filhos/as</p> <hr/> <p>Com filhos</p>

<p>4. Relação com o mundo de trabalho (Trajetória Profissional/Laboral) Explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc Identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador).</p>	<p>K) Emprego atual (população empregada)</p>	<p>4.1. O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve)? Pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)?</p>	<p>Estratégias de entrada no emprego atual /último que teve</p>	<p>Meios formais e meios informais: Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos Por convite da instituição empregadora atual, Centro de Emprego</p>
			<p>Tipo de contrato no emprego atual /último que teve</p>	<p>Sem contrato</p>
				<p>Recibos verdes</p>
				<p>Contrato temporário</p>
	<p>L) Perceções de satisfação sobre o emprego atual</p>	<p>4.2. O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar o que é que mudava? Em geral está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?</p>	<p>O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
			<p>O que é que gosta menos no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
				<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade</p>
			<p>O que mudava</p>	<p>Não mudava nada</p>
<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho</p>				

				Níveis de responsabilida de
			Satisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Nem satisfação nem insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
M) Vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego N) Inexperiências no mercado de trabalho O) Reformados	4.3. Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?	Número		
		Tipos de contrato	Sem contrato Recibos verdes Contrato temporário Contrato permanente Ao dia ou à tarefa	
	4.4. Está ou esteve alguma vez	Motivos para desemprego	Doença temporária Invalidez	

		<p>desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a?</p> <p>Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como saiu dessa situação?</p>		<p>Transição para um novo emprego</p> <p>Despedimento pela entidade empregadora</p> <p>Despedimento espontâneo</p> <p>Finalização de período contratual</p>
			Tempo de desemprego	<p>< a 3 meses</p> <p>De 3 meses a 6 meses</p> <p><a 6 meses e < a 1 ano</p> <p>Superior a 1 ano</p>
			Situação particular de desemprego	
			Saída da situação particular de desemprego	
		4.5. Qual é que foi o emprego que mais gostou. Porquê?	Emprego de que mais gostou	
			Razão para ter gostado do emprego	<p>Remuneração</p> <p>Condições de trabalho</p> <p>Condições de progressão</p> <p>Horários de trabalho</p> <p>Níveis de responsabilidade</p>
		4.6. Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?	Motivos para ter dificuldades em arranjar emprego	Sem dificuldades
				Falta de habilitações
				Falta de qualificações
				Falta de sorte

		Porque motivos?		Idade/situação particular de saúde
		4.7. Se nunca trabalhou, por que é que isso aconteceu?	Razões explicativas para a não entrada no mercado de trabalho	Nunca tentou entrar Saúde Ausência de oportunidades/falta de sorte Outra razão
		4.8. Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade e para o trabalho, outra situação...)?	Idade de reforma	Idade limite
			Motivos para a reforma	Questões de saúde
				Incapacidade para o trabalho
				Outra situação
5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada. Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e	P) Percepções sobre adequação de níveis de rendimento	5.1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?	Identificação da principal fonte de rendimento,	Trabalho
				Outras transferências sociais
				Outra fonte
			Percepção sobre a suficiência de recursos em resposta às necessidades	Rendimentos sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nem sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nunca suficientes

os momentos-crítico.				para as necessidades
	5.2. Lembra-se de uma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes?	Prevalência		Nenhuma situação em concreto
			Pouco frequente	
			Muito frequente	
Atores			Contexto familiar	
			Contexto de vizinhança	
			Contexto profissional	
			Contexto institucional	
			Outro contexto	
Tempos			Quando criança	
			Quando adolescente	
			Quando jovem adulto	
			Quando adulto	
Lugares			Em casa	
			No território de residência	
			No trabalho	
			Numa organização	
			Noutro local	
Acontecimentos			Não ligado a nenhum acontecimento específico	
			Doença do/a próprio/a	
			Doença de familiar	
		Morte de familiar		
		Rutura familiar		
		Recomposição familiar		
		Desemprego		

				Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)
				Despesa inesperada
				Outra situação
Q) Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	5.3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?	Sem aspetos positivos		
		Contexto familiar	Relacionado com parceiro/a	
			Nascimento de filho/a(s)	
			Relacionado com filho/a(s) (não relacionado com nascimento)	
			Outros aspetos	
		Contexto profissional	Obtenção de um emprego	
			Percurso profissional	
			Outros aspetos	
		Condições materiais de vida	Alimentação	
			Habitação	
		Outros contextos		
		Tempos	Passado – infância	
			Passado – jovem adulto	
	Passado remoto - adulto			
Passado próximo/presente				
5.4. Nesse percurso quais foram os momentos	Prevalência	Nenhuma situação em concreto		
		Pouco frequente		

		<p>mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)</p>		Muito frequente
	Atores			Contexto familiar
				Contexto de vizinhança
				Contexto profissional
				Contexto institucional
				Outro contexto
	Tempos			Quando criança
				Quando adolescente
				Quando jovem adulto
				Quando adulto
	Lugares			Em casa
				No território de residência
				No trabalho
				Numa organização
	Acontecimentos			Noutro local
				Não ligado a nenhum acontecimento específico
				Doença do/a próprio/a
				Doença de familiar
				Morte de familiar
				Rutura familiar
			Recomposição familiar	
			Desemprego	
			Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)	
		Despesa inesperada		

				Outra situação
			Momentos negativos estruturadores do percurso em que a vida tenha mudado muito	Sem momentos deste género
				Saída de casa dos pais
				Saída da escola
				Entrada no mercado de trabalho
				Conjugalidade
				Parentalidade
				Doenças
				Institucionalização
				Relação com sistema de justiça
				Outros motivos
		5.5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?	Percurso com altos e baixos	
			Percurso que tem vindo a melhorar	
			Percurso que tem vindo a piorar	
6. Redes de apoio não institucional e território <i>Redes de apoio não institucional: Explorar</i>	R) Redes informais de apoio e vizinhança S) Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	6.1.1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os	Perceção subjetiva da relação com familiares	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
			Perceção subjetiva da relação com amigos	Marcada pela negativa
				Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância

<p>qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores</p> <p><i>Avaliação dos territórios de habitação:</i> Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas</p>	três tipos de atores)	Perceção subjetiva da relação com vizinhos	Marcada pela negativa
			Marcada pela positiva
			Marcada pela inconstância
			Marcada pela negativa
	6.1.2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?	Suportes ativos em caso de necessidade	Nunca necessita
			Nunca recorre
			Relações familiares
			Relações de amizade
	6.2.1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?	Perceção subjetiva do território onde vive	Eminentemente positiva
			Eminentemente neutra
			Eminentemente negativa
		Aspetos positivos do território onde vive	Localização
Condições de habitação			
Habitat / habitus			
Sociabilidades			
Aspetos negativos do território onde vive		Outros aspetos	
		Localização	
		Condições de habitação	
		Habitat / habitus	
Quando foi viver para o território onde vive		Sociabilidades	
	Outros aspetos		
	Quando criança		
	Quando adolescente		
			Quando jovem adulto
			Quando adulto – passado remoto

também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?			Caracterização do processo que o/a levou ao território onde vive	Quando adulto – passado recente
				Sempre lá viveu
				Realojamento – com família de origem
				Realojamento - próprio
				Associado à conjugalidade
				Associado a relações familiares / sociabilidades
				Resultado da procura de casa – critério económico
				Resultado da procura de casa – acaso
				Outro processo
				6.2.2. Na sua opinião, o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)
Serviços				
	O que mudaria no território onde vive	Transportes		
		Segurança		
		Dificuldades sentidas relativamente à residência	Espaços públicos	
			Outras necessidades	
6.2.3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?			Não mudaria nada	
			Sem dificuldades sentidas	
			Acessibilidade	
			Tamanho	
			Qualidade construção	
			Gastos	

				Outras dificuldades
<p>7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção</p> <p>Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.</p>	<p>T) Relação com descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes</p> <p>U)</p> <p>V)</p> <p>W) Relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida</p>	<p>7.1.1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?</p>	Historial de descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Nunca fez descontos
				Apenas em alguns períodos
				Sempre fez descontos
			Motivos para nem sempre ter feito descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Responsabilidade da entidade empregadora
				Decisão própria
				Outros motivos
		<p>7.1.2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?</p>	<p>Recurso a serviços de apoio públicos e privados, por tipo de apoio</p>	Nunca recorreu
				Recurso apenas a serviços de apoio públicos
				Recurso apenas a serviços de apoio privados
				Recurso a serviços de apoio públicos e privados
			Regular/pontual	Regular
				Pontual
	<p>X) Relação atual com apoios estatais e de outras instituições</p>	<p>7.2.1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego / Subsídio de</p>	<p>Tipo de benefício auferido</p>	Não é beneficiário de nenhuma prestação/subsídio da Segurança Social
				Subsídio de desemprego
				Subsídio de Doença
				Pensão de Reforma
				RSI

		Doença/Pensão de Reforma/RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)...? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?		Complemento Solidário para Idosos
				Prestação Social para a Inclusão
				Abono de Família / Ação Social Escolar
				Outros benefícios
		7.2.2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?	Tipo de instituição	Sem apoio por outra instituição
				Instituição pública
				Instituição privada
				Instituição pública e privada
Y) Impacto das prestações na fase atual do percurso de vida	7.2.3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?	Perceção sobre a importância dos apoios no momento atual	Grande importância	
			Importância média	
			Pouca/nenhuma importância	
Z) Relação atual com serviços sociais	7.3.1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?	Grau de satisfação perante o atendimento e acompanhamento social	Grande satisfação	
			Satisfação média	
			Pouca/nenhuma satisfação	

		7.3.2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)	Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – positivo	Nenhum episódio marcante 1 episódio marcante Vários episódios marcantes
			Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – negativo	Nenhum episódio marcante Discriminação Negação de apoio Outras situações
8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza Nesta secção vai ser explorada a autopercepção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa	AA) Autopercepção da situação pessoal de pobreza e do agregado BB) Identificação de situações de discriminação/exclusão social Z1) identificação de medidas de política social no combate à pobreza	8.1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma percepção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?	Autopercepção como pobre	Em situação de pobreza Não em situação de pobreza
			Percepção de persistência de pobreza	Em situação persistente de pobreza Não em situação persistente de pobreza
		8.2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências)	Reação à condição atual de pobreza	Resignação Isolamento Manter as aparências Privação Pro-atividade Outras reações
			Reação à condição	Resignação Isolamento

perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.	[se aplicável]	persistente de pobre	Manter as aparências
			Privação
			Pro-atividade
			Outras reações
	8.3. Alguma vez se sentiu discriminado/a ou excluído/a? O que o/a fez sentir-se assim?	Sentimento de discriminação /exclusão	Sem sentimento de discriminação /exclusão
			Ocasional sentimento de discriminação /exclusão
		Razões para sentimento de discriminação /exclusão	Permanente sentimento de discriminação /exclusão
			Atores
			Tempos
			Lugares
		Acontecimentos	
8.4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?	Ação individual de mudança (perspetiva incondicional)	Económica	
		Condições materiais de vida	
		Escolaridade	
		Trabalho	
		Familiares	
		Outros aspetos	
8.5. E se fosse primeiro/a-ministro/a, que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?	Ação de mudança coletiva (combate à pobreza)	Salários	
		Mais emprego	
		Apoio social	
		Melhores condições de habitação	
		Outras ações	
8.6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se	Motivos para sensação de felicidade	Familiares	
		Saúde	
		Profissionais	
		Sociabilidades	
		Outros motivos	
		Familiares	

		sentir como refere?	Motivos para não sensação de felicidade	Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos	
<p>9. Perspetivas face ao futuro Explorar como o/a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.</p>	<p>CC) Perspetivas face ao futuro e ações para melhoria da qualidade de vida</p>	<p>9.1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do Estado e de instituições de apoio social? [se aplicável] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?</p>	Análise prospetiva da situação individual	Melhoria Manutenção Pioria	
			Análise prospetiva da situação individual sem apoio institucional	Possível Não possível Incerteza	
			Critérios para a dependência futura de apoio institucional	Desemprego Incapacidade para trabalho Salários baixos Baixa intensidade laboral do agregado Outros aspetos	
				Critérios para a independência futura face ao apoio institucional	Emprego Salários mais elevados Maior intensidade laboral do agregado Acaso / sorte Outros aspetos
			9.2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?	Análise prospetiva da situação de descendentes	Melhoria Manutenção Pioria
		<p>9.3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai</p>	Sonhos que gostaria de ver realizados	Pessoais Familiares Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos	
				Expectativa de	Possível Não possível

		conseguir concretizá-los?	concretização dos sonhos	Incerteza
--	--	---------------------------	--------------------------	-----------

H. Critérios de elegibilidade e generosidade do subsídio social de desemprego

	Elegibilidade e condição de recursos	Montante referência	Duração
1990	180 dias de trabalho com contribuições (últimos 12 meses à data do desemprego) Rendimento per capita < 80 % SMN	70-100 % SMN	Duração:10-30 meses (proporcional à idade); Subsídio Social de Desemprego, SSD, subsequente tem metade da duração do subsídio de desemprego
1996			Extensão para indivíduos com 45-54 anos (SSD subsequente)
1999/2000	Alarga categorias de rendimentos considerados	80-100 % SMN	12-38 meses Extensão especial > 49 anos até à idade de reforma antecipada
2003		Subsídio Provisório: majoração do montante (temporário)	
2006			270-1020 dias (Proporcional à idade e registo de remunerações)
2009	Aumenta limiar de rendimentos para 110 % IAS. (medida temporária jun/2009-jul/2010)		Extensão especial de 6 meses para SSD que terminem em 2009 e em 2010
2010	Nova lei da condição de recursos: Alarga categorias de rendimentos considerados. Limiar regressa a 80 % IAS		
2012		80 % IAS (335,40€)	SSD subsequente para >39 anos tem duração igual ao do subsídio de desemprego
.../...			
2019	180 dias de trabalho com contribuições (últimos 12 meses)	80 % IAS (351,05€) isolado 100 % IAS (438,81€) vivendo em família	5/18 meses 9/30 meses para SSD subsequente Bonificações em função da idade e número de anos de registo de remunerações do beneficiário

Fonte: Elaboração própria com base em Silva & Pereira (2012) e Guia Prático da Segurança Social (2020).

I. Abono de família de crianças e jovens, Julho 2019

Idade das crianças e jovens	Número de crianças e jovens	Escalões de rendimento de referência ¹			
		1.º escalão ≥3 050,32€	2.º escalão ≤3 050,32€ ≥6 100,64	3.º escalão ≤6 100,64 ≥9 150,96	4.º escalão ≤9 150,96
Crianças até aos 3 anos	1 filho	149,85	123,69	97,31	58,39
	2 filhos	187,31	154,62	125,31	72,99
	3 ou mais filhos	224,77	185,55	153,31	87,59
Crianças dos 3 aos 6 anos	Independentemente do número de filhos	49,95	41,23	32,44	19,46
Crianças e jovens com mais de 6 anos	Independentemente do número de filhos	37,46	30,93	28,0	19,46

Fonte: Segurança Social

¹ O rendimento de referência é obtido pela divisão do rendimento anual por $n+1$, sendo n o número de crianças e jovens com direito ao abono de família

J. Simulação do montante do abono de família para situações típicas

Número de crianças e jovens	Rendimentos trabalho	Montante abono de família por criança ¹
1 criança elegível	Único ganhador	41,23€, 2.º escalão
1 criança elegível	Duplo ganhador	41,23€, 2.º escalão
2 crianças elegíveis	Único ganhador	49,95€, 1.º escalão
2 crianças elegíveis	Duplo ganhador	41,23€, 2.º escalão
3 crianças elegíveis	Único ganhador	49,95€, 1.º escalão
3 crianças elegíveis	Duplo ganhador	41,23€, 2.º escalão

¹ Simulação para crianças com idades dos 3 aos 6 anos e SMN como salário de referência

Resumos bibliográficos

Fernando Diogo. Sociólogo, doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Sociologia do Desenvolvimento. É professor associado com agregação da Universidade dos Açores e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc e CICS.UAc). A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza, do RSI e da pobreza infantil, entre outras. É diretor do mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e coordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. Colabora com a Rede Anti-Pobreza (EAPN) e foi coautor da Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza e membro do Conselho Económico e Social dos Açores.

Ana Cristina Palos. Socióloga, doutorada em Sociologia da Educação. É professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.UAc/ CICS.NOVA.UAc). Os seus principais interesses de investigação centram-se na sociologia da infância e na sociologia da educação. Tem desenvolvido várias investigações e publicado acerca da relação dos jovens com a educação e com o mundo do trabalho.

Carlos Farinha Rodrigues. Economista, professor associado do ISEG – Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica (CEMAPRE). É coordenador do mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG. É assessor do Instituto Nacional de Estatística nas áreas de distribuição do rendimento e das estatísticas das famílias. Membro da comissão de coordenação de preparação de uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal. É consultor científico do Programa Proinfância promovido pela Fundação La Caixa. É coordenador científico em Portugal do projeto europeu «EUROMOD - Tax-benefit microsimulation model for the European Union».

Elvira Pereira. Cientista social, professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPP) da Universidade de Lisboa e investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), onde coordena o grupo de investigação Sociedade, Comunicação e Cultura. Ensina na licenciatura em Serviço Social e no mestrado e doutoramento em Política Social no ISCSPP e foi coordenadora executiva do mestrado em Política Social. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas do bem-estar e política social, incidindo em especial sobre a pobreza, a adequação do rendimento e as políticas de rendimento mínimo.

Fernando Bessa Ribeiro. Doutorado em Ciências Sociais, é professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do CICS.Nova, sendo o atual coordenador do polo da Universidade do Minho. É também coordenador da área temática «Globalização, Política e Cidadania» da Associação Portuguesa de Sociologia. Capitalismo e desenvolvimento, género, sexualidade e questões urbanas constituem os seus principais temas de investigação, sobre os quais publicou diversos livros e artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

Francisco Branco. Doutorado em Serviço Social, com especialização em Política Social e Movimentos Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e investigador do *Católica Research Center for Individual, Family and Social Wellbeing*. É membro dos grupos de pesquisa *Social Work, History and Research* e *Social Work and Policy Practice da European Social Work Research Association*. A sua investigação centra-se nos estudos da pobreza e nas políticas públicas, especialmente nas políticas de proteção social de cidadania e mínimos sociais. Participou como investigador no projeto *Rendimento Adequado em Portugal*.

Gabriela de Pina Trevisan. Doutorada em estudos da criança, na especialidade de Sociologia da Infância. Investigadora do Prochild CoLAB *Against Poverty and Social Exclusion*. Membro colaborador externo do CIEC - Universidade do Minho. A sua investigação centra-se nos domínios dos direitos das crianças, da participação, das políticas públicas com ênfase na pobreza infantil, e na relação das crianças com o espaço urbano, entre outros. É coordenadora da secção temática de Sociologia da Infância da Associação Portuguesa de Sociologia e colabora com o grupo de trabalho sobre pobreza infantil da Rede Anti-Pobreza (EAPN).

Lídia Canha Fernandes. Doutorada em Sociologia, em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC, 2019), mestre em Sociologia (ISCTE, 2011) e licenciada em Psicologia (Universidade do Minho, 1998). É investigadora integrada do DINÂMIA'CET-ISCTE desde 2013 e colabora com o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc e CICS.UAc) desde 2019. Tem abordado temas como: (des)emprego, conflito e ação coletiva; trabalho temporário e negociação coletiva; reflexão participativa com grupos marginalizados; (des)valorização do trabalho; pobreza e desigualdades; género e imigração.

Oswaldo Silva. Doutorado em Matemática, na especialidade de Probabilidade e Estatística, é professor auxiliar na Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc e CICS.UAc). Os seus principais interesses de investigação incluem a análise de dados, em especial a análise de dados multivariados, aplicada às Ciências

Sociais, abrangendo múltiplas temáticas associadas ao desenvolvimento local e regional. Participa em diversos projetos de investigação e é (co)autor de diversos livros e artigos, nacionais e internacionais.

Pedro Perista. Sociólogo, investigador sénior no Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS). Participou ao longo dos anos em inúmeros projetos de investigação, a nível nacional e internacional, nas áreas da pobreza e exclusão social, proteção social e políticas sociais, entre outras. Atualmente, representa Portugal na Rede Europeia sobre Política Social e na equipa responsável pelo Estudo de Exequibilidade para a Criação de uma Garantia Europeia para as Crianças Vulneráveis e é cocoordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. É (co)autor de cerca de cinquenta publicações.

Maria Inês Amaro. Assistente Social, doutorada em Serviço Social. É professora auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e investigadora do CIES-IUL. A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza e exclusão social e das políticas de rendimento mínimo, entre outras. É vice-presidente da Associação de Profissionais de Serviço Social e vice-presidente da *European Association of Schools of Social Work*. Atualmente, exerce funções em regime de comissão de serviço como diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, I.P..